

Ofício nº 66/2022 – DP - CBH PARNAÍBA

Teresina/PI, 27 de outubro de 2022.

A Vossa Senhoria o Senhor  
Sérgio Luiz Soares de Souza Costa  
Secretário Nacional de Segurança Hídrica  
Secretário-Executivo do CNRH  
Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR  
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 900  
Brasília/DF - CEP 70.067-901

**Assunto: Prorrogação de mandato da Diretoria Interina do CBH Parnaíba**

Senhor Secretário,

Considerando que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 9.335/2018 e que a Diretoria Interina, estabelecida pela Portaria do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH nº 01/2018, tomou posse em 27 de julho de 2018, com mandato inicialmente vigente até 31/12/2018, tendo sido prorrogado pelas Resoluções nº 207/2018, 208/2019, 221/2020 e 229/2021, até 31/12/2022, solicitamos novamente a prorrogação do mandato da Diretoria Interina, por igual período, objetivando o cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH n. 05, de 2000.

Esta solicitação tem por base o estabelecido no Art. 12-A da Resolução nº 05/2020, a saber:

“Art. 12-A O prazo de mandato a que se refere o §1º do art. 11, bem como os prazos previstos no §2º do art. 11 e no caput do art. 12 poderão ser prorrogados, por tempo determinado, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, desde que tenha sido prévia e justificadamente solicitado pelo Presidente Interino do Comitê, quarenta dias antes do término de seu mandato.”

A prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Interina justifica-se pela necessidade de cumprimento das suas incumbências, especialmente após a publicação do Edital de Concorrência nº 2/2022, pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, visando a contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio

Presidente Interino: Avelar Damasceno Amorim (Fone: 86 99475-6746 / E-mail: avelaramorim123@gmail.com)  
Secretária Interina: Talita Salomão (Fone: 86 99926-9854 / E-mail: talita.salomao@codevasf.gov.br)





Parnaíba (CBH Parnaíba), em 27 de outubro de 2022. Dessa forma, a expectativa é de retomar a mobilização social e o processo eleitoral no início de 2023.

Atenciosamente,

Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino  
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

Presidente Interino: Avelar Damasceno Amorim (Fone: 86 99475-6746 / E-mail: avelaramorim123@gmail.com)  
Secretária Interina: Talita Salomão (Fone: 86 99926-9854 / E-mail: talita.salomao@codevasf.gov.br)





# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **Diretoria Provisória do CBH Parnaíba**

**OUTUBRO/2022**

## SUMÁRIO

<b>1. Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>2. Composição da Diretoria Provisória, Grupo de Auxiliares e Grupo de Apoio.....</b>	<b>5</b>
<b>3. Atividades desenvolvidas no ano de 2018.....</b>	<b>7</b>
<b>4. Atividades desenvolvidas no ano de 2019.....</b>	<b>11</b>
<b>5. Atividades desenvolvidas no ano de 2020.....</b>	<b>15</b>
<b>6. Atividades desenvolvidas no ano de 2021.....</b>	<b>22</b>
<b>7. Atividades desenvolvidas no ano de 2022.....</b>	<b>26</b>
<b>8. Considerações Finais .....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>36</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas pela Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba no ano de 2022, visando atender ao Parágrafo Único da Resolução nº 229, de 30 de novembro de 2021, que estabelece que “a Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios semestrais sobre o andamento das atividades para a instalação do Comitê”, bem como embasar o pedido de prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Provisória, que terminará em 31 de dezembro de 2022.

Durante o 1º semestre de 2022, o CBH Parnaíba, com o apoio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, realizou três Seminários de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, nas cidades de Balsas/MA, Teresina/PI e Cratêus/CE, nos dias 21, 23 e 24 de junho, visando integrar as diversas instâncias envolvidas com a gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Parnaíba; debater os desafios enfrentados para a gestão das águas e as oportunidades geradas no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica; e, apresentar as formas de participação no CBH Parnaíba e importância de seus representantes.

Para o 2º semestre de 2022, o CBH Parnaíba está organizando a realização do Curso “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”, destinado aos membros da Diretoria Provisória e do Grupo Apoio do CBH Parnaíba, bem como dos comitês estaduais do Piauí, Maranhão e Ceará, também em parceria com a ANA.

A realização deste curso visa manter o CBH Parnaíba atuante bem como em contato constante com os comitês estaduais, especialmente diante da expectativa da contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba), Concorrência nº 2/2022, publicada pela ANA em 27 de outubro de 2022, no Diário Oficial da União.

É importante recordar que a ANA contratou o Consórcio Engeplus/Beck de Souza, por meio do Contrato nº 036/2019/ANA, para execução de serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba), resultante do Edital da Concorrência nº 01/ANA/2019. Este contrato foi paralisado em 2020, devido à impossibilidade de continuação das suas atividades pela evolução da pandemia da Covid-19. Entretanto, conforme informado no Ofício nº 4/2022/VR/ANA, anexo a este relatório, enviado ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo



do CNRH em 20/04/2022, após tentativas de retomada e repactuação financeira do Contrato, a “ANA decidiu pelo encerramento do contrato com o Consórcio Beck de Souza/Engeplus e abertura de novo processo licitatório, com objetivo de contratar os serviços necessários a finalizar a instalação do CBH Parnaíba”.

Diante das atividades desenvolvidas pelo CBH Parnaíba e do lançamento da Concorrência nº 2/2022 pela ANA, a prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba torna-se essencial para o cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH n. 05, de 2000.

Neste relatório, além das atividades realizadas até outubro de 2022, são apresentados os atuais membros da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e as atividades desenvolvidas em 2018, 2019, 2020 e 2021, complementando o histórico de ações da Diretoria Provisória.

Nos documentos anexos, são apresentados: deliberações do CBH Parnaíba; memórias de reunião; resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH (Prorrogações de mandato); comunicado conjunto CBH Parnaíba e ANA (Suspensão da mobilização social); Termo de retirada de edital pela internet / Edital de Concorrência do Tipo Técnica e Preços nº 02/ANA/2022; aviso de licitação no Diário Oficial da União; entre outros.



## **2. Composição da Diretoria Provisória, Grupo de Auxiliares e Grupo de Apoio.**

Com a publicação da Resolução CNRH nº 194, de 03 de abril de 2018, que aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, e dá outras providências, foi estabelecido que a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba poderá ser auxiliada por um Grupo de Trabalho formado por 03 (três) representantes, sendo um de cada Estado que compõe a região hidrográfica da bacia, respeitada a representatividade dos segmentos.

Após a publicação do Decreto nº 9.335, de 05 de abril de 2018, que institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com área de atuação localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH publicou a Portaria nº 01, de 12 de junho de 2018, designando os membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Auxiliares.

O Presidente Interino do CBH Parnaíba e a Secretária Executiva assinaram a Deliberação nº 01, de 25 de junho de 2018, instituindo o Grupo de Apoio, formado por 03 (três) representantes dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, considerando os segmentos de poder público, usuários e sociedade civil, e 01 (um) representante do Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB/MDR e outro da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA.

Desta forma, após as definições por Estados, a Diretoria Provisória, juntamente com Auxiliares e Grupo de Apoio, ficou constituída da forma descrita a seguir.



Tabela 1: Membros da Diretoria Provisória, Grupo de Auxiliares e Grupo de Apoio – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL	FUNÇÃO
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	(86) 99475-6746	avelaramorim123@gmail.com	Presidente Interino
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	(86) 3215-0162	talita.salomao@codevasf.gov.br	Secretária Interina
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	(86) 99944-9386	mamorimoura@gmail.com	Auxiliar (Usuário)
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	-	sabino@sema.ma.gov.br	Auxiliar (Governo)
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	(88) 99209-6085	nilce14souza@gmail.com	Auxiliar (Sociedade civil)
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / MDR	(61) 2028-2052	roseli.souza@mma.gov.br	Grupo de Apoio - DRHB / MDR
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico- ANA	(61) 2109-5345	wagner.vilella@ana.gov.br	Grupo de Apoio - ANA
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	(88) 99652-7771	pedro.florindo@cagece.com.br	Grupo de Apoio – CE - Usuário
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	(88) 99954-6864	carlos.dias@ematerce.ce.gov.br, frandias@globo.com	Grupo de Apoio – CE - Governo
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	(88) 99901-6819	gilson@acaatinga.org.br	Grupo de Apoio – CE – Sociedade civil
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	(98) 98486-2732	chaguinhapjb@gmail.com	Grupo de Apoio – MA – Sociedade civil
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	(98) 3194-8923	rebeca.matos@sema.ma.gov.br	Grupo de Apoio – MA - Governo
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	(98) 99144-2341	thiago.henrique17@gmail.com	Grupo de Apoio – MA – Usuário
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	(86) 99964-5608	gilbervalvieira13@hotmail.com	Grupo de Apoio – PI – Sociedade civil
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	(86) 99801-0015	rogerjacob@hotmail.com	Grupo de Apoio – PI – Usuário
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	(86) 99945-3815	cesar.nogueira@embrapa.br	Grupo de Apoio – PI - Governo



### 3. Atividades desenvolvidas no ano de 2018

**03 de abril de 2018** - CNRH aprova a Resolução nº 194 que institui o CBH Parnaíba.

**05 de abril de 2018** – O Presidente da República assina o Decreto Presidencial nº 9.335 criando o CBH Parnaíba.

**29 de maio de 2018** – Realização de reunião, na sede da CODEVASF em Teresina/PI, da Diretoria Provisória com os senhores Wagner Vilella, Volney Júnior e Osman Silva, representantes da ANA. Na ocasião foi apresentado o Plano de Mobilização para a Instalação do CBH Parnaíba, elaborado por membros da então Comissão Pró-CBH Parnaíba.



**27 de julho de 2018** – Realização da Cerimônia de Posse da Diretoria Provisória e Auxiliares do CBH Parnaíba, com a presença do Ministro de Meio Ambiente e do Secretário Executivo do CNRH; ocorrida no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, na cidade de Timon/MA. Após a cerimônia, realizou-se uma reunião da Diretoria Provisória com os Auxiliares, na sede da CODEVASF em Teresina/PI, e o representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, a fim de tratar sobre as etapas de trabalho da Diretoria Provisória do CBH – Parnaíba.





**05 e 06 de setembro de 2018** – Realização da 1ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina/PI, para tratar da seguinte pauta:

- Apresentação dos membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Atividades e responsabilidades da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Proposta de cronograma para a instalação do CBH Parnaíba;
- Agenda de trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Estratégias para a mobilização social para a instalação do CBH Parnaíba; e.
- Encaminhamentos.





**01 e 02 de outubro de 2018** - Realização da 2ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina –PI, para tratar da seguinte pauta:

- Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;
- Andamento das tratativas para assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CBH Parnaíba e o CBH São Francisco;
- Planejamento para realização do I Encontro Interestadual sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que ocorrerá em Bom Jesus/PI, entre os dias 20 a 22/11/2018;
- Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Realização de reunião entre o CBH Parnaíba e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;
- Apresentação e discussão da minuta de Termo de Referência para contratação, pela Agência Nacional de Águas – ANA, da mobilização social objetivando instalar o CBH Parnaíba; e,
- Encaminhamentos.





**30 e 31 de outubro de 2018** - Realização da 3ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF - Teresina/PI, para tratar da seguinte pauta:

- Nivelamento sobre Comitês de Bacia Hidrográfica, para subsidiar a discussão do Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Início das discussões sobre o Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas; e,
- Outros assuntos.



**29 e 30 de novembro de 2018** - Realização da 4ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e de Apoio, no Auditório do Centro de Educação Ambiental – CEA, da SEMAR – Teresina/PI, para tratar da seguinte pauta:

- Conclusão do Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Outros assuntos.









#### 4. Atividades desenvolvidas no ano de 2019

**18 e 19 de fevereiro de 2019** – Realização da 5ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e o Grupo de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF em Teresina/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Planejamento das atividades e calendário para o ano de 2019;
- Normas do Processo Eleitoral; e,
- Outros assuntos.



**30 e 31 de maio de 2019** – Realização da 6ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e o Grupo de Apoio, no Auditório do Centro de Educação Ambiental – CEA, da SEMAR – Teresina/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Constituição da Comissão Eleitoral;
- Situação e perspectivas da contratação para realizar a Mobilização Social;
- Estudos para subsidiar o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba;
- Revitalização da Bacia do Parnaíba – Situação e perspectivas; e,
- Outros assuntos.



**05 e 06 de setembro de 2019** – Realização da 7ª Reunião da Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e o Grupo de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF em Teresina/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Instituição da Comissão Eleitoral (Deliberação CBH Parnaíba nº 05/2019) e elaboração da minuta do Edital de Convocação às eleições;
- Andamento do processo licitatório (Edital nº 01/2019 – ANA – Concorrência do tipo técnica e preço) para contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba);
- Apresentação dos estudos que subsidiarão o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba; e,
- Encaminhamentos.





**27 de novembro de 2019** – Realização da 8ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupode Apoio e Comissão Eleitoral, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF em Teresina/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Apresentação do Consórcio Beck de Souza/Engeplus, vencedor do processo licitatório para apoiar a instalação do CBH Parnaíba - Edital nº 01/2019 - ANA;
- Apresentação e discussão da proposta de Plano de Trabalho para instalação do CBH Parnaíba; e,
- Encaminhamentos.



**28 e 29 de novembro de 2019** – Realização do I Encontro de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, no auditório da FIEPI.

O I Encontro de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba teve por objetivo reunir as principais instituições relacionadas com a gestão das águas no Brasil, em especial, os principais Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil, para conhecer experiências dos Comitês de Bacias Federais e de Comitês Afluentes do Rio Parnaíba e compartilhar informações sobre ações de Revitalização de Bacias Hidrográficas. Buscou-se, sobretudo, reunir contribuições para construção de uma agenda estratégica para a consolidação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O evento se inseriu no contexto do processo de mobilização para a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Parnaíba, sendo uma oportunidade única para debater e discutir iniciativas voltadas à revitalização dos rios e para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Parnaíba.







## 5. Atividades desenvolvidas no ano de 2020

**16 de janeiro de 2020** – Realização da 9ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF, em Teresina/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Apresentação e discussão do Edital de Convocação às eleições;
- Apresentação do Calendário Eleitoral;
- Conhecimento e apreciação do material de divulgação a ser utilizado no processo de mobilização social;
- Apresentação e discussão do calendário dos Seminários Regionais; e
- Encaminhamentos.



**16 de janeiro de 2020** – Realização da 2ª Reunião de Trabalho da Comissão Eleitoral, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF, em Teresina/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Análise e aprovação da minuta do Edital de Convocação às eleições;
- Definição do Calendário Eleitoral; e
- Encaminhamentos.

**Em 16 de março de 2020**, o Presidente Interino do CBH Parnaíba, Avelar Amorim, e o Gestor do Contrato de Mobilização da ANA, Wagner Vilella, emitiram comunicado informando que:

“Em virtude dos riscos advindos com a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a Diretoria Interina do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) e a Agência Nacional de Águas (ANA) decidiram suspender temporariamente os Seminários Regionais (previstos para o período entre 30 de março e 08 de abril) e demais eventos do processo de instalação do CBH Parnaíba. A medida atende a orientação do Ministério da Saúde de se evitar eventos com grande participação de pessoas, devido ao risco de propagação do vírus. Essa medida ministerial recomenda que “as autoridades devem estimular que eventos – sejam eles governamentais, artísticos, científicos ou comerciais – não ocorram nesse período ou (...) não tenham público”. Em respeito à recomendação, tal medida foi adotada para não interferir no processo participativo e democrático da instalação do CBH Parnaíba. Por outro lado, o Comitê e a ANA solicitam que as entidades civis, setor público e usuários cadastrados para o processo eleitoral mantenham-se mobilizados para a participação nos eventos e não deixem de providenciar e encaminhar a documentação necessária à formalização dos seus cadastros, conforme previsto no edital de convocação. A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e a ANA esclarecem que as novas datas serão remarçadas oportunamente, quando os riscos da Covid-19 se abrandarem, e serão devidamente informadas ao público de interesse e aos organizadores dos eventos com antecedência necessária à divulgação e realização dos mesmos. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (86) 99909-6157 e pelo e-mail [comiteparnaiba@gmail.com](mailto:comiteparnaiba@gmail.com)”.



Diante deste comunicado, foi cancelada a 10ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, no Auditório da 7ª SR da CODEVASF, em Teresina/PI, prevista para os dias 19 e 20 de março de 2020. Na ocasião, seriam apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Apresentação do andamento dos trabalhos de mobilização e divulgação do processo eleitoral, incluindo a divulgação dos Seminários Regionais;
- Planejamento da participação da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio nos Seminários Regionais que ocorrerão entre os dias 30/03 a 08/04/2020, abrangendo a distribuição dos seus membros nesses eventos, logística de transporte, hospedagem, elaboração e padronização de apresentação em slides, etc.; e,
- Encaminhamentos.

Foi cancelada ainda a 3ª Reunião de Trabalho da Comissão Eleitoral, que seria realizada na sala de reunião da CODEVASF, em Teresina/PI, nos dias 22 e 23 de abril de 2020. Na ocasião, seriam apresentados, discutidos e aprovados os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Apreciação das inscrições realizadas para o processo eleitoral do CBH Parnaíba;
- Elaboração e divulgação da relação preliminar dos habilitados e inabilitados;
- Abertura de recursos à inabilitação; e,
- Encaminhamentos.

Destaca-se que, no momento da emissão do comunicado conjunto entre a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e a ANA, o Calendário Eleitoral já estava em execução, com o desenvolvimento das atividades de mobilização e divulgação do processo eleitoral, conforme figura a seguir.

CALENDÁRIO ELEITORAL		
ATIVIDADE	PERÍODO/DATA	PERÍODO/DATA
	PÚBLICO	COMISSÃO
1ª Reunião da Comissão Eleitoral		05/09/2019
2ª Reunião da Comissão Eleitoral		16/01/2020
Capacitação dos mobilizadores	23 e 24/01/2020	
Mobilização e Divulgação do Processo Eleitoral	27/01 a 10/04/2020	
Seminários Regionais	30/03 a 09/04/2020	
Inscrições no Processo Eleitoral	02/03 a 15/04/2020	
3ª Reunião da Comissão Eleitoral		22 e 23/04/2020
Relação preliminar dos habilitados e inabilitados	23/04/2020	
Abertura de recursos à inabilitação (internet)	23/04/2020	
Prazo final de recurso à inabilitação (internet)	29/04/2020	
5ª Reunião da Comissão Eleitoral		30/04/2020
Relação Final dos habilitados	30/04/2020	
Plenária Estadual Piauí	15 ou 16/05/2020	
Plenária Estadual Maranhão	15 ou 16/05/2020	
Plenária Estadual Ceará	15 ou 16/05/2020	
6ª Reunião da Comissão Eleitoral		18/05/2020
Relação dos membros eleitos e indicados	18/05/2020	
7ª Reunião da Comissão Eleitoral		03/06/2020
Plenária de Posse dos membros eleitos e indicados	03/06/2020	



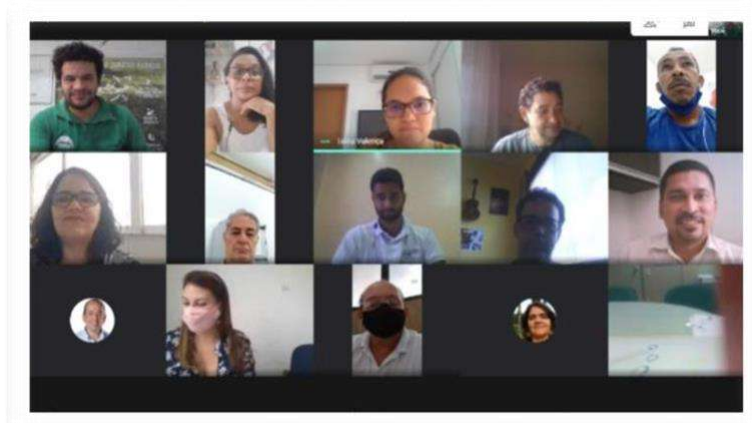
**28 de agosto de 2020** – Realização da 11ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Solicitação de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do CBH-Parnaíba;
- Planejamento para retorno do processo de mobilização social e da divulgação do processo eleitoral; e, situação do contrato celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e o Consórcio Beck de Souza/Engeplus; e,
- Informes em geral e encaminhamentos.

Nesta reunião, a maioria dos membros da Diretoria Provisória, do Grupo de Apoio e da Comissão Eleitoral concluiu pela reanálise da retomada das atividades de mobilização social e do processo eleitoral a partir de janeiro/2021. Entretanto, como forma de manter as atividades do CBH Parnaíba, foi proposta a realização de seminário online (Webinar), com tema e estrutura a serem discutidos na próxima reunião.

**23 de outubro de 2020** - Realização da 12ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Análise da proposta de Webinar (Seminário online), a ser realizado pelo CBH Parnaíba, objetivando contribuir para a mobilização social e a divulgação do processo eleitoral no período da pandemia da Covid-19; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.



**24 de novembro de 2020** – Realização da 13ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Apresentação do material de divulgação do Webinar “CBH Parnaíba: atribuições, histórico de criação e formas de participação”, bem como alinhamento das questões de logística e cerimonial para realização do evento;
- Informes gerais e encaminhamentos.

Destaca-se que não foi elaborada memória de reunião para esse encontro. Os materiais utilizados na divulgação do webinar foram os seguintes:



**CBH PARNAÍBA**  
COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA

**CONVITE**

**WEBINAR DE CAPACITAÇÃO**

**TEMA**

**CBH Parnaíba - Atribuições, histórico de criação e formas de participação**

**DATA**  
**16/12/2020**

**HORÁRIO**  
**18:00 às 20:00 horas**

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEMAR  
GOVERNO DO PIAUÍ  
SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS  
GOVERNO DO MARANHÃO

ANA  
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO





## MEDIADOR



### GABRIEL SANTOS

Supervisor de Gestão Participativa  
Superintendência de Recursos  
Hídricos (SEMA/MA)

## PALESTRANTES



### SÁDIA CASTRO

Secretária de Estado do  
Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
do Piauí - SEMAR/PI

Palestra: Comitê de  
Bacia Hidrográfica:  
o que é e o que faz



### AVELAR AMORIM

Presidente Interino  
do CBH Parnaíba

Palestra: Histórico de  
criação do CBH Parnaíba



### WAGNER VILELLA

Coordenador da  
Comissão Eleitoral (ANA)

Palestra: Como participar  
do processo eleitoral  
do CBH Parnaíba



Em 16 de dezembro de 2020, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba realizou Webinar de Capacitação “CBH Parnaíba: atribuições, histórico de criação e formas de participação”, em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR/PI e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA/MA. O objetivo deste seminário on-line foi de contribuir para ampliar o entendimento sobre as atribuições e responsabilidades do comitê de bacia e incentivar a participação da sociedade em geral na gestão dos recursos hídricos, além de divulgar o histórico de criação do CBH-Parnaíba. Este evento por ser assistido no canal da Codevasf no YouTube.

## 6. Atividades desenvolvidas no ano de 2021

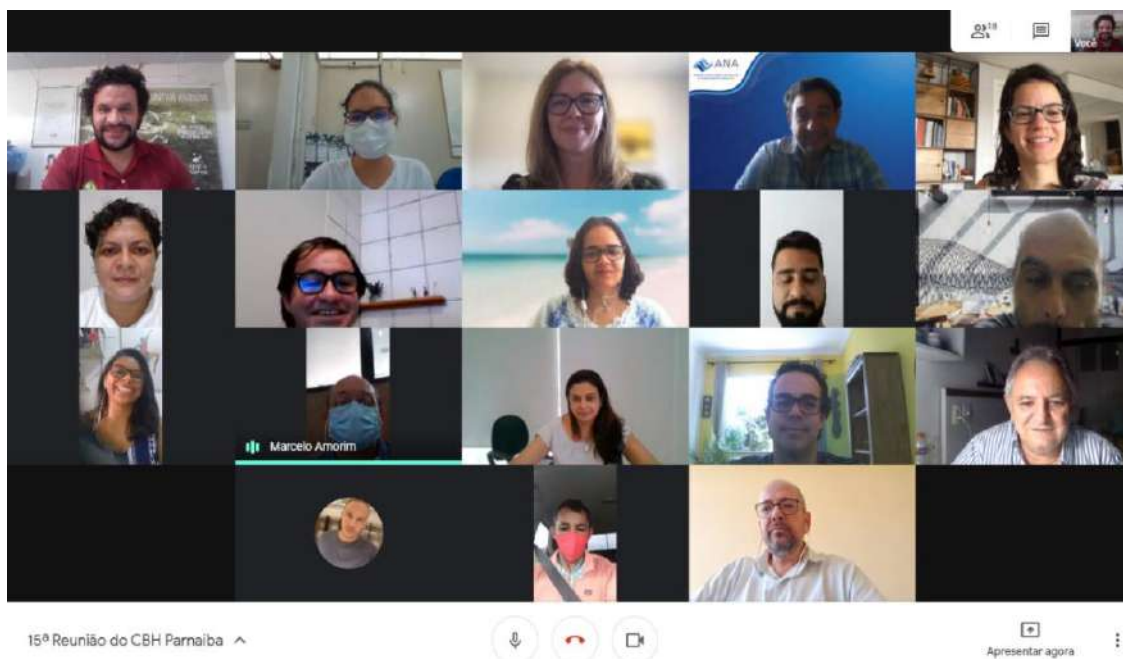
**29 de janeiro de 2021** – Realização da 14ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Planejamento para retorno do processo de mobilização social e da divulgação do processo eleitoral; e, situação do contrato celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e o Consórcio Beck de Souza/Engeplus.
- Informes em geral e encaminhamentos.

Nesta reunião os presentes aprovaram as sugestões da ANA para avaliação mensal do processo de retomada da mobilização social/processo eleitoral; e início das discussões sobre o Termo de Referência para elaboração do Plano de Recursos Hídricos.

**05 de março de 2021** – Realização da 15ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Reavaliação da situação para retomada do processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral; e, realização de contato com as instituições já mobilizadas.
- Apresentação e discussão das diretrizes para elaboração de Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.



**03 de maio de 2021** – Realização da 16ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

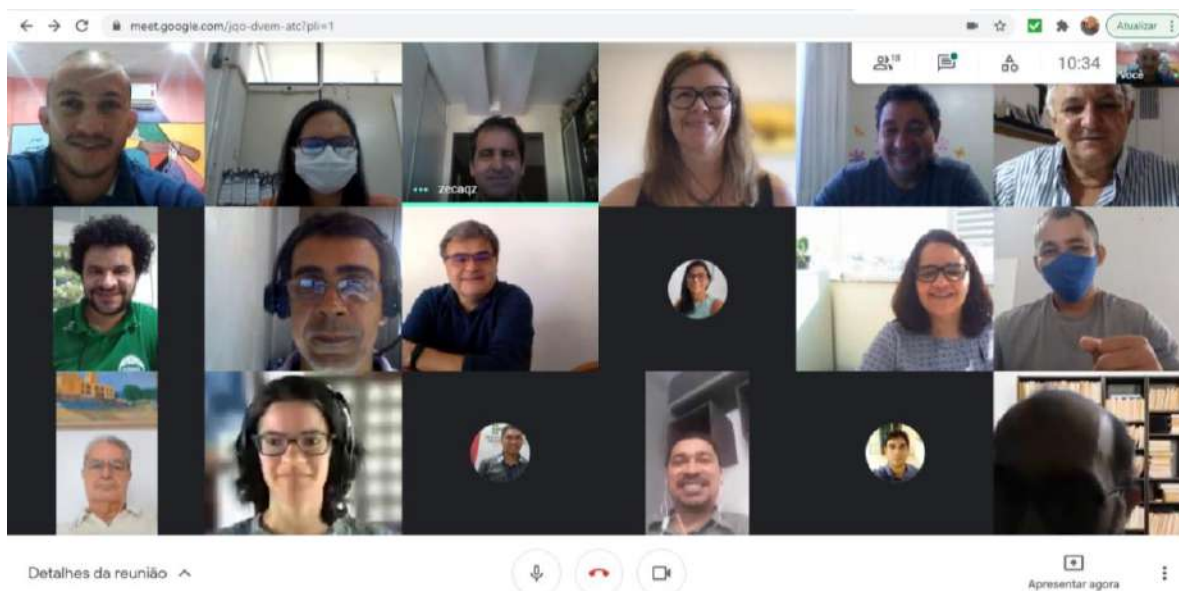
- Reavaliação da situação para retomada do processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral; e, realização de contato com as instituições já mobilizadas.
- Apresentação das Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará sobre a gestão de recursos hídricos nesses estados e a visão das mesmas para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;
- Apresentação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf sobre sua ação institucional; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**09 de junho de 2021** – Realização da 17ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e andamento da nova proposta de mobilização em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza;



- Apresentação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA sobre a gestão de recursos hídricos no estado e a visão da mesma para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.



**07 de julho de 2021** – Realização da 18ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e andamento da nova proposta de mobilização em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

Nesta reunião, a ANA fez uma apresentação sobre a proposta de serviços a serem executados pelo Consórcio Engeplus/Beck de Souza para retomada do processo de instalação do CBH Parnaíba, trazendo um resumo sobre a mobilização realizada em 2020, destacando-se os municípios visitados; as visitas por segmento; e, os quantitativos de cadastros, pré-inscrições e inscrições realizadas. Em relação à nova metodologia, foi explicado que a execução será em 04 etapas (Planejamento das Atividades; Mobilização Social e Comunicação; Seminários Regionais; e, Planárias, Assembleia de Posse e Oficina de Planejamento).

Destaca-se que a nova metodologia adota serviços a serem realizados de forma remota e de forma presencial, atendendo medidas de prevenção à Covid-19. Como

exemplo, os seminários regionais serão realizados de forma mista (presencial e streaming) com público presencial reduzido, limitado até 30 pessoas, em que será disponibilizado coffee break de forma individual, bem como disponibilizado álcool em gel e máscaras N95/PFF2 a todos os participantes. O tempo de evento será limitado (03 horas) e serão priorizados locais amplos e/ou abertos. No caso das reuniões Plenárias, serão adotadas as mesmas medidas, disponibilizando-se transporte com lotação reduzida e exigência de cartão de vacinação.

Ao final, os presentes discutiram sobre as cidades polos para recebimento dos seminários regionais, elegendo as 10 cidades prioritárias (Crateús/CE; Timon e Balsas/MA; Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Floriano/PI), em detrimento de Valença e Castelo do Piauí/PI, aumentando-se o público do evento presencial de 30 para 40 pessoas em Floriano e Teresina/PI. Todos os presentes concordaram com a metodologia proposta pela ANA.



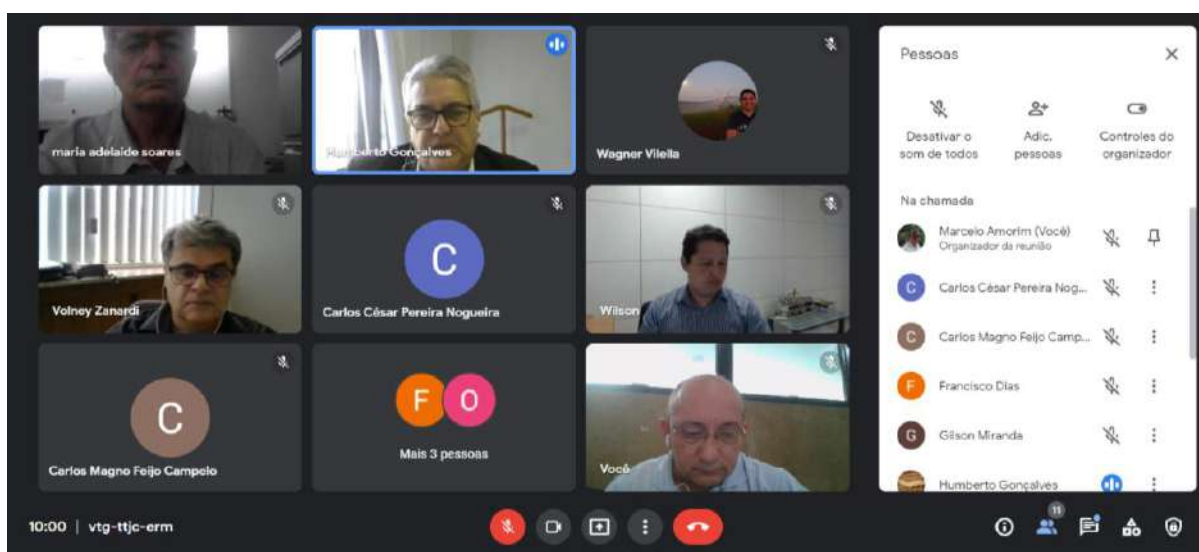
**06 de agosto de 2021** – Realização da 19ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Andamento da nova proposta de mobilização social para o processo eleitoral em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e Consórcio Engeplus/Beck de Souza;
- Apresentação e discussão sobre a matriz de conflitos e atores - Termo de Referência para contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;
- Informes gerais e encaminhamentos.

## 7. Atividades desenvolvidas no ano de 2022

**25 de março de 2022** – Realização da 20ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Microsoft Teams. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Andamento da nova proposta de mobilização social para o processo eleitoral em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza;
- Informes gerais e encaminhamentos.

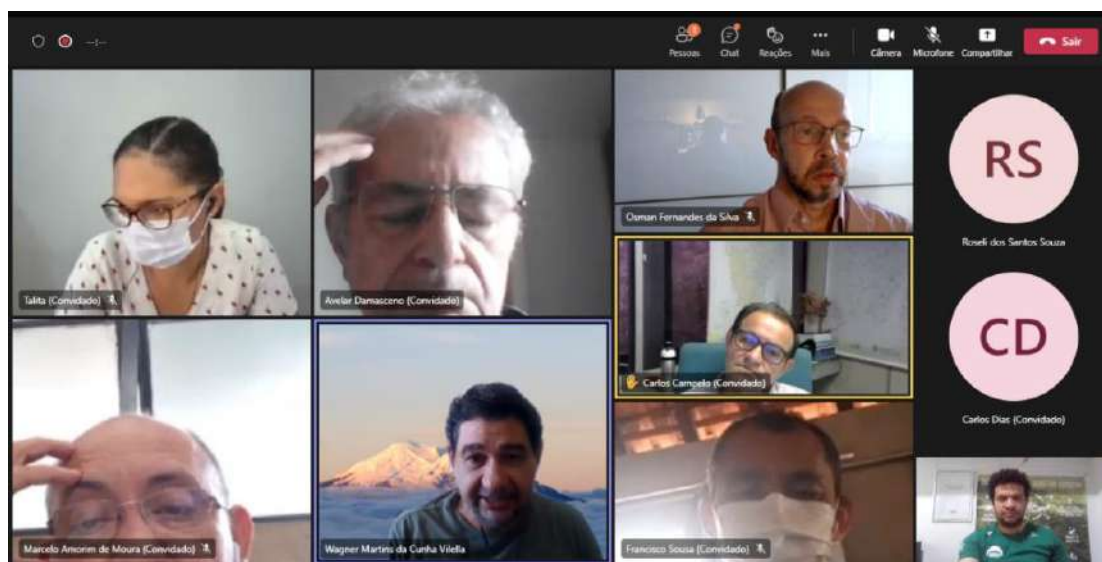


**01 de abril de 2022** – Realização da 21ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Microsoft Teams. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Elaboração de um calendário de atividades (reuniões/seminários) nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, como forma de mobilização e revitalização de contatos já firmados nos três Estados para o processo de eleição da Diretoria Efetiva do CBH Parnaíba com o apoio institucional da ANA; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.



Nesta reunião foram definidos o objetivo e o público-alvo dos Seminários de Integração a serem realizados pelo CBH Parnaíba no 1º semestre de 2022, a saber: como objetivo, discussão dos temas “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; “Histórico de criação do CBH Parnaíba” e “formas de participação”; como público-alvo, autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).



**13 de abril de 2022** – Realização da 22ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Planejamento da 23ª Reunião do CBH Parnaíba, que será presencial;
- Planejamento inicial dos Seminários de Integração, que ocorrerão nos três estados da bacia;
- Informes gerais e encaminhamentos.

Nesta reunião foram escolhidos os dias dos Seminários de Integração (21, 23 e 24 de junho de 2022), em único turno. A programação dos eventos também foi concluída, com a escolha de uma mesa redonda com os representantes do CBH Parnaíba e comitês estaduais tendo como tema “Desafios e Oportunidades dos Comitês de Bacias nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí” e uma palestra sobre a forma de participação dos interessados no CBH Parnaíba, por meio do processo eleitoral.

O planejamento definitivo desses eventos foi consolidado na reunião presencial (23ª Reunião), realizada em Teresina/PI, no dia 13/04/2022.

**13 de maio de 2022** – Realização da 23ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma presencial na sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA/PI. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Planejamento dos Seminários de Integração, que ocorrerão nos três estados da bacia em junho de 2022;
- Planejamento inicial das atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022;
- Atualização dos membros da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral;
- Informes gerais e encaminhamentos.



**21 de junho de 2022** – Realização do Seminário de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba em Balsas/MA. Este Seminário foi realizado no Auditório da Universidade Federal do Maranhão – Campus Balsas. A abertura do evento contou com a participação de representantes da UFMA - Campus Balsas; da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR/PI, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e da Rede Ambiental do Piauí – REAPI / CBH Parnaíba.



Conforme programação do evento, foi realizada uma mesa redonda intitulada “Desafios e Oportunidades para os Comitês na Bacia do Parnaíba”, bem como palestra sobre “Como participar do CBH Parnaíba”. Ao todo, o evento contou com aproximadamente 55 pessoas, de diversos setores.

**SEMINÁRIOS DE INTEGRAÇÃO  
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA**

**BALSAS - MA**

Data: **21 de Junho de 2022**  
 Horário: **8 às 12 horas**  
 Local: **Auditório da UFMA – Campus Balsas**  
 Rodovia MA 140, KM 04, Balsas - MA

**PROGRAMAÇÃO**

8h **Solenidade de Abertura**  
 8h30min **Mesa Redonda:** Desafios e Oportunidades Para os Comitês na Bacia do Parnaíba  
*Avelar Amorim: Presidente do CBH Parnaíba*  
*Nilmar Xavier: Presidente do CBH do Rio das Balsas e Afluentes Maranhenses do Alto Parnaíba*  
*Francisco das Chagas: Presidente do Fórum Maranhense de Comitês de Bacias Hidrográficas*  
*Rayssa Queiroz: Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão*

10h30min **Coffee Break**  
 11h **Palestra:** Como Participar do CBH Parnaíba  
*Wagner Viella: Comissão Eleitoral do CBH Parnaíba*

**#SOMOSTODOSPARNÁIBA**



**23 de junho de 2022** – Realização do Seminário de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba em Teresina/PI. Este Seminário foi realizado no Auditório da Associação Piauiense de Municípios – APPM. A abertura do evento contou com a participação de representantes da APPM, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR/PI, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Canindé e Piauí, do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI); do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, da Rede Ambiental do Piauí / CBH Parnaíba, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e da Fundação Grande Pedro II.





Conforme programação do evento, foi realizada uma mesa redonda intitulada “Desafios e Oportunidades para os Comitês na Bacia do Parnaíba”, bem como palestra sobre “Como participar do CBH Parnaíba”. Ao todo, o evento contou com aproximadamente 100 pessoas, de diversos setores.



**24 de junho de 2022** – Realização do Seminário de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba em Cratêus/CE. Este Seminário foi realizado no Auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – IFCE – Campus de Cratêus. A abertura do evento contou com a participação de representantes do IFCE – Campus Cratêus, dos Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais dos Sertões de Cratêus e da Serra da Ibiapaba, da Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH/CE, da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Piauí – SEMAR/PI, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH e da Rede Ambiental do Piauí – REAPI / CBH Parnaíba.







Conforme programação do evento, foi realizada uma mesa redonda intitulada “Desafios e Oportunidades para os Comitês na Bacia do Parnaíba”, bem como palestra sobre “Como participar do CBH Parnaíba”. Ao todo, o evento contou com aproximadamente 85 pessoas, de diversos setores.



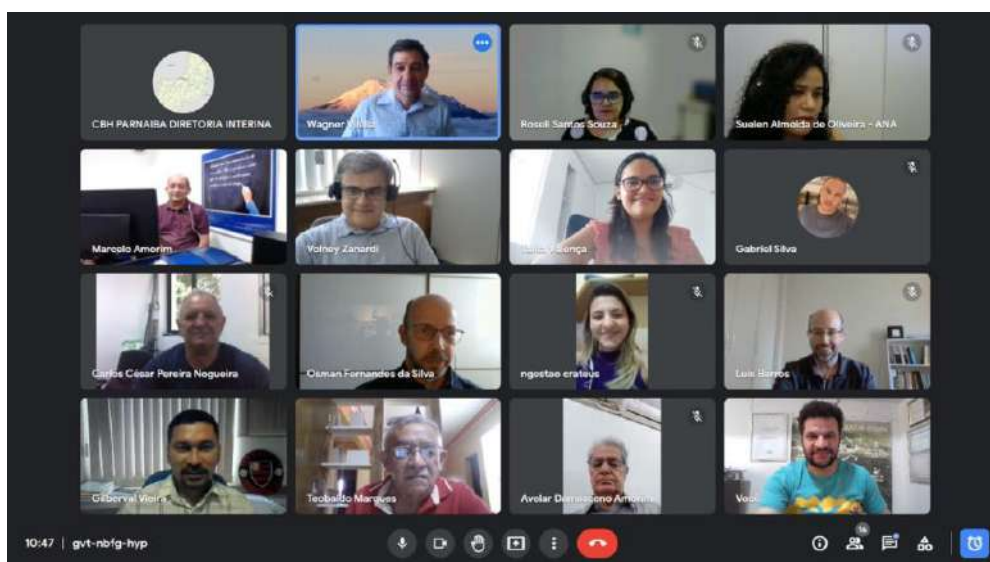
**30 de setembro de 2022** – Realização da 24ª Reunião de Trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, realizada de forma virtual pelo aplicativo Google Meet. Na ocasião, foram apresentados e discutidos os assuntos constantes da seguinte pauta:

- Planejamento das atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022;

- Situação da contratação de empresa de apoio à mobilização social para o processo eleitoral, sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;
- Informes gerais e encaminhamentos.

Nesta reunião, os representantes da ANA informaram que a contratação de empresa de apoio à mobilização social para o processo eleitoral estava sob apreciação da Diretoria da Agência, tendo o processo já aprovação dos setores técnico e jurídico, com previsão de publicação do edital no começo do mês de outubro de 2022.

Quanto ao planejamento das atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022, foi aprovada a realização do Curso “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”, sugerida na 23ª reunião do CBH Parnaíba, a ser oferecido pela ANA aos membros da Diretoria Provisória e do Grupo Apoio do CBH Parnaíba, bem como dos comitês estaduais.



**27 de outubro de 2022** – Foi publicado no Diário Oficial da União aviso de licitação da Concorrência nº 2/2022 – UASG 443001 / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba). Entrega das Propostas em 13/12/2022. Link para acesso ao Edital e seus anexos: <https://www.gov.br/compras/edital/443001-3-00002-2022>.

## 8. Considerações Finais

Desde o final do ano de 2020 até julho de 2021, o CBH Parnaíba, através da sua Diretoria Provisória, juntamente com o Grupo de Auxiliares e o Grupo de Apoio, vinha discutindo formas de retomar o processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral de forma que garantisse a ampla participação social e o respeito aos protocolos de segurança sanitária vigentes pela continuidade da Pandemia da Covid-19, chegando a uma metodologia híbrida em tratativas com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA em 07/07/2021, na sua 18ª Reunião de Trabalho.

Entretanto, desde a aprovação da nova metodologia de mobilização social, a ANA não conseguiu finalizar os trâmites necessários ao reinício dos serviços do Contrato nº 036/2019/ANA, celebrado com o Consórcio Engeplus/Beck de Souza, informando ao CBH Parnaíba, na sua 23ª Reunião de Trabalho, em 13/05/2022, a possibilidade de rescisão contratual, o que realmente aconteceu posteriormente.

Em 27 de outubro de 2022, a ANA publicou o Edital de Concorrência nº 2/2022, visando a contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).

Destaca-se que esses serviços são essenciais pois a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba não possui recursos humanos, materiais e financeiros para realizar a mobilização social de forma eficiente sem o apoio da ANA, dependendo da recontração desses serviços para retomar o processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral.

Mesmo com os entraves administrativos oriundos da paralisação e da rescisão do Contrato nº 036/2019/ANA, a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba vem se reunindo frequentemente e realizando eventos que visam contribuir para mobilização social na bacia, conforme comprovado neste relatório, enquanto aguarda a contratação de empresa especializada para cumprir as incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH n. 05, de 2000, justificando-se assim a necessidade de nova prorrogação do seu mandato, com vigência até 31 de dezembro de 2022, de acordo com a Resolução nº 229, de 30 de novembro de 2021.



## **ANEXOS**

**Anexos I – Deliberações do CBH Parnaíba**

**Anexos II – Memórias de reunião**

**Anexos III – Resoluções do CNRH**

**Anexos IV – Comunicado CBH Parnaíba e ANA (Suspensão da mobilização social), Decreto nº 9.335/2018, Portaria CNRH nº 01/2018, Ofício nº 04/2022/VR/ANA.**

**Anexos V – Edital de Concorrência nº 2/2022 - ANA**

## DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 01/2018, de 25 de Junho de 2018

*Institui o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.*

A **Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, celebrado em 28 de fevereiro de 2018, entre a Agência Nacional de Águas - ANA, os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará e os Comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba;

Considerando a necessidade de promover a mobilização da sociedade civil, dos setores usuários e das instituições públicas que atuam na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;

Considerando a necessidade de coordenar o processo eleitoral e conduzir os procedimentos de escolha dos membros dos segmentos dos usuários, das organizações civis e do poder público municipal, para a instalação do CBH Parnaíba;

Considerando a necessidade de elaborar a proposta de Regimento Interno do CBH Parnaíba.

### **DELIBERA:**

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, para apoiar a coordenação da mobilização e do processo eleitoral, auxiliar na definição de procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê e elaborar proposta de Regimento Interno, a ser aprovada pela Diretoria Provisória e ratificado pelos membros do Comitê.

Art. 2º O Grupo de Apoio de que trata o Art. 1º será constituído por 11 membros, sendo:

I - três representantes de cada estado na área da bacia, respeitada a representatividade dos segmentos dentro de cada estado;

II – um representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; e

III – um representante da Agência Nacional de Águas.

§ 1º. Os representantes mencionados no inciso I do *caput* deste artigo serão indicados pelas Subcomissões Pró-CBH Parnaíba dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

§ 2º. O Grupo de Apoio permanecerá constituído até a data de posse dos membros e da Diretoria do CBH Parnaíba.



Taís Oliveira

Art. 3º São atribuições do Grupo de Apoio:

I – executar as diretrizes da Diretoria Provisória com vistas à organização e realização do processo de instalação do Comitê;

II – apoiar o processo de mobilização das organizações civis, dos setores usuários e das instituições públicas que atuam na bacia;

III – elaborar e encaminhar para aprovação da Diretoria Provisória a proposta de normas, procedimentos e critérios para o processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê;

IV – propor o calendário para a realização do processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê, no qual devem estar estabelecidos os prazos legais e eventos do processo, encaminhando-o à aprovação da Diretoria Provisória;

V – elaborar os textos dos editais de convocação para as diversas etapas do processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê, encaminhando-os à Diretoria Provisória para aprovação e devida publicidade;

VI – apoiar o processo de habilitação dos usuários e organizações civis no CBH Parnaíba e de credenciamento dos representantes destes segmentos concorrentes as vagas de membro do Comitê;

VII – apoiar a condução do processo de indicação ou eleição dos membros do Comitê, do poder público municipal, dos segmentos usuários e das organizações civis;

VIII – elaborar a proposta de regimento interno do Comitê; e

IX – encaminhar a minuta de regimento interno final para aprovação da Diretoria Provisória.

Art. 4º Os trabalhos do Grupo de Apoio serão acompanhados, orientados e supervisionados pela Diretoria Provisória.

Art. 5º Após a conclusão do processo eleitoral, o Grupo de Apoio deverá encaminhar toda a documentação do processo ao Presidente Interino do CBH Parnaíba.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor na data de sua assinatura.

	
Avelar Damasceno Amorim	Talita Salomão de Oliveira
Presidente Interino	Secretária Interina



**DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 02, de 30 de novembro de 2018.**


*Aprova o Regimento Interno do Comitê da  
Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH  
Parnaíba.*

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto nº 9.335, de 05 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

**DELIBERA:**

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba, na forma do anexo a esta Deliberação.

Teresina – PI, 30 de novembro de 2018.



Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino



## ANEXO

### REGIMENTO INTERNO DO CBH PARNAÍBA

#### CAPÍTULO I

##### DA DENOMINAÇÃO, ÁREA DE ATUAÇÃO E SEDE

Art. 1º O CBH Parnaíba é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, do Decreto nº 9.335, de 05 de abril de 2018, do Presidente da República, e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. A sede do CBH Parnaíba será na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, e poderá ser transferida por decisão da plenária.

Art. 2º O CBH Parnaíba, tem como área de atuação a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, localizada nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí e será regido por este Regimento.

#### CAPÍTULO II

##### DA FINALIDADE

Art. 3º O CBH Parnaíba tem por finalidade:

I – promover e articular a gestão dos recursos hídricos e as ações de sua competência, considerando a bacia hidrográfica do rio Parnaíba como unidade de planejamento e gestão, apoiando a consolidação das políticas públicas afins e os interesses das presentes e futuras gerações, visando o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica;

II – promover a articulação federal, interestadual e intermunicipal, integrando as iniciativas regionais de estudos, projetos, planos e programas às diretrizes e metas estabelecidas para a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, com vistas à conservação e à proteção de seus recursos hídricos;

III – promover a execução das ações e exercer as atribuições definidas no âmbito da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, implementando e integrando as ações previstas na Lei nº 9.433/97, nas leis estaduais correspondentes e em normas complementares supervenientes; e

IV – apoiar e promover a integração das instâncias de recursos hídricos que atuam na bacia.



discutidos e definidos antes do início do regime de deliberação.

§ 2º A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante não constante da pauta, dependerá de aprovação de um terço dos membros presentes na abertura da reunião.

§ 3º Tribuna livre é o espaço destinado a manifestação sobre temas e assuntos relacionados a bacia.

Art. 24 Qualquer membro poderá requerer vista, mediante justificativa e sustentação oral, de matéria ainda não votada.

§ 1º A critério da Plenária, por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes, o pedido de vistas poderá ser negado, dando sequência a discussão da matéria;

§ 2º Se atendido o pedido de vistas, a manifestação do membro sobre a matéria deverá ser encaminhada ao CBH Parnaíba em prazo estipulado pela Mesa Diretora, sob forma de parecer, para inclusão na pauta da reunião seguinte, ordinária ou extraordinária;

§ 3º O parecer deverá conter, no mínimo, a justificativa circunstanciada das razões motivadoras do pedido de vista e sugestão de encaminhamento da matéria;

§ 4º Na hipótese de não apresentação do parecer, a instituição requerente estará impedida de requerer novo pedido de vista nas duas reuniões subsequentes, sendo este fato comunicado à Plenária.

§ 5º A mesma matéria não poderá ser objeto de novo pedido de vista, a não ser por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

§ 6º Quando mais de um membro pedir vista, o prazo será utilizado conjuntamente.

Art. 25 Por solicitação justificada de qualquer membro do CBH Parnaíba e por deliberação da Plenária, o Presidente da mesa poderá determinar a inversão da ordem de discussão e o adiamento das matérias constantes da pauta.

Art. 26 As questões de ordem deverão versar sobre a forma de encaminhamento dos debates ou votação da matéria em discussão podendo ser levantadas a qualquer tempo.

Parágrafo único. As questões de ordem serão decididas pelo Presidente da mesa.

Art. 27 As Deliberações e Moções do CBH Parnaíba serão aprovadas por maioria simples, dos membros presentes na abertura da reunião.

§ 1º As votações serão abertas e poderão ser nominais.

§ 2º É facultado ao membro solicitar registro em ata de sua declaração de voto no momento da votação, o que será feito após o anúncio do resultado da votação pela Mesa Diretora.

Art. 28 Os membros suplentes terão direito à voz e votarão na ausência do membro titular.



### **CAPÍTULO III**

#### **DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 4º Compete ao CBH Parnaíba:

I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III – aprovar e acompanhar a implementação do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, respeitando e integrando as diretrizes e as orientações contidas nos planos nacional e estaduais de recursos hídricos, compatibilizando de forma articulada e integrada, com os planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas afluentes ao rio Parnaíba, quando existentes;

IV – propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos os quantitativos das acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, de forma integrada com os quantitativos definidos no âmbito das políticas estaduais de recursos hídricos.

V – estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, em articulação com os critérios definidos no âmbito das políticas estaduais de recursos hídricos;

VI – estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

VII – solicitar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a criação de sua Agência de Águas ou delegação de competência a uma das entidades previstas na legislação de recursos hídricos.

VIII – aprovar a proposta de planos anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, inclusive decidindo sobre a proposta orçamentária da sua Agência de Água, ou da entidade delegatária de suas funções, conforme previsto no artigo 44 da Lei nº 9.433/97;

IX – fomentar e apoiar iniciativas de educação ambiental em consonância com Lei nº 9.765, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como sua regulamentação; e

X – articular o estabelecimento, a partir do Plano de Recursos Hídricos da bacia, dos níveis de qualidade e quantidade de água, em áreas de divisas estaduais e nas áreas limítrofes de atuação de comitês de bacias afluentes, bem como definir metas regionais que visem à utilização desses recursos de forma sustentável;

XI – exercer as demais competências definidas pela legislação, em cumprimento à Lei Federal nº 9.433/97 e da sua regulamentação;

XII – aprovar o seu Regimento Interno e suas alterações.





## CAPÍTULO IV

### DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O CBH Parnaíba será composto por 50 (cinquenta) membros titulares, de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias:

I – União, com 2 (dois) representantes;

II – Estados, com 6 (seis) representantes, sendo 2 (dois) para cada Estado que compõe a bacia hidrográfica, quais sejam: Ceará, Maranhão e Piauí;

III – Municípios, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, com 8 (oito) representantes, sendo:

a) 1 (um) do Estado do Ceará;

b) 2 (dois) do Estado do Maranhão; e

c) 5 (cinco) do Estado do Piauí.

IV – usuários das águas de sua área de atuação, com 20 (vinte) representantes, considerando a representação dos seguintes setores:

a) 4 (quatro) para abastecimento urbano e lançamento de efluentes, sendo 1 (um) para o Estado do Ceará, 1 (um) para o Estado do Maranhão, 2 (dois) para o Estado do Piauí;

b) 7 (sete) para irrigação e uso agropecuário, sendo 1 (um) para a União, 1 (um) para o Estado do Ceará, 2 (dois) para o Estado do Maranhão e 3 (três) para o Estado do Piauí;

c) 5 (cinco) para indústria e mineração, sendo 1 (um) para o Estado do Ceará, 1 (um) para o Estado do Maranhão e 3 (três) para o Estado do Piauí;

d) 1 (um) para o setor de hidroeletricidade, sendo 1 (um) para o Estado do Piauí; e

e) 3 (três) para os setores de pesca, turismo, lazer e outros usos não consultivos, sendo 1 (um) para o Estado do Maranhão, e 2 (dois) para o Estado do Piauí.

V – entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia hidrográfica com 15 (quinze) representantes, sendo 2 (dois) com atuação no Estado do Ceará, 5 (cinco) no Estado do Maranhão, 8 (oito) no Estado do Piauí, considerando as seguintes entidades:

a) 8 (oito) para organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, sendo 1 (uma) para o Estado do Ceará, 3 (três) para o Estado do Maranhão e 4 (quatro) para o Estado do Piauí;

b) 7 (sete) para organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, sendo 1 (uma) para o Estado do Ceará, 2 (duas) para o Estado do Maranhão e 4 (quatro) para o Estado do Piauí, procurando se garantir, quando existentes, a representação de associações de atingidos por obras hídricas ou comunidades tradicionais.





§ 1º É membro do CBH Parnaíba aquele que for eleito ou indicado conforme as regras estabelecidas neste Regimento, sendo que no caso de pessoa jurídica, a vaga será da entidade e não da pessoa física que a representa.

§ 2º Cada membro titular terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou ausência.

§ 3º A indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos poderes públicos federal e estaduais, dar-se-á pelo titular de cada órgão representado.

§ 4º Os representantes, titulares e suplentes, das pessoas jurídicas eleitos para compor o CBH Parnaíba serão indicados por seus respectivos representantes legais.

Art. 6º A escolha dos membros titulares e suplentes representantes dos municípios, dos usuários e das organizações civis será feita em reuniões plenárias por segmento, organizadas pelo CBH Parnaíba, e se dará dentre os habilitados a participar do processo eleitoral, observado os critérios de credenciamento e requisitos dispostos neste artigo.

I – Poderão se habilitar ao processo eleitoral os representantes do Poder Público Municipal e entidades representativas;

II - Poderão se habilitar ao processo eleitoral os usuários de recursos hídricos com uso de água comprovado na bacia do rio Parnaíba ou entidades representativas de usuários;

III - Poderão se habilitar ao processo eleitoral os representantes da Sociedade Civil com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e demais entidades desta natureza com atuação comprovada na bacia hidrográfica do rio Parnaíba; e

IV - Poderão se habilitar ao processo eleitoral os representantes das organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, com atuação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

§ 1º O processo eleitoral será coordenado pela Secretaria do CBH Parnaíba, terá ampla e prévia divulgação, será regido por deliberação específica, que aprovará os editais contendo critérios de credenciamento, de habilitação e distribuição das vagas previstas nos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º e deverá terminar em até 60 (sessenta) dias antes do fim do mandato em vigor.

§ 2º O mandato dos membros do CBH Parnaíba será de 4 (quatro) anos a partir da data de sua posse.

§ 3º É vedada a participação no CBH Parnaíba de associações de municípios ou de usuários como representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos.

§ 4º É vedado que um mesmo membro represente mais de um órgão ou entidade.

§ 5º o CBH Parnaíba deverá incentivar a participação de pequenos usuários, por meio de suas entidades representativas, para as vagas dispostas na alínea c, inciso IV, art. 5ª,



## CAPÍTULO V

### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 7º A Estrutura do CBH Parnaíba compreenderá:

- I – Plenária;
- II – Diretoria; e
- III – Câmaras Técnicas.

## CAPÍTULO VI

### DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

#### Seção I

##### Da Diretoria

Art. 8º A Diretoria será composta por 1(um) presidente, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) secretário, eleitos pela Plenária, garantida a participação de representantes dos três Estados e dos três segmentos que compõe a Plenária (sociedade civil, usuários e poder público).

§ 1º Os interessados em compor a Diretoria do Comitê deverão articular-se procurando o consenso para compor chapa única, que conterà a indicação dos nomes dos candidatos e cargos que pretendem ocupar, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

§ 2º Não havendo consenso, os interessados deverão concorrer por meio de chapas completas, ou seja, que apresentem a indicação dos candidatos aos (três) postos da Diretoria, vedada a participação de um mesmo candidato em chapas distintas.

§ 3º As chapas referidas nos parágrafos 1º e 2º, deverão ser apresentadas e protocoladas junto à Secretaria do Comitê até 15 (quinze) dias antecedente à reunião plenária para eleição da Diretoria, acompanhadas de Propostas de Trabalho.

§ 4º Havendo consenso, a votação será por aclamação.

§ 5º Não havendo consenso a votação será direta e secreta, mediante a distribuição de cédulas que deverão conter somente a relação das chapas concorrentes e sua composição.

§ 6º Será eleita e imediatamente empossada pela Plenária a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 7º Em caso de empate, será empossada a chapa do candidato à Presidência que tiver mais tempo de atuação no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; permanecendo o empate, será eleita a chapa do candidato à Presidência que for mais idoso.

§ 8º O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser



prorrogado por até 45 (quarenta e cinco) dias para a posse dos novos membros ou eleição da nova Diretoria. Findo este prazo e não tendo sido eleita a nova Diretoria, os cargos serão considerados vagos nos termos no parágrafo 2º do Art. 10º.

§ 9º O mandato dos membros da Diretoria será coincidente, podendo haver uma única reeleição.

§ 10 Os membros da Diretoria poderão ser destituídos por decisão da Plenária com pelo menos dois terços de votos favoráveis, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 9º Os cargos da Diretoria são privativos dos representantes titulares, eleitos para tal, vedada a substituição por suplentes ou por novos representantes que venham a ser indicados pelas respectivas entidades.

Parágrafo único. Será destituído do cargo a pessoa física que perder o vínculo institucional, cabendo ao Plenário, em caso de mudança de vínculo, a decisão de manter no cargo o titular do mandato, desde que atendido os preceitos do artigo 8º.

Art. 10 Os membros da Diretoria não poderão ser substituídos, exceto interinamente cabendo, em caso de vacância, a realização de nova eleição no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º Em caso de vacância e impedimentos temporários do Presidente, a função será ocupada interinamente pelo Vice-Presidente e, no impedimento deste, pelo Secretário.

§ 2º Em caso de vacância de todos os cargos da Diretoria, o membro mais idoso do CBH Parnaíba, assumirá a Presidência e convocará a eleição no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 3º A realização da eleição, na forma deste artigo, dar-se-á para completar o tempo de mandato do substituído.

### **Sub-seção I**

#### **Das atribuições do Presidente**

Art. 11 Cabe ao Presidente do CBH Parnaíba:

- I – dar posse aos membros titulares e suplentes;
- II – convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, fixando-lhes a pauta.
- III – coordenar as reuniões;
- IV – encaminhar a votação das matérias submetidas à apreciação da Plenária;
- V – assinar as atas das reuniões, Deliberações e Moções aprovadas, juntamente com o Secretário;
- VI – fazer cumprir as decisões da Plenária;





VII – decidir “ad referendum” da Plenária sobre os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação da Plenária, na reunião seguinte;

VIII – representar o CBH Parnaíba, ou se fazer representar;

IX – promover articulação do CBH Parnaíba com os comitês de bacias hidrográficas existentes, ou organismos de bacias, em sua área de atuação;

X – solicitar aos órgãos e entidades os subsídios e informações para o exercício das funções do CBH Parnaíba e consultar ou solicitar assessoramento a outras entidades relacionadas com os recursos hídricos e preservação do meio ambiente, sobre matérias em discussão;

XI – convidar especialistas, mediante proposta da Plenária ou das Câmaras Técnicas, para debater questões de relevância para o CBH Parnaíba;

XII – definir prazos para apresentação do parecer relativo à matéria objeto de pedido de vistas;

XIII – zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;

XIV – designar relatores para assuntos específicos;

XV – definir os municípios de realização das reuniões plenárias;

XVI – exercer as demais competências constantes neste Regimento Interno;

XVII – o presidente do CBH Parnaíba encaminhará ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, questões de competência deste, conforme previsões legais; e

XVIII – manter o CBH Parnaíba informado sobre as matérias em discussão no Conselho Nacional e nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

## **Sub-seção II**

### **Das atribuições do Vice-Presidente**

Art. 12 Compete ao Vice-Presidente:

I – apoiar o Presidente no exercício de suas atribuições;

II – cumprir as atribuições do Presidente em suas ausências ou impedimentos eventuais; e

III – representar, de forma complementar, o CBH Parnaíba.

## **Sub-seção III**

### **Das atribuições do Secretário**

Art. 13 Compete ao Secretário:



I – encaminhar às Câmaras Técnicas, para análise e parecer, assuntos de suas competências;

II – adotar providências administrativas necessárias ao andamento dos processos;

III – elaborar, até o início de cada ano, a Agenda Anual de Atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CBH Parnaíba, submetê-la para aprovação da Plenária e indicar à Secretaria do Comitê as providências necessárias para seu cumprimento;

IV – promover a convocação dos membros titulares e suplentes às reuniões e organizar a pauta, com a aprovação do Presidente;

V – secretariar as reuniões da Plenária lavrando as respectivas atas e prestando as informações solicitadas, ou que julgar convenientes, sobre os processos ou matérias em pauta;

VI – assessorar o Presidente;

VII – redigir, sob a forma de Deliberação ou de Moção, as decisões tomadas pela Plenária, providenciar sua publicação e arquivá-la;

VIII - assinar as atas das reuniões, Deliberações e Moções aprovadas, juntamente com o Presidente;

IX – adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias ao exercício de sua competência;

X – expedir as documentações do CBH Parnaíba, após autorização do Presidente;

XI – elaborar o Relatório Anual de Atividades do CBH Parnaíba;

XII – exercer outras atribuições determinadas pelo Presidente ou pela Plenária, necessárias ao desenvolvimento das atividades do CBH Parnaíba;

XIII – organizar e manter o acervo documental do CBH Parnaíba;

XIV – acompanhar e alimentar com informações o sítio eletrônico do CBH Parnaíba; e

XV – representar, de forma complementar, o CBH Parnaíba.

Art. 14 As competências do Secretário serão exercidas com apoio de uma estrutura de Secretaria Executiva, inicialmente estruturada pela Agência Nacional de Águas, até que se estabeleça uma Agência de Água ou entidade delegatária para o CBH Parnaíba.

## CAPÍTULO VII

### DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Art. 15 Aos membros do CBH Parnaíba, além das atribuições já expressas, compete:



- I – participar das reuniões do CBH Parnaíba;
- II – discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- III – apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação da Plenária do CBH Parnaíba;
- IV – solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias;
- V – propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela constante;
- VI – requerer votação;
- VII – fazer constar em ata o seu ponto de vista discordante quando julgar relevante;
- VIII – propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CBH Parnaíba;
- IX – votar e ser votado para as funções previstas neste Regimento;
- X – propor a criação das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos;
- XI – propor a criação da Agência de Águas ou indicar a entidade delegatária de suas competências;
- XII – informar com antecedência ao Secretário do CBH-Parnaíba, a impossibilidade de comparecimento às reuniões; e
- XIII – Solicitar vista de matéria, desde que devidamente justificada;
- XIV – Retirar da pauta matérias de sua autoria, com a devida justificativa;
- XV – Apresentar relatórios e pareceres dos prazos fixados;
- XVI – Conhecer o teor deste Regimento e zelar pelo seu cumprimento; e
- XVII - Observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro, bem como respeito à pauta das reuniões, as atribuições do comitê e as regras de funcionamento do colegiado previstas nesse regimento.

Art. 16 A participação dos membros no CBH Parnaíba será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

Art. 17 Os membros do CBH Parnaíba que praticarem, em nome do mesmo, atos contrários às leis ou às disposições deste Regimento, responderão por esses atos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DO FUNCIONAMENTO DA PLENÁRIA**

Art. 18 A Plenária é o órgão deliberativo do CBH Parnaíba.



Art. 19 A Plenária do CBH Parnaíba reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo uma reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente ou, no mínimo, por 1/3 dos seus membros.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH Parnaíba serão públicas e, prioritariamente, em cidades localizadas na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Art. 20 As reuniões serão instaladas com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros do CBH Parnaíba, em primeira convocação e com cinquenta por cento mais um, em segunda convocação, espaçada em uma hora da primeira.

§ 1º. Não havendo o quorum necessário definido no caput deste artigo, haverá convocação para nova reunião, a ser realizada no prazo de (15) quinze dias.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário, o representante com maior tempo de participação no Comitê, dentre os presentes, conduzirá a reunião. Havendo mais de um representante nesta condição, o mais idoso dentre eles assumirá a condução.

Art. 21 As convocações para as reuniões da Plenária do CBH Parnaíba serão realizadas com antecedência mínima de (30) trinta dias para as reuniões ordinárias e de (15) quinze dias para as reuniões extraordinárias.

§ 1º A convocação indicará, expressamente, a data, hora e local em que será realizada a reunião, conterá a pauta e a documentação sobre os assuntos constantes da pauta, exceto os requerimentos de urgência, e será encaminhada aos membros titulares e suplentes por meio eletrônico, obrigatoriamente com confirmação de recebimento.

§ 2º A convocação, a pauta e os documentos complementares da reunião serão divulgados por meio da página eletrônica do CBH Parnaíba na internet.

Art. 22 As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias que justificarem suas convocações, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta da reunião.

Art. 23 As reuniões ordinárias e extraordinárias serão conduzidas da seguinte forma:

- I – abertura de sessão e verificação de quorum;
- II – leitura da pauta, discussão da ordem do dia e deliberação sobre requerimentos de urgência;
- III – leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- IV – comunicações;
- V – apreciação de cada tema objeto da pauta da reunião, seguida de debates e deliberação, quando pertinentes;
- VI – tribuna livre;
- VII – encerramento.

§ 1º Havendo destaques na matéria em discussão, os mesmos deverão ser



Art. 29 É vedada a representação por procuração para participação nas plenárias.

Art. 30 Qualquer interessado poderá fazer o uso da palavra, mediante inscrição, cabendo a mesa Diretora a condução dos trabalhos.

Parágrafo único. Iniciado o processo de deliberação, não será concedida a palavra para novos pronunciamentos.

Art. 31 A matéria a ser submetida à apreciação da Plenária poderá ser apresentada por quaisquer dos membros do CBH Parnaíba, por meio de justificativa circunstanciada e conteúdo mínimo necessário à sua apreciação.

§ 1º A justificativa da proposta de deliberação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - relevância e convergência com a política de recursos hídricos.

II - impactos e consequências esperados e setores a serem afetados pela aprovação da matéria.

§ 2º A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Secretário do CBH Parnaíba que proporá ao Presidente a sua inclusão na pauta da reunião plenária, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

§ 3º Admitida a inclusão na pauta, a Plenária do comitê deverá se pronunciar, obrigatoriamente, sobre as matérias encaminhadas por seus membros.

§ 4º As solicitações de matérias subscritas por 1/3 dos membros do CBH Parnaíba deverão, obrigatoriamente, ser incluídas na pauta da reunião seguinte.

§ 5º As decisões de urgência ou inadiáveis, emitidas "ad referendum" pela presidência deverão, obrigatoriamente, ser incluídas como itens iniciais na pauta da reunião seguinte.

§ 6º Das decisões do CBH Parnaíba, cabe recurso ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 32 A Plenária se manifestará por meio de:

I – Deliberação, quando se tratar de decisão relativa à matéria vinculada à competência legal do CBH Parnaíba;

II – Moção, quando se tratar de manifestação de qualquer natureza, relacionada com as finalidades do CBH Parnaíba; e

III – Comunicação, ato ou procedimento de emissão de geração de informação a toda sociedade, manifestando o posicionamento do CBH Parnaíba em relação a assuntos pertinentes a Política de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. As decisões da Plenária do CBH Parnaíba terão a forma de Deliberação, dando-se conhecimento às partes diretamente interessadas por meio de ofícios, que deverão ser enviados por via postal ou por meio eletrônico.

Art. 33 O CBH Parnaíba poderá realizar consultas públicas para discussão de matérias consideradas relevantes pela Plenária.



Art. 34 As atas deverão ser aprovadas pela Plenária, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas por meio da página eletrônica do comitê.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO**

#### **Seção I**

##### **Das Câmaras Técnicas**

Art. 35 A Plenária do CBH Parnaíba poderá, a seu critério, decidir pela instituição de Câmaras Técnicas, definindo as suas composições, atribuições e regras de funcionamento.

#### **Seção II**

##### **Dos Grupos de Trabalho**

Art. 36 A Plenária poderá, para atendimento da necessidade de maior esclarecimento de uma determinada matéria, criar Grupo de Trabalho no âmbito das Câmaras Técnicas existentes.

Art. 37 As Câmaras Técnicas poderão criar Grupos de Trabalho para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência.

§ 1º Os Grupos de Trabalho terão seus componentes, cronograma e data de encerramento dos seus trabalhos estabelecidos pela Câmara Técnica ou pela Plenária, quando for o caso, no ato de sua criação.

§ 2º O prazo para conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, a critério das Câmaras Técnicas ou pela Plenária, quando for o caso, mediante justificativa de seu coordenador.

Art. 38 Os Grupos de Trabalho reunir-se-ão em sessões públicas.

Art. 39 Os componentes dos Grupos de Trabalho poderão ser escolhidos entre os membros do CBH Parnaíba e/ou das Câmaras Técnicas.

Parágrafo único: Especialistas e interessados na matéria em discussão poderão também compor os grupos de trabalho, por indicação de componentes da própria Câmara Técnica ou do Plenário do CBH Parnaíba.

Art. 40 O Coordenador e o Relator do Grupo de Trabalho serão escolhidos entre seus componentes.

§ 1º O relator encaminhará à Secretaria a lista de presença e o relatório de cada reunião realizada.

§ 2º O relator será o responsável pelo relatório final, aprovado e assinado pelos membros e encaminhado à respectiva Câmara Técnica pelo Coordenador.



## **CAPÍTULO X**

### **DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO**

Art. 41 O membro que não comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas do CBH Parnaíba, ou 3 (três) alternadas, sem justificativa acatada pelo Plenário e sem o comparecimento do seu respectivo suplente, receberá comunicação sobre a abertura de processo de desligamento.

§ 1º Caso não haja defesa por escrito referente ao comunicado de desligamento do membro no prazo de 30 (trinta) dias, a questão será levada à discussão e decisão da Plenária do CBH Parnaíba.

§ 2º No caso de desligamento do membro titular, o Presidente convocará o membro suplente para ocupar a vaga, sendo que a suplência será preenchida por uma das entidades eleitas, na sequência de votação, que completará o mandato em curso.

§ 3º No caso de desligamento dos membros titulares e suplentes, as vagas serão preenchidas por entidades eleitas, na sequência da votação, que completarão os mandatos em curso.

Art. 42 No caso de renúncia de um membro, seja ele, titular ou suplente, aplicam-se disposições, no que couber, dos § 1º, 2º e 3º do art. 41.


## **CAPÍTULO XI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 43 Este Regimento Interno poderá ser alterado por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos membros do CBH Parnaíba, em reunião extraordinária convocada especificamente para este fim, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 44 Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Plenária do CBH Parnaíba.

Art. 45 Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua aprovação.

  
\_\_\_\_\_  
Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino



## **DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 03, de 18 de fevereiro de 2019.**

*Dispõe sobre normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.*

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando a necessidade de definir normas, procedimentos e critérios para orientar o processo eleitoral dos representantes dos Poderes Públicos Municipais, dos Usuários e das Organizações Civas de Recursos Hídricos, bem como a indicação dos representantes do Governo Federal e dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, para a gestão 2019-2023 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba;

Considerando a Deliberação nº 03 de 30 de novembro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba – CBH Parnaíba;

### **DELIBERA:**

Art. 1º Aprovar as normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba para a gestão 2019-2023.

§ 1º A composição do plenário do CBH Parnaíba, deverá observar o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2º As vagas reservadas aos Poderes Públicos Federal e Estaduais serão preenchidas mediante indicação.

§ 3º As vagas reservadas aos Poderes Públicos Municipais, Usuários e Sociedade Civil serão preenchidas mediante Processo Eleitoral.

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA E INDICAÇÃO DOS MEMBROS**

Art. 2º Será instituída Comissão Eleitoral, em Deliberação específica, para acompanhar o processo de escolha dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, a ser composta por um membro de cada órgão gestor de recursos hídricos da bacia, com as seguintes competências:

- I – elaborar minuta do Edital de Convocação às eleições;
- II – receber, analisar as fichas de inscrições e habilitar os candidatos aptos ao processo;
- III – elaborar e dar publicidade da relação preliminar de habilitados ao processo eleitoral;



- IV – analisar os recursos interpostos;
- V – elaborar e dar publicidade da relação definitiva de habilitados ao processo eleitoral;
- VI – coordenar as Plenárias Setoriais;
- VII – elaborar e dar publicidade da relação final dos membros eleitos;
- VIII – dar conhecimento à Diretoria de todos os trabalhos realizados;
- IX – assessorar a Diretoria nos procedimentos necessários à posse dos membros do Comitê; e
- X – conduzir o processo de eleição e posse da nova Diretoria.

Art. 3º O Edital de Convocação ao processo eleitoral deverá definir, no mínimo:

- I – cronograma das etapas do processo: inscrição, habilitação, recursos, divulgação dos resultados;
- II – locais onde serão protocoladas as inscrições e os recursos; e
- III – forma de divulgação das datas e locais dos resultados.

Parágrafo único: As datas e locais das Plenárias Setoriais e da Assembleia de Posse serão divulgadas em editais específicos.

## CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º São considerados representantes de usuários de recursos hídricos:

- I – abastecimento urbano e lançamento e/ou diluição de efluentes urbanos, que respondem pelo abastecimento de água e/ou pelo esgotamento sanitário à população, inclusive diluição de efluentes, compreendendo os usuários com captação ou lançamento na bacia, e as entidades e instituições representativas desses usuários;
- II – indústria e mineração, compreendendo os usuários com captação de água ou lançamento na bacia, e as entidades representativas desses usuários;
- III – irrigação e uso agropecuário, compreendendo os usuários com captação de água ou lançamento na bacia e as entidades representativas desses usuários;
- IV – hidroeletricidade, compreendendo os usuários públicos ou privados que utilizem potencial hidráulico da bacia para geração de energia e suas entidades representativas;
- VI – pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos, compreendendo os usuários na bacia e suas entidades representativas.

Parágrafo único: As atividades de aquicultura serão enquadradas no inciso III.

Art. 5º São considerados representantes das entidades civis de recursos hídricos:

- I – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, que atuem no desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas na bacia do rio Parnaíba, diretamente relacionados às questões ambientais ou específicas de recursos hídricos.





II – organizações não governamentais com o objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, que tenham comprovada atuação em questões relacionadas ao meio ambiente ou específicas de recursos hídricos, no âmbito da bacia do Rio Parnaíba, pertencentes a uma das categorias a seguir relacionadas:

- a) organizações de natureza ambientalista;
- b) organizações cuja natureza e prática estejam relacionadas a ações sociais, educacionais e culturais;
- c) organizações relacionadas à defesa de interesses comunitários; e
- d) organizações representativas de atingidos por obras hídricas.

Parágrafo único: É vedada a participação no CBH Parnaíba de Associações de Municípios e Associações de Usuários como representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos.

Art. 6º São considerados representantes do Poder Público Municipal:

- I – municípios contidos total ou parcialmente na bacia hidrográfica do rio Parnaíba; e
- II – associações, consórcios e demais entidades representativas de municípios contidos total ou parcialmente na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

### CAPÍTULO III

## DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO, HABILITAÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS

### Seção I

#### Do Processo de Inscrição e Habilitação

Art. 7º Os interessados em participar do processo eletivo para composição do Plenário do CBH Parnaíba deverão preencher e apresentar a ficha de inscrição, que se encontra no Anexo I, acompanhada dos documentos comprobatórios relacionados no Anexo II desta Deliberação.

§ 1º A ficha de inscrição deverá ser assinada pelo representante legal da instituição ou outrem que comprove a efetiva outorga de poderes.

§ 2º A entrega dos documentos será de forma presencial ou postada nas Agências dos Correios, com Aviso de Recebimento, ou encaminhada por e-mail para endereços eletrônicos específicos, conforme prazos e endereços a serem indicados no Edital de Convocação.

§ 3º Interessados que já integram comitês de bacias estaduais com atuação na bacia do rio Parnaíba, poderão ser dispensados da apresentação dos documentos comprobatórios relacionados no Anexo II desde que, conjuntamente com a ficha de inscrição, seja apresentado ofício da presidência do respectivo comitê de bacia afirmando a condição de membro daquele colegiado e a veracidade das informações prestadas.

Observação: A Comissão Eleitoral poderá solicitar a qualquer momento do processo eleitoral a documentação comprobatória exigível no Edital.

Art. 8º Os interessados somente poderão se inscrever em um dos segmentos citados nos arts. 4º, 5º e 6º desta Deliberação, de acordo com a sua atividade principal declarada.



Art. 9º Os recursos interpostos quanto ao resultado preliminar dos habilitados e inabilitados deverão ser encaminhados e julgados pela Comissão Eleitoral que conduzirá o processo.

## Seção II

### Dos Procedimentos para Escolha dos Membros

Art. 10 As Plenárias Setoriais serão realizadas por Estado, segmento e setor de usuários de recursos hídricos, organizações civis e Poder Público Municipal.

Art. 11 Os representantes indicados como prepostos das entidades ou usuários habilitados deverão apresentar-se à coordenação da respectiva Plenária Setorial, no início do evento, munidos de documento de identidade com foto, visando ao credenciamento e recebimento do seu crachá.

§ 1º Na impossibilidade de participação do representante indicado na Ficha de Inscrição seu substituto deverá estar acompanhado de ofício, assinado pelo representante legal, o indicando para participar da referida reunião.

§ 2º A entidade ou usuário habilitado no processo eleitoral participará somente com um representante devidamente credenciado.

§ 3º Cada representante credenciado só poderá representar uma entidade ou usuário habilitado ao processo eleitoral.

Art. 12 A Plenária Setorial será conduzida por um Presidente, que será membro da Comissão Eleitoral, e um Relator que será designado pelo Presidente da Plenária.

Parágrafo único: Nas atas das Plenárias Setoriais deverão constar os nomes de todos os presentes, o número de votos obtidos por cada candidato, a classificação final após a votação e as assinaturas do Presidente e do Relator que conduziram a reunião, além de ser anexada a lista de presença dos habilitados.

Art. 13 Na abertura dos trabalhos, o Presidente da Plenária Setorial deverá apresentar a pauta que deverá constar:

- I – apresentação dos objetivos da Plenária;
- II – leitura e explicação sucintas sobre os termos desta Deliberação;
- III – apresentação do Regimento Interno do CBH Parnaíba e leitura dos artigos referentes à competência e composição do Comitê;
- IV – informações sobre as habilitações do segmento da respectiva Plenária Setorial; e
- V – orientações complementares sobre a eleição.

Parágrafo Único. A relação dos habilitados e prepostos deverá estar fixada em, pelo menos, dois locais no acesso à sala da Plenária, em posição de fácil leitura.

Art. 14 As votações dar-se-ão por voto aberto:

§ 1º A escolha dos membros titulares e suplentes do CBH Parnaíba será feita contabilizando-se os votos obtidos pelo candidato e organizando-os em ordem decrescente, sendo eleitos os membros titulares e suplentes conforme a seguinte sequência:



a) Na existência de 1 (uma) vaga para membro titular e 1 (uma) para membro suplente, o candidato mais votado ocupará a vaga de membro titular e o segundo candidato mais votado, a de membro suplente;

b) Na existência de mais de uma vaga para membros titulares e suplentes, os candidatos mais votados ocuparão as vagas de membros titulares e os seguintes, as de membros suplentes.

§ 2º A critério dos participantes das Plenárias Setoriais, o preenchimento das vagas poderá ser por aclamação.

Art. 15 No caso de empate entre os candidatos, não havendo consenso para a indicação dos representantes, será procedida nova votação entre os candidatos empatados.

Art. 16 Persistindo o empate previsto no artigo anterior, será considerado eleito o candidato cuja instituição possuir mais tempo relacionado ao uso ou proteção dos recursos hídricos.

§ 1º Para a contabilidade do tempo relacionado ao uso ou proteção dos recursos hídricos serão considerados:

- a) data de emissão da primeira outorga ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, para os usuários de recursos hídricos;
- b) data de registro de estatuto ou documento equivalente, para entidades representativas de usuários ou municípios, organizações não governamentais e organizações técnicas; e
- c) data de emancipação política, para municípios.

Art. 17 No caso de comparecimento de um único candidato, a suplência será assumida pelo representante que o titular eleito indicar, entre as entidades previamente habilitadas.

Art. 18 Ao término das escolhas para o preenchimento das vagas referente à respectiva Plenária Setorial caberá ao Presidente:

- a) anunciar os nomes dos membros titulares e suplentes eleitos;
- b) encerrar a reunião e encaminhar a ata da Plenária à coordenação da Comissão Eleitoral que acompanhará o processo;
- c) informar os encaminhamentos necessários à posse dos eleitos.

Art. 19 A Assembleia de Posse dos membros eleitos e indicados, será realizada em reunião específica, ocasião em que será promovida a eleição e a posse da nova Diretoria do CBH Parnaíba.

Art. 20 Todos os documentos e comunicações relativos ao processo eleitoral, assim como os resultados com as entidades eleitas, serão disponibilizados em página eletrônica do CBH Parnaíba.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA INDICAÇÃO DOS MEMBROS DOS PODERES PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAIS**



Art. 21 A articulação com as instituições do Poder Público Federal e Estadual, para indicação de seus representantes no CBH Parnaíba será realizada, conjuntamente, pelo Presidente Interino e pelo Coordenador da Comissão Eleitoral do CBH Parnaíba.


## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 22 A Comissão Eleitoral que acompanhará o processo atuará como instância de decisão nos casos omissos.

Art. 23 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Teresina - PI, 18 de fevereiro de 2019.



---

Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino



**ANEXO I**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO ELEITORAL DOS SEGMENTOS DE**  
**USUÁRIOS, ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E PODER PÚBLICO MUNICIPAL**

**1- DADOS DA ENTIDADE OU USUÁRIO SOLICITANTE:**

Nome da Entidade/Usuário:		
Rua/Avenida:		
CEP:	Município:	Nº:
Telefone/Fax:		UF:
CPF/CNPJ:	E-mail:	
Unidade da Federação que deseja concorrer: ( ) CE ( ) MA ( ) PI		

**A) USUÁRIOS / ASSOCIAÇÕES REPRESENTANTES DE USUÁRIOS:**

<input type="checkbox"/>	Abastecimento e lançamento de efluentes urbanos
<input type="checkbox"/>	Indústria e mineração
<input type="checkbox"/>	Irrigação e uso agropecuário
<input type="checkbox"/>	Hidroeletricidade
<input type="checkbox"/>	Pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos

**B) ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:**

<input type="checkbox"/>	Organizações técnicas de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos
<input type="checkbox"/>	Organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos

**C) PODER PÚBLICO MUNICIPAL:**

<input type="checkbox"/>	Prefeituras
<input type="checkbox"/>	Associações, consórcios e demais entidades representativas dos municípios

**REPRESENTANTE INDICADO PARA PARTICIPAÇÃO NA PLENÁRIA SETORIAL:**

Nome:		
Rua/Avenida:		
CEP:	Município:	Nº:
Telefone/Fax:		UF:
RG:	CPF:	E-mail:

**DECLARAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE/USUÁRIO**

Declaro ter ciência das Normas, Procedimentos e Critérios definidos para o Processo Eleitoral do Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (Gestão 2019-2023).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal pelo Solicitante<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Quando a assinatura não for do representante legal é obrigatória a apresentação de documento comprobatório de outorga de poderes.



**ANEXO II**  
**LISTA DE DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

<b>PODER PÚBLICO MUNICIPAL</b>	
<b>Prefeituras</b>	
Publicação da nomeação ou documento de investidura no cargo do prefeito.	
<b>Associações e Consórcios Intermunicipais</b>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Cópia do estatuto ou ato constitutivo equivalente, devidamente registrado.</li><li>2. Inscrição no CNPJ, do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor.</li><li>3. Relação atualizada dos municípios associados.</li><li>4. Cópia da ata de eleição da diretoria em exercício.</li><li>5. Cópia dos documentos pessoais do representante legal.</li></ol>	
<b>ENTIDADES CIVIS</b>	
<b>Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa</b>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Cópia do estatuto ou documento equivalente, devidamente registrado.</li><li>2. Inscrição no CNPJ, do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor.</li><li>3. Cópia da ata de eleição da diretoria em exercício ou ato de nomeação do representante legal.</li><li>4. Cópia dos documentos pessoais do representante legal.</li></ol>	
<b>Organizações Não Governamentais</b>	
Cópia do estatuto ou documento equivalente registrado em cartório, comprovando a sua constituição há pelo menos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data de publicação do Edital de Convocação ao processo eleitoral. Relatório contendo as atuações da entidade na bacia hidrográfica do rio Parnaíba (na Unidade de Federação que está sendo pleiteado a vaga) acompanhado por cópia de documentos comprobatórios. (Fotos, resumo do projeto, resultados, atestados, entre outros documentos). Inscrição no CNPJ, do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor. Cópia da ata de eleição da diretoria em exercício. Cópia dos documentos pessoais do representante legal.	
<b>USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS</b>	
<b>Pessoa Jurídica</b>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Outorga de direito de usos da água ou declaração de uso insignificante em vigor ou protocolo de requerimento de outorga de direito de usos da água junto à autoridade competente;</li><li>2. Cópia do estatuto ou documento equivalente, devidamente registrado.</li><li>3. Inscrição no CNPJ, do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor.</li><li>4. Cópia da ata de eleição da diretoria em exercício ou documento equivalente.</li><li>5. Cópia dos documentos pessoais do representante legal.</li><li>6. No caso de usos não outorgáveis, declaração da entidade representativa da atividade legalmente constituída ou do órgão público que regulamenta a atividade, comprovando a condição de usuário na bacia hidrográfica.</li></ol>	
<b>Pessoa Física</b>	
Apresentar os documentos relacionados nos itens 1, 5 e 6. <ol style="list-style-type: none"><li>1. Outorga de direito de usos da água ou declaração de uso insignificante em vigor ou protocolo de requerimento de outorga de direito de usos da água junto à autoridade competente;</li><li>2. Cópia dos documentos pessoais do representante legal.</li><li>3. No caso de usos não outorgáveis, declaração da entidade representativa da atividade legalmente constituída ou do órgão público que regulamenta a atividade, comprovando a condição de usuário na bacia hidrográfica.</li></ol>	
<b>Entidades representativas dos Usuários</b>	
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Cópia do estatuto ou documento equivalente, devidamente registrado.</li><li>2. Inscrição no CNPJ, do Ministério da Fazenda, com prazo de validade em vigor.</li><li>3. Cópia da ata de eleição da diretoria em exercício.</li><li>4. Cópia dos documentos pessoais do representante legal.</li></ol>	



## DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 04, de 18 de fevereiro de 2019

*Institui Comissão Eleitoral para condução do processo eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba, gestão 2019-2023.*

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando a necessidade de condução do processo eleitoral para eleição dos membros titulares e suplentes, bem como da Diretoria do CBH Parnaíba;

### **DELIBERA:**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do CBH Parnaíba, Comissão Eleitoral com atribuição de conduzir o processo de eleição e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba para a gestão 2019-2023.

Art. 2º A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros:


- Um membro indicado pela ANA, como Coordenador;
- Um membro indicado pela SRH/CE;
- Um membro indicado pela SEMA/MA; e
- Um membro indicado pela SEMAR/PI.

Art. 3º As atribuições da Comissão Eleitoral são aquelas definidas na Deliberação nº 03, de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 4º A Comissão Eleitoral tem o prazo de 90 dias para publicar o Edital de Convocação das Eleições.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Teresina - PI, 18 de fevereiro de 2019.



---

Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino



## DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 05, de 26 de junho de 2019

*Nomeia os Membros da Comissão Eleitoral para condução da eleição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba, gestão 2019-2023.*

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando a Deliberação nº 04, de 18 de fevereiro de 2019, que *Institui Comissão Eleitoral para condução do processo eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba, gestão 2019-2023;*

**DELIBERA:** *DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 05, de 26 de junho de 2019*

Art. 1º Fica constituída, no âmbito do CBH Parnaíba, a Comissão Eleitoral com atribuição de conduzir o processo de eleição e posse dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba para a gestão 2019-2023.

Art. 2º A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros:

**WAGNER MARTINS DA CUNHA VILELLA** - membro indicado pela ANA, como Coordenador;

**CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO** - membro indicado pela SRH/CE;

**REBECA CRISTINA NASCIMENTO MATOS** - membro indicado pela SEMA/MA; e


**ERYSON THIAGO DO PRADO BATISTA** - membro indicado pela SEMAR/PI.

Art. 3º As atribuições da Comissão Eleitoral são aquelas definidas na Deliberação nº 03, de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 4º A Comissão Eleitoral publicará o Edital de Convocação das Eleições após a definição da Empresa, selecionada no processo licitatório **EDITAL DE CONCORRÊNCIA DO TIPO TÉCNICA E PREÇOS Nº 01/ANA/2019 - PROCESSO Nº 02501.005021/2018-33**, responsável pelos serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Teresina - PI, 26 de junho de 2019.

  
Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino



## **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

### **Reunião da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba**

**PARTICIPANTES:** Comitê de Bacia Hidrográfica dos Sertões de Crateús – CBH Sertões de Crateús, Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí – IAEPI, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA/PI, Rede Ambiental do Piauí – REAPI, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH, Superintendência de Recursos Hídricos / SEMA-MA, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA/MA, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania -CEDEPROC, conforme lista de presença anexa.

**LOCAL:** Sala de reunião da 7ª SR da CODEVASF

**DATA:** 27/07/2018

**HORÁRIO:** 14:00

#### **PAUTA DA REUNIÃO:**

Tratar sobre as etapas de trabalho da Diretoria Provisória do CBH - Parnaíba.

#### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

- O representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, informou que um site do CBH Parnaíba será lançado ainda em 2018, objetivando reunir as principais informações sobre o processo de implantação do Comitê, bem como será criada logomarca para identificação de documentos;
- O representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, informou ainda que, durante o ano de 2018, estão previstas aproximadamente 05 (cinco) reuniões da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, sendo 02 (duas) em Setembro e 01 (uma) em Outubro, Novembro e Dezembro;
- A cidade de Teresina foi escolhida como sede das próximas reuniões da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, objetivando facilitar a logística dos participantes (transporte e hospedagem);
- As convocações para reuniões da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio deverão ser feitas por meio de convite, assinado pelo Presidente Interino, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis;
- A 1ª Reunião da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio ocorrerá nos dias **05 e 06/09/2018**, tendo como pauta: apresentação dos membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, atividades e responsabilidades da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio, proposta de cronograma para a instalação do CBH Parnaíba, agenda de trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio; estratégias de mobilização social para a instalação do CBH Parnaíba e encaminhamentos;
- Ficou esclarecido que a Diretoria Provisória é composta por 05 membros (Presidente, Secretária e 03 representantes das Subcomissões Estaduais do Piauí, Maranhão e Ceará), conforme Portaria nº 01, de 12 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Recursos

*Taís Valença*

Hídricos – CNRH. Já o Grupo de Apoio à Diretoria Provisória será composto por 11 membros (01 da ANA, 01 da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e 03 de cada estado na área da bacia, indicados pelas Subcomissões Estaduais), conforme Deliberação CBH - Parnaíba nº 01/2018, de 25 de junho de 2018. Dessa forma, as Subcomissões dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará terão até o **dia 03/08/2018** para formalizar a indicação de 03 membros para o Grupo de Apoio, além dos membros da Diretoria Provisória, respeitando a representatividade dos segmentos dentro de cada estado.

**Responsável pelas informações:**



Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretaria Interina do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba





CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### Reunião da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio

**PARTICIPANTES:** Rede Ambiental do Piauí – REAPI, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí – IAEPI, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA, Associação dos Professores de Independência do Ceará – APROFI, Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente - SRHQ/MMA, Agência Nacional de Águas – ANA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania – CEDEPRODC, Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI, Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Consórcio Nascente à Foz – MPB Saneamento, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará – COGERH, Fundação Velho Monge, conforme listas de presença anexas.

**LOCAL:** Auditório da 7ª SR da CODEVASF

**DATA:** 05 e 06/09/2018

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 05/09/2018; e, 08h às 12h – 06/09/2018

### PAUTA DA REUNIÃO:

- Apresentação dos membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Atividades e responsabilidades da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Proposta de cronograma para a instalação do CBH Parnaíba;
- Agenda de trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio;
- Estratégias para a mobilização social para a instalação do CBH Parnaíba; e
- Encaminhamentos.

### PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

- Foi aceito por todos os presentes na reunião, conforme sugestão do representante da ANA (Sr. Wagner Vilella), que o Presidente da Diretoria Provisória (Sr. Avelar Amorim) exercerá a Coordenação do Grupo de Apoio, objetivando facilitar as comunicações e os trabalhos entre a Diretoria Provisória e o Grupo de Apoio;
- A agenda de trabalho da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio para o ano de 2018 foi definida de acordo com o quadro a seguir. As reuniões serão realizadas na cidade de Teresina, sendo sediadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. As reuniões a serem realizadas em 2019 serão agendadas posteriormente;

*Taís Valença*  
1

ENCONTRO	DATA
2ª Reunião	1º e 02 de Outubro
3ª Reunião	30 e 31 de Outubro
4ª Reunião	29 e 30 de Novembro
5ª Reunião*	17 e 18 de Dezembro

\*A data da 5ª Reunião será confirmada na 4ª Reunião.

- Quanto às estratégias de mobilização social para instalação do CBH Parnaíba, foram estabelecidas as seguintes quantidades de mobilizadores e seminários regionais, bem como respectivas cidades que sediarão esses seminários;

ESTADO	SUB-BACIAS	QUANTIDADES			
		MUNICÍPIOS	MOBILIZADORES	SEMINÁRIOS	CIDADE (S) POLO (S)
Ceará	Serra da Ibiapaba e Sertões de Crateús	19	01	02	Crateús e São Benedito
Maranhão	Balsas, Médio e Baixo Parnaíba	35	02	03	Balsas, Timon e São Bernardo
Piauí	Gurgueia, Uruçuí/Preto, Difusas Barra de Boa Esperança e Difusas do Alto Parnaíba	36	01	01	Bom Jesus
	Itaueira e Canindé	93	02	03	São Raimundo Nonato, Picos e Floriano
	Poti e Difusas do Médio Parnaíba	49	02	03	Teresina, Valença e Castelo do Piauí
	Baixo Parnaíba, Parnaíba e Piripiri	45	02	02	Parnaíba e Piripiri
Total		277	10	14	-

Taís Valença



- Diante das atividades e responsabilidades do Grupo de Apoio, discutiu-se a necessidade de uma capacitação, visando, principalmente, o nivelamento dos conhecimentos (Sobre Comitês de bacias, legislação e instrumentos de gestão de recursos hídricos) dos seus representantes para atender as atribuições que lhes serão demandadas. Após manifestações de concordância, o representante da ANA (Sr. Wagner Vilella) comunicou que levaria a proposta à Agência. Acordou-se que este nivelamento ocorreria preferencialmente na próxima reunião, marcada para os dias 1º e 2 de outubro.
- A representante da CODEVASF (Sra. Talita Salomão) propôs a realização de uma apresentação, na 2ª Reunião do CBH Parnaíba, sobre o andamento do contrato celebrado por esta Companhia com o Consórcio Nascente à Foz para elaboração do Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. A proposta foi aceita pela Diretoria Provisória e pelo Grupo de Apoio.
- Será criado um grupo no aplicativo “Whatsapp” para facilitar a troca de informações entre a Diretoria Provisória e o Grupo de Apoio. Entretanto, o mesmo não substituirá a formalização de documentos pela Secretaria Interina, bem como não substituirá a necessidade de manifestações dos membros da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio por meio de e-mails e/ou correspondências protocoladas na Secretaria Interina.

**Responsável pelas informações:**

*Talita Valença*

Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretaria Interina do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba





## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### Reunião da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio

**PARTICIPANTES** (conforme lista de presença anexa).

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente - SRHQ/MMA	AUSENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal – ASSUSA	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	AUSENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE

### CONVIDADOS

1.	JOSÉ ORLANDO SOARES OLIVEIRA	CODEVASF
2.	FÉLIX f. RAPOSO FILHO	FIEPI
3.	VALMIR ANTUNES DA SILVA	CONSÓRCIO NASCENTE À FOZ



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

4.	FRANCISCO A. SANTOS	CONSÓRCIO NASCENTE À FOZ
5.	ROGERIO F. OLIVEIRA	CONSÓRCIO NASCENTE À FOZ
6.	EWERTON TORRES	COGERH – CE
7.	LIDIENE ESTRELA	SEMA/SRH – MA
8.	MÁRCIO ANTONIO FREITAS	FUNDAÇÃO VELHO MONGE
9.	EVANDRO C. DE ARAGÃO	CTDS ENTRE RIOS
10.	ROSANA MENDES EVANGELISTA	ANA
11.	BERTOLDO S.	CONSÓRCIO NASCENTE À FOZ
12.	DANIEL RICARDO B. DE OLIVEIRA	CODEVASF
13.	FRANCO SANTOS	CONSÓRCIO NASCENTE À FOZ
14.	ABELARDO CERQUEIRA	ENG. BECK

**LOCAL:** Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina - PI

**DATA:** 01 e 02/10/2018

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 01/10/2018; e, 08h às 12h – 02/10/2018

#### **PAUTA DA REUNIÃO:**

- Andamento do contrato celebrado pela CODEVASF para elaboração do Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;
- Andamento das tratativas para assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CBH Parnaíba e o CBH São Francisco;
- Planejamento para realização do I Encontro Interestadual sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que ocorrerá em Bom Jesus/PI, entre os dias 20 a 22/11/2018;
- Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Realização de reunião entre o CBH Parnaíba e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;
- Apresentação e discussão da minuta de Termo de Referência para contratação, pela Agência Nacional de Águas – ANA, da mobilização social objetivando instalar o CBH Parnaíba; e
- Encaminhamentos.

#### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

##### **DIA 01 DE OUTUBRO – Pauta discutida**

A reunião deu início com a saudação do Presidente Interino do CBH PARNAÍBA, Sr. Avelar Damasceno Amorim, aos presentes. Aproveitou da oportunidade para informar sobre os seguintes pontos de pauta:





- Andamento das tratativas para assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o CBH Parnaíba e o CBH São Francisco;  
O Sr. Avelar Damasceno esclareceu que ainda não há uma minuta do documento, que será produzida pelo CBH SÃO FRANCISCO, por esta razão solicita que o assunto seja discutido posteriormente pela Diretoria Provisória, juntamente com o grupo de apoio, tão logo se tenha acesso a referida minuta. Proposta acolhida pelo plenário.
- Planejamento para realização do I Encontro Interestadual sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que ocorrerá em Bom Jesus/PI, entre os dias 20 a 22/11/2018;  
O Presidente Interino comunicou que aguarda a posição do Ministério do Meio Ambiente – MMA sobre a possibilidade de financiamento do Encontro, tendo em vista que o mesmo é responsável pelo Programa de Revitalização do Rio Parnaíba, a minuta do projeto já está pronta que será disponibilizada para os membros do Comitê.
- Realização de reunião entre o CBH Parnaíba e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE;  
O Presidente Interino comunicou que aguarda o agendamento pela SUDENE da referida reunião que terá a presença de outros Comitês do Nordeste, tão logo seja agendado comunicará aos membros do CBH Parnaíba.
- Apresentação e discussão da minuta de Termo de Referência para contratação, pela Agência Nacional de Águas – ANA, da mobilização social objetivando instalar o CBH Parnaíba;  
Este ponto de pauta foi apresentado pelo Sr. Wagner Vilella, representante da Agência Nacional de Águas – ANA, onde abordou os seguintes pontos: Cronograma da Mobilização, Produtos esperados e prazos de entrega, Serviços previstos, Composição da Equipe de Trabalho para todo o processo de mobilização, Distribuição dos Mobilizadores e Estimativa de custos, conforme apresentação anexa. Após a apresentação e os devidos esclarecimentos a proposta apresentada foi aprovada pelo plenário sem alterações.

### **DIA 02 DE OUTUBRO – Pauta discutida**

A reunião deu início na manhã do dia 02 de outubro com a leitura da proposta de CARTA ABERTA do CBH PARNAÍBA aos Candidatos aos Governos do PI, CE e MA, realizada pela Secretária Interina, Sra. Talita Salomão. Após a leitura ficou estabelecido que a mesma será enviada no segundo turno das eleições, tendo em vista pouco espaço de tempo para enviar a todos os candidatos do primeiro turno das eleições e que o tempo para as contribuições de alteração do texto lido será até quinta-feira, 11 de outubro.

Em seguida, a Secretária Interina, deu conhecimento ao plenário do seu afastamento, em razão de licença maternidade, ficando o Sr. José Orlando como o interlocutor da CODEVASF junto ao Comitê para efeito de garantia da logística para as reuniões futura e que o Sr. Marcelo Amorim, do Grupo de Auxiliares da Direção Provisória ficará encarregado das tarefas da Secretária, até que se tenha a resposta oficial



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

da Secretária Executiva do CNRH quanto a necessidade e critérios para uma eventual substituição ou não.

Dando continuidade, a Secretária Interina, apresentou o **CONTRATO Nº 0.045.00/2017 - ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARNAÍBA, LOCALIZADA NOS ESTADOS DO PIAUÍ, MARANHÃO E CEARÁ** resultado do processo licitatório realizado pela CODEVASF – Edital nº 08/2016 (Diagnóstico da Bacia do Parnaíba). A apresentação foi complementada por informações apresentada pela Sra. Rosana Mendes, da ANA, conforme anexo.

Na sequência, a continuidade dos pontos de pauta da reunião:

- **Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas;**

Quanto a este ponto de pauta, após as falas do plenário sobre os critérios para a referida indicação ficou deliberado que a Secretária Interina encaminhará ofício do Presidente Interino à Presidência do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, solicitando informações sobre a quantidade e critérios formais para a indicação do representante do CBH PARNAÍBA junto ao FNCBH a fim de que de posse oficial das informações o tema seja tratado na próxima reunião da Direção Provisória com o Grupo de Apoio, prevista para 30 e 31 de outubro.

- **Andamento do contrato celebrado pela CODEVASF para elaboração do Diagnóstico da Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;**

O Sr. Valmir Antunes, representante do Consórcio Nascente à Foz fez a apresentação do que já foi realizado no contrato e dos produtos já entregue, conforme apresentação anexa.

- **Encaminhamentos.**

Próxima reunião ocorrerá nos dias 30 e 31 de outubro.

Elaboração e envio de ofício ao Coordenador da FNCBH.

Contribuições para a redação da CARTA ABERTA aos Candidatos aos Governos do PI, CE e MA

**Responsável pelas informações:**

**Marcelo Amorim de Moura – Auxiliar da Diretoria Provisória**





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

## **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Reunião da Diretoria Provisória, Auxiliares e do Grupo de Apoio.**

**PARTICIPANTES** (conforme lista de presença anexa).

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Licença Maternidade
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente - SRHQ/MMA	AUSENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal – ASSUSA	PRESENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	PRESENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	PRESENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	AUSENTE

## **CONVIDADOS**

1.	JOSÉ ORLANDO SOARES OLIVEIRA	CODEVASF
2.	EWERTON TORRES	COGERH – CE
3.	CARLOS MAGNO FEIJÓ CAMPELO	SRH - CE
4.	LIDIANE ALMEIDA ESTRELA	SEMA/SRH – MA



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

5.	EDUARDO HAMANN	ASSOC. DOS ENG. AGR, DO CERRADO MARANHANSE.
6.	EDUARDO RISSATE	APROSOJA-MA
7.	MÁRCIO ANTONIO FREITAS	FUNDAÇÃO VELHO MONGE
8.	LIDIANE M. DE MATOS	SEMAR-PI
9.	MARCELO BUENO	APROSOJA

**LOCAL:** Auditório da 7ª SR da CODEVASF – Teresina - PI

**DATA:** 30 e 31/10/2018

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 30/10/2018; e, 08h às 12h – 31/10/2018

#### **PAUTA DA REUNIÃO:**

- Nivelamento sobre Comitês de Bacia Hidrográfica, para subsidiar a discussão do Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Início das discussões sobre o Regimento Interno do CBH Parnaíba;
- Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas; e
- Outros assuntos

#### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

##### **DIA 30 DE OUTUBRO – Pauta discutida**

- A reunião deu início com a saudação do Presidente Interino do CBH PARNAÍBA, Sr. Avelar Damasceno Amorim, aos presentes. Aproveitou da oportunidade para informar que ainda está no aguardo da posição do MMA sobre as possibilidades de financiamento do I Encontro Interestadual sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que ocorrerá em Bom Jesus/PI;
- A Secretaria Executiva informa que recebeu a justificativa de ausência da Sra. Roseli dos Santos Souza, representante do MMA, e Thiago Henrique dos Santos Silva, representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA que faltaram em virtude de gozo de férias e do Sr. Carlos César Pereira Nogueira, representante da EMBRAPA, que informou a impossibilidade em razão de reunião interna de técnicos da EMBRAPA no mesmo período;
- Na sequência, para cumprimento da pauta, o Sr. Wagner Vilela, representante da ANA, fez uma apresentação sobre o que é o Comitê de Bacia Hidrográfica e Agência de Bacia, conforme anexo.



## **DIA 31 DE OUTUBRO – Pauta discutida**

- A reunião deu início com a apresentação da proposta de Regimento Interno, feita pelo Sr. Wagner Vilela que após a apresentação chamou a atenção para que a discussão, neste momento, se limitasse à definição da composição do membros do CBH PARNAIBA, onde apresentou duas proposta de composição, uma com 45 membros e outra com 50 membros, que após discussão, por unanimidade o plenário votou pela composição de 50 membros;
- Na sequência os participantes do plenário foram separados por grupos de Estados (PI, CE E MA) para a discussão interna sobre a composição do CBH PARNAÍBA, conforme a proposta aprovada de 50 membros;
- No retorno ao plenário e após discussões da proposta foram definidas as seguintes alterações:
  - 1 - Piauí abre mão de 1 (uma) vaga no setor de ONG para ceder a referida vaga para o Maranhão para acréscimo do setor de Organização Técnica e de Ensino.
  - 2 – No Maranhão houve um deslocamento de uma vaga no setor de navegação para o setor de irrigação.
  - 3 – No Piauí remanejou-se uma vaga do saneamento para ampliar mais uma vaga no setor da indústria.
- Após as discussões e deliberações o quadro da composição do CBH PARNAÍBA ficou da seguinte forma:

Estado	Poder Público			Sociedade Civil		Usuários						Total	%
	Federal	Estadual	Municipal	Org. Técnica e de Ensino	ONGs	Saneamento	Irrigação	Indústria	Geração de Energia	Pesca, Turismo e Lazer	Navegação		
Ceará	0	2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	8	16
Maranhão	0	2	2	3	2	1	2	1	0	1	0	14	28
Piauí	0	2	5	4	4	2	3	3	1	2	0	26	52
União	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	4
Subtotal 1	1	6	8	8	7	4	7	5	1	3	0	50	100
Subtotal 2	15			15		20						50	100
%	30			30		40						100	

- Ficando para a próxima reunião dos dias 29 e 30 de novembro a discussão dos demais pontos do Regimento Interno.
- Na sequência da pauta foi discutida a Indicação de representantes do CBH Parnaíba para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas a fim de participar do Colegiado Coordenador onde, segundo o Regimento Interno do FNCBH, o CBH PARNAIBA tem direito de apresentar 2(dois) representantes. Após discussões do plenário, ficou assim definido:
  - Tendo em vista que a Diretoria do CBH PARNAÍBA é provisória a representação do Comitê junto ao Colegiado Coordenador do FNCBH será enquanto decorrer o período da mesma, exigindo-se nova eleição quando da posse da Diretoria definitiva;



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

- Considerando que o Estado do Ceará abdicou de concorrer a vaga, em razão de já fazer parte do referido Colegiado e que o Presidente Interino do CBH PARNAÍBA, também, abdicou de sua natural representação, após apresentação de candidaturas e debates foi aprovado pela plenária, por unanimidade e por maioria, respectivamente, os nomes dos senhores **Francisco das Chagas Sousa**, representante do Maranhão, e **Gilberval Vieira Ferreira da Silva**, representante do Piauí, para representarem o CBH PARNAÍBA no Colegiado Coordenador do FNCBH.

**Responsável pelas informações:**

**Marcelo Amorim de Moura – Auxiliar da Diretoria Provisória**





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

## **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

**Reunião da Diretoria Provisória, Auxiliares e do Grupo de Apoio.**

**PARTICIPANTES** (conforme lista de presença anexa).

<b>Nº</b>	<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Licença Maternidade
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente - SRHQ/MMA	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal – ASSUSA	PRESENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	AUSENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	AUSENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	PRESENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE

## **CONVIDADOS**

1.	JOSÉ ORLANDO SOARES OLIVEIRA	CODEVASF
2.	EWERTON TORRES	COGERH – CE
3.	WANDA DE FRANÇA AVELINO	DIRETORA GERAL DO IAEPI



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

4.	LIDIANE ALMEIDA ESTRELA	SEMA/SRH – MA
5.	PAULO SÉRGIO	Secretaria de Agricultura – Santa Quitéria do Maranhão
6.	EDUARDO RISSATE	APROSOJA-MA
7.	GLEYDISTON SANTOS	Sec.de Meio Ambiente - Santa Quitéria do Maranhão
8.	LIDIANE M. DE MATOS	SEMAR-PI
9.	MARCELO BUENO	APROSOJA
10.	ANTONIO ALVES DE ARAÚJO	Sec.de Meio Ambiente - Santa Quitéria do Maranhão
11.	JOSEAN ALMEIDA ALVES	COOLIBE

**LOCAL:** Auditório do CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CEA/SEMAR – Teresina - PI

**DATA:** 29 e 30/11/2018

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 29/11/2018 e 08h às 12h – 30/11/2018.

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Conclusão das discussões sobre o Regimento Interno do CBH Parnaíba; e
- Outros assuntos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

**DIA 29 DE NOVEMBRO – Pauta discutida**

- A reunião deu início com a saudação do Presidente Interino do CBH PARNAÍBA, Sr. Avelar Damasceno Amorim, aos presentes. Aproveitou da oportunidade para informar que, em função da impossibilidade de financiamento do I Encontro Interestadual sobre a Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, previsto para 22 de dezembro, em Bom Jesus/PI, o mesmo ficará para o ano de 2019;
- A Secretaria Executiva informa que recebeu a justificativa de ausência da Sr. Gilberval Vieira Ferreira da Silva, representante do CREA-PI, e Francisco Carlos Dias, representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, por compromisso na mesma data;
- Na sequência, para cumprimento da pauta, o Sr. Wagner Vilela, representante da ANA, fez a apresentação da proposta de Regimento Interno do CBH PARNAÍBA, considerando os pontos já aprovados na reunião anterior, seguida de discussões sobre os artigos na ordem da proposta.
- No processo de discussão foi apresentada uma proposta de alteração ao Regimento Interno, encaminhada pelo Sr. Francisco Carlos Dias;



## **DIA 30 DE NOVEMBRO – Pauta discutida**

- A reunião deu início com a continuidade da apresentação e discussão da proposta de Regimento Interno, feita pelo Sr. Wagner;
- Após as discussões e alterações, o Regimento Interno foi aprovado por unanimidade, com a seguinte redação:

### **REGIMENTO INTERNO DO CBH PARNAÍBA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA DENOMINAÇÃO, ÁREA DE ATUAÇÃO E SEDE**

Art. 1º O CBH Parnaíba é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, do Decreto nº 9.335, de 05 de abril de 2018, do Presidente da República, e na Resolução nº 05, de 10 de abril de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. A sede do CBH Parnaíba será na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, e poderá ser transferida por decisão da plenária.

Art. 2º O CBH Parnaíba, tem como área de atuação a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, localizada nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí e será regido por este Regimento.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA FINALIDADE**

Art. 3º O CBH Parnaíba tem por finalidade:

I – promover e articular a gestão dos recursos hídricos e as ações de sua competência, considerando a bacia hidrográfica do rio Parnaíba como unidade de planejamento e gestão, apoiando a consolidação das políticas públicas afins e os interesses das presentes e futuras gerações, visando o desenvolvimento sustentável da bacia hidrográfica;

II – promover a articulação federal, interestadual e intermunicipal, integrando as iniciativas regionais de estudos, projetos, planos e programas às diretrizes e metas estabelecidas para a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, com vistas à conservação e à proteção de seus recursos hídricos;

III – promover a execução das ações e exercer as atribuições definidas no âmbito da Política e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, implementando e integrando as ações previstas na Lei nº 9.433/97, nas leis estaduais correspondentes e em normas complementares supervenientes; e

IV – apoiar e promover a integração das instâncias de recursos hídricos que atuam na bacia.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 4º Compete ao CBH Parnaíba:

I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III – aprovar e acompanhar a implementação do plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, respeitando e integrando as diretrizes e as orientações contidas nos planos nacional e estaduais de recursos hídricos, compatibilizando de forma



articulada e integrada, com os planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas afluentes ao rio Parnaíba, quando existentes;

IV – propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos os quantitativos das acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, de forma integrada com os quantitativos definidos no âmbito das políticas estaduais de recursos hídricos.

V – estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, em articulação com os critérios definidos no âmbito das políticas estaduais de recursos hídricos;

VI – estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;

VII – solicitar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a criação de sua Agência de Águas ou delegação de competência a uma das entidades previstas na legislação de recursos hídricos.

VIII – aprovar a proposta de planos anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, inclusive decidindo sobre a proposta orçamentária da sua Agência de Água, ou da entidade delegatária de suas funções, conforme previsto no artigo 44 da Lei nº 9.433/97;

IX – fomentar e apoiar iniciativas de educação ambiental em consonância com Lei nº 9.765, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, bem como sua regulamentação; e

X – articular o estabelecimento, a partir do Plano de Recursos Hídricos da bacia, dos níveis de qualidade e quantidade de água, em áreas de divisas estaduais e nas áreas limítrofes de atuação de comitês de bacias afluentes, bem como definir metas regionais que visem à utilização desses recursos de forma sustentável;

XI – exercer as demais competências definidas pela legislação, em cumprimento à Lei Federal nº 9.433/97 e da sua regulamentação;

XII – aprovar o seu Regimento Interno e suas alterações.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 5º O CBH Parnaíba será composto por 50 (cinquenta) membros titulares, de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias:

I – União, com 2 (dois) representantes;

II – Estados, com 6 (seis) representantes, sendo 2(dois) para cada Estado que compõe a bacia hidrográfica, quais sejam: Ceará, Maranhão e Piauí;

III – Municípios, cujos territórios se situam total ou parcialmente na bacia, com 8 (oito) representantes, sendo:

a) 1 (um) do Estado do Ceará;

b) 2 (dois) do Estado do Maranhão; e

c) 5 (cinco) do Estado do Piauí.

IV – usuários das águas de sua área de atuação, com 20 (vinte) representantes, considerando a representação dos seguintes setores:

a) 4 (quatro) para abastecimento urbano e lançamento de efluentes, sendo 1 (um) para o Estado do Ceará, 1 (um) para o Estado do Maranhão, 2 (dois) para o Estado do Piauí;

b) 7 (sete) para irrigação e uso agropecuário, sendo 1 (um) para a União, 1 (um) para o Estado do Ceará, 2 (dois) para o Estado do Maranhão e 3 (três) para o Estado do Piauí;





c) 5 (cinco) para indústria e mineração, sendo 1 (um) para o Estado do Ceará, 1 (um) para o Estado do Maranhão e 3 (três) para o Estado do Piauí;  
d) 1 (um) para o setor de hidroeletricidade, sendo 1 (um) para o Estado do Piauí;  
e

e) 3 (três) para os setores de pesca, turismo, lazer e outros usos não consultivos, sendo 1 (um) para o Estado do Maranhão, e 2 (dois) para o Estado do Piauí.

V – entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia hidrográfica com 15 (quinze) representantes, sendo 2 (dois) com atuação no Estado do Ceará, 5 (cinco) no Estado do Maranhão, 8 (oito) no Estado do Piauí, considerando as seguintes entidades:

a) 8 (oito) para organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, sendo 1 (uma) para o Estado do Ceará, 3 (três) para o Estado do Maranhão e 4 (quatro) para o Estado do Piauí;

b) 7 (sete) para organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, sendo 1 (uma) para o Estado do Ceará, 2 (duas) para o Estado do Maranhão e 4 (quatro) para o Estado do Piauí, procurando se garantir, quando existentes, a representação de associações de atingidos por obras hídricas ou comunidades tradicionais.

§ 1º É membro do CBH Parnaíba aquele que for eleito ou indicado conforme as regras estabelecidas neste Regimento, sendo que no caso de pessoa jurídica, a vaga será da entidade e não da pessoa física que a representa.

§ 2º Cada membro titular terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou ausência.

§ 3º A indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos poderes públicos federal e estaduais, dar-se-á pelo titular de cada órgão representado.

§ 4º Os representantes, titulares e suplentes, das pessoas jurídicas eleitos para compor o CBH Parnaíba serão indicados por seus respectivos representantes legais.

Art. 6º A escolha dos membros titulares e suplentes representantes dos municípios, dos usuários e das organizações civis será feita em reuniões plenárias por segmento, organizadas pelo CBH Parnaíba, e se dará dentre os habilitados a participar do processo eleitoral, observado os critérios de credenciamento e requisitos dispostos neste artigo.

I – Poderão se habilitar ao processo eleitoral os representantes do Poder Público Municipal e entidades representativas;

II - Poderão se habilitar ao processo eleitoral os usuários de recursos hídricos com uso de água comprovado na bacia do rio Parnaíba ou entidades representativas de usuários;

III - Poderão se habilitar ao processo eleitoral os representantes da Sociedade Civil com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e demais entidades desta natureza com atuação comprovada na bacia hidrográfica do rio Parnaíba; e

IV - Poderão se habilitar ao processo eleitoral os representantes das organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, com atuação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

§ 1º O processo eleitoral será coordenado pela Secretaria do CBH Parnaíba, terá ampla e prévia divulgação, será regido por deliberação específica, que aprovará os editais contendo critérios de credenciamento, de habilitação e distribuição das vagas previstas nos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º e deverá terminar em até 60 (sessenta) dias antes do fim do mandato em vigor.



§ 2º O mandato dos membros do CBH Parnaíba será de 4 (quatro) anos a partir da data de sua posse.

§ 3º É vedada a participação no CBH Parnaíba de associações de municípios ou de usuários como representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos.

§ 4º É vedado que um mesmo membro represente mais de um órgão ou entidade.

§ 5º o CBH Parnaíba deverá incentivar a participação de pequenos usuários, por meio de suas entidades representativas, para as vagas dispostas na alínea c, inciso IV, art. 5ª,

## **CAPÍTULO V**

### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

Art. 7º A Estrutura do CBH Parnaíba compreenderá:

I – Plenária;

II – Diretoria; e

III – Câmaras Técnicas.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES**

#### **Seção I**

##### **Da Diretoria**

Art. 8º A Diretoria será composta por 1(um) presidente, 1 (um) vice-presidente, 1 (um) secretário, eleitos pela Plenária, garantida a participação de representantes dos três Estados e dos três segmentos que compõe a Plenária (sociedade civil, usuários e poder público).

§ 1º Os interessados em compor a Diretoria do Comitê deverão articular-se procurando o consenso para compor chapa única, que conterà a indicação dos nomes dos candidatos e cargos que pretendem ocupar, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

§ 2º Não havendo consenso, os interessados deverão concorrer por meio de chapas completas, ou seja, que apresentem a indicação dos candidatos aos (três) postos da Diretoria, vedada a participação de um mesmo candidato em chapas distintas.

§ 3º As chapas referidas nos parágrafos 1º e 2º, deverão ser apresentadas e protocoladas junto à Secretaria do Comitê até 15 (quinze) dias antecedente à reunião plenária para eleição da Diretoria, acompanhadas de Propostas de Trabalho.

§ 4º Havendo consenso, a votação será por aclamação.

§ 5º Não havendo consenso a votação será direta e secreta, mediante a distribuição de cédulas que deverão conter somente a relação das chapas concorrentes e sua composição.

§ 6º Será eleita e imediatamente empossada pela Plenária a chapa que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 7º Em caso de empate, será empossada a chapa do candidato à Presidência que tiver mais tempo de atuação no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; permanecendo o empate, será eleita a chapa do candidato à Presidência que for mais idoso.

§ 8º O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até 45 (quarenta e cinco) dias para a posse dos novos membros ou eleição da nova Diretoria. Findo este prazo e não tendo sido eleita a nova Diretoria, os cargos serão considerados vagos nos termos no parágrafo 2º do Art. 10º.





§ 9º O mandato dos membros da Diretoria será coincidente, podendo haver uma única reeleição.

§ 10 Os membros da Diretoria poderão ser destituídos por decisão da Plenária com pelo menos dois terços de votos favoráveis, em reunião extraordinária especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 9º Os cargos da Diretoria são privativos dos representantes titulares, eleitos para tal, vedada a substituição por suplentes ou por novos representantes que venham a ser indicados pelas respectivas entidades.

Parágrafo único. Será destituído do cargo a pessoa física que perder o vínculo institucional, cabendo ao Plenário, em caso de mudança de vínculo, a decisão de manter no cargo o titular do mandato, desde que atendido os preceitos do artigo 8º.

Art. 10 Os membros da Diretoria não poderão ser substituídos, exceto interinamente cabendo, em caso de vacância, a realização de nova eleição no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º Em caso de vacância e impedimentos temporários do Presidente, a função será ocupada interinamente pelo Vice-Presidente e, no impedimento deste, pelo Secretário.

§ 2º Em caso de vacância de todos os cargos da Diretoria, o membro mais idoso do CBH Parnaíba, assumirá a Presidência e convocará a eleição no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 3º A realização da eleição, na forma deste artigo, dar-se-á para completar o tempo de mandato do substituído.

#### Sub-seção I

##### Das atribuições do Presidente

Art. 11 Cabe ao Presidente do CBH Parnaíba:

- I – dar posse aos membros titulares e suplentes;
- II – convocar reuniões ordinárias e extraordinárias, fixando-lhes a pauta.
- III – coordenar as reuniões;
- IV – encaminhar a votação das matérias submetidas à apreciação da Plenária;
- V – assinar as atas das reuniões, Deliberações e Moções aprovadas, juntamente com o Secretário;
- VI – fazer cumprir as decisões da Plenária;
- VII – decidir “ad referendum” da Plenária sobre os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação da Plenária, na reunião seguinte;
- VIII – representar o CBH Parnaíba, ou se fazer representar;
- IX – promover articulação do CBH Parnaíba com os comitês de bacias hidrográficas existentes, ou organismos de bacias, em sua área de atuação;
- X – solicitar aos órgãos e entidades os subsídios e informações para o exercício das funções do CBH Parnaíba e consultar ou solicitar assessoramento a outras entidades relacionadas com os recursos hídricos e preservação do meio ambiente, sobre matérias em discussão;
- XI – convidar especialistas, mediante proposta da Plenária ou das Câmaras Técnicas, para debater questões de relevância para o CBH Parnaíba;
- XII – definir prazos para apresentação do parecer relativo à matéria objeto de pedido de vistas;
- XIII – zelar pelo cumprimento do Regimento Interno;
- XIV – designar relatores para assuntos específicos;
- XV – definir os municípios de realização das reuniões plenárias;
- XVI – exercer as demais competências constantes neste Regimento Interno;



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

XVII – o presidente do CBH Parnaíba encaminhará ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, questões de competência deste, conforme previsões legais; e  
XVIII – manter o CBH Parnaíba informado sobre as matérias em discussão no Conselho Nacional e nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

#### **Sub-seção II**

**Das atribuições do Vice-Presidente**

**Art. 12 Compete ao Vice-Presidente:**

- I – apoiar o Presidente no exercício de suas atribuições;
- II – cumprir as atribuições do Presidente em suas ausências ou impedimentos eventuais; e
- III – representar, de forma complementar, o CBH Parnaíba.

#### **Sub-seção III**

**Das atribuições do Secretário**

**Art. 13 Compete ao Secretário:**

- I – encaminhar às Câmaras Técnicas, para análise e parecer, assuntos de suas competências;
- II – adotar providências administrativas necessárias ao andamento dos processos;
- III – elaborar, até o início de cada ano, a Agenda Anual de Atividades a serem desenvolvidas no âmbito do CBH Parnaíba, submetê-la para aprovação da Plenária e indicar à Secretaria do Comitê as providências necessárias para seu cumprimento;
- IV – promover a convocação dos membros titulares e suplentes às reuniões e organizar a pauta, com a aprovação do Presidente;
- V – secretariar as reuniões da Plenária lavrando as respectivas atas e prestando as informações solicitadas, ou que julgar convenientes, sobre os processos ou matérias em pauta;
- VI – assessorar o Presidente;
- VII – redigir, sob a forma de Deliberação ou de Moção, as decisões tomadas pela Plenária, providenciar sua publicação e arquivá-la;
- VIII - assinar as atas das reuniões, Deliberações e Moções aprovadas, juntamente com o Presidente;
- IX – adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias ao exercício de sua competência;
- X – expedir as documentações do CBH Parnaíba, após autorização do Presidente;
- XI – elaborar o Relatório Anual de Atividades do CBH Parnaíba;
- XII – exercer outras atribuições determinadas pelo Presidente ou pela Plenária, necessárias ao desenvolvimento das atividades do CBH Parnaíba;
- XIII – organizar e manter o acervo documental do CBH Parnaíba;
- XIV – acompanhar e alimentar com informações o sítio eletrônico do CBH Parnaíba; e
- XV – representar, de forma complementar, o CBH Parnaíba.

**Art. 14** As competências do Secretário serão exercidas com apoio de uma estrutura de Secretaria Executiva, inicialmente estruturada pela Agência Nacional de Águas, até que se estabeleça uma Agência de Água ou entidade delegatária para o CBH Parnaíba.

### **CAPÍTULO VII**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS**

**Art. 15** Aos membros do CBH Parnaíba, além das atribuições já expressas, compete:

- I – participar das reuniões do CBH Parnaíba;





- II – discutir e votar todas as matérias que lhe forem submetidas;
- III – apresentar propostas e sugerir matérias para apreciação da Plenária do CBH Parnaíba;
- IV – solicitar ao Presidente a convocação de reuniões extraordinárias;
- V – propor inclusão de matéria na ordem do dia, bem como prioridade de assuntos dela constante;
- VI – requerer votação;
- VII – fazer constar em ata o seu ponto de vista discordante quando julgar relevante;
- VIII – propor o convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de órgãos ou entidades, públicas ou privadas, para trazer subsídios às decisões do CBH Parnaíba;
- IX – votar e ser votado para as funções previstas neste Regimento;
- X – propor a criação das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos;
- XI – propor a criação da Agência de Águas ou indicar a entidade delegatária de suas competências;
- XII – informar com antecedência ao Secretário do CBH-Parnaíba, a impossibilidade de comparecimento às reuniões; e
- XIII – Solicitar vista de matéria, desde que devidamente justificada;
- XIV – Retirar da pauta matérias de sua autoria, com a devida justificativa;
- XV – Apresentar relatórios e pareceres dos prazos fixados;
- XVI – Conhecer o teor deste Regimento e zelar pelo seu cumprimento; e
- XVII - Observar em suas manifestações as regras básicas da convivência e do decoro, bem como respeito à pauta das reuniões, as atribuições do comitê e as regras de funcionamento do colegiado previstas nesse regimento.

Art. 16 A participação dos membros no CBH Parnaíba será considerada de relevante interesse público, não ensejando qualquer tipo de remuneração.

Art. 17 Os membros do CBH Parnaíba que praticarem, em nome do mesmo, atos contrários às leis ou às disposições deste Regimento, responderão por esses atos.

#### **CAPÍTULO VIII**

##### **DO FUNCIONAMENTO DA PLENÁRIA**

Art. 18 A Plenária é o órgão deliberativo do CBH Parnaíba.

Art. 19 A Plenária do CBH Parnaíba reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, sendo uma reunião por semestre e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente ou, no mínimo, por 1/3 dos seus membros.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias e extraordinárias do CBH Parnaíba serão públicas e, prioritariamente, em cidades localizadas na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Art. 20 As reuniões serão instaladas com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros do CBH Parnaíba, em primeira convocação e com cinquenta por cento mais um, em segunda convocação, espaçada em uma hora da primeira.

§ 1º. Não havendo o quorum necessário definido no caput deste artigo, haverá convocação para nova reunião, a ser realizada no prazo de (15) quinze dias.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário, o representante com maior tempo de participação no Comitê, dentre os presentes, conduzirá a reunião. Havendo mais de um representante nesta condição, o mais idoso dentre eles assumirá a condução.

Art. 21 As convocações para as reuniões da Plenária do CBH Parnaíba serão realizadas com antecedência mínima de (30) trinta dias para as reuniões ordinárias e de (15) quinze dias para as reuniões extraordinárias.



§ 1º A convocação indicará, expressamente, a data, hora e local em que será realizada a reunião, conterá a pauta e a documentação sobre os assuntos constantes da pauta, exceto os requerimentos de urgência, e será encaminhada aos membros titulares e suplentes por meio eletrônico, obrigatoriamente com confirmação de recebimento.

§ 2º A convocação, a pauta e os documentos complementares da reunião serão divulgados por meio da página eletrônica do CBH Parnaíba na internet.

Art. 22 As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente das matérias que justificarem suas convocações, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que constem da pauta da reunião.

Art. 23 As reuniões ordinárias e extraordinárias serão conduzidas da seguinte forma:

I – abertura de sessão e verificação de quorum;

II – leitura da pauta, discussão da ordem do dia e deliberação sobre requerimentos de urgência;

III – leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

IV – comunicações;

V – apreciação de cada tema objeto da pauta da reunião, seguida de debates e deliberação, quando pertinentes;

VI – tribuna livre;

VII – encerramento.

§ 1º Havendo destaques na matéria em discussão, os mesmos deverão ser discutidos e definidos antes do início do regime de deliberação.

§ 2º A inclusão de matéria de caráter urgente e relevante não constante da pauta, dependerá de aprovação de um terço dos membros presentes na abertura da reunião.

§ 3º Tribuna livre é o espaço destinado a manifestação sobre temas e assuntos relacionados a bacia.

Art. 24 Qualquer membro poderá requerer vista, mediante justificativa e sustentação oral, de matéria ainda não votada.

§ 1º A critério da Plenária, por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes, o pedido de vistas poderá ser negado, dando sequência a discussão da matéria;

§ 2º Se atendido o pedido de vistas, a manifestação do membro sobre a matéria deverá ser encaminhada ao CBH Parnaíba em prazo estipulado pela Mesa Diretora, sob forma de parecer, para inclusão na pauta da reunião seguinte, ordinária ou extraordinária;

§ 3º O parecer deverá conter, no mínimo, a justificativa circunstanciada das razões motivadoras do pedido de vista e sugestão de encaminhamento da matéria;

§ 4º Na hipótese de não apresentação do parecer, a instituição requerente estará impedida de requerer novo pedido de vista nas duas reuniões subsequentes, sendo este fato comunicado à Plenária.

§ 5º A mesma matéria não poderá ser objeto de novo pedido de vista, a não ser por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

§ 6º Quando mais de um membro pedir vista, o prazo será utilizado conjuntamente.

Art. 25 Por solicitação justificada de qualquer membro do CBH Parnaíba e por deliberação da Plenária, o Presidente da mesa poderá determinar a inversão da ordem de discussão e o adiamento das matérias constantes da pauta.





Art. 26 As questões de ordem deverão versar sobre a forma de encaminhamento dos debates ou votação da matéria em discussão podendo ser levantadas a qualquer tempo.

Parágrafo único. As questões de ordem serão decididas pelo Presidente da mesa.

Art.27 As Deliberações e Moções do CBH Parnaíba serão aprovadas por maioria simples, dos membros presentes na abertura da reunião.

§ 1º As votações serão abertas e poderão ser nominais.

§ 2º É facultado ao membro solicitar registro em ata de sua declaração de voto no momento da votação, o que será feito após o anúncio do resultado da votação pela Mesa Diretora.

Art. 28 Os membros suplentes terão direito à voz e votarão na ausência do membro titular.

Art. 29 É vedada a representação por procuração para participação nas plenárias.

Art. 30 Qualquer interessado poderá fazer o uso da palavra, mediante inscrição, cabendo a mesa Diretora a condução dos trabalhos.

Parágrafo único. Iniciado o processo de deliberação, não será concedida a palavra para novos pronunciamentos.

Art. 31 A matéria a ser submetida à apreciação da Plenária poderá ser apresentada por quaisquer dos membros do CBH Parnaíba, por meio de justificativa circunstanciada e conteúdo mínimo necessário à sua apreciação.

§ 1º A justificativa da proposta de deliberação deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - relevância e convergência com a política de recursos hídricos.

II - impactos e consequências esperados e setores a serem afetados pela aprovação da matéria.

§ 2º A matéria de que trata este artigo será encaminhada ao Secretário do CBH Parnaíba que proporá ao Presidente a sua inclusão na pauta da reunião plenária, ouvidas, quando couber, as Câmaras Técnicas competentes.

§ 3º Admitida a inclusão na pauta, a Plenária do comitê deverá se pronunciar, obrigatoriamente, sobre as matérias encaminhadas por seus membros.

§ 4º As solicitações de matérias subscritas por 1/3 dos membros do CBH Parnaíba deverão, obrigatoriamente, ser incluídas na pauta da reunião seguinte.

§ 5º As decisões de urgência ou inadiáveis, emitidas “ad referendum” pela presidência deverão, obrigatoriamente, ser incluídas como itens iniciais na pauta da reunião seguinte.

§ 6º Das decisões do CBH Parnaíba, cabe recurso ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Art. 32 A Plenária se manifestará por meio de:

I – Deliberação, quando se tratar de decisão relativa à matéria vinculada à competência legal do CBH Parnaíba;

II – Moção, quando se tratar de manifestação de qualquer natureza, relacionada com as finalidades do CBH Parnaíba; e

III – Comunicação, ato ou procedimento de emissão de geração de informação a toda sociedade, manifestando o posicionamento do CBH Parnaíba em relação a assuntos pertinentes a Política de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. As decisões da Plenária do CBH Parnaíba terão a forma de Deliberação, dando-se conhecimento às partes diretamente interessadas por meio de ofícios, que deverão ser enviados por via postal ou por meio eletrônico.

Art. 33 O CBH Parnaíba poderá realizar consultas públicas para discussão de matérias consideradas relevantes pela Plenária.



Art. 34 As atas deverão ser aprovadas pela Plenária, assinadas pelo Presidente e pelo Secretário e, posteriormente, tornadas públicas por meio da página eletrônica do comitê.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO**

#### **Seção I**

##### **Das Câmaras Técnicas**

Art. 35 A Plenária do CBH Parnaíba poderá, a seu critério, decidir pela instituição de Câmaras Técnicas, definindo as suas composições, atribuições e regras de funcionamento.

#### **Seção II**

##### **Dos Grupos de Trabalho**

Art. 36 A Plenária poderá, para atendimento da necessidade de maior esclarecimento de uma determinada matéria, criar Grupo de Trabalho no âmbito das Câmaras Técnicas existentes.

Art. 37 As Câmaras Técnicas poderão criar Grupos de Trabalho para analisar, estudar e apresentar propostas sobre matérias de sua competência.

§ 1º Os Grupos de Trabalho terão seus componentes, cronograma e data de encerramento dos seus trabalhos estabelecidos pela Câmara Técnica ou pela Plenária, quando for o caso, no ato de sua criação.

§ 2º O prazo para conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado, a critério das Câmaras Técnicas ou pela Plenária, quando for o caso, mediante justificativa de seu coordenador.

Art. 38 Os Grupos de Trabalho reunir-se-ão em sessões públicas.

Art. 39 Os componentes dos Grupos de Trabalho poderão ser escolhidos entre os membros do CBH Parnaíba e/ou das Câmaras Técnicas.

Parágrafo único: Especialistas e interessados na matéria em discussão poderão também compor os grupos de trabalho, por indicação de componentes da própria Câmara Técnica ou do Plenário do CBH Parnaíba.

Art. 40 O Coordenador e o Relator do Grupo de Trabalho serão escolhidos entre seus componentes.

§ 1º O relator encaminhará à Secretaria a lista de presença e o relatório de cada reunião realizada.

§ 2º O relator será o responsável pelo relatório final, aprovado e assinado pelos membros e encaminhado à respectiva Câmara Técnica pelo Coordenador.

## **CAPÍTULO X**

### **DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO**

Art. 41 O membro que não comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas do CBH Parnaíba, ou 3 (três) alternadas, sem justificativa acatada pelo Plenário e sem o comparecimento do seu respectivo suplente, receberá comunicação sobre a abertura de processo de desligamento.

§ 1º Caso não haja defesa por escrito referente ao comunicado de desligamento do membro no prazo de 30 (trinta) dias, a questão será levada à discussão e decisão da Plenária do CBH Parnaíba.

§ 2º No caso de desligamento do membro titular, o Presidente convocará o membro suplente para ocupar a vaga, sendo que a suplência será preenchida por uma das entidades eleitas, na sequência de votação, que completará o mandato em curso.





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

§ 3º No caso de desligamento dos membros titulares e suplentes, as vagas serão preenchidas por entidades eleitas, na sequência da votação, que completarão os mandatos em curso.

Art. 42 No caso de renúncia de um membro, seja ele, titular ou suplente, aplicam-se disposições, no que couber, dos § 1º, 2º e 3º do art. 41.

#### **CAPÍTULO XI**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 43 Este Regimento Interno poderá ser alterado por decisão de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de votos favoráveis dos membros do CBH Parnaíba, em reunião extraordinária convocada especificamente para este fim, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 44 Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Plenária do CBH Parnaíba.

Art. 45 Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua aprovação.

- Após a aprovação do Regimento, o plenário decidiu pela suspensão da reunião de 17 e 18 de dezembro, tendo em vista, a conclusão da etapa de aprovação do Regimento, ficando a mesma prevista para 18 e 19 de fevereiro.
- Foi comunicado, pelo Presidente, aos presentes que dia 18 de dezembro de 2018 será realizada a 40ª Reunião do CNRH e que na oportunidade será apreciado, em caráter de urgência, o pedido de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do CBH PARNAÍBA, formulado pelo Ofício nº 06/2018 – DP – CBH PARNAÍBA, de 06 de agosto de 2018. Para tanto, foi formulado ofício à ANA solicitando apoio para a participação do Presidente, Sr. Avelar Damasceno, e do Sr. Marcelo Amorim, respondendo pela Secretaria-Executiva, na referida reunião.
- Após manifestações de congratulações dos presentes pelo desempenho positivo das reuniões realizadas pelo CBH PARNAÍBA a reunião foi encerrada.

**Responsável pelas informações:**

**Marcelo Amorim de Moura – Auxiliar da Diretoria Provisória**

**MEMÓRIA DE REUNIÃO**  
**Reunião da Diretoria Provisória, Auxiliares e do Grupo de Apoio.**

**PARTICIPANTES** (conforme lista de presença anexa).

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	Licença Maternidade
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	AUSENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental / Ministério do Meio Ambiente - SRHQ/MMA	AUSENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal – ASSUSA	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	AUSENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	PRESENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE

**CONVIDADOS**

1.	JOSÉ ORLANDO SOARES OLIVEIRA	CODEVASF
2.	LIDIANE M. DE MATOS	SEMAR-PI
3.	MARCELO BUENO	APROSOJA-MA





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

4.	ANTONIO ALVES DE ARAÚJO	Sec.de Meio Ambiente - Santa Quitéria do Maranhão
5.	JOSEAN ALMEIDA ALVES	COOLIBE
6.	PAULO CHAVES	JORNALISTA
7.	CIRILO ARRUDA	FIEMA
8.	GNIVAL ARAÚJO	FETAG-PI
9.	WASHINGTON LIMA	SINDEFAP-PI
10.	CLIDENÔR MARTINS	FUNDAÇÃO VELHO MONGE

**LOCAL:** Auditório da CODEVASF – Teresina - PI

**DATA:** 18 e 19/02/2019

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 18/02/2019 e 08h às 12h – 19/02/2019.

#### **PAUTA DA REUNIÃO:**

- Planejamento das atividades e calendário para o ano de 2019;
- Normas do Processo Eleitoral e
- Outros assuntos

#### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

##### **DIA 18 DE FEVEREIRO – Pauta discutida**

- A reunião deu início com a saudação do Presidente Interino do CBH PARNAÍBA, Sr. Avelar Damasceno Amorim, aos presentes. Em seguida, para introduzir o tema de debate da reunião fez uma apresentação sobre o passo a passo do processo eleitoral de um comitê de bacia;
- Na sequência, o Sr. Wagner Vilella sugeriu à plenária que devido à dificuldade de comparecimento dos membros do Grupo de Apoio do Ceará seria melhor tratar do primeiro ponto de pauta, ou seja, planejamento das atividades e calendário para o ano de 2019, na próxima reunião do CBH, sugestão que foi acatada por unanimidade dos presentes.
- Em seguida, passou a leitura e discussão das normas do processo eleitoral que depois de lida e feitas as alterações pelo plenário ficou assim deliberada:

**DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 03, de 18 de fevereiro de 2019.**

*Dispõe sobre normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.*



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando a necessidade de definir normas, procedimentos e critérios para orientar o processo eleitoral dos representantes dos Poderes Públicos Municipais, dos Usuários e das Organizações Civas de Recursos Hídricos, bem como a indicação dos representantes do Governo Federal e dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, para a gestão 2019-2023 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba;

Considerando a Deliberação nº 03 de 18 de fevereiro de 2019, que aprova o Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Parnaíba – CBH Parnaíba;

### **DELIBERA:**

Art. 1º Aprovar as normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba para a gestão 2019-2023.

§ 1º A composição do plenário do CBH Parnaíba, deverá observar o estabelecido em seu Regimento Interno.

§ 2º As vagas reservadas aos Poderes Públicos Federal e Estaduais serão preenchidas mediante indicação.

§ 3º As vagas reservadas aos Poderes Públicos Municipais, Usuários e Sociedade Civil serão preenchidas mediante Processo Eleitoral.

## **CAPÍTULO I**

### **DA CONDUÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA E INDICAÇÃO DOS MEMBROS**

Art. 2º Será instituída Comissão Eleitoral, em Deliberação específica, para acompanhar o processo de escolha dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, a ser composta por um membro de cada órgão gestor de recursos hídricos da bacia, com as seguintes competências:

I – elaborar minuta do Edital de Convocação às eleições;

II – receber, analisar as fichas de inscrições e habilitar os candidatos aptos ao processo;

III – elaborar e dar publicidade da relação preliminar de habilitados ao processo eleitoral;

IV – analisar os recursos interpostos;

V – elaborar e dar publicidade da relação definitiva de habilitados ao processo eleitoral;

VI – coordenar as Plenárias Setoriais;





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

VII – elaborar e dar publicidade da relação final dos membros eleitos;

VIII – dar conhecimento à Diretoria de todos os trabalhos realizados;

IX – assessorar a Diretoria nos procedimentos necessários à posse dos membros do Comitê; e

X – conduzir o processo de eleição e posse da nova Diretoria.

Art. 3º O Edital de Convocação ao processo eleitoral deverá definir, no mínimo:

I – cronograma das etapas do processo: inscrição, habilitação, recursos, divulgação dos resultados;

II – locais onde serão protocoladas as inscrições e os recursos; e

III – forma de divulgação das datas e locais dos resultados.

Parágrafo único: As datas e locais das Plenárias Setoriais e da Assembleia de Posse serão divulgadas em editais específicos.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS DEFINIÇÕES**

Art. 4º São considerados representantes de usuários de recursos hídricos:

I – abastecimento urbano e lançamento e/ou diluição de efluentes urbanos, que respondem pelo abastecimento de água e/ou pelo esgotamento sanitário à população, inclusive diluição de efluentes, compreendendo os usuários com captação ou lançamento na bacia, e as entidades e instituições representativas desses usuários;

II – indústria e mineração, compreendendo os usuários com captação de água ou lançamento na bacia, e as entidades representativas desses usuários;

III – irrigação e uso agropecuário, compreendendo os usuários com captação de água ou lançamento na bacia e as entidades representativas desses usuários;

IV – hidroeletricidade, compreendendo os usuários públicos ou privados que utilizem potencial hidráulico da bacia para geração de energia e suas entidades representativas;

VI – pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos, compreendendo os usuários na bacia e suas entidades representativas.

Parágrafo único: As atividades de aquicultura serão enquadradas no inciso III.

Art. 5º São considerados representantes das entidades civis de recursos hídricos:

I – organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, que atuem no desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas na bacia do rio Parnaíba, diretamente relacionados às questões ambientais ou específicas de recursos hídricos.



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

II – organizações não governamentais com o objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, que tenham comprovada atuação em questões relacionadas ao meio ambiente ou específicas de recursos hídricos, no âmbito da bacia do Rio Parnaíba, pertencentes a uma das categorias a seguir relacionadas:

- a) organizações de natureza ambientalista;
- b) organizações cuja natureza e prática estejam relacionadas a ações sociais, educacionais e culturais;
- c) organizações relacionadas à defesa de interesses comunitários; e
- d) organizações representativas de atingidos por obras hídricas.

Parágrafo único: É vedada a participação no CBH Parnaíba de Associações de Municípios e Associações de Usuários como representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos.

Art. 6º São considerados representantes do Poder Público Municipal:

I – municípios contidos total ou parcialmente na bacia hidrográfica do rio Parnaíba; e

II – associações, consórcios e demais entidades representativas de municípios contidos total ou parcialmente na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO, HABILITAÇÃO E ESCOLHA DOS MEMBROS**

##### **Seção I**

##### **Do Processo de Inscrição e Habilitação**

Art. 7º Os interessados em participar do processo eletivo para composição do Plenário do CBH Parnaíba deverão preencher e apresentar a ficha de inscrição, que se encontra no Anexo I, acompanhada dos documentos comprobatórios relacionados no Anexo II desta Deliberação.

§ 1º A ficha de inscrição deverá ser assinada pelo representante legal da instituição ou outrem que comprove a efetiva outorga de poderes.

§ 2º A entrega dos documentos será de forma presencial ou postada nas Agências dos Correios, com Aviso de Recebimento, ou encaminhada por e-mail para endereços eletrônicos específicos, conforme prazos e endereços a serem indicados no Edital de Convocação.

§ 3º Interessados que já integram comitês de bacias estaduais com atuação na bacia do rio Parnaíba poderão ser dispensados da apresentação dos documentos comprobatórios relacionados no Anexo II desde que, conjuntamente com a ficha de inscrição, seja apresentado ofício da presidência do respectivo comitê de bacia afirmando a condição de membro daquele colegiado e a veracidade das informações prestadas.





§ 4º Para efeito do exposto no parágrafo anterior, a Comissão Eleitoral poderá solicitar a qualquer momento do processo eleitoral a documentação comprobatória exigível no Edital.

Art. 8º Os interessados somente poderão se inscrever em um dos segmentos citados nos arts. 4º, 5º e 6º desta Deliberação, de acordo com a sua atividade principal declarada.

Art. 9º Os recursos interpostos quanto ao resultado preliminar dos habilitados e inhabilitados deverão ser encaminhados e julgados pela Comissão Eleitoral que conduzirá o processo.

## **Seção II**

### **Dos Procedimentos para Escolha dos Membros**

Art. 10 As Plenárias Setoriais serão realizadas por Estado, segmento e setor de usuários de recursos hídricos, organizações civis e Poder Público Municipal.

Art. 11 Os representantes indicados como prepostos das entidades ou usuários habilitados deverão apresentar-se à coordenação da respectiva Plenária Setorial, no início do evento, munidas de documento de identidade com foto, visando ao credenciamento e recebimento do seu crachá.

§ 1º Na impossibilidade de participação do representante indicado na Ficha de Inscrição seu substituto deverá estar acompanhado de ofício, assinado pelo representante legal, o indicando para participar da referida reunião.

§ 2º A entidade ou usuário habilitado no processo eleitoral participará somente com um representante devidamente credenciado.

§ 3º Cada representante credenciado só poderá representar uma entidade ou usuário habilitado ao processo eleitoral.

Art. 12 A Plenária Setorial será conduzida por um Presidente, que será membro da Comissão Eleitoral, e um Relator que será designado pelo Presidente da Plenária.

Parágrafo único: Nas atas das Plenárias Setoriais deverão constar os nomes de todos os presentes, o número de votos obtidos por cada candidato, a classificação final após a votação e as assinaturas do Presidente e do Relator que conduziram a reunião, além de ser anexada a lista de presença dos habilitados.

Art. 13 Na abertura dos trabalhos, o Presidente da Plenária Setorial deverá apresentar a pauta que deverá constar:

I – apresentação dos objetivos da Plenária;

II – leitura e explicação sucintas sobre os termos desta Deliberação;

III – apresentação do Regimento Interno do CBH Parnaíba e leitura dos artigos referentes à competência e composição do Comitê;

IV – informações sobre as habilitações do segmento da respectiva Plenária Setorial; e

V – orientações complementares sobre a eleição.

Parágrafo Único. A relação dos habilitados e prepostos deverá estar fixada em, pelo menos, dois locais no acesso à sala da Plenária, em posição de fácil leitura.

Art. 14 As votações dar-se-ão por voto aberto:

§ 1º A escolha dos membros titulares e suplentes do CBH Parnaíba será feita contabilizando-se os votos obtidos pelo candidato e organizando-os em ordem decrescente, sendo eleitos os membros titulares e suplentes conforme a seguinte sequência:

a) Na existência de 1 (uma) vaga para membro titular e 1 (uma) para membro suplente, o candidato mais votado ocupará a vaga de membro titular e o segundo candidato mais votado, a de membro suplente;

b) Na existência de mais de uma vaga para membros titulares e suplentes, os candidatos mais votados ocuparão as vagas de membros titulares e os seguintes, as de membros suplentes.

§ 2º A critério dos participantes das Plenárias Setoriais, o preenchimento das vagas poderá ser por aclamação.

Art. 15 No caso de empate entre os candidatos, não havendo consenso para a indicação dos representantes, será procedida nova votação entre os candidatos empatados.

Art. 16 Persistindo o empate previsto no artigo anterior, será considerado eleito o candidato cuja instituição possuir mais tempo relacionado ao uso ou proteção dos recursos hídricos.

§ 1º Para a contabilidade do tempo relacionado ao uso ou proteção dos recursos hídricos serão considerados:

- a) data de emissão da primeira outorga ou declaração de uso insignificante de recursos hídricos, para os usuários de recursos hídricos;
- b) data de registro de estatuto ou documento equivalente, para entidades representativas de usuários ou municípios, organizações não governamentais e organizações técnicas; e
- c) data de emancipação política, para municípios.

Art. 17 No caso de comparecimento de um único candidato, a suplência será assumida pelo representante que o titular eleito indicar, entre as entidades previamente habilitadas.

Art. 18 Ao término das escolhas para o preenchimento das vagas referente à respectiva Plenária Setorial caberá ao Presidente:

- a) anunciar os nomes dos membros titulares e suplentes eleitos;
- b) encerrar a reunião e encaminhar a ata da Plenária à coordenação da Comissão Eleitoral que acompanhará o processo;
- c) informar os encaminhamentos necessários à posse dos eleitos.





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

Art. 19 A Assembleia de Posse dos membros eleitos e indicados, será realizada em reunião específica, ocasião em que será promovida a eleição e a posse da nova Diretoria do CBH Parnaíba.

Art. 20 Todos os documentos e comunicações relativos ao processo eleitoral, assim como os resultados com as entidades eleitas, serão disponibilizados em página eletrônica do CBH Parnaíba.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DA INDICAÇÃO DOS MEMBROS DOS PODERES PÚBLICOS FEDERAL E ESTADUAIS**

Art. 21 A articulação com as instituições do Poder Público Federal e Estadual, para indicação de seus representantes no CBH Parnaíba será realizada, conjuntamente, pelo Presidente Interino e pelo Coordenador da Comissão Eleitoral do CBH Parnaíba.

#### **CAPÍTULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 22 A Comissão Eleitoral que acompanhará o processo atuará como instância de decisão nos casos omissos.

Art. 23 Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Teresina - PI, 18 de fevereiro de 2019.

---

Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino

---

Talita Salomão de Oliveira  
Secretária Interina

- Após a aprovação da Deliberação nº 03, como consta acima, o Sr. Wagner apresentou a Deliberação nº 04, que trata da Comissão Eleitoral que depois de lida e aprovada ficou com a seguinte composição:

#### **DELIBERAÇÃO CBH Parnaíba nº 04, de 18 de fevereiro de 2019.**

*Institui Comissão Eleitoral para condução do processo eleitoral do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba, gestão 2019-2023.*

A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, instituído pelo Decreto do Presidente da República nº 9.335, de 05 de abril de 2018, a partir de proposta aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos por meio da Resolução CNRH nº 194, de 3 de abril de 2018, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, e

Considerando a necessidade de condução do processo eleitoral para eleição dos membros titulares e suplentes, bem como da Diretoria do CBH Parnaíba;

**DELIBERA:**



**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do CBH Parnaíba, Comissão Eleitoral com atribuição de conduzir o processo de eleição e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba para a gestão 2019-2023.

Art. 2º A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros:

XXXXXXXX, indicado pela (ANA), como Coordenador;

XXXXXXXX, indicado pela (SEMAR/PI);

XXXXXXXX, indicado pela (SEMA/MA); e

XXXXXX, indicado pela (SRH/CE).

Art. 3º As atribuições da Comissão Eleitoral são aquelas definidas na Deliberação nº 03, de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 4º A Comissão Eleitoral tem o prazo de 90 dias para publicar o Edital de Convocação das Eleições.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Teresina - PI, 18 de fevereiro de 2019.

---

Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino

---

Talita Salomão de Oliveira  
Secretária Interina

- Após a aprovação das Deliberações do CBH PARNAIBA, ficou agendada a próxima reunião para os dias 11 e 12 de abril.
- Nos informes finais, o Sr. Francisco das Chagas e o Sr. Giberval Vieira fizeram um relato sobre a participação dos dois, como representantes do CBH PARNAÍBA, na Reunião Extraordinária do FNCBH, juntamente com o Fórum Mineiro de Comitê de Bacias Hidrográficas, ocorrido em Belo Horizonte - MG, no dia 13 de fevereiro, ficando os mesmos de elaborarem um breve relatório da viagem a ser anexado na presente memória.

**Responsável pelas informações:**

**Marcelo Amorim de Moura – Auxiliar da Diretoria Provisória**





CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 6ª Reunião da Diretoria Provisória e do Grupo de Apoio

**PARTICIPANTES** (conforme lista de presença anexa)

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA	
			30/05/2019	31/05/2019
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	LICENÇA	LICENÇA
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE	PRESENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Secretaria Nacional de Segurança Hídrica / Ministério do Desenvolvimento Regional - SRHQ/MDR	PRESENTE	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal - ASSUSA	PRESENTE	PRESENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	PRESENTE	PRESENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	AUSENTE	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE	PRESENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE	PRESENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	AUSENTE	AUSENTE

**CONVIDADOS** (conforme lista de presença anexa)

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA	
			30/05/2019	31/05/2019
1	Gleydiston Sousa Santos	Sec. Municipal de MA	PRESENTE	AUSENTE
2	Paulo Sérgio	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Quitéria	PRESENTE	PRESENTE
3	Rebeca Cristina Nascimento Matos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE	PRESENTE
4	José Jânio de Castro Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE	PRESENTE

Talita Valença



## CBH Parnaíba

### Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

5	Luanas Maria Batista	Secretaria de Educação do Piauí - SEDUC/PI	PRESENTE	PRESENTE
6	Genivaldo Camelo de Castro	Museu Taxidérmico / Secretaria de Meio Ambiente de Regeneração	PRESENTE	PRESENTE
7	Márcio Antônio Freitas	Fundação Velho Monge	PRESENTE	AUSENTE
8	Sebastião A. Alencar	Prefeitura de Francisco Macedo	PRESENTE	AUSENTE
9	Maria Luiza	Secretaria de Educação do Piauí - SEDUC/PI	PRESENTE	AUSENTE
10	Antônio Alves de Anjos	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Quitéria	PRESENTE	PRESENTE
11	Cláudio de Sousa Silva	Fundação Velho Monge	PRESENTE	AUSENTE
12	Agamenon Bastos	Fundação Velho Monge	PRESENTE	AUSENTE
13	Ewerton Torres Melo	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH/CE	PRESENTE	PRESENTE
14	Raimundo José Fontenele	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI	PRESENTE	AUSENTE
15	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará – SRH/CE	AUSENTE	PRESENTE
16	Adriano Ferreira Costa dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente de Oeiras/PI	AUSENTE	PRESENTE
17	Milton Campelo	Agroserra	AUSENTE	PRESENTE

**LOCAL:** Auditório do Centro de Educação Ambiental da SEMAR/PI – Teresina - PI

**DATA:** 30 e 31/05/2019

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 30/05/2019; e, 08h às 12h – 31/05/2019

#### PAUTA DA REUNIÃO:

- Constituição da Comissão Eleitoral;
- Situação e perspectivas da contratação para realizar a Mobilização Social;
- Estudos para subsidiar o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba;
- Revitalização da Bacia do Parnaíba – Situação e perspectivas; e,
- Outros assuntos.

#### PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

A reunião iniciou com a saudação do Presidente Interino do CBH Parnaíba, Sr. Avelar Amorim, aos presentes. Em seguida, os membros da Diretoria Provisória, do Grupo de Apoio e convidados fizeram suas apresentações pessoais. Deste momento, destacam-se as presenças da Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, Sra. Sádía Gonçalves de Castro, e do Diretor Geral do Instituto de Águas e Esgotos do Piauí – IAEPI, Sr. Luiz Cláudio Lima Macedo, que se comprometeram em apoiar a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba no desenvolvimento de suas atividades. A Secretária Sádía Castro se comprometeu ainda a indicar um representante da SEMAR/PI para compor a Comissão Eleitoral responsável pelo processo que definirá a composição da Diretoria Executiva do CBH Parnaíba.

Posteriormente, a reunião seguiu a seguinte pauta:

- Constituição da Comissão Eleitoral  
A situação da indicação de representantes da Agência Nacional de Águas - ANA, Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA para compor a

*Talita Valença*





**CBH Parnaíba**

**Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba**

Comissão Eleitoral foi questionada pelo Sr. Avelar Amorim aos respectivos representantes desses órgãos. O representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, informou que ele mesmo seria indicando e que estava aguardando a emissão de ofício pela Agência, o que ocorreu no dia seguinte. Os representantes da SEMA/MA entregaram, via ofício, a indicação da servidora Rebeca Cristina Nascimento Matos. No dia seguinte, foi recebida por meio de ofício a indicação do Sr. Carlos Magno Feijó Campelo como representante da SRH/CE. Pendente a indicação da SEMAR/PI.

- Situação e perspectivas da contratação para realizar a Mobilização Social; Inicialmente, o representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, informou que o edital de concorrência lançado para contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) havia sido suspenso temporariamente para realização de ajustes no Edital, com previsão de reabertura da sessão para o dia 17/06/2019. Nesse mesmo dia, ele apresentou novamente os principais aspectos técnicos dos termos de referência da citada licitação, a saber: cronograma de mobilização, produtos esperados e prazos de entrega, serviços previstos, equipe de trabalho, distribuição dos mobilizadores, entre outros.
- Estudos para subsidiar o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba  
A representante da CODEVASF, Sra. Talita Valença, fez uma breve apresentação sobre o Contrato nº 0.045.00/2017 - Elaboração do diagnóstico da situação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, destacando os produtos oriundos desse contrato e a etapa que está em execução. Ressaltou que o contrato terá sua vigência prorrogada até agosto de 2019 e que, desta forma, os produtos finais não haviam sido analisados pela equipe de fiscalização da CODEVASF. Conforme solicitação dos presentes, na próxima reunião do CBH Parnaíba, a situação desses estudos será apresentada novamente, devendo ser incluída como pauta.

No dia 31/05/2019, a reunião foi retomada com a apresentação do presidente interino, Sr. Avelar Amorim, sobre a gestão ambiental e hídrica da bacia do Parnaíba, destacando a importância dos recursos hídricos, o arcabouço jurídico e institucional existente, bacias hidrográficas do Brasil, comitês de bacias hidrográficas e principais impactos ambientais na bacia do Parnaíba. Foram estabelecidos como encaminhamentos desta reunião:

- Próxima reunião ocorrerá nos dias 18 e 19 de julho, na sede da 7ª SR da CODEVASF em Teresina/PI;
- Uma das pautas será a apresentação dos Estudos que subsidiarão o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba.

**Responsável pelas informações:**

*Talita Valença*

Talita Salomão de Oliveira Valença

Secretária Interina

Diretoria Provisória do CBH Parnaíba







## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 7ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS (conforme listas de presença anexas)				
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA	
			05/09/2019	06/09/2019
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	AUSENTE	AUSENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	PRESENTE	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal - ASSUSA	PRESENTE	PRESENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	PRESENTE	PRESENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	AUSENTE	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPRODC	PRESENTE	AUSENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	PRESENTE	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE	PRESENTE
18	Rebeca Cristina Nascimento Matos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE	PRESENTE
19	Marcelo Christian Santos Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE	PRESENTE

*Talita Valença*



CONVIDADOS (conforme listas de presença anexas)				
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA	
			05/09/2019	06/09/2019
1	Edna Régia Sérvolo do Nascimento	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH/CE	PRESENTE	PRESENTE
2	Cleuton Lima Miranda	Universidade Estadual do Maranhão – UEMA / Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Universidade Federal do Piauí - UFPI	PRESENTE	*
3	Antônio Alves de Anjos	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Quitéria do Maranhão	PRESENTE	PRESENTE
4	Paulo Sérgio Moreira	Secretaria Municipal de Agricultura de Santa Quitéria do Maranhão	PRESENTE	AUSENTE
5	Milton Campelo	AGROSE MA / SINDICANACOL	PRESENTE	PRESENTE
6	José Orlando Soares Oliveira	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE	PRESENTE
7	Daniel Ricardo Borges de Oliveira	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	*	*

\*Não assinou a frequência, mas estava presente.

**LOCAL:** Auditório da CODEVASF

**DATA:** 05 e 06/09/2019

**HORÁRIO:** 14h às 18h – 05/09/2019; e, 08h às 12h – 06/09/2019

#### PAUTA DA REUNIÃO:

- Instituição da Comissão Eleitoral (Deliberação CBH Parnaíba nº 05/2019) e elaboração da minuta do Edital de Convocação às eleições;
- Andamento do processo licitatório (Edital nº 01/2019 – ANA – Concorrência do tipo técnica e preço) para contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba);
- Apresentação dos estudos que subsidiarão o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba;
- Encaminhamentos.

#### PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

A reunião foi iniciada com a saudação do Presidente Interino do CBH Parnaíba, Sr. Avelar Amorim, aos presentes. Em seguida, os membros da Diretoria Provisória, do Grupo de Apoio, Comissão Eleitoral e convidados fizeram suas apresentações pessoais.

Na sequência, os representantes da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, Talita Salomão e Daniel de Oliveira, iniciaram a apresentação dos estudos que subsidiarão o Diagnóstico da Bacia do Parnaíba, contratados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. Esta pauta começou no dia 05 e foi finalizada no dia 06 de setembro.

*Talita Salomão*





Os resultados dos estudos foram expostos por meio da mídia digital interativa, contendo uma apresentação detalhada do conteúdo do Relatório Final do Diagnóstico. Os representantes da CODEVASF destacaram que o material apresentado se encontra em fase de recebimento provisório pela equipe de fiscalização da CODEVASF e que o mesmo foi submetido à apreciação da ANA, encaminhado por meio de ofício à sua equipe técnica. Desta forma, alguns pontos ainda serão ajustados/corrigidos pelo Consórcio contratado (Consórcio Nascente à Foz), conforme informado ao longo da apresentação.

Destaca-se que esta pauta foi marcada por importantes debates e os pontos de questionamentos levantados pelos presentes serão repassados ao consórcio para ajustes/correções ou justificativas, como: necessidade de apresentação de um mapa com a divisão da bacia do Parnaíba em unidades de gestão e planejamento considerando os limites estaduais e reapresentação do balanço hídrico com vazões de longo prazo.

Posteriormente, a reunião prosseguiu com a seguinte pauta:

- Instituição da Comissão Eleitoral

O Presidente Interino, Sr. Avelar Amorim, identificou os membros da Comissão Eleitoral, conforme Deliberação CBH Parnaíba nº 05/2019, constituída por representantes da Agência Nacional de Águas – ANA (Wagner Vilella), Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE (Carlos Campelo), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA (Rebeca Matos) e da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí Eryson Thiago do Prado Batista), ressaltando que este último membro será substituído pelo Sr. Marcelo Christian Santos Silva, conforme informado pelo mesmo nesta reunião. Foi solicitado ao Sr. Marcelo Silva o envio de comunicação da SEMAR para formalizar esta substituição.

O Presidente Interino ressaltou que a Comissão Eleitoral terá seus trabalhos orientados pela Deliberação CBH Parnaíba nº 03, de 18 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

- Andamento do processo licitatório (Edital nº 01/2019 – ANA – Concorrência do tipo técnica e preço) para contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba)

O representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, informou que o Edital nº 01/ANA/2019) encontra-se em fase de recursos relacionada à análise das Propostas Técnicas, conforme quadro exibido contendo a classificação das empresas concorrentes e as respectivas notas obtidas. Conforme explicado pelo representante da ANA, a próxima fase da licitação será a análise das propostas financeiras.

Como a previsão de finalização do processo licitatório é setembro de 2019, ficou acertado entre os presentes que a próxima reunião do CBH Parnaíba somente será marcada após a contratação da empresa de mobilização social.

Ainda no dia 06/09/2019, a representante do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, Roseli Souza, falou acerca do Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, enfatizando as

*Taís Valença*



CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

alterações ocorridas na sua estrutura e composição dos seus representantes e respectivas competências. Destacou a necessidade de a Diretoria Provisória solicitar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a prorrogação do seu mandato, cuja vigência se encerra em 12 de dezembro de 2018, para finalização dos trabalhos visando à instalação do Comitê.

Ao final da reunião, o sr. Gilberval Vieira, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI, divulgou o XXI ENCOB - Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorrerá de 21 a 25 de outubro de 2019, em Foz do Iguaçu/PR. Ele destacou o tema do evento (#falacomitê) e fez um resumo da programação (cursos, oficinas, visitas técnicas, mesas redondas, entre outros), ressaltando a importância da participação do CBH Parnaíba e dos seus membros neste evento.

Foram estabelecidos como encaminhamentos desta reunião:

- A próxima reunião somente será marcada após a finalização do Edital nº 01/ANA/2019. A previsão é que ela ocorra em outubro de 2019, em Teresina/PI;
- A SEMAR/PI deverá encaminhar ofício ao CBH Parnaíba solicitando a substituição de Eryson Thiago do Prado Batista por Marcelo Christian Santos Silva na Comissão Eleitoral;
- A CODEVASF deverá repassar as contribuições/observações feitas pelos membros e convidados do CBH Parnaíba referentes aos estudos do diagnóstico ao Consórcio Nascente à Foz para justificativas e/ou ajustes/correções.
- A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba deverá solicitar prorrogação de prazo ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para finalizar seus trabalhos.

**Responsável pelas informações:**

*Talita Salomão de Oliveira Valença*

Talita Salomão de Oliveira Valença

Secretária Interina

Diretoria Provisória do CBH Parnaíba





CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 8ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			27/11/2019
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	AUSENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	AUSENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE
08	Francisco Teobaldo Gonçalves Marques	Associação dos Usuários de Água do Açude Carnaubal - ASSUSA	PRESENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	PRESENTE
10	João Moita de Oliveira	Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção da Serra da Ibiapaba	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	AUSENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Rebeca Cristina Nascimento Matos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Marcelo Christian Santos Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

Talita Valença



CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	CONVIDADOS
			FREQUÊNCIA
1	Ozenildo José Pereira Correia	Fórum Maranhense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FMACBH	27/11/19 PRESENTE
2	Luis Carlos Belfort Gomes	SRA Saneamento	PRESENTE
3	José Luiz de Souza	Secretaria Nacional de Segurança Hídrica - SNSH / Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	PRESENTE
4	Daniel Ricardo Borges de Oliveira	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE
5	Ewerton Torres	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará - COGERH/CE	PRESENTE
6	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	PRESENTE
7	Félix Fernando Raposo Filho	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI	PRESENTE
8	Benedito Rubens	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí	PRESENTE

**LOCAL:** Auditório da CODEVASF

**DATA:** 27/11/2019

**HORÁRIO:** 14h às 18h

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Apresentação do Consórcio Beck de Souza/Engeplus, vencedor do processo licitatório para apoiar a instalação do CBH Parnaíba - Edital nº 01/2019 - ANA;
- Apresentação e discussão da proposta de Plano de Trabalho para instalação do CBH Parnaíba;
- Encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a saudação da Secretária e do Presidente Interinos do CBH Parnaíba, Sra. Talita Salomão e Sr. Avelar Amorim, aos presentes. Em seguida, a representante do Consórcio Beck de Souza/Engeplus, Sra. Jana Alexandra, fez uma apresentação sobre o Plano de Trabalho dos serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do CBH Parnaíba, contendo objetivos e etapas a serem desenvolvidas.

No decorrer da apresentação, foram propostas logomarcas para criação de uma identidade visual do CBH Parnaíba e utilização no material de divulgação. Os presentes aprovaram o modelo apresentado abaixo, que deverá ser finalizado pelo Consórcio Beck de Souza/Engeplus. Esse modelo poderá ser aproveitado pela Diretoria Definitiva do Comitê, quando instalada, ou uma nova logomarca poderá ser elaborada.



Ressalta-se que, de acordo com o cronograma apresentado no Plano de Trabalho, as eleições e a posse da Diretoria Definitiva serão feitas em maio em 2020, com o início

*Talita Salomão*





CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

da mobilização no mês de fevereiro (realização de visitas e entrevistas nos municípios da bacia).

Ainda durante a apresentação do Plano de Trabalho, o Sr. Carlos Campelo (Representante da SRH/CE) expressou ao grupo a sua intenção de repassar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Ceará as informações referentes aos trabalhos do CBH Parnaíba, o que foi apoiado pelos presentes.

Foi estabelecido como encaminhamento desta reunião: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada em janeiro/2020, em data a ser definida posteriormente.

**Responsável pelas informações:**

Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina - CBH Parnaíba



CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 9ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			16/01/2020
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Jânio de Castro Lima	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	AUSENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	AUSENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Lidiane Almeida Estrela	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Marcelo Christian Santos Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

Talita Valença





CBH Parnaíba

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			16/01/2020
1	Ewerton Torres	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH/CE	PRESENTE
2	Benedito Rubens Luna	Fundação Velho Monge	PRESENTE
3	Cristian Sanabria	Consórcio Beck de Souza/Engeplus	PRESENTE
4	Hilnara Brito	Consórcio Beck de Souza/Engeplus	PRESENTE
5	José Orlando Soares Oliveira	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE
6	Eulanajara Drielle dos Santos	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	PRESENTE
7	Humberto Gonçalves	Agência Nacional de Águas - ANA	PRESENTE*

\*Não assinou a lista de frequência, mas participou da reunião.

**LOCAL:** Auditório da CODEVASF

**DATA:** 16/01/2020

**HORÁRIO:** 14h às 18h

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Apresentação e discussão do Edital de Convocação às eleições;
- Apresentação do Calendário Eleitoral;
- Conhecimento e apreciação do material de divulgação a ser utilizado no processo de mobilização social;
- Apresentação e discussão do calendário dos Seminários Regionais; e
- Encaminhamentos

#### PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

Após a saudação inicial da Secretária Interina do CBH Parnaíba, Sra. Talita Salomão, o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, da Agência Nacional de Águas – ANA, fez a sua apresentação pessoal e falou sobre as atribuições da sua superintendência e do trabalho que está sendo desenvolvido na bacia do Parnaíba (prazos, posse dos membros, importância da participação dos governos estaduais, sociedade civil, entre outros).

Em seguida, o representante da ANA, Sr. Wagner Vilella, apresentou o Calendário Eleitoral, destacando-se atividades como capacitação dos mobilizadores (23 e 24/01/2020), início da mobilização (27/01/2020) e posse (03/06/2020). Nesse momento, os representantes do Piauí e do Ceará discutiram e definiram que as Plenárias Estaduais nos seus respectivos estados serão no dia 15/05/2020.

Foi informado pelo Sr. Wagner Vilella que a representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA na Comissão Eleitoral, Sra. Lidiane Almeida Estrela, definiu que a Plenária Estadual do Maranhão será realizada também no dia 15/05/2020, conforme reunião da Comissão Eleitoral realizada na manhã do dia 16/01/2020.

Na sequência, foi apresentado e discutido o Calendário dos Seminários Regionais, onde os presentes indicaram possíveis locais para realização desses eventos, conforme quadro a seguir.

*Talita Salomão*




SEMINÁRIOS REGIONAIS		
CIDADE	DATA	LOCAL
Teresina-PI	30/03/2020	FIEPI
Balsas-MA		UFMA
Castelo do Piauí-PI	31/03/2020	Sec. Educação
Bom Jesus-PI	01/04/2020	Prefeitura – UFPI
Crateús-CE		Teatro Rosa Moraes
São Benedito-CE	02/04/2020	NAEC- Núcleo de Arte, Educação e Cultura
Parnaíba-PI	03/04/2020	Prefeitura Municipal
São Raimundo Nonato-PI		IFPI
Picos-PI	06/04/2020	IFPI
São Bernardo - MA		
Piripiri-PI	07/04/2020	Prefeitura Municipal
Valença do Piauí-PI		IFPI
Floriano-PI	08/04/2020	IFPI
Timon-MA	09/04/2020	Prefeitura Municipal

Posteriormente o representante do Consórcio Beck de Souza/Engeplus, Sr. Cristian Sanabria, apresentou o material de divulgação que será usado nas atividades de mobilização social. O material foi aprovado pelos presentes, sendo solicitada apenas a substituição da foto do “Fundo de Palco”.

O Edital de Convocação às eleições foi visto rapidamente, pois já havia sido discutido em reunião anterior. Como a pauta da 9ª reunião foi totalmente trabalhada no primeiro dia (16/01/2020), os membros da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitora foram dispensados no dia 17/01/2020.

Foram estabelecidos como encaminhamentos desta reunião: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada nos dias 19 e 20/03/2020 em Teresina/PI; e, a Secretaria Interina emitirá os ofícios para reserva dos auditórios que sediarão os Seminários Regionais.

**Responsável pelas informações:**

  
Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina - CBH Parnaíba





## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 11ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			28/08/2020
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	AUSENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPRODC	AUSENTE
12	José Ivo Gonçalves Sousa	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE



CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			28/08/20
1	Humberto Gonçalves	Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA	PRESENTE
2	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA	PRESENTE
3	Edna Nascimento	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH/CE	PRESENTE
4	Layssa Maia	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet

**DATA:** 28/08/2020

**HORÁRIO:** 09h30 às 11h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Solicitação de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do CBH-Parnaíba;
- Planejamento para retorno do processo de mobilização social e da divulgação do processo eleitoral; e, situação do contrato celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Beck de Souza/Engeplus;
- Informes em geral e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a saudação da Secretária Interina do CBH Parnaíba, Sra. Talita Salomão, aos presentes, informando a pauta da mesma e fazendo um breve resumo sobre o andamento das ações realizadas pelo Comitê até março/2020, antes da paralisação das atividades em virtude da pandemia da Covid-19. Em seguida, o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, manifestou o posicionamento da ANA quanto à possibilidade de retomada das discussões sobre o retorno das atividades de mobilização social e processo eleitoral do CBH Parnaíba a partir de janeiro/2021. Em virtude de outro compromisso, o Sr. Humberto se ausentou após a sua fala, desejando uma boa reunião do grupo.

Na sequência, o Presidente Interino do CBH Parnaíba, Sr. Avelar Amorim, manifestou a sua preocupação com a paralisação das atividades que estavam sendo desenvolvidas pelo Comitê, ANA e pelo Consórcio Beck de Souza/Engeplus, ressaltando a cobrança que recebe para a retomada dos trabalhos pela população em geral. Esclareceu que a sua proposta é buscar alternativas aos trabalhos: de forma virtual, no caso do processo eleitoral; e, apoio dos membros do grupo de apoio para finalizar a mobilização social.

A primeira pauta tratada referiu-se à necessidade da Diretoria Provisória solicitar à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH a prorrogação do seu mandato, em virtude da não conclusão do processo de mobilização social e realização das eleições. Os prazos e procedimentos foram esclarecidos pela representante do MDR, Sra. Roseli Souza. Ficou acordado que o pedido deverá ser encaminhado, preferencialmente, até a primeira quinzena de outubro.

O representante da ANA, Sr. Wagner Villela, fez uma apresentação sobre os Resultados Parciais do Processo de Mobilização, lembrando os produtos e prazos previstos no contrato celebrado entre a ANA e o Consórcio Beck de Souza/Engeplus, situação dos municípios visitados nos três estados da bacia, número de cadastros realizados, nível de abordagem (cadastros, pré-inscrições e inscrições) e os desafios para retomada da mobilização, destacando-se a remobilização de instituições e entidades visitadas, a existência de novos prefeitos; e, a necessidade de redefinição dos locais dos eventos, em especial dos Seminários Regionais.

Após a apresentação, houve uma intensa discussão entre os presentes sobre a possibilidade de retomada dos trabalhos do Comitê neste momento, sobressaindo-se argumentos como a dificuldade de acesso à internet a todos os atores envolvidos no processo de mobilização, interferência das eleições municipais, dificuldades de apoio/permissão dos órgãos estaduais e federais aos eventos; etc. A maioria dos membros da Diretoria Provisória, do Grupo de Apoio e da Comissão Eleitoral concluiu pela reanálise da retomada das atividades de mobilização social e do processo eleitoral a partir de janeiro/2021. Entretanto, como forma de manter as atividades do CBH Parnaíba, foi proposta a realização de seminário online (Webinar), com tema e estrutura a serem discutidos na próxima reunião.

Foram estabelecidos como encaminhamentos desta reunião: a próxima reunião virtual do CBH Parnaíba será realizada em 25/09/2020; a solicitação de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória deverá ser feita até a primeira quinzena de outubro/2020.

**Responsável pelas informações:**

Talita Salomão de Oliveira Valença / Secretária Interina - CBH Parnaíba



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 12ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			23/10/2020
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	AUSENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	PRESENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			23/10/2020
1	Ewerton Torres	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará – COGERH/CE	PRESENTE
2	Layssa Maia	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet

**DATA:** 23/10/2020

**HORÁRIO:** 09h30 às 11h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Análise da proposta de Webinar (Seminário online), a ser realizado pelo CBH Parnaíba, objetivando contribuir para a mobilização social e a divulgação do processo eleitoral no período da pandemia da Covid-19; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

Inicialmente, a Secretária Interina do CBH Parnaíba, Sra. Talita Salomão, fez uma breve apresentação da proposta de webinar, elaborada em conjunto com o Presidente Interino, Sr. Avelar Amorim, tendo como tema “CBH Parnaíba: atribuições, histórico de criação e formas de participação”. Explicou ainda o objetivo do evento, as questões de logística, mediação, escolha de palestras e palestrantes e algumas dúvidas sobre a necessidade de realização de inscrições e emissão de certificados.

Após a apresentação, o tema do evento foi aprovado pelos presentes, que definiram ainda que o mesmo será aberto ao público em geral, sem a necessidade de realização de inscrições prévias. A data escolhida foi 04/12/2020, das 10 às 12 h.

Quanto aos palestrantes e palestras, foram escolhidos os seguintes:

- Representante da SEMAR/PI. Palestra: Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz;
- Avelar Amorim (Presidente Interino do CBH – Parnaíba). Palestra: Histórico de criação do CBH Parnaíba;
- Wagner Vilella (Coordenador da Comissão Eleitoral). Palestra: Como participar do processo eleitoral do CBH Parnaíba.

A mediação, por sua vez, ficará sob a responsabilidade de representante da SEMA/MA a ser nomeado posteriormente.

Foram estabelecidos como encaminhamentos desta reunião: a próxima reunião virtual do CBH Parnaíba será realizada em 20/11/2020; a SEMAR/PI e SEMA/MA indicarão representantes para palestrar e mediar, respectivamente o webinar; ANA e CODEVASF avaliarão a possibilidade de dar suporte virtual ao evento.

**Responsável pelas informações:**

Talita Salomão de Oliveira Valença / Secretária Interina - CBH Parnaíba



**MEMÓRIA DE REUNIÃO**
**14ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral**

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			29/01/2021
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	AUSENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	AUSENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

*Talita Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			29/01/2021
1	Layssa Maia	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE
2	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogeh)/Crateús	PRESENTE
3	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
4	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet

**DATA:** 29/01/2021

**HORÁRIO:** 09h30 às 11h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Planejamento para retorno do processo de mobilização social e da divulgação do processo eleitoral; e, situação do contrato celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e o Consórcio Beck de Souza/Engeplus.
- Informes em geral e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a discussão sobre a possibilidade de retomada do processo de mobilização social e divulgação do processo eleitoral. Os representantes da ANA, Wagner Vilella e Volney Zanardi, explicaram que não há possibilidade contratual para concluir os trabalhos de forma totalmente remota e que a ANA estuda retomar este processo através de um modelo híbrido (presencial e remoto), quando a pandemia da Covid-19 estiver controlada. Diante do cenário atual e objetivando manter as atividades do CBH Parnaíba, a ANA propôs que o Comitê comesse a discussão sobre o Termo de Referência que embasará a contratação do Plano de Recursos Hídricos da bacia, bem como sugeriu que a avaliação da retomada da mobilização/processo eleitoral fosse feita mensalmente a partir de março/2021.

Os presentes se manifestaram favoráveis às propostas, destacando-se a fala do Sr. Marcelo Amorim/ IAEPI, que sugeriu que fosse mantido contato com as instituições já mobilizadas visando mantê-las informadas a situação dos trabalhos do CBH Parnaíba.

Já o Presidente Interino do CBH Parnaíba, Avelar Amorim, reforçou o seu posicionamento pela imediata retomada das inscrições ao processo eleitoral, sem a necessidade de realização de grandes eventos (seminários regionais), suscitando algumas dúvidas sobre a metodologia do processo de mobilização social, que logo foram sanadas.

Ao final, os presentes aprovaram as sugestões da ANA para avaliação mensal do processo de retomada da mobilização social/processo eleitoral; e início das discussões sobre o Termo de Referência para elaboração do Plano de Recursos Hídricos. A próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada no dia 05/03/2021, de forma virtual.

*Taís Valença*



**Responsável pelas informações:**

*Talita Valença*  
Talita Salomão de Oliveira Valença / Secretária Interina - CBH Parnaíba



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 15ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			05/03/2021
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	AUSENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPRODC	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	AUSENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	PRESENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

*Talita Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			05/03/2021
1	Luciana Brito Castro	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alto Parnaíba/MA	PRESENTE
2	Giovana Nunes	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE
3	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogeh)/Crateús	PRESENTE
4	Luciana Aparecida Zago de Andrade	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
5	Rosana Mendes Evangelista	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
6	Gonzalo Alvaro Vazquez Fernandez	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
7	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
8	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet

**DATA:** 05/03/2021

**HORÁRIO:** 09h30 às 12h00

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Reavaliação da situação para retomada do processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral; e, realização de contato com as instituições já mobilizadas.
- Apresentação e discussão das diretrizes para elaboração de Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com uma breve apresentação pessoal dos participantes. Em seguida, a pauta do dia começou a ser tratada com a reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral. O Sr. Volney Zanardi, representante da ANA, explicou que, diante da situação de agravamento da pandemia, a Agência mantém o posicionamento da reunião anterior de inviabilidade da retomada dos trabalhos presenciais e propôs a reavaliação da situação no próximo mês, destacando que ANA estudará a retomada do processo por meio de um modelo híbrido (presencial e remoto). O Sr. Wagner Vilella, também representante da ANA, reforçou ainda que não possível realizar a reunião que estava agendada com o Consórcio Engeplus/Beck de Souza, pois parte da equipe adoeceu. O Sr. Avelar, Presidente Interno do CBH Parnaíba, manifestou-se favorável em reavaliar a situação no próximo mês, não havendo manifestação contrária dos demais membros do Comitê.

Após esse tópico, a Sra. Luciana Andrade (Coordenadora de Planos de Recursos Hídricos da ANA), a Sra. Rosana Evangelista e Sr. Gonzalo Fernandez conduziram uma rodada de discussões acerca das expectativas dos participantes sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Parnaíba, explicando que este primeiro encontro se tratava de uma aproximação inicial. Vários membros contribuíram com as discussões, trazendo temas como: projetos de hidrelétricas; situação da irrigação; priorização de obras; melhoria da gestão de recursos hídricos; conservação de nascentes; implantação de esgotamento

*Volney Zanardi*



sanitário; integração com outros planos e políticas públicas; e, a importância de tornar o plano viável para execução de empreendimentos, em vez de criar dificuldades.

Posteriormente, a Sra. Luciana Andrade fez uma apresentação sobre as Diretrizes para Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, enfatizando o seu conceito e objetivos; processo participativo de elaboração e implementação; interfaces com demais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; diagnóstico elaborado pela Codevasf; Plano de Ações; etapas, entre outros. A apresentação foi seguida por perguntas, em especial sobre a revalidação do diagnóstico e prazo para elaboração do Termo de Referência. O Sr. Gonzalo Fernandez informou que não há prazo definido. A Sra. Luciana esclareceu que a contratação da elaboração do Plano de Recursos Hídricos precisará ser solicitada pelo Comitê, após efetivamente instalado com membros eleitos e diretoria escolhida, para prosseguimento dos trâmites internos pela ANA; por isso, não há prazo definido. O Sr. Wagner Vilella destacou a importância do diagnóstico já realizado pela Codevasf, que permitirá que o Comitê avance rapidamente na elaboração do seu Plano de Recursos Hídricos.

Ao final, o Sr. Gonzalo Fernandez sugeriu que as Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, assim como a Codevasf, fizessem uma apresentação individual na próxima reunião do CBH Parnaíba, agendada para o dia 09/04/2021, sobre a situação da gestão de recursos hídricos nesses estados e a visão das mesmas para o Plano de Recursos Hídricos. Essa sugestão foi aceita pelos presentes.



**Responsável pelas informações:**

*Talita Valença*  
Talita Salomão de Oliveira Valença / Secretária Interina - CBH Parnaíba



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 16ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			03/05/2021
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

*Talita Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
1	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh)/Crateús	03/05/2021 PRESENTE
2	Luciana Aparecida Zago de Andrade	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
3	Rosana Mendes Evangelista	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
4	Gonzalo Álvaro Vazquez Fernandez	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
5	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
6	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
7	Ramom Flávio Gomes Rodrigues	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
8	Elano Joca	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh)	PRESENTE
9	Layssa Maia	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet

**DATA:** 03/05/2021

**HORÁRIO:** 09h30 às 12h00

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral; e, realização de contato com as instituições já mobilizadas.
- Apresentação das Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará sobre a gestão de recursos hídricos nesses estados e a visão das mesmas para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba;
- Apresentação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF sobre sua ação institucional; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com uma breve apresentação pessoal dos participantes. Em seguida, foram realizadas as apresentações das Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados do Ceará e Piauí.

Os representantes da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE e da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH/CE, Ramom Rodrigues, Carlos Magno Campelo e Elano Joca, fizeram uma apresentação sobre a gestão de recursos hídricos no estado, destacando o organograma do sistema de gestão; a divisão das bacias hidrográficas estaduais e os comitês existentes (especialmente Serra da Ibiapaba e Sertões de Crateús); os instrumentos de gestão (outorga, cobrança, fonte, fiscalização e planos de bacias; a infraestrutura hídrica (açudes, adutoras e Projeto Malha D'Água); e, o Plano de Ações Estratégicas dos Recursos Hídricos 2018-2048.

*Taíto Valença*



A Diretora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR/PI, Layssa Maia, falou sobre as ações da Secretaria em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA (Progestão e Procomitês) e com o Banco Mundial; modernização da SEMAR com a criação de sistemas (Assistente de Outorga e Barragens do Piauí); elaboração de materiais técnicos; e, ações da Gerência de Meteorologia/Sala de Situação, como monitoramento das condições de tempo e clima, de águas superficiais e secas.

Gabriel Santos, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão – SEMA/MA, solicitou que a apresentação do estado fosse realizada na próxima reunião do CBH Parnaíba, devido a dificuldades para realização nesta reunião.

Na sequência, Talita Salomão, representante da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, fez uma apresentação institucional da empresa, falando sobre missão, diretrizes, área e formas de atuação, bem como algumas ações de revitalização desenvolvidas na 7ª Superintendência Regional, com destaque ao Diagnóstico da Situação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e ao Plano Nascente Parnaíba.

Ao final das apresentações, Gonzalo Fernandez (ANA) falou da importância da integração do projetos estaduais com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Parnaíba. Luciana Andrade (ANA) destacou a importância das apresentações com a visão de cada um dos órgãos gestores. Em seguida, eles e Rosana Evangelista tiveram que se ausentar da reunião devido a outro compromisso. Então foi iniciada a discussão sobre a reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e de divulgação do processo eleitoral.

Volney Zanardi (ANA) explicou que o prazo do contrato celebrado com o Consórcio Engeplus/Beck de Souza é até dezembro/2021 e que a Agência estuda metodologias de mobilização social alternativas, mas que existem limitações dos trabalhos remotos, com perdas. Informou ainda que está prevista uma reunião com o Consórcio na quinta-feira (06/05/2021) para tratar deste assunto. Disse ainda que a pandemia continua grave e que a melhor solução para retomada da mobilização pode ainda demorar um certo tempo.

Wagner Vilella (ANA) reforçou que a expectativa da Agência é finalizar o processo eleitoral do CBH Parnaíba até o final deste ano e que existem dificuldades de mobilização social de forma totalmente remota até mesmo em processos de renovação de comitês já constituídos, como o Comitê da Bacia do São Francisco, chegando a aproximadamente 70% de mobilização.

Marcelo Moura (IAEPI) sugeriu a utilização dos e-mails já cadastrados das entidades dos Estados do Piauí e Ceará para realizar novo contato de mobilização. Wagner Vilella esclareceu que até agosto/2021 será decidida a nova metodologia de mobilização, podendo ser parte presencial e outra virtual, e que quem é de comitê existente basta apresentar a Carta de Recomendação do próprio comitê para habilitação.

*Talita Salomão*



Ao final da reunião, Avelar Amorim (Presidente Interno do CBH Parnaíba) parabenizou as apresentações feitas e falou que aguarda as discussões sobre a nova metodologia de mobilização social.

Encaminhamentos: na próxima reunião, marcada para o dia **09/06/2021 (quarta-feira)**, haverá a apresentação da SEMA/MA sobre a gestão de recursos hídricos nesse estado e a visão da mesma para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, bem como será reavaliada a situação da pandemia da Covid-19 e o andamento da nova metodologia de mobilização social, em discussão entre ANA e Consórcio Engeplus/Beck de Souza.

**Responsável pelas informações:**



Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina - CBH Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 17ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			09/06/2021
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

*Talita Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			09/06/2021
1	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogeh)/Crateús	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
2	Luciana Aparecida Zago de Andrade	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
3	Rosana Mendes Evangelista	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
4	Gonzalo Álvaro Vazquez Fernandez	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
5	Zeca	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
6	Luiz Henrique Pinheiro	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
7	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
8	Hugo Fernando Silva Silva	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
9	Helen Roberta Ferreira	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
10	Layssa Maia	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet;

**DATA:** 09/06/2021

**HORÁRIO:** 09h30 às 12h00

#### **PAUTA DA REUNIÃO:**

- Reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e andamento da nova proposta de mobilização em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza;
- Apresentação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA sobre a gestão de recursos hídricos no estado e a visão da mesma para o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

#### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com uma breve apresentação pessoal dos participantes. Em seguida, Gabriel dos Santos (SEMA/MA) fez uma exposição sobre a Gestão dos Recursos Hídricos no Maranhão – Panorama Geral (2020/2021), tratando sobre os avanços alcançados nas áreas de Supervisão de Outorga, Cobrança e Fiscalização; Supervisão da Gestão Participativa, com o fortalecimento dos comitês estaduais e o Programa Procomitês; além da Supervisão de Gestão e Planejamento, abrangendo o Programa Progestão, a finalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, o enquadramento provisórios de corpos de água, a contratação de pesquisadores bolsistas e a publicação de novos instrumentos legais.

Após os esclarecimentos de algumas dúvidas e elogios aos trabalhos realizados pela SEMA/MA, foi iniciada a discussão sobre a reavaliação da situação da pandemia da

*Taís Valença*



Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e andamento da nova proposta de mobilização. Volney Zanardi (ANA) informou que o contrato celebrado entre a ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza foi prorrogado até janeiro/2022 e que, a partir de agora, será discutida a nova metodologia de mobilização social, que provavelmente implicará em aditivo de metas.


Wagner Villela (ANA) complementou reforçando que os prazos previstos inicialmente serão mantidos, com a finalização do processo eleitoral até o final do ano de 2021 e aprovação da nova metodologia até agosto. Mencionou ainda que neste mês a ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza já começariam a estruturar alternativas de mobilização social (sistema híbrido).

Ao final, Avelar Amorim (Presidente Interino do CBH Parnaíba) parabenizou o trabalho desenvolvido pela SEMA/MA e reforçou a necessidade do Estado do Piauí avançar no fortalecimento dos comitês de bacias estaduais. Falou ainda em aguardar as discussões sobre a nova metodologia de mobilização social.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada no dia **07/07/2021 (quarta-feira)**, tendo como pauta a reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 e o andamento da nova proposta de mobilização em discussão entre a ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza.



**Responsável pelas informações:**

  
Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina - CBH Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 18ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			07/07/2021
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			07/07/2021
1	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogeh)/Crateús	PRESENTE
2	Luciana Aparecida Zago de Andrade	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
3	Rosana Mendes Evangelista	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
4	Gonzalo Álvaro Vazquez Fernandez	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
5	José Carlos	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
6	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet;

**DATA:** 07/07/2021

**HORÁRIO:** 15h00 às 17h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Reavaliação da situação da pandemia da Covid-19 para retomada do processo de mobilização social e andamento da nova proposta de mobilização em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a fala da Secretária Interina (Talita Salomão) e do Presidente Interino (Avelar Amorim) do CBH Parnaíba, sobre a mudança de horário da reunião e a expectativa para discussão acerca da retomada do processo de mobilização social.

Em seguida, Volney Zanardi (ANA) falou sobre o trabalho intenso desenvolvido pela Agência para adequar a metodologia e o calendário de atividades referentes ao contrato celebrado com o Consórcio Engeplus/Beck de Souza.

Wagner Vilella (ANA) fez uma apresentação sobre a proposta de serviços a serem executados pelo Consórcio Engeplus/Beck de Souza para retomada do processo de instalação do CBH Parnaíba, trazendo um resumo sobre a mobilização realizada em 2020, destacando-se os municípios visitados; as visitas por segmento; e, os quantitativos de cadastros, pré-inscrições e inscrições realizadas.

Em relação à nova metodologia, Wagner Vilella (ANA) explicou que a execução será em 04 etapas (Planejamento das Atividades; Mobilização Social e Comunicação; Seminários Regionais; e, Planárias, Assembleia de Posse e Oficina de Planejamento).

Destaca-se que a nova metodologia adota serviços a serem realizados de forma remota e de forma presencial, atendendo medidas de prevenção à Covid-19. Como exemplo, os seminários regionais serão realizados de forma mista (presencial e streaming) com público presencial reduzido, limitado até 30 pessoas, em que será disponibilizado coffee break de forma individual, bem como disponibilizado álcool em gel e máscaras N95/PFF2 a todos os participantes. O tempo de evento será limitado (03 horas) e serão

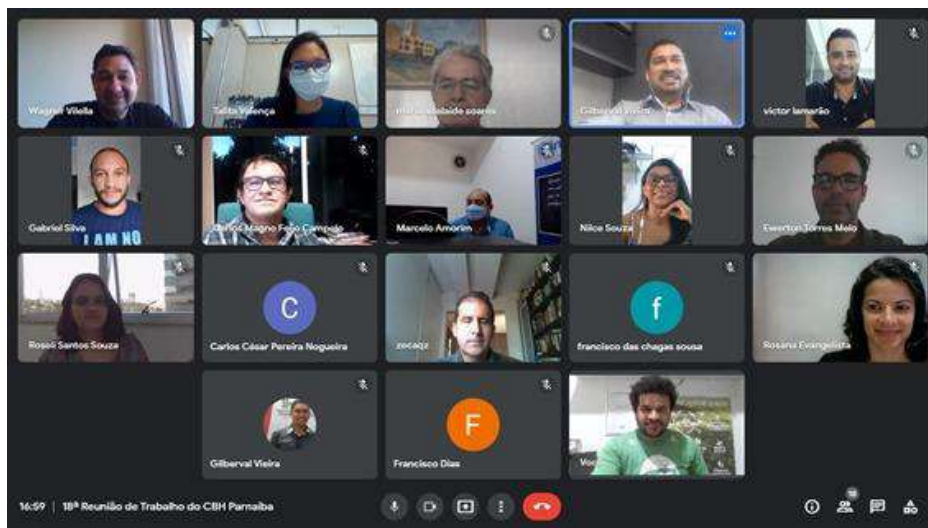


priorizados locais amplos e/ou abertos. No caso das reuniões Plenárias, serão adotadas as mesmas medidas, disponibilizando-se transporte com lotação reduzida e exigência de cartão de vacinação.

Posteriormente, os presentes discutiram sobre as cidades polos para recebimento dos seminários regionais, elegendo as 10 cidades prioritárias (Crateús/CE; Timon e Balsas/MA; Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Floriano/PI), em detrimento de Valença e Castelo do Piauí/PI, aumentando-se o público do evento presencial de 30 para 40 pessoas em Floriano e Teresina/PI. Todos os presentes concordaram com a metodologia proposta pela ANA.

Ao final da reunião, o Presidente Interino (Avelar Amorim) comentou sobre a discussão existente no Estado do Piauí, no momento, a respeito do estabelecimento de microrregiões de saneamento básico sem considerar as bacias hidrográficas estaduais ou que esses colegiados tenham representantes dos Comitês de Bacias Estaduais, buscando a integração das políticas de recursos hídricos e de saneamento básico. Os membros presentes apoiaram a preocupação do Presidente Interino de buscar ampliar essa discussão, representando assim o posicionamento do CBH Parnaíba.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada no dia **06/08/2021 (sexta-feira)**, tendo como pauta o andamento da nova proposta de mobilização social e tópico a ser definido sobre o Termo de Referência para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, que será contratado pela ANA.



### **Responsável pelas informações:**

Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina - CBH Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 19ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			06/08/2021
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	AUSENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE

*Talita Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			06/08/2021
1	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh)/Crateús	PRESENTE
2	Luciana Aparecida Zago de Andrade	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
3	Rosana Mendes Evangelista	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
4	Gonzalo Álvaro Vazquez Fernandez	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
5	José Carlos	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
6	Domerval Luz	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE / CBH Canindé-Piauí	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet;

**DATA:** 06/08/2021

**HORÁRIO:** 09h30 às 12h30

#### **PAUTA DA REUNIÃO:**

- Andamento da nova proposta de mobilização social para o processo eleitoral em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza;
- Apresentação e discussão sobre a matriz de conflitos e atores – Termo de Referência para contratação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Parnaíba e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

#### **PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a apresentação individual dos participantes. Em seguida, o Presidente Interino do CBH Parnaíba, Avelar Amorim, agradeceu a participação de todos e enfatizou a expectativa da sociedade para retomada do processo de mobilização social.

Wagner Vilella (ANA) informou sobre o andamento da celebração de termo aditivo ao contrato firmado com o Consórcio Engeplus/Beck de Souza, destacando que todas as alterações de mobilização social, discutidas na reunião anterior com o CBH Parnaíba, foram aprovadas pela área técnica e Procuradoria Jurídica da ANA, que emitiram pareceres favoráveis aos ajustes necessários, faltando aprovação pelas instâncias superiores da Agência. Diante desse cenário, falou ainda sobre a possibilidade de realização de reuniões ainda em agosto com a Comissão Eleitoral e com a Diretoria Provisória para fechar o calendário eleitoral, a ser lançado ainda em agosto, e organizar as reuniões plenárias, dando preferência a locais abertos e com a adoção de medidas protetivas à Covid-19. Confirmou a previsão de instalar o CBH Parnaíba até dezembro/2021.

Avelar Amorim (Presidente Interino do CBH Parnaíba) reforçou a importância da realização de eventos em locais abertos. Já Roseli Souza (MDR) ressaltou a necessidade de acompanhamento dessas tratativas para que o CBH Parnaíba solicite ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a prorrogação de prazo dos seus trabalhos, com

*Talito Valença*



final de vigência em 31/12/2021, caso seja preciso; convidou ainda os representantes do CBH Parnaíba para participarem da próxima reunião do CNRH, que ocorrerá em 16/08/2021, objetivando relatar o andamento dos trabalhos do Comitê. Entretanto, os presentes entenderam que essa participação seria mais adequada em uma próxima reunião do CNRH, quando os trabalhos estiverem mais avançado.

Na pauta seguinte, Luciana Andrade (ANA) iniciou falando que a apresentação da matriz de conflitos e atores era um exercício para discussão entre os membros do CBH Parnaíba, que embasará a futura contratação do Plano de Recursos Hídricos dessa bacia. Rosana Evangelista (ANA) fez então a apresentação da matriz de temas e atores da bacia do Parnaíba, elaborada a partir das discussões iniciais sobre a visão e as expectativas dos membros do Comitê para o Plano.

Avelar Amorim (Presidente Interino) sugeriu acrescentar a importância da integração da Política Nacional de Recursos Hídricos com a Política Nacional de Saneamento Básico, dando como exemplo as discussões recentes no Estado do Piauí sobre o estabelecimento de microrregiões de saneamento básico sem considerar as bacias hidrográficas estaduais ou que esses colegiados tenham representantes dos Comitês de Bacias Estaduais, alertando sobre a necessidade de mais debates sobre o tema. Esse posicionamento foi reforçado por Marcelo Amorim (IAEPI).

Gonzalo Fernandez (ANA) destacou a importância da conexão entre as políticas públicas, oportunizando a construção de um melhor plano.


Ao final da conversa, Rosana Evangelista e Luciana Andrade (ANA) solicitam uma análise mais detalhada da matriz pelos membros do Comitê com contribuições por e-mail até às vésperas da próxima reunião do Comitê. Esclareceram ainda que a matriz será analisada ainda pelos novos membros do CBH Parnaíba, após a posse, que está prevista para o final de 2021 ou começo de 2022, visando delinear melhor o Termo de Referência.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada no dia **20/08/2021 (sexta-feira)**, tendo como pauta o andamento da celebração de termo aditivo ao contrato do Consórcio Engeplus/Beck de Souza (nova proposta de mobilização social para o processo eleitoral) e apresentação das contribuições à matriz de temas e atores da bacia do Parnaíba - Termo de Referência para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

*Taite Valente*



**Responsável pelas informações:**

  
Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina - CBH Parnaíba

## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 20ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			25/03/2022
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	AUSENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

*Talita Valença*



CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			07/07/2021
1	Eweton Torres	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh)/Crateús	AUSENTE
2	Luciana Aparecida Zago de Andrade	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	AUSENTE
3	Rosana Mendes Evangelista	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	AUSENTE
4	Gonzalo Álvaro Vazquez Fernandez	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	AUSENTE
5	José Carlos	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	AUSENTE
6	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
7	Humberto Cardoso Gonçalves	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
8	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
9	Wilson Rodrigues De Melo Júnior	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Google Meet;

**DATA:** 25/03/2022

**HORÁRIO:** 09h30 às 11h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Andamento da nova proposta de mobilização social para o processo eleitoral em discussão entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e o Consórcio Engeplus/Beck de Souza; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a fala do Presidente Interino (Avelar Amorim) do CBH Parnaíba, sobre a necessidade da retomada do processo de mobilização social e informações sobre os entendimentos da ANA com o Consórcio responsável pelo processo de mobilização.

Em seguida, Humberto Gonçalves (ANA) relatou que ainda não se resolveu a questão da repactuação do contrato com o Consórcio, apesar da Diretoria da ANA ter aprovado o reajuste, mas o Consórcio não aceitou os valores proposto pela ANA. A Empresa considera que a proposta não é vantajosa, pois os custos operacionais se elevaram muito. Comunicou que o escritório em Teresina-PI foi desativado. Lançou a proposta de se realizar, nesse período de ausência das ações da Empresa, três eventos/seminários, um em cada Estado pertencente a BH do PARNAÍBA, a fim de não desmobilizar os setores já conectados anteriormente. Os eventos seriam apoiados técnica e financeiramente pela ANA. Comunicou que a ANA enviará comunicação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre as razões da demora no processo de negociação com o Consórcio e consequentemente atraso na mobilização, cadastro e processo eleitoral.

Volney Zanardi (ANA) falou sobre o trabalho intenso desenvolvido pela Agência no intuito de resolver o contrato celebrado com o Consórcio Engeplus/Beck de Souza e reafirmou a proposta apresentada por Humberto Gonçalves.

*Talita Valença*

Wagner Vilella (ANA) expressou sua decepção em não se dar prosseguimento ao processo de mobilização e a dificuldade de entendimento com o Consórcio. Fez referência à necessidade de uma reunião presencial do Comitê antes que se inicie o período eleitoral, pois existem restrições legais, sugeriu que se fizesse até junho.

Carlos Magno expressou sua compreensão às dificuldades relatadas e se comprometeu com o processo de realização do evento no Ceará.

Wilson Rodrigues, representando o CNRH, solicitou que fosse elaborado relatório ao Conselho Nacional comunicando os fatos apresentados pela ANA. Perguntou se seria possível a retomada do processo sem a presença da Empresa, onde foi esclarecido por Wagner que sem uma Empresa contratada ficaria mais complicado a exigência de resultados e produtos, dificultando a agilidade e legitimidade do processo.

Humberto Gonçalves, sugeriu que se realizasse uma nova reunião virtual, para o dia 01 de abril, às 09:30, em plataforma da ANA, para se definir um cronograma dos eventos a serem realizados no Ceará, Piauí e Maranhão. Pauta sugerida: Elaboração de calendário para a realização de reuniões (presenciais) setoriais no três Estados.

Ao final da reunião, o Presidente Interino (Avelar Amorim) concordou com as falas e encaminhamentos sugeridos na reunião e que encaminhará a convocação para a referida reunião.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada no dia **01/04/2022 (sexta-feira), às 09:00** tendo como pauta a elaboração de calendário para a realização de reuniões (presenciais) setoriais no três Estados.

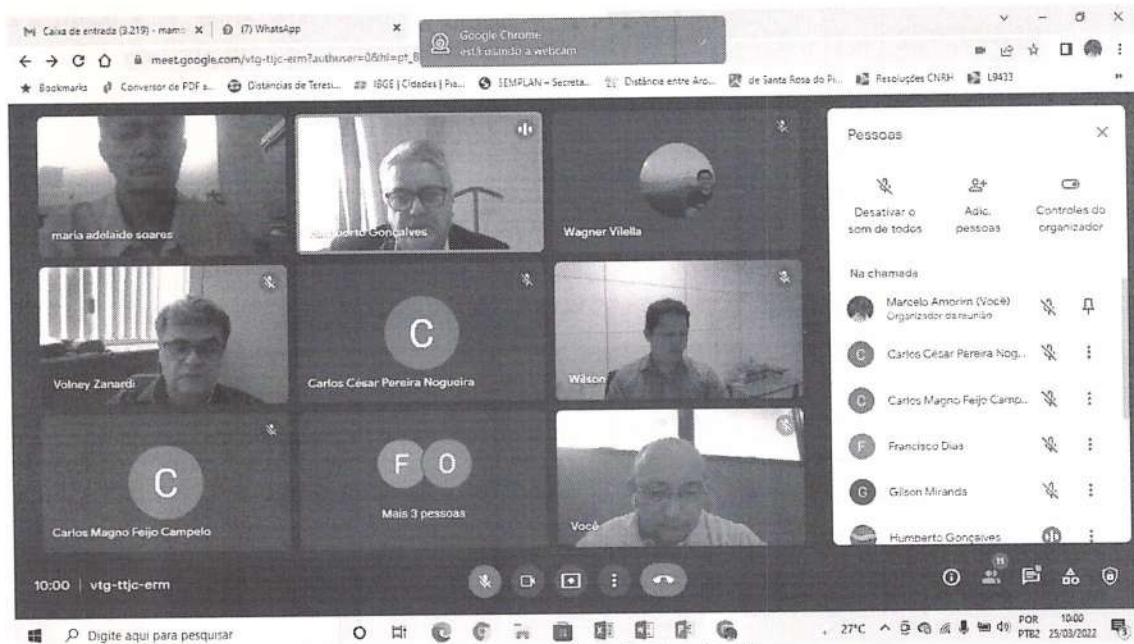
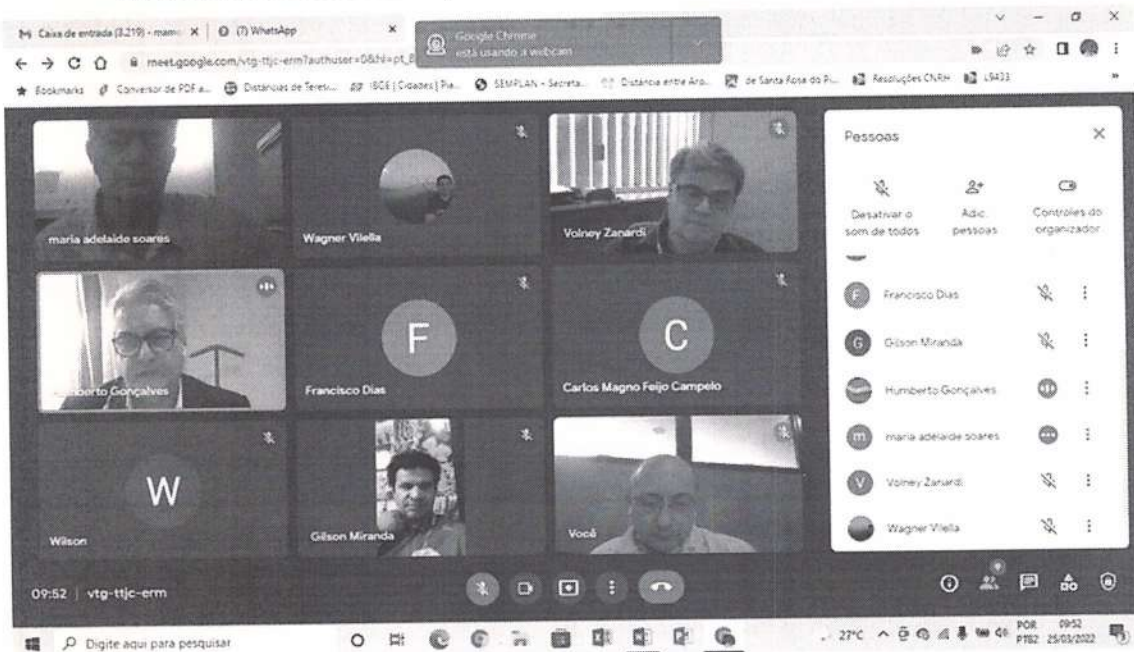
LINK:

msteams://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:meeting\_ZGVkNjY1NTItZTM5Zi00NmEyLTk4MGItYzIzMDNhYmJiZWMy@thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e0bb4012-810b-469a-8b4d-667fcd1baf88%22%2c%22Oid%22%3a%22758ca4cb-2299-4534-b7e2-5750319dfe75%22%7d&anon=true&deeplinkId=0adf36e2-9763-4442-b51b-3f5b65a6e3f3&launchAgent=join\_launcher&type=meetup-join&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true&fqdn=teams.microsoft.com

*Salito Valença*

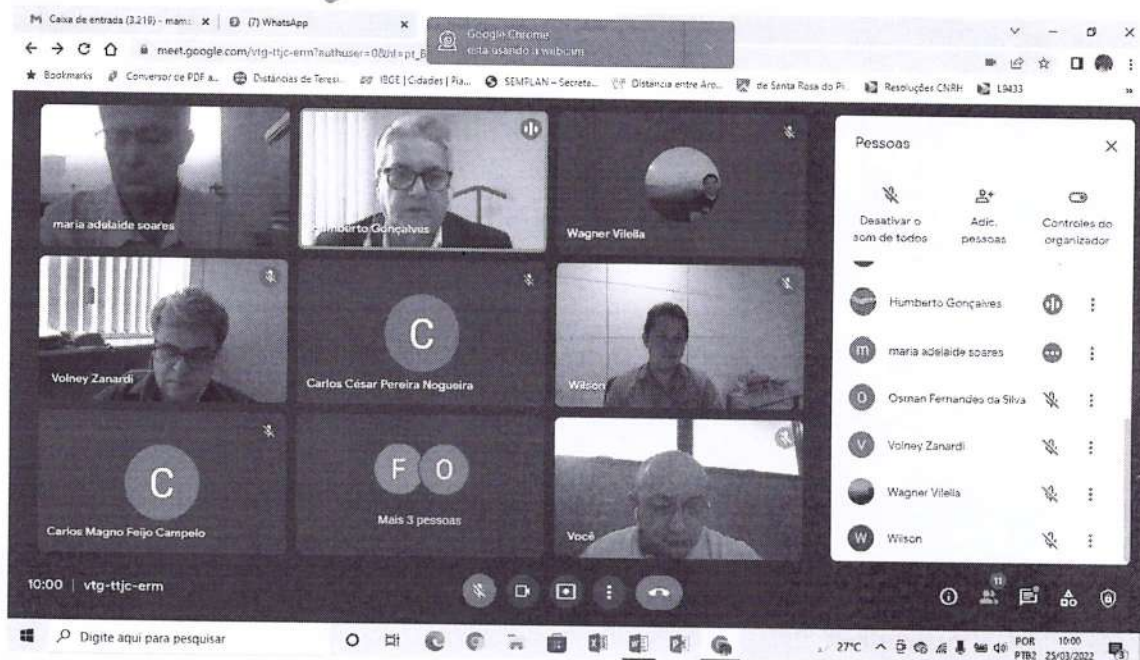


## IMAGENS COM RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES



*Talita Volemez*





## IMAGENS COM OS COMENTÁRIOS



*Talito Valença*



### Responsável pelas informações:

Marcelo Amorim de Moura  
Grupo de Apoio - CBH Parnaíba

*Talita Salomão de Oliveira*  
Talita Salomão de Oliveira  
Secretária Interina – CBH Parnaíba



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 21ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			01/04/2022
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	AUSENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	AUSENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

*Talita Valença*



CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			01/04/2022
1	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual realizada pelo aplicativo Microsoft Teams;

**DATA:** 01/04/2022

**HORÁRIO:** 09h30 às 11h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Elaboração de um calendário de atividades (reuniões/seminários) nos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, como forma de mobilização e revitalização de contatos já firmados nos três Estados para o processo de eleição da Diretoria Efetiva do CBH Parnaíba com o apoio institucional da ANA; e,
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a fala do representante do IAEPI, Marcelo Amorim, relatando a reunião anterior e o objetivo da reunião do dia: elaborar calendário de eventos do CBH Parnaíba, considerando o período eleitoral do ano 2022.

Wagner Vilella, representante da ANA, ressaltou a importância de uma reunião presencial em Teresina/PI para retomada das atividades do CBH Parnaíba.

Carlos Campelo, SRH do Ceará, pontou que fará contato com a direção da Cogerh no sentido que os técnicos da COGERH/CE das duas regiões, Sertões de Crateús e Serra da Ibiapaba, possam auxiliar na realização do seminário proposto para o Ceará.

Em seguida, os presentes definiram o objetivo e o público-alvo dos eventos a serem realizados pelo CBH Parnaíba no 1º semestre de 2022, conforme quadro abaixo. O planejamento definitivo desses eventos, serão discutidos na reunião presencial a ser realizada em Teresina/PI, com data a ser confirmada na próxima reunião virtual do CBH Parnaíba, agendada para o dia 13/04/2022.

Planejamento de eventos 2022 – 1º Semestre				
Data	Local	Objetivo	Público- alvo	Organização / Logística
A Definir	Teresina/PI	Reunião de trabalho	Diretória Provisória, Grupo de Apoio e Comissão eleitoral	Diretória Provisória
20 a 24/06/22	Ceará / Cidade a Definir	Seminário de integração – Mesa redonda “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; Apresentação sobre o histórico de criação do CBH Parnaíba e formas de participação.	Autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).	Comitês Serra da Ibiapaba e Sertões de Crateús

*Valter Valença*

20 a 24/06/22	Teresina/PI	Seminário de integração – Mesa redonda “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; Apresentação sobre o histórico de criação do CBH Parnaíba e formas de participação.	Autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).	Representantes do Piauí
20 a 24/06/22	Balsas/MA	Seminário de integração – Mesa redonda “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; Apresentação sobre o histórico de criação do CBH Parnaíba e formas de participação.	Autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).	Representantes do Maranhão

Ao final da reunião, Marcelo Amorim (IAEPI) destacou a necessidade de realização de uma maior mobilização dos representantes da Diretoria Provisória e Grupo de Apoio, visando reduzir o número de faltantes nas reuniões virtuais, sugestão acatada. O Presidente Interino (Avelar Amorim) agradeceu a presença de todos e destacou a importância desse trabalho para a bacia.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada de forma virtual no dia **13/04/2022 (quarta-feira), às 09:30**. Nesta data, os representantes de cada estado deverão trazer os nomes dos palestrantes das mesas redondas dos Seminários de Integração, bem como sugestões de locais para sediarem os eventos.



**Responsável pelas informações:**

*Talita Salomão de Oliveira Valença*  
 Talita Salomão de Oliveira Valença / Secretária Interina - CBH Parnaíba





## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 22ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			13/04/2022
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	PRESENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	AUSENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará – SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

*Talita Salomão de Oliveira Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
1	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	13/04/2022 PRESENTE
2	Edna Nascimento	COGERH	PRESENTE
3	Ewerton Torres Melo	COGERH	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual (Link: <https://meet.google.com/dqz-eega-nbs?pli=1>)

**DATA:** 13/04/2022

**HORÁRIO:** 09h30 às 11h30

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Planejamento da 23ª Reunião do CBH Parnaíba, que será presencial;
- Planejamento inicial dos Seminários de Integração, que ocorrerão nos três estados da bacia;
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com as boas vindas do Presidente Interino, Avelar Amorim, aos presentes. A Secretária Interina, Talita Salomão, descreveu a pauta do dia, bem como falou sobre a necessidade de atualização dos membros da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral; sendo acordado que este tema será tratado na próxima reunião do CBH Parnaíba, que será presencial.

Conforme quadro abaixo, após discussões, foram escolhidos os dias dos Seminários de Integração, que ocorrerão em único turno. Para esses eventos, foi sugerida a utilização de uma lista de frequência bem completa, que pudesse ser utilizada posteriormente como um “pré-cadastro” para mobilização/participação do processo eleitoral.

A programação dos eventos também foi concluída, com a escolha de uma mesa redonda com os representantes do CBH Parnaíba e comitês estaduais tendo como tema “Desafios e Oportunidades dos Comitês de Bacias nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí” e uma palestra sobre a forma de participação dos interessados no CBH Parnaíba, por meio do processo eleitoral.

O planejamento definitivo desses eventos será consolidado na reunião presencial a ser realizada em Teresina/PI, no dia 13/04/2022, quando os estados indicarão os palestrantes de cada evento.

Planejamento dos Seminários de Integração				
Data	Local	Objetivo	Público- alvo	Organização / Logística
24/06/22	Crateús/CE	Seminário de integração – Mesa redonda “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; Apresentação	Autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).	Comitês Serra da Ibiapaba e Sertões de Crateús

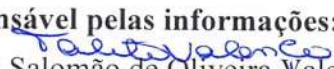
*Talita Valença*

		sobre as formas de participação no CBH Parnaíba.		
23/06/22	Teresina/PI	Seminário de integração – Mesa redonda “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; Apresentação sobre as formas de participação no CBH Parnaíba.	Autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).	Representantes do Piauí
21/06/22	Balsas/MA	Seminário de integração – Mesa redonda “Desafios e Oportunidades dos Comitês nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí”; Apresentação sobre as formas de participação no CBH Parnaíba.	Autoridades, membros de comitês e sociedade em geral (especialmente entidades já cadastradas).	Representantes do Maranhão

Ao final da reunião, o Presidente Interino (Avelar Amorim) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada de forma presencial no dia **13/05/2022 (sexta-feira)**, das 8 às 12 horas, em local a ser definido em Teresina/PI. Nesta data, os representantes de cada estado deverão indicar os locais que receberão os Seminários de Integração, bem como os nomes dos palestrantes das mesas redondas. A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba deverá enviar ofício à SEMA/MA para atualização dos seus representantes na Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral.

**Responsável pelas informações:**

  
 Talita Salomão de Oliveira Valença  
 Secretária Interina  
 CBH Parnaíba





## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 23ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			13/05/2022
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	Victor Lamarão de França	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	PRESENTE
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	AUSENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	AUSENTE
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	PRESENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	PRESENTE
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

*Talita Valença*

CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			13/05/2022
1	Humberto Gonçalves	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
2	Francisco França	Instituto de Educação Pluridimensional	PRESENTE
3	Francisco Santos	Associação Piauiense de Municípios - APPM	PRESENTE
4	Genivaldo Castro	Museu Taxidérmico	PRESENTE
5	Tânia Noleto	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE
6	Lucas Campos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	PRESENTE
7	Magno Filho	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
8	Edna Nascimento	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH	PRESENTE
9	Félix Filho	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI	PRESENTE
10	Márcio Freitas	Fundação Velho Monge	PRESENTE
11	Tânia Santos	Rede Ambiental do Piauí - REAPI	PRESENTE

**LOCAL:** Plenarinho do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí – CREA/PI, Praça Demóstenes Avelino nº 1767, Centro, Teresina-PI.

**DATA:** 13/05/2022

**HORÁRIO:** 08h00 às 12h00

**PAUTA DA REUNIÃO:**

- Planejamento dos Seminários de Integração, que ocorrerão nos três estados da bacia em junho de 2022;
- Planejamento inicial das atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022;
- Atualização dos membros da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral;
- Informes gerais e encaminhamentos.

**PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:**

A reunião foi iniciada com a leitura da pauta do dia pela Secretária Interina, Talita Salomão. Em seguida, o Presidente Interino, Avelar Amorim, deu boas-vindas aos presentes. Na sequência, foram realizadas apresentações individuais dos participantes.

A palavra foi então repassada ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da ANA, Humberto Gonçalves, que fez uma análise da situação de instalação do CBH Parnaíba, destacando o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria Provisória e pelo Grupo de Apoio, bem como pelo Consórcio Engeplus/Beck de Souza, contratado para auxiliar esse processo. Lembrou dos trâmites internos da ANA quando da retomada do contrato, após o auge da pandemia da Covid-19, tendo o Consórcio solicitado reequilíbrio econômico-financeiro, mas não houve entendimento quanto ao valor, estando o contrato em vias de rescisão. Ressaltou que, após esse procedimento, a ANA poderá abrir novo chamamento público para recontratar os serviços de apoio à instalação do CBH Parnaíba, com previsão ainda em 2022.

*Talita Valença*



O Superintendente Humberto Gonçalves falou ainda sobre a resistência dos membros do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH quanto ao pedido de prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Provisória do CBH, visto durante a reunião do citado Conselho em 2021, o que resultou no envio do Ofício nº 4/2022/VR/ANA ao Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH, Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, que trata do processo de instalação do CBH Parnaíba, destacando o trabalho exemplar e proativo da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba durante todo o processo.

Após a fala do Superintendente Humberto Gonçalves, houve discussões sobre a necessidade do CBH Parnaíba possuir um espaço físico para desenvolver suas atividades. Foi esclarecido pelos representantes da ANA que somente haverá a disponibilização desse espaço após as eleições da Diretoria Definitiva.

Quanto ao planejamento dos Seminários de Integração, foram apresentados e discutidos os locais dos eventos, as programações e definidos os palestrantes. Foi solicitado, especialmente, o apoio dos representantes estaduais para confirmação dos locais dos eventos e dos palestrantes. A ANA disponibilizará o coffee break e duas recepcionistas para cada evento. A CODEVASF disponibilizará um veículo tipo van para deslocamento de membros do CBH Parnaíba e convidados entre os Seminários.

Quanto às atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022, após discussões, ficou acertado que será oferecido pela ANA curso aos membros da Diretoria Provisória e do Grupo Apoio do CBH Parnaíba, bem como comitês estaduais, intitulado “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”.

Em relação à atualização dos membros da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral, foi esclarecido por Wagner Vilella, representante da ANA, que os membros do grupo de apoio e comissão eleitoral podem ser substituídos, mas da Diretoria Provisória não, por serem uma indicação nominal.


Ao final da reunião, o Presidente Interino (Avelar Amorim) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada de forma virtual no dia **02/09/2022 (sexta-feira)**. A Diretoria Provisória deverá enviar convites para os participantes das mesas redondas e prefeitos municipais dos municípios que sediarão os Seminários de Integração, que participarão da solenidade de abertura dos eventos.

*Salito Valença*



**Responsável pelas informações:**

  
Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina  
CBH Parnaíba



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

### 24ª Reunião da Diretoria Provisória, Grupo de Apoio e Comissão Eleitoral

MEMBROS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			30/09/2022
01	Avelar Damasceno Amorim	Rede Ambiental do Piauí – REAPI	PRESENTE
02	Talita Salomão de Oliveira Valença	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF	PRESENTE
03	Marcelo Amorim de Moura	Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI	PRESENTE
04	José Sabino da Rocha Filho	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
05	Antônia Nilce Pereira de Sousa	Associação dos Professores de Independência do Ceará - APROFI	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
06	Roseli dos Santos Souza	Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas - DRHB / Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR	PRESENTE
07	Wagner Martins da Cunha Vilella	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
08	Pedro Florindo da Silva	Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE	AUSENTE
09	Francisco Carlos Dias	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
10	Gilson Miranda do Nascimento	Associação Caatinga	PRESENTE
11	Francisco das Chagas Sousa	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos da Cidadania - CEDEPROD	AUSENTE
12	Rebeca Cristina Nascimento	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	AUSENTE
13	Thiago Henrique dos Santos Silva	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA	PRESENTE
14	Gilberval Vieira Ferreira da Silva	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/PI	PRESENTE
15	Roger Jacob	Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI / Sindicato das Indústrias Químicas Farmacêuticas do Piauí	AUSENTE
16	Carlos César Pereira Nogueira	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	PRESENTE
17	Carlos Magno Feijó Campelo	Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará - SRH/CE	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
18	Gabriel Silva dos Santos	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA	PRESENTE
19	Renan de Sousa Negreiros	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMAR/PI	AUSENTE

*Talita Valença*



CONVIDADOS			
Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	FREQUÊNCIA
			30/09/2022
1	Volney Zanardi Júnior	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
2	Osman Fernandes da Silva	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
3	Luís Gustavo Miranda Mello	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
4	Suelen Oliveira	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA	PRESENTE
5	Edna Nascimento	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH	PRESENTE
6	Luís Barros	Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - COGERH	PRESENTE
7	Teobaldo Marques	Comitê de Bacia Hidrográfica Sertões de Crateús – CBH Sertões de Crateús	PRESENTE

**LOCAL:** reunião virtual (<https://meet.google.com/uwe-pcdv-ipk> e <https://meet.google.com/gvt-nbfg-hyp>)

**DATA:** 30/09/2022

**HORÁRIO:** 09h00 às 12h00

#### PAUTA DA REUNIÃO:

- Planejamento das atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022;
- Situação da contratação de empresa de apoio à mobilização social para o processo eleitoral, sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;
- Informes gerais e encaminhamentos.

#### PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

A reunião foi iniciada com a leitura da pauta do dia pela Secretária Interina, Talita Salomão. Em seguida, o Presidente Interino, Avelar Amorim, deu as boas-vindas aos presentes. Como informes, foi solicitado por Marcelo Amorim, representante do IAEPI, falar ao final da reunião sobre o processo de renovação das diretorias dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Gurgueia e Canindé/Piauí; e, Luís Barros, representante da COGERH, pediu para incluir como informes a situação do litígio de terras entre os Estados do Piauí e Ceará.

Inicialmente foi discutido o segundo item da pauta, Volney Zanardi, Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídrico, fez uma análise dos seminários de integração realizados pelo CBH Parnaíba em junho de 2022, destacando a representatividade dos participantes dos eventos nos Estados do Piauí, Ceará e Maranhão e a importância dos mesmos para retomada do contato com os entes locais. Quando à contratação de empresa de apoio à mobilização social para o processo eleitoral, informou que o processo de contratação se encontra sob apreciação da Diretoria da ANA.

Wagner Vilella, representante da ANA, complementou a fala de Volney Zanardi afirmando ter ficado satisfeito com os seminários de integração e que o processo de contratação de empresa de apoio à mobilização social já passou pelo setor jurídico da

*Talita Valença*

ANA, com previsão de ser aprovado rapidamente pela Diretoria, podendo ser publicado o edital no começo do mês de outubro de 2022.

Wagner Vilella falou ainda sobre o conteúdo da contratação: serão realizados 14 seminários regionais; foi aumentado o tempo de contratação dos mobilizadores sociais, bem como prevista a contratação de um cerimonialista profissional para os 20 eventos (seminários e plenárias); o prazo total do contrato também foi ampliado de cinco para seis meses; além da previsão de serviços gráficos (impressão de folder).

Avelar Amorim, Presidente Interino do CBH Parnaíba, perguntou se seria possível incluir na contratação a impressão de banners ou cartazes sobre a área da bacia hidrográfica do rio Parnaíba e suas sub-bacias, conforme diagnóstico realizado pela Codevasf. Wagner Vilella informou que não seria possível pela ANA através desta contratação, pois o processo teria que ser refeito e reanalisado pelo setor jurídico e pela Diretoria dessa Agência. Talita Salomão, representante da Codevasf, ficou de verificar possibilidade dessa Companhia imprimir os cartazes solicitados, a serem usados durante o processo de mobilização social.

Na sequência foi tratado sobre o planejamento das atividades do CBH Parnaíba para o segundo semestre de 2022, Talita Salomão resgatou a ideia de realização do curso “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”, sugerida na 23ª reunião do CBH Parnaíba, a ser oferecido pela ANA aos membros da Diretoria Provisória e do Grupo Apoio do CBH Parnaíba, bem como dos comitês estaduais.

Avelar Amorim sugeriu que o CBH Parnaíba apoiasse a excursão às nascentes do rio Balsas, bem como a articulação dos entes necessários para viabilizar a implantação do Programa Produtor de Águas nessa sub-bacia. Entretanto, Wagner Vilella ressaltou a necessidade do CBH Parnaíba concentrar seus esforços nas atividades da Diretoria Interina, especialmente pela proximidade da retomada da mobilização social.

Luís Gustavo, representante da ANA, falou sobre o curso “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”, destacou a importância da realização do mesmo de forma presencial, com previsão de aproximadamente 12 horas de duração, além das atividades virtuais, com público estimado de 40 pessoas, sendo seis de cada comitê de bacia estadual.

Após discussões, o cronograma de atividades do CBH Parnaíba ficou acertado da seguinte forma:

EVENTO	DATA / HORÁRIO	PÚBLICO-ALVO	LOCAL
25ª Reunião do CBH Parnaíba	07/12/2022 – 14 às 18h	Membros da Diretoria Provisória, Grupo Apoio e Comissão Eleitoral do CBH Parnaíba.	Sede da Codevasf, em Teresina/PI
Curso “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”	08/12/2022 – 08 às 12h e 14 às 18h 09/12/2022 – 08 às 12h	Membros da Diretoria Provisória, Grupo Apoio e Comissão Eleitoral do CBH Parnaíba, representantes indicados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas da Serra da Ibiapaba; dos Sertões de Crateús; do Rio Gurgueia; do Canindé/Piauí; e, do Rio Balsas.	

*Talita Salomão*



Ao final da reunião, foram feitos os informes gerais. Talita Salomão falou sobre a necessidade de solicitar a prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Interina do CBH Parnaíba ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH; Roseli Souza, representante do MDR, reforçou a necessidade de cumprimento do prazo de 40 dias antes do final da vigência do mandato (31/12/2022).

Marcelo Amorim, representante do IAEPI e SEMAR/PI, divulgou os editais de convocação das eleições para a direção dos Comitês Estaduais dos Rios Gurgueia e Canindé/Piauí, com prazo para inscrições até 10/10/2022, e realização das eleições em 23/11/2022 em Picos/PI e 26/11/2022 em Bom Jesus/PI.

Luís Barros, representante da COGERH, falou sobre o processo que está tramitando no Supremo Tribunal Federal - STF acerca da questão do litígio de terras entre Piauí e Ceará e indagou aos presentes sobre o impacto do mesmo nas relações do CBH Parnaíba. Wagner Vilella esclareceu que as atribuições e competências do CBH Parnaíba não serão alteradas, mas que no futuro talvez ocorra a alteração na composição, dependendo do resultado do julgamento.

Encaminhamentos: a próxima reunião do CBH Parnaíba será realizada de forma presencial no dia **07/12/2022 (sexta-feira)**, em Teresina/PI. A representante da Codevasf verificará a possibilidade dessa Companhia imprimir os cartazes solicitados sobre as sub-bacias do rio Parnaíba. No dia **14/10/2022 (sexta-feira)**, ocorrerá uma reunião para alinhamento dos detalhes do curso “Conflitos e Comitês de Bacias Hidrográficas”, entre a ANA e a Diretoria Interina do CBH Parnaíba. Até a primeira quinzena de outubro, deverá ser solicitada ao CNRH a prorrogação de prazo do mandato da Diretoria Interina do CBH Parnaíba.



**Responsável pelas informações:**

*Talita Salomão de O. Valença*  
Talita Salomão de Oliveira Valença  
Secretária Interina / CBH Parnaíba





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 31/12/2018 | Edição: 250 | Seção: 1 | Página: 159  
Órgão: Ministério do Meio Ambiente/Conselho Nacional de Recursos Hídricos

## RESOLUÇÃO Nº 207, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018

Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nos 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto na Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, no Ofício nº 19/2018-DP-CBH PARNAÍBA, em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 377, de 19 de setembro de 2003, e o que consta do Processo SEI nº 02000.002397/2018-37, resolve:

Art. 1º Prorrogar, a partir do dia 12 de dezembro de 2018 até 12 de dezembro de 2019, o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, bem como o prazo para cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelos arts. 11, § 2º, e 12, da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000.

Parágrafo único. A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios trimestrais sobre o andamento das atividades para a instalação do Comitê.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON DUARTE  
Presidente do Conselho

JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR  
Secretário-Executivo

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada (pdf).



DESPACHO

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Processo n. 59000.000261/2020-24, resolve TORNAR SEM EFEITO o Despacho publicado no Diário Oficial da União, de 7 de fevereiro de 2020, Seção 2, página 14, que trata da autorização do Afastamento do País do servidor ALFREDO EDUARDO DOS SANTOS, matrícula SIApe n. 3160845, ocupante do cargo em comissão de Secretário Nacional de Habitação, código DAS 101.6, deste Ministério.

ROGÉRIO MARINHO

DESPACHO

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto no Processo n. 59000.000715/2020-67, resolve TORNAR SEM EFEITO o Despacho publicado no Diário Oficial da União, de 4 de fevereiro de 2020, Seção 2, página 11, que trata da autorização do Afastamento do País do servidor PEDRO RONALD MARANHÃO BRAGA BORGES, matrícula SIApe n. 0659470, ocupante do cargo em comissão de Secretário Nacional de Saneamento, código DAS 101.6, deste Ministério.

ROGÉRIO MARINHO

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 286, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 3º, inciso X, da Portaria MDR n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 subsequente, e tendo em vista o que consta no Processo n. 59000.027830/2019-45, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, ao servidor JOÃO BOSCO HOLANDA BEZERRA, matrícula SIAPE n. 0677544, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo, Classe "S", Padrão III, pertencente ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), do Quadro de Pessoal Permanente deste Ministério, com fundamento no artigo 3º, incisos I e II e parágrafo único da Emenda Constitucional n. 47, de 05 de setembro de 2005, cc com o § 1º do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019.

Art. 2º Declarar vago o referido cargo, código de vaga n. 424769.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROME U MENDES DO CARMO

PORTARIA Nº 293, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 3º, inciso X, da Portaria MDR n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 subsequente, e tendo em vista o que consta no Processo n. 59000.001010/2020-67, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez à servidora JULIANA DE CASTRO E FARIA, matrícula SIAPE n. 1518158, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Comunicação Social, Classe "C", Padrão II, pertencente ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), do Quadro de Pessoal Permanente deste Ministério, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 2003, com proventos calculados com base no art. 1º da Lei n. 10.887, de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROME U MENDES DO CARMO

PORTARIA Nº 304, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 3º, inciso X, da Portaria MDR n. 412, de 12 de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 subsequente, e tendo em vista o disposto na alínea 'f' do artigo 1º do Decreto n. 83.840, de 14 de agosto de 1979, e demais informações constantes no Processo n. 59000.032485/2019-61, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez à servidora DANIELLA MADEU DE CASTRO, matrícula SIAPE n. 1084633, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, Classe "B", Padrão I, pertencente ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), do Quadro de Pessoal Permanente deste Ministério, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41, de 2003, com proventos calculados com base no art. 1º da Lei n. 10.887, de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROME U MENDES DO CARMO

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA

RESOLUÇÃO Nº 208, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis Nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e pelo Decreto N. 10.000, de 03 de setembro de 2019, e tendo em vista o disposto na Resolução CNRH N. 05, de 10 de abril de 2005, e no Ofício N. 14/2019-DP-CBH PARNAÍBA, resolve:

Art. 1º : Prorrogar, a partir do dia 12 de dezembro de 2019 até 31 de dezembro de 2020, o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, bem como o prazo para cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH N. 5/2000.

Parágrafo único: A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios semestrais sobre o andamento das atividades para a instalação do Comitê.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PEREIRA BORGES  
Secretário Executivo

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS  
COORDENADORIA ESTADUAL EM PERNAMBUCO

PORTARIAS DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

O COORDENADOR ESTADUAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS EM PERNAMBUCO, usando da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 402/DG/DA/CRH , de 30 de agosto de 2013, publicada no Boletim Administrativo, Edição Extra, da mesma data, resolve;

Nº 3 - Conceder aposentadoria voluntária o servidor Aroldo Batista do Nascimento, Matrícula SIAPE 0738764, ocupante do cargo de Agente Serviços Engenharia, Código 481041, classe S, Padrão NI III, pertencente ao Quadro da Coordenadoria Estadual do DNOCS em Pernambuco, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019..(Processo Eletrônico SEI nº 59403.000053/2020-92).

Art. 2º. Declarar vago o referido cargo- código de vaga nº 475214.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 4 - Conceder aposentadoria voluntária a servidora Ivanete Leonor de Araújo, Matrícula SIAPE 0734325, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Código 481004, classe S, Padrão NI III, pertencente ao Quadro da Coordenadoria Estadual do DNOCS em Pernambuco, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019..(Processo Eletrônico SEI nº 59403.000059/2020-60).

Art. 2º. Declarar vago o referido cargo- código de vaga nº 473837.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ALBERTO DE ARAÚJO LEÃO FILHO

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 53, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso de suas atribuições, em especial a que lhe confere o artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 3.035, de 1999, em cumprimento ao acórdão proferido na Apelação Cível nº 5030345-65.2017.4.04.7000/PR, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, e o que consta do Processo SEI nº 14044.000012/2020-94, resolve:

SUSPENDER Portaria MF nº 387, de 22 de agosto de 2017, publicada no DOU de 24 de agosto de 2017, Seção 2, página 30, e por consequência, restabelecer os proventos de aposentadoria do ex-servidor PAULO SERGIO POHLMANN DA ROSA, aposentado no cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Matrícula SIAPE nº 1282855.

PAULO GUEDES

SECRETARIA EXECUTIVA  
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 4.579, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do art. 20 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2019, com suas alterações, e considerando o disposto no Processo nº 10133.100070/2020-67, resolve:

Declarar vago, a partir de 3 de fevereiro de 2020, o cargo de Agente Administrativo, código 422.203, Classe B, Padrão IV, ocupado pelo servidor JEAN CLAUDIO BARBOSA, matrícula SIAPE nº 1795223, por motivo de posse em outro cargo incompatível, com fundamento no inciso VIII do artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

LUCÍOLA MAURÍCIO DE ARRUDA

PORTARIA Nº 4.589, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe confere o inciso II do art. 20 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 9 de abril de 2019, com suas alterações, e considerando o disposto no Processo nº 10951.103555/2019-35, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária à servidora IOLANDA MARIA DE SOUSA, matrícula SIAPE nº 00148440, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro de Pessoal deste Ministério, de acordo com o Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o art. 3º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 103/2019.

LUCÍOLA MAURÍCIO DE ARRUDA

PORTARIA Nº 4.594, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020

A DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do art. 20 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, publicado no Diário oficial da União de 9 de abril de 2019, com suas alterações, e considerando o disposto no Processo nº 10128.101513/2020-14, resolve:

Exonerar a pedido, LUCIANO MAGRINI ANTUNES, matrícula SIAPE nº 1443907, do cargo de Perito Médico Federal, código 811.001, Classe C, Padrão I, com fundamento no artigo 34, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 1º de fevereiro de 2020, declarando, em consequência , vago o cargo.

LUCÍOLA MAURÍCIO DE ARRUDA

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO MARANHÃO

PORTARIA Nº 4.733, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020

O GERENTE REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da delegação de competência que lhe confere no Art. 1º, Inciso II da Portaria DGP/SGC/SE/ME Nº 2.820, de 31 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de fevereiro de 2020 e tendo em vista o que consta do Processo Nº 10388.100015/2020-85, resolve:

Conceder Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, ao servidor GERSON CAMPOS DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, Matrícula SIAPEcad nº 00541400, Matrícula SIAPE nº 0251148, pertencente ao Quadro Permanente do Ministério da Economia, lotado na Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com § 1º do Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 103/2019 de 12/11/2019, DOU de 13/11/2019.

LAURO LUIZ ARAÚJO CARVALHAL





Art. 3º A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios trimestrais sobre o andamento das atividades para a posse dos novos membros.  
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do Conselho

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA  
Secretário-Executivo

RESOLUÇÃO Nº 220, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020

Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, observada a Resolução CNRH 201, de 16 de outubro de 2018, e a Deliberação CBH Paranaíba n. 115, de 19 de agosto de 2020, e considerando os elementos do Processo n. 59000.028773/2019-11, resolve:

Art. 1º Aprovar os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, nos termos da Deliberação CBH-PARANAÍBA n. 115, de 19 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do Conselho

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA  
Secretário-Executivo

RESOLUÇÃO Nº 221, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020

Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, até 31 de dezembro de 2021.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, tendo em vista o disposto na Resolução CNRH n. 05, de 10 de abril de 2000, e no Ofício n. 23/2020-DP-CBH PARANAÍBA, e considerando o Processo n. 59000.024579/2020-09, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2021, o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, bem como o prazo para cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH, n. de 2000.

Parágrafo único. A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios semestrais sobre o andamento das atividades para a instalação do Comitê.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do Conselho

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA  
Secretário-Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

DESPACHO

Extrato de Aviso de Prestação de Constatas do Contrato Administrativo nº 15/2018. Processo Administrativo referente ao Contrato Administrativo nº 15/2018, firmado com a empresa Fundação Getúlio Vargas - FGV e o MINISTÉRIO DAS CIDADES, cujas funções foram assumidas pelo novo Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, tendo como objeto contratação de serviços técnicos de natureza especializada para apoio à implementação do "Hub de Inovações para as Cidades Brasileiras, a fim de promover o intercâmbio de informações e difusão de experiências bem sucedidas no âmbito do planejamento e gestão do desenvolvimento urbano de modo a estimular e constituir iniciativas de fomento a criação de inovações em políticas públicas para as cidades brasileiras".

Primeiramente, o prazo previsto no citado Instrumento seria de 8 (oito), meses contados de sua publicação oficial, que se deu em 30/06/2019. Entretanto, no decorrer do tempo determinado de execução, houve necessidade de prorrogação do prazo inicialmente pactuado, sendo que, sua última vigência encerrou em 29/07/2020, por meio do Terceiro Termo Aditivo (1763659).

Inicialmente, justifico que o presente Despacho se dará diante dos fatos apresentados por meio da Nota 216/2020/CGAP-DM/CGAP/DERU/SMDRU-MDR (2894276), para a prestação de contas do contrato em tela, tendo em vista que, sobre a esfera de competência do gestor público desta Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano-SMDRU, pelo poder-dever da autotutela e calçada nos critérios de conveniência e oportunidade, os quais, por integrem o mérito da discricionariedade administrativa, relativas à tomada de decisões.

Ao adentrar no mérito da Nota Técnica nº 216/2020/CGAP DM/CGAP/DERU/SMDRU-MDR (2894276), quanto aos Produtos entregues, diante da manifestação técnica, quantos aos PRODUTOS 1, 2 e 3 não cabem questionamentos, considerando que foram atestados, aprovados e pagos em sua totalidade.

Quanto aos Produtos 4 e 6 (Módulo 3), sendo avaliados pelos gestores à época conjuntamente com a extinta Comissão Multidisciplinar de Gestão e Fiscalização, sendo solicitada revisão dos itens discriminados abaixo, por meio da Nota Técnica nº 4/2019/SPAC/SECEX/MDR (1598857), Benchmark; matriz swot; mapa estratégico; cadeia de valor; itens complementares, realização de workshops.

Ressoa nos autos do Processo Administrativo que, a extinta Comissão Multidisciplinar alegou que os Produtos entregues não foram observadas as mudanças ocorridas no Governo Federal em relação a fusão dos Ministérios, questão que prejudicaria a utilização dos mesmos, sendo que, o Produto 4 é uma versão preliminar do Produto 6, sendo enviada para a Contratada por meio da Nota Técnica nº 4/2019/SPAC/SECEX/MDR (1598857).

Entretanto, a Contratada, tomou conhecimento das solicitações expostas na Nota Técnica nº 4/2019, e se colocou à disposição para realizar de modo complementar ao já executado, em consonância com o projeto básico, referente aos itens levantados pela Comissão, porém não realizou a revisão dentro prazo legal de vigência contratual, contudo, não sendo entregue. (sic)

Destarte que o valor do Módulo 3, o qual compõe os Produtos 4 e 6, apresentado no Contrato Administrativo nº 15/2018(1305885), é de R \$ 1.575.000,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais).

No caso em exame, a Contratada NÃO apresentou as devidas justificativas solicitadas por meio da Nota Técnica nº 04/2019, como também NÃO entregou no prazo legal os Produtos 4 e 6 que fazem parte do Módulo 3.

De acordo com o artigo 55, inciso IV, da Lei de Licitações, reza: Art. 55 - São cláusulas necessárias em todo o contrato as que estabeleçam: (...)

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo conforme o caso. (gn).

Considerando que a Contratada foi notificada e tomou ciência para que pudesse apresentar tanto as novas mudanças no Produtos, tendo em vista a fusão Ministerial e principalmente a sua entrega, o que não foi realizado por ela.

Nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93: "Art. 86 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato" (gn).

Conforme expresso na Cláusula Terceira - Dos Casos Omissos do Contrato Administrativo nº 15/2018, (6) 634 a 689 do Processo nº 80160.000172/2018-17 (1305885):

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo às disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

Diante da Cláusula expressa supracitada, e em conformidade com a Lei de Licitações, o preço orçado no Módulo 3 no valor de R\$ 1.575.000,00 (Um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil reais), não mais compactua com o valor a ser pago, diante da evidência do descumprimento por parte da Contratada, e principalmente para ter condições de prestar contas com base nos princípios do equilíbrio econômico - financeiro, da boa-fé e segurança jurídica.

O Produto 5 que compõe o Módulo 2, após análise técnica, conforme descrita na Nota Técnica 216/2020/CGAP-DM/CGAP/DERU/SMDRU-MDR (2894276):

O Módulo 2 refere-se aos PRODUTOS 3 e 5, os quais contêm o resultado das entrevistas e levantamento bibliográfico (benchmark), transcrição das entrevistas e banco de dados no formato csv, com o perfil diagnóstico das experiências inovadoras identificadas. A metodologia e resultado dos produtos 3 e 5 possuem o mesmo padrão de entrega, além de serem produtos complementares e pertencerem ao mesmo módulo. O produto 5 em questão, trata-se do registro do conjunto de iniciativas que poderiam fazer parte da rede articulada pelo HUB, com as experiências inovadoras identificadas, conforme já descrito. Dessa forma, por se tratar de um levantamento de informações entregues na forma de relatório técnico, e por não haver, por parte da extinta

Comissão Multidisciplinar, nenhum questionamento sobre o produto, considera-se o produto aceito e devido o pagamento do Produto 5.

Nesse sentido, não havendo questionamento ao valor devido a ser repassado à Contratada.

Quanto ao Produto 7 (Módulo 4), a Nota Técnica 216/2020/CGAP DM/CGAP/DERU/SMDRU- MDR (2894276), teve o seguinte posicionamento:

O Módulo 4 referente ao PRODUTO 7 (http://hub-mdr.dapp.fgv.br/sobre/) trata-se da implantação da plataforma digital de interação entre agentes inovadores, como resultado do levantamento realizado no Módulo 2. O produto 7 é a plataforma que contém o registro do conjunto de iniciativas inovadoras que foram levantadas à época e que poderiam fazer parte da rede articulada pelo HUB.

Destaca-se que para a utilização da referida plataforma seria necessária uma equipe multidisciplinar para analisar tecnicamente as inovações que poderiam ser publicadas no site, confirmando sua eficiência, durabilidade, benefício e demais aplicabilidade. Deste modo, como já descrito acima, não é possível dimensionar de forma precisa os recursos humanos e materiais necessários para sua implementação e funcionamento.

Desta forma, não é possível afirmar se haverá a utilização desta plataforma pela SMDRU, no entanto, considerando o fato da entrega do Produto 7 ter ocorrido, mesmo sem o detalhamento sobre a forma de utilização, entende-se o valor do PRODUTO 7 é devido.

Diante da análise técnica manifestada, fica entendido em relação ao Produto 7 que, apesar de não ter sido comprovado a eficiência na operacionalização da plataforma, esta Secretaria entende-se que o fora cumprida por parte da Contratada a entrega final do Produto supramencionado, desta sorte, deverá receber o pagamento pelo mesmo conforme pactuado no Contrato Administrativo (1305885) no valor de R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais),

Ante o exposto, tomando a decisão de forma fundamentada, sopesando-se, assim, os princípios do interesse público e da legalidade, tendo em vista que, a esta Secretaria teria que repassar a Contratada o restante do valor no importe de R\$ 2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil reais), diante dos apresentados e expostos, o valor que deverá ser repasso à Contratada é de R\$ 1.025.000,00 (Um milhão e vinte e cinco mil reais).

SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA  
Secretária  
Substituta

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.242, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Salvador-BA, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Salvador-BA, no valor de R\$ 737.254,87, para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59000.005614/2020-82.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2020NE000245, Programa de Trabalho: 06.182.2218.8348.0029; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0188; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/12/2021 | Edição: 243 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Conselho Nacional de Irrigação

## RESOLUÇÃO Nº 229, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, até 31 de dezembro de 2022.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, e na forma do seu Regimento Interno, tendo em vista o disposto na Resolução CNRH n. 05, de 10 de abril de 2000, e no Ofício n. 052021-DP-CBH PARNAÍBA, e considerando o Processo n. 59000.024579/2020-09, resolve:

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2022, o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, bem como o prazo para cumprimento das incumbências que lhe foram atribuídas pelo artigo 11, § 2º, e pelo artigo 12 da Resolução CNRH n. 05, de 2000.

Parágrafo único. A Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba deverá encaminhar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos relatórios semestrais sobre o andamento das atividades para a instalação do Comitê.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**

Presidente do Conselho

**SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA**

Secretário-Executivo

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

## COMUNICADO

Em virtude dos riscos advindos com a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), a Diretoria Interina do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) e a Agência Nacional de Águas (ANA) decidiram **suspender temporariamente** os Seminários Regionais (previstos para o período entre 30 de março e 08 de abril) e demais eventos do processo de instalação do CBH Parnaíba.

A medida atende a orientação do Ministério da Saúde de se evitar eventos com grande participação de pessoas, devido ao risco de propagação do vírus. Essa medida ministerial recomenda que “as autoridades devem estimular que eventos – sejam eles governamentais, artísticos, científicos ou comerciais – não ocorram nesse período ou (...) não tenham público”.

Em respeito à recomendação, tal medida foi adotada para não interferir no processo participativo e democrático da instalação do CBH Parnaíba.

Por outro lado, o Comitê e a ANA solicitam que as entidades civis, setor público e usuários cadastrados para o processo eleitoral mantenham-se mobilizados para a participação nos eventos e não deixem de providenciar e encaminhar a documentação necessária à formalização dos seus cadastros, conforme previsto no edital de convocação.

A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e a ANA esclarecem que as novas datas serão remarcadas oportunamente, quando os riscos da Covid-19 se abrandarem, e serão devidamente informadas ao público de interesse e aos organizadores dos eventos com antecedência necessária à divulgação e realização dos mesmos.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (86) 99909-6157 e pelo e-mail [comiteparnaiba@gmail.com](mailto:comiteparnaiba@gmail.com)

Brasília, 16 de março de 2020.

Avelar Damasceno Amorim  
Presidente Interino do CBH Parnaíba

Wagner Martins da Cunha Vilella  
Gestor do Contrato de Mobilização - ANA



**Presidência da República**  
**Secretaria-Geral**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 9.335, DE 5 DE ABRIL DE 2018**

Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com área de atuação localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 37 ao art. 40 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com as seguintes competências:

I - promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;

II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;

III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia;

IV - acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;

V - propor ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;

VI - estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;  
e

VII - estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

Parágrafo único. A área de atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, localizada nos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, cujo rio principal é de domínio da União, é definida pelos limites geográficos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, cuja área de drenagem é de 325.834,80 Km<sup>2</sup>.

Art. 2º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba será composto por representantes:

I - da União;

II - dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará;

III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;

IV - dos usuários das águas de sua área de atuação; e

V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

§ 1º O número de representantes, titulares e suplentes, e os critérios para sua escolha e indicação serão estabelecidos no regimento interno do Comitê, observado o disposto no [art. 39 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e nas diretrizes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

§ 2º O processo de escolha dos integrantes do Comitê será público, com ampla e prévia divulgação.



§ 3º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º O funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba será definido em regimento interno, nos termos do disposto na [Lei nº 9.433, de 1997](#).

Parágrafo único. O regimento interno do Comitê será aprovado por seus membros e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 4º As reuniões do Comitê serão públicas e sua convocação amplamente divulgada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER  
*José Sarney Filho*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.4.2018

\*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 15/06/2018 | Edição: 114 | Seção: 2 | Página: 54

Órgão: Ministério do Meio Ambiente/Conselho Nacional de Recursos Hídricos

## PORTARIA Nº 1, DE 12 DE JUNHO DE 2018

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Decretos nºs 4.613, de 11 de março de 2003 e 9.335, de 5 de abril de 2018, e o que consta do Processo nº 02000.002397/2018-37, resolve:

Art. 1º Designar os membros da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, nos termos do art. 11, § 1º da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000, a seguir indicados, para coordenar a organização e implantação do Comitê, conforme § 2º do art. 11 da Resolução CNRH nº 5, de 10 de abril de 2000:

I - Presidente Interino: Avelar Damasceno Amorim - Rede Ambiental do Piauí - REAPI; e

II - Secretária Interina: Talita Salomão de Oliveira - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF.

Art. 2º Designar um representante das subcomissões dos Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, a seguir indicados, para auxiliar nos trabalhos da diretoria provisória, conforme art. 2º, parágrafo único, da Resolução CNRH nº 194, de 03 de abril de 2018:

I - Marcelo Amorim de Moura, Instituto de Águas e Esgotos do Piauí - IAEPI, representando o segmento dos usuários.

II - José Sabino da Rocha Filho, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA/MA, representando o segmento governamental.

III - Antônia Nilce Pereira de Sousa, Associação dos Professores de Independência do Piauí - APROFI, representando o segmento da sociedade civil.

Art. 3º A participação na Diretoria Provisória será considerada prestação de serviço público relevante e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JAIR VIEIRA TANNUS JUNIOR**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

OFÍCIO Nº 4/2022/VR/ANA  
Documento nº 02500.019968/2022-18

Brasília, 20 de abril de 2022.

Ao Senhor

**Sérgio Luiz Soares De Souza Costa**

Secretário Nacional de Segurança Hídrica e Secretário Executivo do CNRH

Ministério do Desenvolvimento Regional

Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900

70067-901, Brasília – DF

**Assunto: Processo de Instalação do CBH Parnaíba.**

Referência: 02501.005021/2018-33 e SEI/MDR - 3627878

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 102/2022/SNSH/MDR (SEI/MDR – 3627878), de 16 de março de 2022, por meio do qual nos foi consultado sobre a *retomada da mobilização social e da divulgação do processo eleitoral para a instalação do CBH Parnaíba*, informamos o que segue.

O Consórcio Beck de Souza/Engeplus, contratado para a execução dos serviços relacionados à instalação do CBH Parnaíba, recusou a proposta financeira apresentada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA para a retomada dos referidos serviços.

Considerando tal recusa e o fato de que as tratativas para o aditamento financeiro ao contrato vigente se arrastam desde julho de 2021, a ANA decidiu pelo encerramento do contrato com o Consórcio Beck de Souza/Engeplus e abertura de novo processo licitatório, com objetivo de contratar os serviços necessários a finalizar a instalação do CBH Parnaíba.

A expectativa da ANA é a de que os serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para instalação do CBH Parnaíba sejam retomados ainda este ano.

Reafirmamos o entendimento acerca da necessidade de contratação de apoio externo para a realização das atividades previstas, haja vista tratar-se da instalação de um novo

Os documentos destinados a ANA devem, preferencialmente, ser encaminhados por meio do serviço de protocolo eletrônico disponibilizado no endereço [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Edifício Sede, Bl. M, CEP 70610-200 Brasília/DF, telefone (61) 2109-5400 – e-mail: [dproe@ana.gov.br](mailto:dproe@ana.gov.br)





comitê de bacia interestadual, em uma região de grandes dimensões, heterogênea e altamente complexa, do ponto de mobilização social.

Nos 333.952 km<sup>2</sup> da bacia hidrográfica do rio Parnaíba estão inseridos 277 municípios, onde vivem mais 5 milhões de habitantes dos quais, a imensa maioria, não possui qualquer conhecimento sobre comitês de bacia ou gestão de recursos hídricos.

Paralelamente ao novo processo licitatório, a ANA continuará apoiando integralmente as atividades da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba promovendo, inclusive, uma série de seminários de integração nos três estados da bacia, ainda este ano, de forma a manter os principais atores envolvidos mobilizados no intuito de instalar o Comitê.

Oportunamente o Ministério do Desenvolvimento Regional será convidado a participar e colaborar com tais eventos, assim como vem acompanhando de perto as atividades da Diretoria Provisória.

Por fim, gostaríamos de destacar o trabalho exemplar e proativo da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba durante todo o processo até aqui desenvolvido, não podendo ser responsabilizada, de forma alguma, pelos atrasos causados pelas restrições impostas pela pandemia do novo Coronavírus ou por problemas administrativos enfrentados pela ANA no supracitado aditamento contratual.

Na expectativa de que tenhamos atendido ao pleito solicitado, antecipamos nossos agradecimentos pela compreensão da situação ora imposta.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
VERÔNICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS  
Diretora-Presidente  
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico





**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**RESOLUÇÃO CNRH Nº 194, DE 03 DE ABRIL DE 2018**

(PUBLICADA NO D.O.U EM 04/04/2018)

(PUBLICADA NO D.O.U EM 05/04/18 - retificação)

*Aprova a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, e dá outras providências.*

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando o artigo 4º da Lei nº 9.433, de 1997, que estabelece que a União articular-se-á com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum;

Considerando a Resolução CNRH n. 5, de 11 de abril de 2000, que estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica e a Resolução CNRH nº 109, de 13 de abril de 2010, que estabelece procedimentos complementares para a criação e acompanhamento dos Comitês de Bacia;

Considerando o processo SEI n. 02000.002397/2018-37 que contém toda a documentação apresentada para a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – CBH Parnaíba.

Considerando o posicionamento favorável da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, consubstanciado por meio do Parecer 53/2018 - MMA, de 06 de março de 2018;

Considerando a assinatura do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba pela União e estados do Piauí, Ceará e Maranhão; e

Considerando que o Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, apresenta definição de atribuições compartilhadas; definição do arranjo institucional; e garantia do funcionamento do Comitê e de sua secretaria-executiva, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Parágrafo único. A instituição do CBH Parnaíba será efetivada por ato do Presidente da República.

Art. 2. A Diretoria Provisória poderá ser auxiliada por um representante de cada estado na área da bacia, respeitando a representatividade dos segmentos.

Parágrafo único. A indicação dos representantes de que trata o caput se dará em plenária das subcomissões dos respectivos estados.

Art. 3. O CNRH no âmbito de sua competência criará um Grupo de Trabalho de acompanhamento do CBH Parnaíba até a eleição da diretoria definitiva.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SARNEY FILHO**  
Presidente do CNRH

**JAIR VIEIRA TANNÚS JUNIOR**  
Secretário-Executivo

**SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Espécie: Convênio Nº 930354/2022, Nº Processo: 59000004473202242, Concedente: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Conveniente: MUNICIPIO DE PORTO MAUA CNPJ nº 93845519000151, Objeto: Aquisição de uma retroescavadeira, Valor Total: R\$ 458.350,00, Valor de Contrapartida: R\$ 218.350,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 240.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2022NE000046, Valor: R\$ 240.000,00, PTRES: 211971, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 26/10/2022 a 27/04/2024, Data de Assinatura: 26/10/2022, Signatários: Concedente: SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA CPF nº 027.935.264-60, Conveniente: LEOCIR WEISS CPF nº 179.955.400-78.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo de Supressão Nº 000001/2022 ao Convênio Nº 919957/2021. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Unidade Gestora: 530023. Conveniente: MUNICIPIO DE PARAUNA, CNPJ nº 02394765000189. Alteração do valor total do convênio, com a redução dos valores do repasse da União e da Contrapartida. Valor Total: R\$ -28.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ -288,66, Vigência: 18/01/2022 a 18/07/2023. Data de Assinatura: 31/12/2021. Signatários: Concedente: SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA, CPF nº 02793526460, Conveniente: PAULO JOSE MARTINS, CPF nº 370.982.251-34.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo de Acréscimo Nº 000001/2022 ao Convênio Nº 910524/2021. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Unidade Gestora: 530023. Conveniente: MUNICIPIO DE PAICANDU, CNPJ nº 76282664000152. Readequação do Plano de Trabalho, com a ampliação do valor total do convênio, mediante aumento da contrapartida. Valor Total: R\$ 68.284,44, Valor de Contrapartida: R\$ 68.284,44, Vigência: 14/01/2022 a 14/07/2023. Data de Assinatura: 31/12/2021. Signatários: Concedente: SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA, CPF nº 02793526460, Conveniente: ISMAEL BATISTA, CPF nº 634.229.219-15.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo de Acréscimo Nº 000001/2022 ao Convênio Nº 904590/2020. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Unidade Gestora: 530023. Conveniente: MUNICIPIO DE ITAPURANGA, CNPJ nº 01146604000103. Readequação do Plano de Trabalho, com a ampliação do valor total do convênio, mediante aumento da contrapartida municipal. Valor Total: R\$ 184.600,00, Valor de Contrapartida: R\$ 184.600,00, Vigência: 19/01/2021 a 19/01/2024. Data de Assinatura: 31/12/2020. Signatários: Concedente: SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA, CPF nº 02793526460, Conveniente: GERALDO PAULO FERNANDES, CPF nº 879.431.661-91.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Espécie: Termo Aditivo de Supressão Nº 000001/2022 ao Convênio Nº 921150/2021. Convenientes: Concedente: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Unidade Gestora: 530023. Conveniente: MUNICIPIO DE BELA VISTA DO CAROBA, CNPJ nº 01612441000107. Alteração do valor total do convênio, com a redução dos valores do repasse da União e da Contrapartida. Valor Total: R\$ -1.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ -435,29, Vigência: 14/01/2022 a 14/07/2023. Data de Assinatura: 31/12/2021. Signatários: Concedente: SANDRA MARIA SANTOS HOLANDA, CPF nº 02793526460, Conveniente: GELSON MAFFI, CPF nº 022.715.299-99.

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 2/2022 - UASG 443001**

Nº Processo: 02501003270202271. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba). Total de Itens Licitados: 1. Edital: 27/10/2022 das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Endereço: Setor Policial Sul Area 5 Quadra 3 Bloco j Sala 125, Asa - Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/443001-3-00002-2022>. Entrega das Propostas: 13/12/2022 às 08h30. Endereço: Setor Policial Sul Área 5 Quadra 3 Bloco I Sala de Capacitação, Asa - Sul - BRASÍLIA/DF.

**VIRGILIO DE AZEVEDO MAIA FILHO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

(SIASGnet - 26/10/2022) 443001-44205-2022NE000001

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2022 - UASG 193002**

Nº Processo: 59400.001364/2021-80. Pregão Nº 5/2022. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONT.AS SECAS. Contratado: 34.325.056/0001-38 - TRIX SERVICOS INTEGRADOS LTDA. Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com mão de obra exclusiva, de apoio às atividades do centro de pesquisas em aquicultura rodolpho von ihering - pentecoste-ce , com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência, anexo do edital.. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 26/10/2022 a 26/10/2023. Valor Total: R\$ 1.255.854,84. Data de Assinatura: 26/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 26/10/2022).

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 69/2022 - UASG 193002**

Número do Contrato: 19/2021. Nº Processo: 59400.001426/2021-53. Pregão. Nº 16/2021. Contratante: DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONT.AS SECAS. Contratado: 02.994.717/0001-21 - LOCADORA MARTINS E OLIVEIRA EIRELI. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar, por mais 12 meses, o prazo de vigência do contrato dnocs nº 19/2021 (0890952), relativo a prestação dos serviços especializados na prestação continuada de locação mensal de veículos, sem combustível e com motorista para atender as necessidades do escritório de representação do dnocs em brasília/df.. Vigência: 11/11/2022 a 11/11/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 14.598,68. Data de Assinatura: 26/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 26/10/2022).

**COORDENADORIA ESTADUAL EM PERNAMBUCO**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2022 - UASG 113801**

Número do Contrato: 13/2022. Nº Processo: 59403.000170/2022-18. Dispensa. Nº 13/2022. Contratante: DNOCS - CEST/PE - RECIFE-PE. Contratado: 03.401.987/0001-44 - BBC SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 04 (quatro) postos noturnos e 03 (três) postos diurnos, para adequação dos serviços contratados, objetivando melhor atender às necessidades, dos serviços na sede da coordenadoria estadual dnocs em pernambuco.. Vigência: 17/10/2022 a 01/01/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 233.149,02. Data de Assinatura: 17/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/10/2022).

**COORDENADORIA ESTADUAL NA PARAÍBA**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2022 - UASG 193005**

Número do Contrato: 2/2021. Nº Processo: 59412.000382/2021-13. Pregão. Nº 1/2021. Contratante: DNOCS - CEST/PB - JOAO PESSOA - PB. Contratado: 17.392.053/0001-06 - PLENITUDE SEGURANCA PRIVADA LTDA.. Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a "prorrogação dos prazos de vigência da execução do contrato n.º 02/2021, por mais 12 (doze) meses consecutivos a partir de 01 de novembro de 2022, encerrando-se o período no dia 01 de novembro de 2023, bem como efetuar a repactuação dos serviços realizados no período contratual do ano de 2023.. Vigência: 01/11/2022 a 01/11/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 388.177,20. Data de Assinatura: 26/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 26/10/2022).

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato nº 0029-22-CBTU/STU-MAC - PROCESSO: Inexigibilidade nº 07/2022 - CONTRATANTE: CBTU/STU-MAC, CNPJ 42.357.483/0011-06 - CONTRATADA: KNORR BREMSE SISTEMAS PARA VEÍCULOS FERROVIÁRIOS, CNPJ: 00.264.588/0001-90. OBJETO: Treinamento do sistema de freios e portas do VLTS. VALOR GLOBAL de R\$ 49.950,00 ( Quarenta e nove mil novecentos e cinquenta reais); PRAZO: 90 (noventa) dias. - PLANO INTERNO: M7RHRH01 - Assinam pela CONTRATANTE: Carlos Jorge Ferreira Cavalcante e Orleans de Lira Paes Angelo e pela CONTRATADA: Everton Jorge Pereira e Oliver Tobias Erxleben. ASSINATURA: 25 de agosto de 2022.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Contrato nº 0030-22-CBTU/STU-MAC - PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 0018 nº /2022 - CONTRATANTE: CBTU/STU-MAC, CNPJ 42.357.483/0011-06 - CONTRATADA R.C COMÉRCIO DE PRODUTOS METALÚRGICOS FERROVIÁRIO EIRELI. OBJETO: Aquisição de oito conjuntos de amparo balanço, conforme), CBTU - STU MAC) . VALOR GLOBAL de R\$ 23.920,00(vinte e três mil novecentos e vinte reais); PRAZO: 120 (cento e vinte ) dias - PLANO INTERNO: M1PSGM09 - Assinam pela CONTRATANTE: Carlos Jorge Ferreira Cavalcante e Orleans de Lira Paes Angelo e pela CONTRATADA Cássia Rezende Santos . em 19 de setembro de 2022.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL II - NATAL**

**AVISO DE PENALIDADE**

A SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS comunica o julgamento do Processo Sancionador nº 002-2022/STU-NAT/CBTU, que resultou na aplicação de sanções administrativas à empresa CELTROVIC COMÉRCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LIDA -ME, CNPJ: 08.325.368/0001-31, conforme a seguir:

- MULTA de 10% (dez por cento) do valor remanescente, totalizando o valor devido de R\$ 2.667,20 (dois mil, seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), conforme cláusula 4.5 da Ordem de Compra nº 011-2022/STU-NAT/CBTU;
- RESCISÃO CONTRATUAL, pelo atraso injustificado na execução do objeto superior a 30 (trinta) dias úteis, conforme cláusula 4.2 da Ordem de Compra nº 011-2022/STU-NAT/CBTU, e
- ADVERTÊNCIA FORMAL e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A CBTU PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, conforme cláusula 4.6 da Ordem de Compra nº 011-2022/STU-NAT/CBTU e art 245, VII do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU - RILC/CBTU.

LEONARDO GURGEL DE FARIA DINIZ  
Superintendente

**AVISO DE PENALIDADE**

A SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE NATAL da COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS comunica o julgamento do Processo Sancionador nº 001-2022/STU-NAT/CBTU, que resultou na aplicação de sanções administrativas à empresa APIAN ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 21.969.421/0001-03, conforme a seguir:

- MULTA de 10% (dez por cento) do valor das Ordens de Serviço remanescentes, totalizando o valor devido de R\$ 16.478,36 (dezesseis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos), conforme cláusula b.3 do Contrato nº 012-2021/STU-NAT/CBTU, e
- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A CBTU PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, conforme cláusula 21.5 do Contrato nº 012-2021/STU-NAT/CBTU e art. 245, VII do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU - RILC/CBTU.

LEONARDO GURGEL DE FARIA DINIZ  
Superintendente

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA**

**EXTRATO DE DOAÇÃO**

PROCESSO Nº 59512.000100/2022-22. ESPÉCIE Termo de Doação nº 0.0216.00/2022 que fazem entre si a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra Vermelha - ACPRPV, com sede no município de Teixeira no estado da Paraíba - PB. DO OBJETO: A CODEVASF, por intermédio do presente instrumento, doa ao donatário o seguinte bem avaliado em R\$ 187.600,00 (cento e oitenta e sete mil e seiscentos reais) e pertencente ao acervo patrimonial da Codevasf, sob a responsabilidade do Escritório de Apoio Técnico de João Pessoa-PR/EPB, a seguir relacionados: 01 {um} trator agrícola 75 CV, marca New Holland, modelo: TT4.75, 4x4, 2022/2022, chassi NHNTT475ZNE605665, tombamento nº 294.189-5. DATA DA ASSINATURA: 25/10/2022. RODRIGO MOURA PARENTES SAMPAIO - Diretor da Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental - AR - CODEVASF. ADAO EVANILDO GUEDESDE SOUZA - Presidente da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Pedra Vermelha - ACPRPV.





**TERMO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA DO TIPO TÉCNICA E PREÇOS Nº 02/ANA/2022**

**PROCESSO Nº 02501.003270/2022-71**

Prezados(as) Senhores(as):

Visando à eventual necessidade de comunicação entre esta Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e as empresas interessadas em participar desta licitação, solicitamos preencher e enviar os dados do Termo de Recebimento de Edital, por meio eletrônico, no e-mail [cel@ana.gov.br](mailto:cel@ana.gov.br).

O não-envio dos dados eximirá esta Agência da responsabilidade de comunicação de eventos relacionados ao procedimento licitatório, ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de referência, de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU, por meio eletrônico, na **internet**.

Brasília-DF, 26 de outubro de 2022.

VIRGÍLIO DE AZEVEDO MAIA FILHO  
(assinado eletronicamente)  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Razão Social: _____
CNPJ Nº _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____
Pessoa para contato: _____
Recebemos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, nesta data, cópia do Edital da Licitação acima identificada.
Brasília-DF, _____ de _____ de 2021.
_____
Assinatura
(A assinatura é opcional em caso de envio por e-mail)

**ATENÇÃO:** Os interessados que retirarem o Edital pela internet, DEVERÃO ENCAMINHAR ESTE COMPROVANTE, devidamente preenchido, à Coordenação de Licitação – COLIC, por meio eletrônico, no e-mail: [cel@ana.gov.br](mailto:cel@ana.gov.br).

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA DO TIPO TÉCNICA E PREÇOS Nº 02/ANA/2022**

**PROCESSO Nº 02501.0003270/2022-71**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, por meio da Coordenação de Licitação - COLIC, com sede no Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco “J” – Brasília/DF, CEP nº 70.610-200 CNPJ nº 04.204.444/0001-08, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA TÉCNICA e PREÇOS, do tipo menor preço global, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, do Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de junho de 2018 e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 13/12/2022

Horário: 08h30

Local: Setor Policial, Área 5, Quadra 03, Bloco L – Brasília/DF

Critério de Julgamento: menor preço global

Regime de Execução: empreitada por preço global

**1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:**

1.1. Até às 08h15, do dia 13 de dezembro de 2022, mês, no endereço Setor Policial, Área 5, Quadra 03, Bloco J, sala 125 para entrega dos Envelopes n. 01, com os documentos de habilitação e declarações complementares, n. 02, proposta técnica e n. 03, proposta de preços.

**2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

2.1. Às 08h30 do dia 13 de dezembro de 2022 no endereço Setor Policial, Área 5, Quadra 03, Bloco L, sala de treinamento da SAS terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e proposta técnica e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA**

CONCORRÊNCIA Nº 00/2022

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2

**PROPOSTA TÉCNICA**

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA**

CONCORRÊNCIA Nº 00/2022

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE Nº 3

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA**

CONCORRÊNCIA Nº 00/2022

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

2.3 Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os três envelopes acima mencionados, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.



## 2.3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1 **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; e

3.1.2 **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas.

3.2 Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

## 4. DO OBJETO

4.1 A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

4.2 A licitação será realizada em único item.

4.3 O critério de julgamento adotado será **melhor técnica e preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

## 5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 443009

Fonte: 0183000000

PTRES:174158

Elemento de Despesa: 339039

PI: 20222301000

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.1.1 Será permitida a participação de licitantes em **consórcio**, desde que observadas às seguintes condições:

6.1.1.1 Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.1.1.2 Indicação da licitante responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de licitante líder;

6.1.1.3 Apresentação dos documentos exigidos nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

6.1.1.4 Impedimento de participação de licitante consorciada, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente;

6.1.1.5 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.1.1.6 Em consórcio integrado por licitantes brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à licitante brasileira; e

6.1.1.7 O consórcio vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do Contrato, sua constituição e registro, nos termos do compromisso subscrito pelos consorciados.

**6.2 Não poderão participar desta licitação:**

6.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2.5 que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

6.2.6 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, em conformidade com o Acórdão 0746-09/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU;

6.2.7 Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017; e

6.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

6.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

6.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010); e

6.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.



## **7. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N. 1)**

7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

7.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3 Constatada a existência de sanção, o Presidente reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

7.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

7.6 O licitante cadastrado, ou não, no SICAF, deve inserir no envelope nº 01, dos documentos de habilitação e das condições de participação, as declarações complementares que consistem nos seguintes documentos:

7.6.1 de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007, caso opte por usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

7.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

7.6.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.6.4 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.6.5 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.6.6 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no art. 3º, § 2º, inciso V, da Lei nº 8.666/1993; e

7.6.7 que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999.

7.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7.8 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar, no envelope nº 1, a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas condições descritas adiante.

7.8.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018, mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.9. Documentos referentes à habilitação jurídica:**

7.9.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.9.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

7.9.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.9.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.9.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.9.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; e

7.9.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**7.10 Documento referente à regularidade fiscal e trabalhista:**

7.10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



7.10.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.10.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.10.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.10.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.10.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante; e

7.10.6.1. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **7.11 Documento referente à qualificação econômico-financeira:**

7.11 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.11.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

7.11.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.11.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.11.3.1 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social; e

7.11.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{ou} > 1$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \text{ou} > 1$$

7.11.4.1 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a **dez por cento** do valor total estimado da contratação.

## 7.12 Documentos referentes à qualificação técnica:

7.12.1. As empresas cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

7.12.1.1 Para efeitos de habilitação técnica da **empresa ou consórcio** será exigido 1 (um) atestado que comprove a participação da licitante em projetos de mobilização social.

7.12.1.2 Para efeitos de habilitação técnica do profissional indicado como **Coordenador Técnico** será exigido 1 (um) atestado que comprove sua participação na coordenação de projetos nas áreas de mobilização social, recursos hídricos ou comunicação social.

7.12.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.12.3 Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

7.12.3.1 comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

7.12.3.2 apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

7.12.3.3 comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

7.12.3.4 demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, com o acréscimo de 30%, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

7.12.3.4.1 quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

7.12.3.5 responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

7.12.3.6 obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

7.12.3.7 constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

7.12.3.8 proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

7.12.4 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



7.12.5 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.12.6 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.12.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.12.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12.8 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.12.8.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.12.9 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação.

7.12.10 E demais declarações:

7.12.10.1 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que tem pleno conhecimento das condições necessárias para cumprimento do contrato, conforme modelo **Anexo XII**;

7.12.10.2 declaração de atendimentos aos critérios de sustentabilidade, **Anexo XIV**;

7.12.10.3 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, **Anexo XIII**; e

7.12.10.4 declaração de elaboração independente da proposta, **Anexo VIII**.

## **8. DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº 2)**

8.1 O envelope “Proposta Técnica” deverá conter a proposta da licitante, que atenda os seguintes requisitos:

8.1.1 Ser apresentada em idioma nacional, em papel timbrado da Licitante ou identificada com o carimbo padronizado do CNPJ, indicando o endereço completo, telefone, e-mail, sem ressalvas, emendas ou rasuras, devendo suas folhas ser rubricadas e a última assinada por quem de direito;

8.1.2 Razão social da empresa licitante, endereço completo, telefone, fac-símile, número do CNPJ, o responsável pela proposta, seu telefone e e-mail; e

8.1.3 Cumprir as exigências contidas no Projeto Básico (PB) e **Anexo V**, (Parâmetros e Critérios para Habilitação Técnica e julgamento da Proposta Técnica e de Preço).

8.2 A Proposta Técnica será avaliada e julgada de acordo com os critérios e fórmulas definidas no **Anexo V**, (Parâmetros e Critérios para Habilitação Técnica e julgamento da Proposta Técnica e de Preço).

8.3 A nota técnica mínima é de 50 (cinquenta) pontos, conforme disposto no **Anexo V**. A(s) proposta(s) Técnica(s) que não alcançar(em) esta pontuação será(ão) desclassificada(s).

## 9. **DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 3)**

9.1 A proposta de preço, apresentada no envelope nº 3, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

9.1.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame;

9.1.2 Descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos;

9.1.3 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

9.1.3.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

9.1.3.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

9.1.3.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida; e

9.1.3.4 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

9.1.4 Cronograma físico-financeiro, conforme modelo disponível no Projeto Básico, Anexo IV.

9.1.4.1 O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

9.1.5 Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

9.1.5.1 Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

9.1.5.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

9.1.5.3 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

9.1.5.4 As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.1.5.5 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

9.1.5.6 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

9.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



9.3 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

9.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

9.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual; e

9.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente da planilha e haverá glosa, quando do pagamento.

9.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

9.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

9.7.1 A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

9.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.9 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.11.1 A Comissão Especial de Licitação, na realização de diligências, definirá prazo razoável conforme complexidade do diligenciado para a apresentação de documentação complementar ou esclarecimentos.

9.12 A Proposta de Preços será avaliada e julgada conforme os critérios e fórmulas definidas no **Anexo V**, deste instrumento.

## **10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

10.1 No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Especial de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01, nº 02 e nº 03 e procederá à abertura da licitação.

10.1.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

10.2 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.3 A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos **Envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação**.

10.3.1 O conteúdo dos envelopes poderá ser rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

10.4 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, nos termos do subitem 7.1 deste Edital.

10.5 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 – Proposta Técnica - e Envelopes n.º 03 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.6 Ao licitante inabilitado serão devolvidos os Envelopes nº 02 e n.º 03, sem ser abertos, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.7 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 – Proposta Técnica dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.7.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 – Proposta Técnica e Envelopes n.º 03 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

10.7.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas técnicas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.8 As propostas técnicas dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio do Projeto Básico.

10.9 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Especial de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

10.10 Após o procedimento de verificação dos Envelopes nº 02 – Propostas Técnicas, as Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.10.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes n.º 03 - Proposta de Preços – serão mantidos invioláveis até a posterior abertura.



10.11 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

10.12. Será considerado inabilitado o licitante que:

10.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte; e

10.12.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01 ou no Envelope nº 02.

10.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa, empresa de pequeno porte, a mesma terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas e poderá ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.15 Como condição para a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123/2006, a Comissão de Licitação poderá realizar consultas e diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela ME/EPP/COOP, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da referida Lei, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, §2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

10.15.1 Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

10.15.2 A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a não-aplicação, na presente licitação, dos benefícios decorrentes dessa qualificação.

10.16 A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

## **11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

11.1 O critério de julgamento será o menor preço global.

11.2 Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.3 A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4 Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5 As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6 A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.6.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.6.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 20 (vinte) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de 1 (um) dia, contado da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório.

11.6.3 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte lhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7 Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que poderá reduzir a oferta.

11.8 Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

11.9 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

11.9.1 prestados por empresas brasileiras;

11.9.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.9.3 produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.10 Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.11 Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.12 Será desclassificada a proposta que:

11.12.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.12.2 contiver vício insanável ou ilegalidade;

11.12.3 não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos; e

11.12.4 Apresentar, na composição de seus preços:

11.12.4.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

11.12.4.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado; e

11.12.4.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.



11.12.5 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.13 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

11.14 Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

11.15 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

11.16 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

11.16.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.16.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

11.16.3 O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

11.16.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.16.5 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecutabilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

11.16.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.16.7 Será facultado ao licitante o prazo de até 1 (um) dia para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.17 Erros formais no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

11.17.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.17.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.18 Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.19 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.20 Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.21 Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.22 A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

**11.23** O resultado do certame será divulgado no Diário Oficial da União – D.O.U e sítio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA.

**12. DO(S) RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S) E DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S)**

**12.1** A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

**12.2** Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

**12.3** O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.

**12.4** Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail [cel@ana.gov.br](mailto:cel@ana.gov.br), ou no protocolo desta agência no endereço Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco “L” – Brasília/DF, CEP nº 70.610-200, ou por meio do sistema E-protocolo.

**12.5** O recurso será dirigido a Presidente desta Agência, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

**12.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**12.7** O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) deverá(ão) ser enviado(s) à Comissão Especial de Licitação, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via e-mail **cel@ana.gov.br**.

**13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**13.1** Conforme regras constantes do Projeto Básico.

**14. DO TERMO DO CONTRATO**

**14.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato.

**14.1.1** O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



14.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **cinco ( 5 ) dias**, a contar da data de seu recebimento.

14.2.1 O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.2.2 O prazo de vigência da contratação é estabelecido no Projeto Básico.

14.3 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.3.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.3.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.5 O instrumento contratual poderá ser assinado digitalmente por meio do serviço Assinatura Digital da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, desde que o signatário:

14.5.1 Possua certificado digital de acordo com as normas da ICP-Brasil;

14.5.2 Prepare seu computador com a instalação de programas a serem indicados pela autoridade certificadora que emitiu o seu certificado digital; e

14.5.3 Informe seus dados pessoais (nome, endereço, CPF, e-mail e telefone para cadastro) no ato da formalização do contrato.

**15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

15.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

**16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

16.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico, Anexo I.

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA**

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Projeto Básico – Anexo I.

**18. DO PAGAMENTO**

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

18.2 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

**19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 As regras acerca das sanções são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

**21. DA IMPUGNAÇÃO**

21.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.2 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

21.3 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

21.4 A impugnação poderá ser realizada por petição encaminhada por e-mail [cel@ana.gov.br](mailto:cel@ana.gov.br), e no protocolo desta agência no endereço Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco “L” – Brasília/DF, CEP nº 70.610-200, ou ainda por meio do sistema E-protocolo.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.3 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.4 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 22.5 Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 22.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.
- 22.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.8 É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 22.9 Os licitantes, quanto solicitados, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas os serviços.
- 22.10 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



22.11 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

22.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.13 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.15 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

22.16 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço eletrônico da ANA.

22.17 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de **Brasília/DF** – Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

22.18 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	Projeto Básico
<b>ANEXO II</b>	Planilha de formação de preços - ANA
<b>ANEXO III</b>	Planilha de formação de preços - Licitante
<b>ANEXO IV</b>	Cronograma físico-financeiro
<b>ANEXO V</b>	Critérios para Julgamento das Propostas
<b>ANEXO VI</b>	Declaração do Coordenador
<b>ANEXO VII</b>	Termo de compromisso
<b>ANEXO VIII</b>	Declaração de elaboração independente da proposta
<b>ANEXO IX</b>	Declaração de inexistência de fato impeditivo
<b>ANEXO X</b>	Declaração de cumprimento do disposto no art. 27, inciso V, da Lei nº 8.666, de 1993; (Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição Federal )
<b>ANEXO XI</b>	Termo de opção/declaração para microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP);
<b>ANEXO XII</b>	Declaração de concordância com os Termos do Edital
<b>ANEXO XIII</b>	Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado
<b>ANEXO XIV</b>	Declaração de atendimento aos critérios de Sustentabilidade Ambiental
<b>ANEXO XV</b>	Minuta de Termo de Contrato

Brasília-DF, 26 de outubro de 2022.

VIRGÍLIO DE AZEVEDO MAIA FILHO  
(assinado eletronicamente)  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL,  
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO PARA APOIAR A INSTALAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO  
RIO PARNAÍBA**

**AGOSTO/2022**



## SUMÁRIO

1. OBJETO .....
2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....
3. JUSTIFICATIVA .....
4. LOCAL DOS TRABALHOS .....
5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL .....
6. SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS .....
6.1 Planejamento das Atividades .....
6.2 Preparação do Material de Divulgação .....
6.3 Mobilização Social para Instalação do CBH Parnaíba .....
6.4 Realização de 14 (quatorze) Seminários Regionais .....
6.5 Realização de 03 (três) Reuniões Plenárias Setoriais .....
6.6 Realização da Assembleia Geral de Instalação e Posse .....
6.7 Realização de Oficina de Planejamento .....
6.8 Produção de Vídeo Institucional .....
7. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES .....
7.1 Produtos Parciais .....
7.2 Produtos Finais .....
8. EQUIPE TÉCNICA REQUERIDA E PERFIL DA EMPRESA .....
8.1 Equipe-Chave .....
8.2 Equipe de Apoio .....
8.3 Equipe Eventual .....
8.4 Perfil da Empresa .....
9. VALORES ESTIMADOS .....
10. PAGAMENTO .....
11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS .....
12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO .....
13. VIGÊNCIA DO CONTRATO .....
14. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS .....
15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....
15.1 Obrigações da <i>Contratante</i> .....
15.2 Obrigações da <i>Contratada</i> .....
16. SUBCONTRATAÇÕES .....
17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....
18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b>	Municípios total ou parcialmente inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.
<b>Quadro 2.</b>	Especificações e quantidades de material gráfico a ser produzido.
<b>Quadro 3.</b>	Cidades onde serão realizados os Seminários Regionais.
<b>Quadro 4.</b>	Cidades onde serão realizadas as Reuniões Plenárias Setoriais.
<b>Quadro 5.</b>	Trechos e distâncias a serem percorridos de ônibus para transporte dos habilitados a participar das reuniões plenárias setoriais do CBH Parnaíba.
<b>Quadro 6.</b>	Produtos parciais esperados.
<b>Quadro 7.</b>	Produtos finais esperados.
<b>Quadro 8.</b>	Cronograma de Desembolso.

### LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b>	Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba no país e a sua inserção nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.
<b>Figura 2.</b>	Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e as unidades de planejamento para mobilização.
<b>Figura 3.</b>	Divisão da Bacia hidrográfica do Rio Parnaíba em áreas de mobilização.
<b>Figura 4.</b>	Área de mobilização 1, com base em Crateús, no Estado do Ceará.
<b>Figura 5.</b>	Área de mobilização 2, com base em Balsas, no Estado do Maranhão.
<b>Figura 6.</b>	Área de mobilização 3, com base em Timon, no Estado do Maranhão.
<b>Figura 7.</b>	Área de mobilização 4, com base em Bom Jesus, no Estado do Piauí.
<b>Figura 8.</b>	Área de mobilização 5, com base em São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.
<b>Figura 9.</b>	Área de mobilização 6, com base em Picos, no Estado do Piauí.
<b>Figura 10.</b>	Área de mobilização 7, com base em Valença do Piauí, no Estado do Piauí.
<b>Figura 11.</b>	Área de mobilização 8, com base em Teresina, no Estado do Piauí.
<b>Figura 12.</b>	Área de mobilização 9, com base em Piripiri, no Estado do Piauí.
<b>Figura 13.</b>	Área de mobilização 10, com base em Parnaíba, no Estado do Piauí.

## **1. OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

A presente contratação se insere no planejamento da Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH – CINCS, da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – SAS, para os anos de 2022 e 2023.

A Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, somada à área de drenagem do Delta do Parnaíba, abrange uma área de 333.952 km<sup>2</sup>, dos quais 20% estão inseridos no Estado do Maranhão, 75% no Piauí e 5% no Ceará, onde vivem cerca de 5 milhões de habitantes. São 277 municípios sendo 223 piauienses, 35 maranhenses e 19 cearenses.

Entre os múltiplos usos da água na bacia, destacam-se: a geração de energia elétrica (barragem de Boa Esperança); a irrigação (Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe); e o abastecimento humano. Dentre os principais afluentes do rio Parnaíba, destacam-se: o rio Balsas, o rio Guruguia, o rio Uruçuí Preto, o rio Poti. Nos inúmeros rios intermitentes existentes, principalmente na porção semi-árida da bacia, barragens e açudes garantem o fornecimento de água às populações.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) foi instituído recentemente pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018, mas os esforços para sua criação iniciaram-se há quase 20 anos, sendo importante um breve resgate de seu histórico.

A partir de 1999, por iniciativa de entidades da sociedade civil, iniciaram-se os trabalhos de sensibilização e esclarecimento sobre os reais problemas que a bacia hidrográfica do rio Parnaíba começava a enfrentar. Foram realizadas inúmeras audiências e reuniões públicas em vários municípios dos três estados da bacia.

Em 2004, quando da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Piauí, apoiado diretamente pela Agência Nacional de Águas (ANA) e executado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR/PI), foram realizadas várias audiências públicas, juntamente com o processo de mobilização do Plano. Durante esse processo de mobilização surgiu, pela primeira vez, a proposta de criação do CBH Parnaíba cujo processo passou a ser liderado por entidades ligadas a sociedade civil, órgãos públicos e usuários de água.



Após anos de debates e eventos em torno da gestão e preservação das águas do rio Parnaíba, foi criada, em 2011, uma Comissão Interinstitucional Pró-comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. Esta comissão foi criada por iniciativa da Justiça Federal do Maranhão, tendo suas atividades coordenadas diretamente por um Juiz Federal até meados de 2012. Já no final de 2012, foram criadas também as Comissões Estaduais Pró-comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, no Piauí, Ceará e Maranhão, compostas por representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil e dos setores usuários.

Em 2014 se iniciou a organização dos documentos técnicos e cumprimento dos pré-requisitos necessários à criação do CBH Parnaíba estabelecidos pelas Resoluções nº 5/2000 e nº 109/2010 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Em que pese a realização de articulações anteriores, o envolvimento efetivo do Governo Federal no processo, por meio da ANA e do Ministério do Meio Ambiente, deu-se principalmente a partir de 2015, quando seus dirigentes foram convocados para audiências no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas dos Estados do Piauí e Maranhão.

Passo fundamental para a criação do CBH Parnaíba foi dado em julho de 2016 quando em reunião dos membros da Comissão Interestadual Pró-Comitê CBH do Parnaíba, com a presença de representantes da ANA e dos governos estaduais do Piauí, Ceará e Maranhão, foi apresentada e aprovada a proposta do “Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba”. O objetivo central do pacto era a definição do arranjo institucional, das atribuições compartilhadas e da garantia de funcionamento do CBH Parnaíba, conforme determina a Resolução nº 109/2010 do CNRH.

Aos 28 de fevereiro de 2018, sob a denominação de “Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba”, o referido pacto foi firmado entre o Governo Federal, os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará e os Comitês de Bacia com atuação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, tendo sido este o último pré-requisito cumprido para a criação do CBH Parnaíba.

Atendidas todas as exigências estabelecidas, aos 8 de março de 2018, durante sua 40ª Reunião Extraordinária, o CNRH aprovou a proposta de instituição do CBH Parnaíba por meio da Resolução CNRH nº 194/2018 e a encaminhou ao Presidente da República que instituiu o CBH Parnaíba por meio do Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018.

Após a edição do Decreto Presidencial que instituiu o CBH Parnaíba, o CNRH designou os membros de sua Diretoria Provisória por meio da Portaria nº 1, de 12 de junho de 2018, com a missão de coordenar a mobilização e o processo eleitoral para a instalação do Comitê, além de elaborar seu primeiro Regimento Interno.

A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, em seu primeiro ato deliberativo (Deliberação CBH Parnaíba nº 1/2018), constituiu um Grupo de Apoio com a função de auxiliá-la no desenvolvimento das atividades que lhe foram atribuídas pelo CNRH. Este Grupo de Apoio é constituído por 11 membros, representando a ANA, o Ministério do Desenvolvimento Regional e os segmentos de usuários, da sociedade civil e do poder público dos três Estados da bacia.

Ainda em 2018, por demanda da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e considerando os termos do supracitado Acordo de Cooperação Técnica, a ANA iniciou processo de contratação, similar ao agora demandado, para apoiar a instalação do CBH Parnaíba, resultando na celebração, no final de 2019, do Termo de Contrato nº 036/ANA/2019 (Processo nº 02501.005021/2018-33) com o consórcio o Consórcio Beck de Souza / Engeplus, constituído pelas empresas Beck de Souza Engenharia Ltda e Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda.

As atividades previstas no Termo de Contrato nº 036/ANA/2019 foram iniciadas em dezembro de 2019 e deveriam ser encerradas em junho de 2020. Entretanto, em março de 2020, todos os serviços foram interrompidos, por determinação da ANA, quando já haviam sido executados 60,9% do previsto. Tal interrupção foi ocasionada pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) e consequente edição, pela ANA, da Portaria nº 99, de 12 de março de 2020, que estabeleceu medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito da ANA, o que impossibilitou a execução das atividades previstas no Contrato, tais como deslocamentos, visitas de campo e realização de eventos.

Em meados de 2021, com o arrefecimento da pandemia e o avanço da vacinação no país, a ANA, com anuência da Diretoria provisória do CBH Parnaíba, solicitou ao Consórcio Beck de Souza / Engeplus a elaboração de proposta para a retomada dos serviços, o que incluiria a adequação técnica para realização das atividades e os correspondentes ajustes financeiros. Após inúmeras tratativas infrutíferas na busca por uma repactuação contratual, a Diretoria Colegiada da ANA decidiu, em sua 870ª Reunião Administrativa Ordinária, que a SAS/ANA adotasse providências no sentido de rescisão contratual e realização de nova licitação. Dessa forma, foi providenciada a celebração do Termo de Rescisão Unilateral do Termo de Contrato nº 036/2019/ANA, firmado em 19 de maio de 2022 pela ANA, e agora propõe uma nova licitação para atendimento pleno dos objetivos da política pública em questão, como fora definido pela Diretoria Colegiada.

As etapas normativas e de organização para a criação do CBH Parnaíba foram plenamente cumpridas, resta retomar e refazer processo de mobilização social na bacia, visitando os 277 municípios da bacia do Parnaíba, com vistas a dar ampla e prévia divulgação ao processo de escolha e credenciamento dos representantes que comporão o Comitê como preconiza a Lei nº 9.433/97 e Resolução nº 5/2000, do CNRH.

### **3. JUSTIFICATIVAS**

A criação do CBH Parnaíba, conforme prevê a Lei nº 9.433/1997, com plena realização dos princípios de representatividade e participação dos setores de usuários, poder público e sociedade civil, não foi mero resultado de resoluções, decretos e designações oficiais, mas, antes de tudo, de um amplo processo de construção de novos valores e significados acerca dos recursos hídricos, para uma sociedade historicamente não habituada à sua gestão.

Sua instalação deve se caracterizar, portanto, por um amplo e transparente processo de mobilização social em toda a área da bacia hidrográfica, abrangendo os 277 municípios nela inseridos, de forma a garantir a participação dos segmentos envolvidos, direta ou indiretamente, com uso, gestão e preservação dos recursos hídricos.

Vale destacar que o processo de mobilização social ora proposta, além da instalação do CBH Parnaíba, torna-se também uma oportunidade única para se debater e divulgar a gestão dos recursos hídricos na região abrangida, destacando e fazendo-se conhecer a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Em relação ao apoio da ANA ao processo de mobilização para a instalação do CBH Parnaíba, é oportuno destacar que, entre suas inúmeras atribuições estabelecidas pela Lei nº 9.984/2000, cabe à ANA “estimular e apoiar as iniciativas voltadas para a criação de Comitês de Bacia Hidrográfica”. Assim, desde o início de suas atividades, a ANA vem apoiando a criação e instalação de comitês em bacias hidrográficas consideradas de relevância nacional, cuja atuação possa impactar grandes contingentes populacionais, provendo suporte técnico e financeiro neste importante processo de consolidação do SINGREH.

Nesse sentido, desde 2018, a ANA vem atuando em conjunto com os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará, além dos comitês de bacias estaduais que já atuam na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, para a instalação do CBH Parnaíba, tendo firmado com esses parceiros, em 28 de fevereiro de 2018, o já referido Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, cujo primeiro item do Plano de Trabalho versa exatamente sobre a execução das atividades previstas neste Projeto Básico.

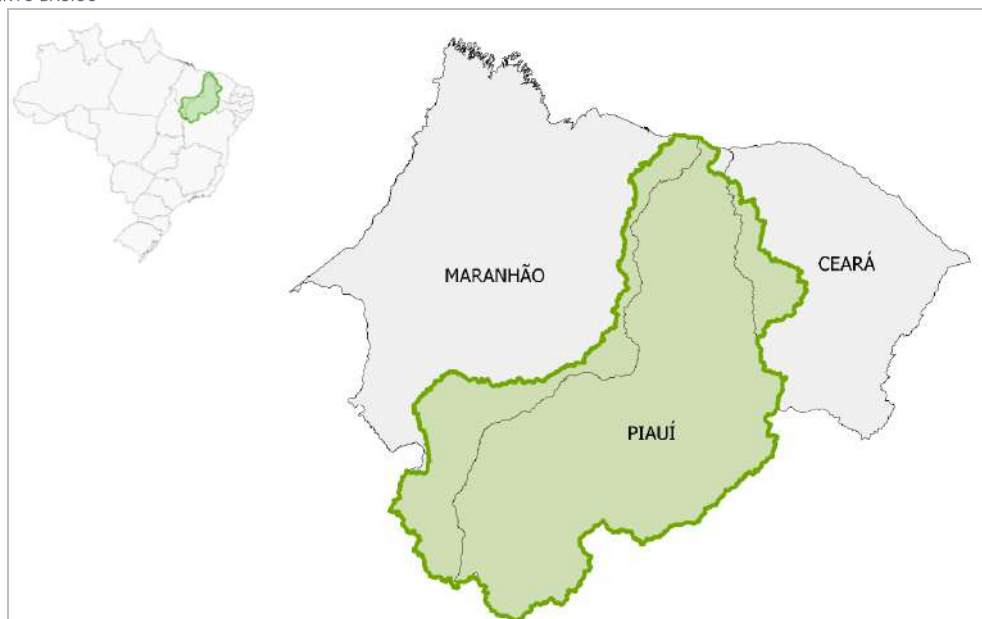
#### **4. LOCAL DOS TRABALHOS**

Os serviços a serem contratados deverão ser realizados em municípios cujas áreas estejam, total ou parcialmente, inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, nos estados do Ceará, Maranhão e Piauí. As Figuras 1 e 2 ilustram a localização da área de trabalho e as unidades de planejamento para a mobilização, que orientaram a divisão dos trabalhos a serem realizados.

A Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba possui uma expressiva área territorial, com mais de 333 mil km<sup>2</sup> de área de drenagem. Situada integralmente na Região Nordeste do Brasil, se constitui em uma das 12 Regiões Hidrográficas brasileiras.

No Quadro 1 estão elencados os municípios cearenses, maranhenses e piauienses inseridos na bacia do rio Parnaíba.





**Figura 1.** Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba no país e a sua inserção nos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.



**Figura 2.** Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e as unidades de planejamento para mobilização.

**Quadro 1.** Municípios total ou parcialmente inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Estado	Municípios na Bacia do Parnaíba	Total
Ceará	Ararendá, Carnaubal, Crateús, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Independência, Ipaporanga, Ipu*, Ipueiras*, Nova Russas*, Novo Oriente, Poranga, Quiterianópolis, São Benedito, Tamboril*, Tianguá*, Ubajara e Viçosa do Ceará*.	19
Maranhão	Água Doce do Maranhão, Alto Parnaíba, Araisos, Balsas, Barão De Grajaú, Benedito Leite, Brejo, Buriti, Caxias*, Coelho Neto, Duque Bacelar, Fortaleza dos Nogueiras, Lagoa do Mato*, Loreto, Magalhães de Almeida, Matões, Milagres do Maranhão, Nova Colinas, Nova Iorque, Parnarama, Pastos Bons, Riachão, Sambaíba, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Bernardo, São Domingos do Azeitão*, São Félix de Balsas, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras, Sucupira do Riachão, Tasso Fragoso, Timon e Tutóia.	35
Piauí	Acauã, Agricolândia, Água Branca, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Alto Longá, Altos, Alvorada do Gurguéia, Amarante, Angical do Piauí, Anísio de Abreu, Antônio Almeida, Aroazes, Aroeiras do Itaim, Arraial, Assunção do Piauí, Avelino Lopes, Baixa Grande do Ribeiro, Barra d'Alcântara, Barras, Barreiras do Piauí, Barro Duro, Batalha, Bela Vista do Piauí, Belém do Piauí, Beneditinos, Bertolândia, Betânia do Piauí, Boa Hora, Bocaina, Bom Jesus, Bom Princípio do Piauí*, Bonfim do Piauí, Boqueirão do Piauí, Brasileira, Brejo do Piauí, Buriti dos Lopes, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campinas do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Campo Largo do Piauí, Campo Maior, Canavieira, Canto do Buriti, Capitão de Campos, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Caraúbas do Piauí, Caridade do Piauí, Castelo do Piauí, Caxingó, Cocal de Telha, Cocal dos Alves, Cocal, Coivaras, Colônia do Gurguéia, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Coronel José Dias, Corrente, Cristalândia do Piauí, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Curral Novo do Piauí, Curratinhos, Demerval Lobão, Dirceu Arcoverde, Dom Expedito Lopes, Dom Inocêncio, Domingos Mourão, Elesbão Veloso, Eliseu Martins, Esperantina, Fartura do Piauí, Flores do Piauí, Floresta do Piauí, Floriano, Francinópolis, Francisco Ayres, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Gilbués, Guadalupe, Guaribas, Hugo Napoleão, Ilha Grande, Inhumã, Ipiranga do Piauí, Isaías Coelho, Itainópolis, Itaueira, Jacobina do Piauí, Jaicós, Jardim do Mulato, Jatobá do Piauí, Jerumenha, João Costa, Joaquim Pires, Joca Marques, José de Freitas, Juazeiro do Piauí, Júlio Borges, Jurema, Lagoa Alegre, Lagoa de São Francisco, Lagoa do Barro do Piauí, Lagoa do Piauí, Lagoa do Sítio, Lagoinha do Piauí, Landri Sales, Luís Correia, Luzilândia, Madeiro, Manoel Emídio, Marcolândia, Marcos Parente, Massapê do Piauí, Matias Olímpio, Miguel Alves, Miguel Leão, Milton Brandão, Monsenhor Gil, Monsenhor Hipólito, Monte Alegre do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Morro do Chapéu do Piauí, Murici dos Portelas, Nazaré do Piauí, Nazária, Palmeirais, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora dos Remédios, Nova Santa Rita,	223

Estado	Municípios na Bacia do Parnaíba	Total
	Novo Oriente do Piauí, Novo Santo Antônio, Oeiras, Olho d'Água do Piauí, Padre Marcos, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Palmeira do Piauí, Paquetá, Parnaguá, Parnaíba, Passagem Franca do Piauí, Patos do Piauí, Pau d'Arco do Piauí, Paulistana, Pavussu, Pedro II, Pedro Laurentino, Picos, Pimenteiras, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Porto Alegre do Piauí, Porto, Prata do Piauí, Queimada Nova, Redenção do Gurguéia, Regeneração, Riacho Frio, Ribeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves, Rio Grande do Piauí, Santa Cruz do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Santa Filomena, Santa Luz, Santa Rosa do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Santo Antônio dos Milagres, Santo Inácio do Piauí, São Braz do Piauí, São Félix do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, São Gonçalo do Piauí, São João da Canabrava, São João da Fronteira, São João da Serra, São João da Varjota, São João do Arraial, São João do Piauí, São José do Divino, São José do Peixe, São José do Piauí, São Julião, São Lourenço do Piauí, São Luis do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Miguel do Fidalgo, São Miguel do Tapuio, São Pedro do Piauí, São Raimundo Nonato, Sebastião Barros, Sebastião Leal, Sigefredo Pacheco, Simões, Simplício Mendes, Socorro do Piauí, Sussuapara, Tamboril do Piauí, Tanque do Piauí, <b>Teresina</b> , União, Uruçuí, Valença Do Piauí, Várzea Branca, Várzea Grande, Vera Mendes, Vila Nova do Piauí e Wall Ferraz.	
<b>TOTAL</b>		<b>277</b>

\*Sede municipal fora da bacia do rio Parnaíba.

Por se tratar da única capital inserida na bacia do rio Parnaíba, além de possuir o maior contingente populacional e facilidade de deslocamentos aéreos e terrestres, **a cidade de Teresina, no Estado do Piauí, deverá ser utilizada como base para a coordenação dos serviços** a serem contratados, devendo a *Contratada* possuir ou instalar um escritório técnico naquela localidade no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do contrato.



## 5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em especial o art. 4º, caput, e inciso VII; a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial o art. 1º, inciso VI, o art. 4º, o art. 29 inciso I; art. 33, inciso III, art. 37; art. 39; art. 47; e art. 48; Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018; a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001; Instrução Normativa MP nº 5, de 26 de maio de 2017; e Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e alterações posteriores, a Portaria ANA nº 391, de 4 de março de 2022, bem como as especificações, cláusulas e condições do Edital e seus Anexos.

As Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº 5, de 12 de dezembro de 2012; nº 109, de 13 de abril de 2010; nº 194, de 3 de abril de 2018; e nº 229, de 30 de novembro de 2021.

A Portaria nº 1, de 12 de junho de 2018, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e as Deliberações do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba) nº 1, de 25 de junho de 2018; e nº 2, de 30 de novembro de 2018.

## 6. SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS

A *Contratada*, para a execução dos serviços e produtos deste Projeto Básico, será responsável pelas atividades de preparação, execução e avaliação do projeto de mobilização social para a instalação do CBH Parnaíba, sob coordenação da Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SAS/ANA. O projeto envolve diversas atividades de planejamento, divulgação, comunicação, mobilização e organização de eventos, além de requisitos técnicos nas diferentes etapas deste projeto, as quais estão descritas a seguir.

### 6.1 Planejamento das Atividades

A *Contratada* deverá, após a celebração do contrato, de acordo com o cronograma definido pela *Contratante*, apresentar o planejamento de suas atividades. Nesse planejamento deverão ser detalhadas as estratégias, metodologias, prazos, recursos humanos, materiais para execução das atividades e entrega dos demais produtos previstos no Edital e seus Anexos.

Durante esta etapa de planejamento, a *Contratada* deverá proceder à mobilização das equipes chave e de apoio, organização do local de trabalho em Teresina-PI e realização de reunião de partida com a *Contratante*, conjuntamente com a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e seu Grupo de Apoio, além da elaboração e emissão de um Plano de Atividades.

O planejamento das atividades deverá abordar, minimamente: 1) as estratégias para identificação e mobilização dos atores potencialmente aptos a integrar o CBH Parnaíba (prefeituras, entidades associativas e representativas de usuários, organizações técnicas e de ensino, Organizações Não Governamentais etc.); 2) definição da abordagem e estratégias de relacionamento com cada segmento mobilizado; 3) estratégias de comunicação para divulgação e mobilização; 4) estratégias para mobilização dos formadores de opinião; 5) roteiros e cronograma de deslocamento e entrevistas a serem realizadas pelos mobilizadores; 6) estratégias e critérios a serem utilizados no recrutamento dos mobilizadores; e 7) metodologia de monitoramento e avaliação dos resultados, além daqueles exigidos no edital.

Informações sobre a composição e funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, além das regras do processo eleitoral, podem ser consultadas nas Deliberações CBH Parnaíba nº 2/2018 e nº 3/2019, respectivamente, disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/ana/pt-br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/cbh-parnaiba/arquivos/deliberacoes>.

## 6.2 Preparação do Material de Divulgação

A *Contratada* será responsável pela confecção e impressão de folders e o desenvolvimento de um website institucional para o CBH Parnaíba. A *Contratante* fornecerá o material digital que servirá de base, em formato vetorizado, tanto para a confecção dos folders quanto o desenvolvimento do website, incluindo a logomarca do Comitê.

Além disso, para a realização dos eventos previstos, a *Contratante* disponibilizará banners, frentes de palco e crachás, já confeccionados, que se encontram sob guarda da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.

O material de divulgação do CBH Parnaíba deverá ser produzido de acordo com as quantidades e especificações técnicas contidas no Quadro 2.

**Quadro 2.** Especificações e quantidades de material de divulgação a ser produzido.

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	Confecção de folders em A4, gramatura mínima de 150 g/m <sup>2</sup> papel couchê, com 2 dobras, impressão 4/4 cores.	Unid.	5.000
02	Desenvolvimento, registro, manutenção e hospedagem de um website institucional do CBH Parnaíba, para funcionamento provisório (um ano), em qualquer plataforma digital (PC, smartphones e tablets). O registro do website deverá ser realizado, preferencialmente, em domínio “.org.br”.	Unid.	1

Ao término do contrato, a administração do website institucional do CBH Parnaíba deverá ser repassada à *Contratante*, para garantia da manutenção de seu funcionamento.

## 6.3 Mobilização Social para Instalação do CBH Parnaíba

### 6.3.1 Estratégias de identificação e abordagem do público alvo.

A atuação dos mobilizadores deverá compreender visitas em todos os 277 municípios da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, listados no Quadro 1. As visitas deverão ser restritas ao universo de agentes e entidades passíveis de compor o CBH, divididos entre usuários em suas diversas modalidades (indústria, saneamento, irrigação, dessedentação animal, geração de energia elétrica, aquicultura, pesca e mineração), organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa com atuação na bacia e poder público municipal, conforme estabelecido pela Lei nº 9.433/1997 e Resolução CNRH nº 5/200.

Em função das dimensões da bacia, do curto espaço temporal de mobilização e da existência de poucos dados cadastrais sobre usuários de água e organizações da sociedade civil com atuação na bacia, o processo de mobilização deverá ser focado no seguinte público alvo: prefeituras municipais; entidades representativas de usuários de água; grandes usuários de água; instituições de ensino e/ou pesquisa; membros de colegiados de recursos hídricos e de meio ambiente; e associações e entidades sociais com atuação na bacia.

A *Contratante* disponibilizará os registros de cadastro de aproximadamente 600 instituições e entidades já visitadas na campanha de mobilização social realizada em 2020. Além disso, poderão ser também disponibilizadas as listas de presença de eventos realizados na bacia que tiveram como foco a gestão dos recursos hídricos.

Vale destacar que Coordenador Técnico do projeto deverá atuar também como um mobilizador social, principalmente quando se tratar de abordagens junto a grandes organizações e instituições existentes na bacia.

Nas visitas e entrevistas, os mobilizadores deverão distribuir o material de divulgação disponível (folders) e informar esse público acerca do processo de instalação do CBH Parnaíba e da importância da gestão da água na sua região e para a atividade que desenvolve, destacando o papel do comitê de bacia neste contexto. Nessa abordagem é fundamental o convencimento da necessidade de participação do público alvo nos Seminários Regionais, discriminados no subitem 6.4, além do apoio à sua divulgação. Deve ser ressaltado que nesses eventos será possível discutir e obter informações mais detalhadas sobre o processo de instalação do CBH Parnaíba.

Como última atividade das visitas, os mobilizadores deverão realizar o preenchimento de um formulário, a ser elaborado em conjunto com a *Contratante*, para levantamento dos dados das instituições entrevistadas. As informações obtidas se constituirão em insumo para atuação dos mobilizadores em futuros contatos para inscrição no processo eleitoral, além da preparação dos relatórios de mobilização.

Estando a entidade ou instituição visitada apta a se inscrever e de posse da documentação exigida, o mobilizador poderá também realizar a coleta dessas inscrições.



Existindo demanda por parte dos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados do Piauí, Ceará ou Maranhão, os mobilizadores também poderão prestar informações e distribuir material de interesse desses órgãos na área em que estiverem atuando.

### 6.3.2 Estratégias de comunicação social

O suporte de comunicação social deverá ser utilizado, fundamentalmente, para o relacionamento com a mídia, auxiliando na divulgação durante todo o processo de mobilização, com reforço à divulgação prévia dos eventos programados, especialmente os Seminários Regionais.

O relacionamento com a mídia consistirá no atendimento a jornalistas, utilização de fotos e vídeos para distribuição nos meios de comunicação da bacia, depoimentos dos atores envolvidos no processo de mobilização e oferecimento de pautas e entrevistas para a imprensa regional e especializada.

Deverão também ser criados perfis do CBH Parnaíba nas principais mídias sociais para divulgação das atividades de mobilização, além de contas no *Whatsapp* e *Telegram* para a criação de grupos de interesse para participação no Comitê. A atualização, no website do CBH Parnaíba, das informações relativas ao processo de mobilização, eventos a serem realizados, processo eleitoral e posse dos membros do Comitê também ficará a cargo da *Contratada* durante o período de vigência do contrato.

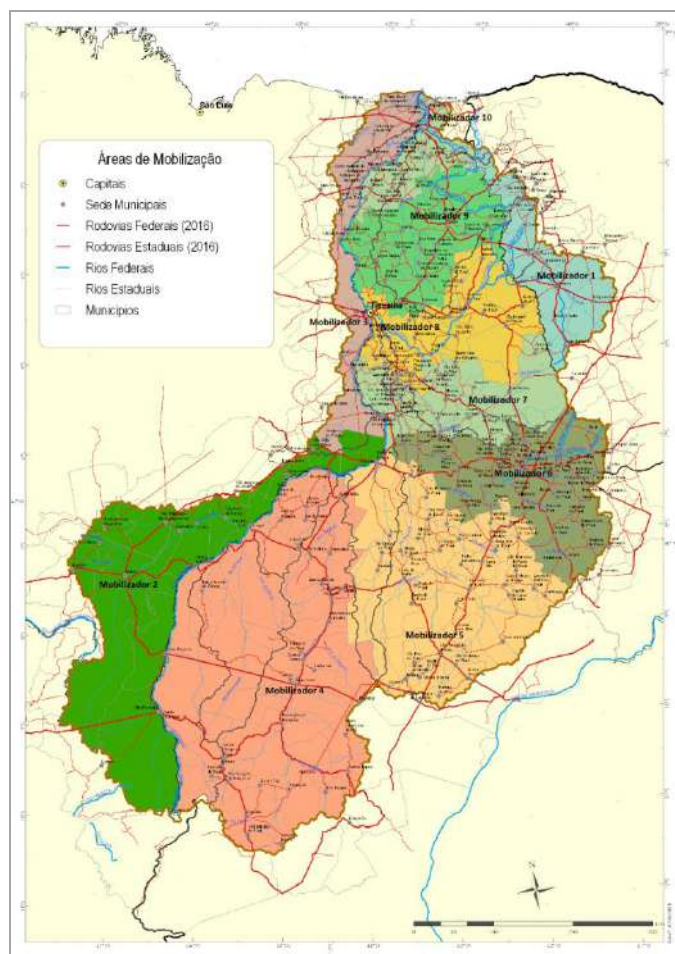
### 6.3.3 Distribuição dos mobilizadores

A partir de critérios como: divisão hidrográfica ou de gestão de recursos hídricos; logística (rodovias); distâncias para deslocamento; número de sedes municipais a serem visitadas; e tamanho das sedes municipais, os mobilizadores foram distribuídos **10 diferentes áreas de mobilização**. O objetivo de tal divisão é permitir uma abordagem uniforme em cada área, a partir de problemas locais, principalmente se o mobilizador selecionado em cada área possuir conhecimento mínimo sobre os aspectos, geográficos, sociais, econômicos e da área em que estiver atuando.

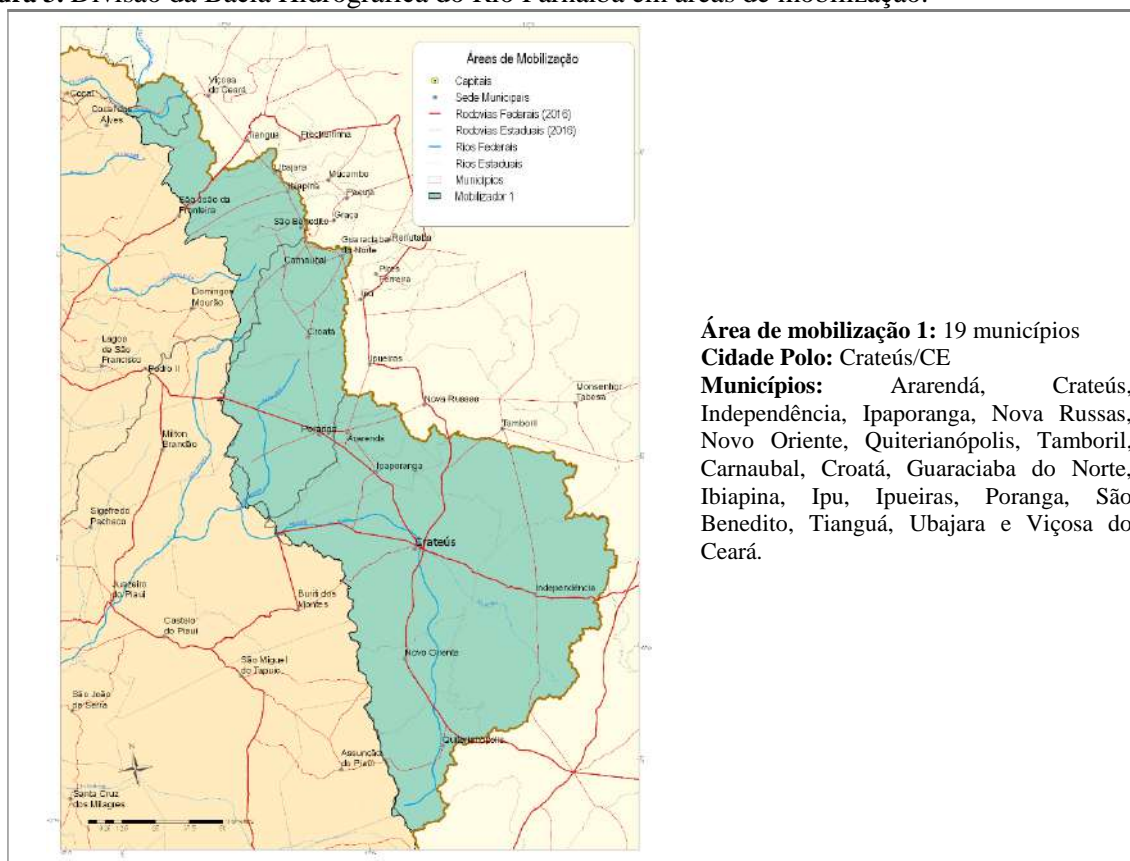
Também foram selecionadas **cidades polo** em cada uma das 10 áreas de mobilização, para o que foram considerados o porte, a centralidade e a facilidade de acesso às demais cidades. É a partir destas cidades polo que cada mobilizador deverá desenvolver suas atividades.

Cada mobilizador selecionado deverá atuar exclusivamente na área de mobilização para a qual foi selecionado, a não ser que permitido pela *Contratante* e desde que conste de nova proposta de distribuição, tecnicamente justificada, a ser apresentada no Plano de Atividades.

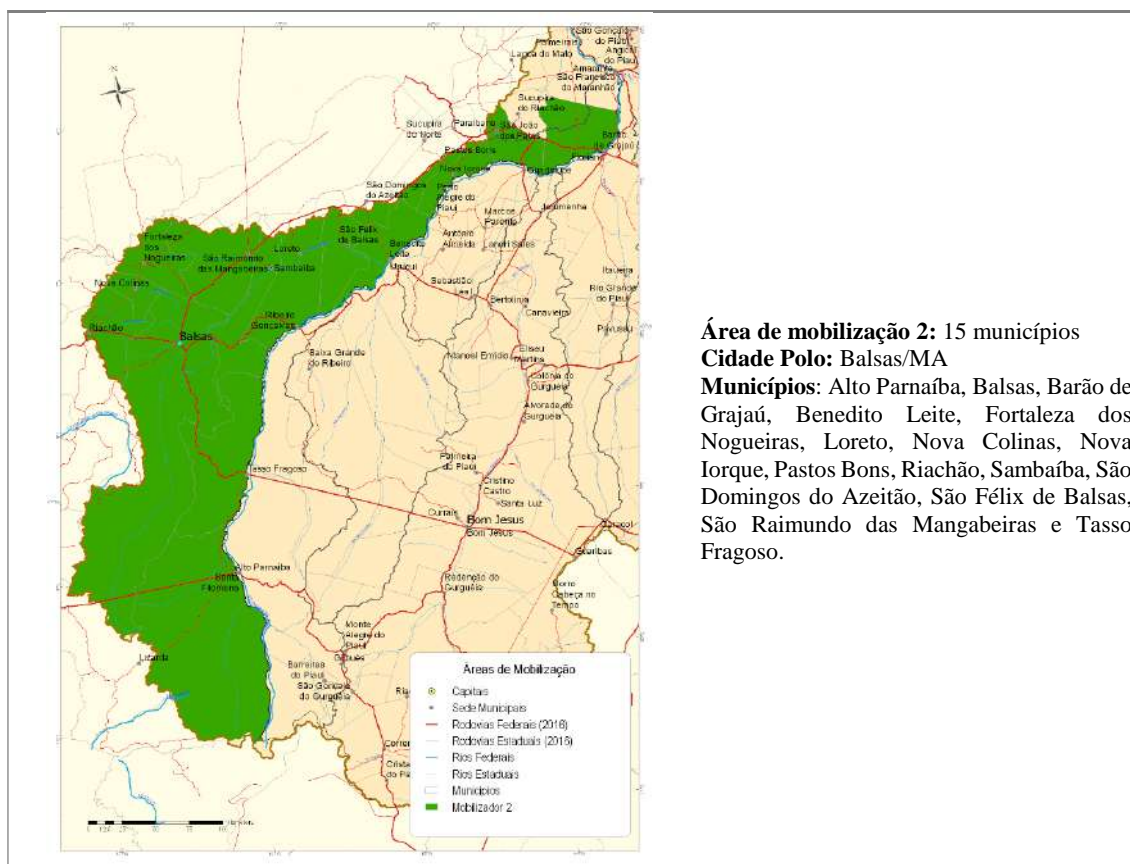
Na Figura 3 é apresentada a bacia hidrográfica do rio Parnaíba e a subdivisão em 10 áreas de mobilização, sendo uma no Ceará, duas no Maranhão e sete no Piauí. Nas Figuras 4 a 13 são apresentadas, em detalhes, cada uma das 10 áreas de mobilização, mostrando os municípios nelas inseridos e as cidades polo que foram selecionadas.



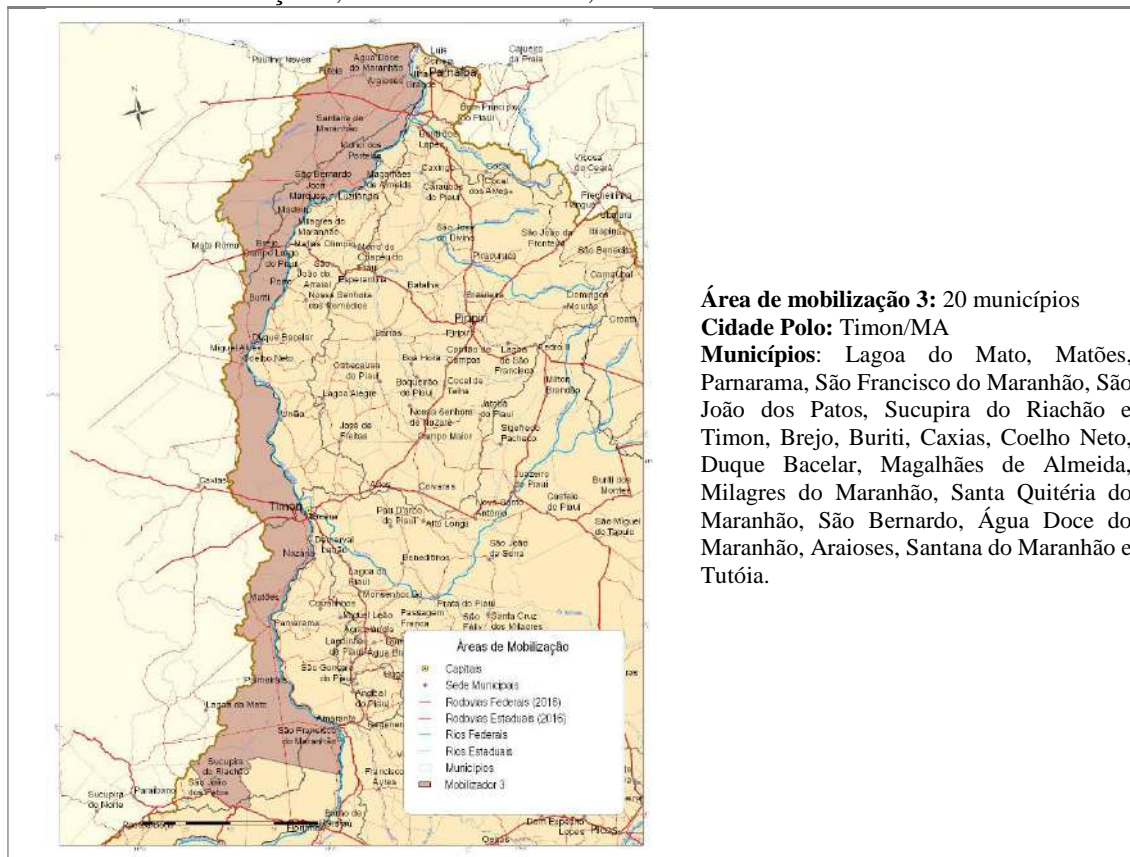
**Figura 3.** Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba em áreas de mobilização.



**Figura 4.** Área de mobilização 1, com base em Crateús, no Estado do Ceará.



**Figura 5.** Área de mobilização 2, com base em Balsas, no Estado do Maranhão.



**Figura 6.** Área de mobilização 3, com base em Timon, no Estado do Maranhão.

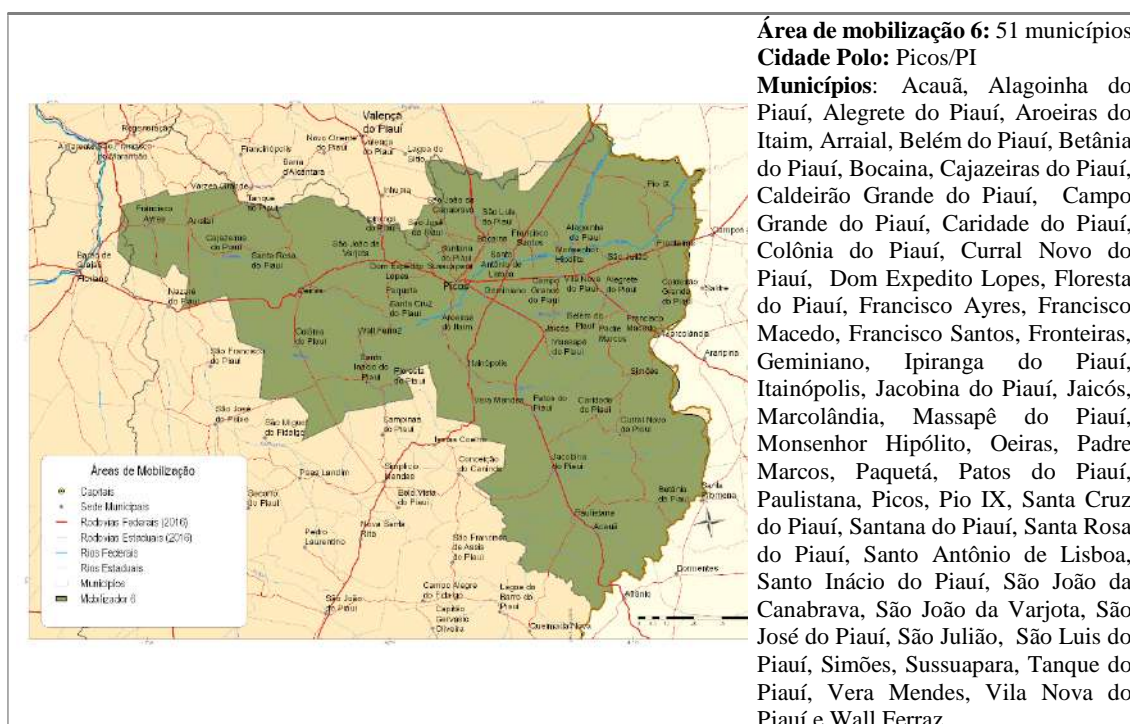




**Figura 7.** Área de mobilização 4, com base em Bom Jesus, no Estado do Piauí.

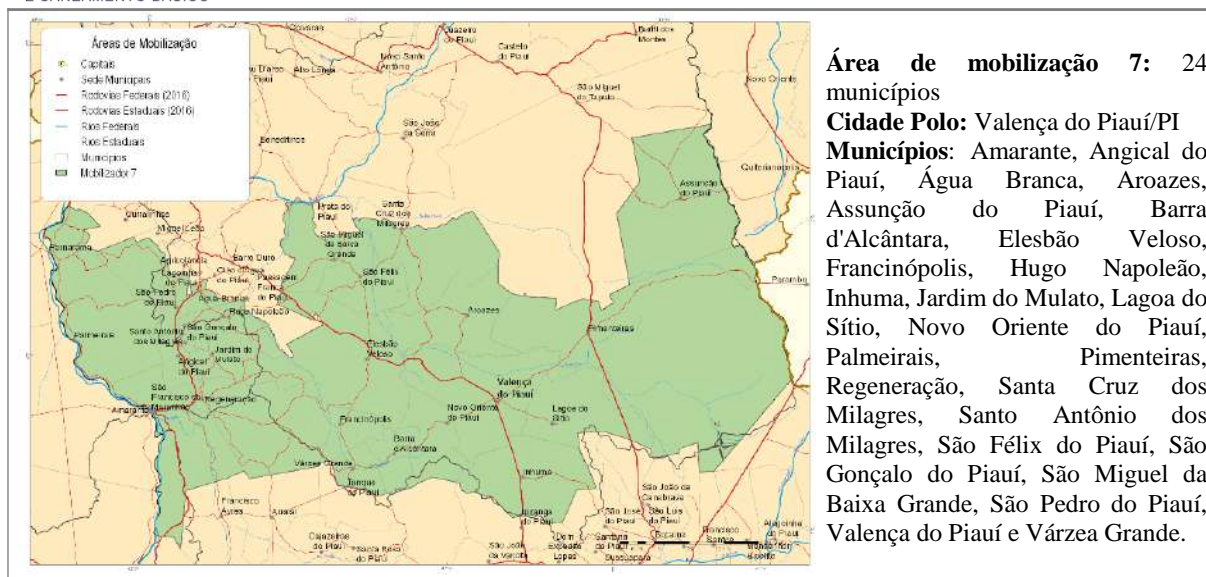


**Figura 8.** Área de mobilização 5, com base em São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí.

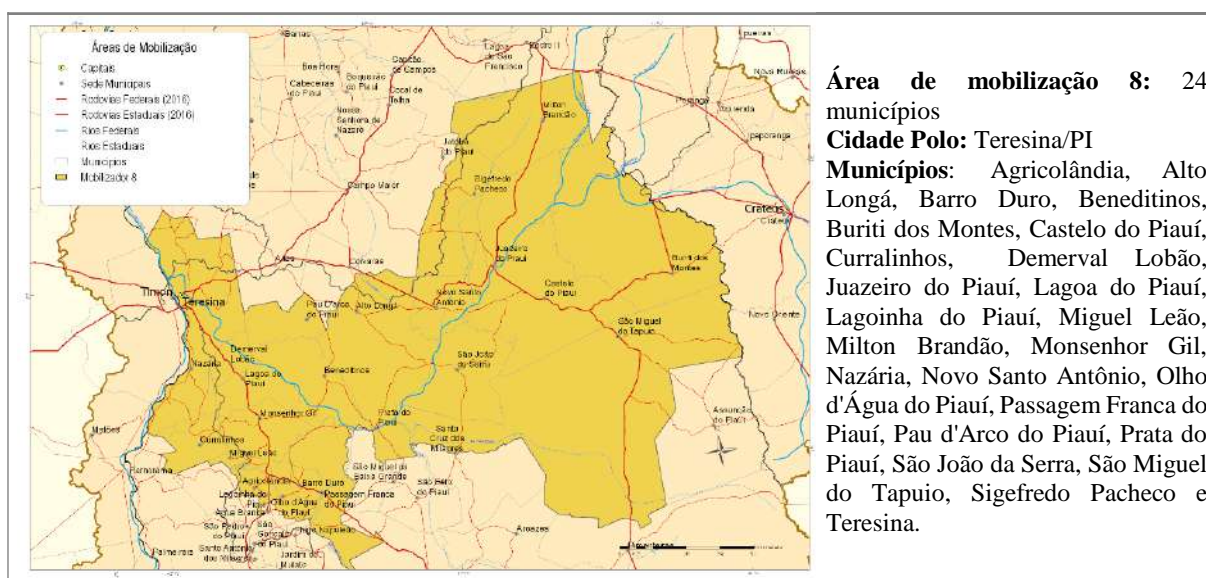


**Figura 9.** Área de mobilização 6, com base em Picos, no Estado do Piauí.



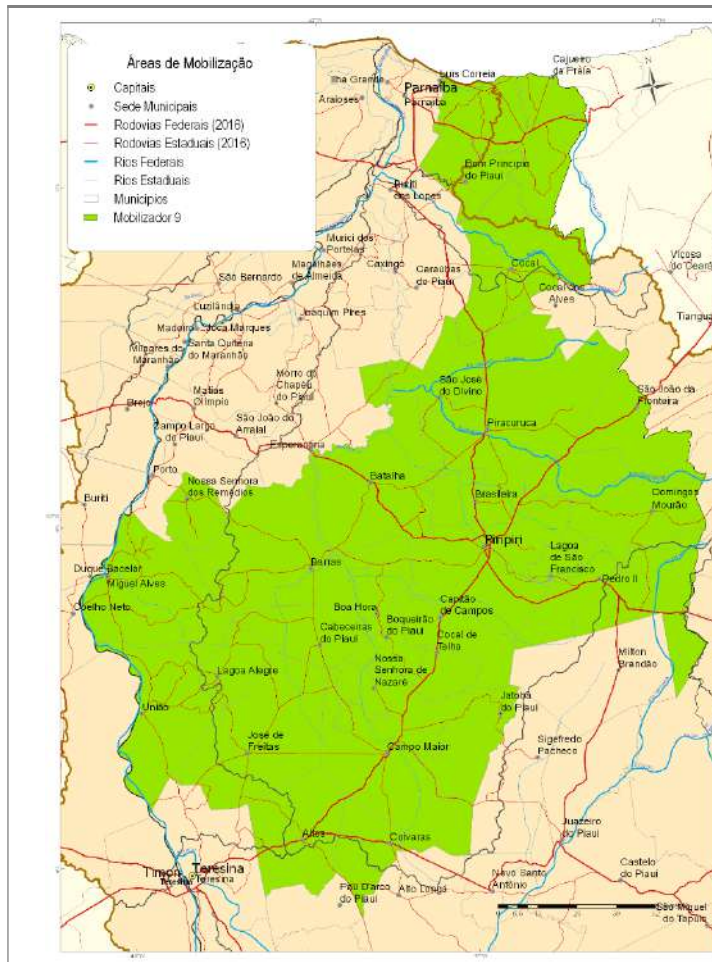


**Figura 10.** Área de mobilização 7, com base em Valença do Piauí, no Estado do Piauí.



**Figura 11.** Área de mobilização 8, com base em Teresina, no Estado do Piauí.



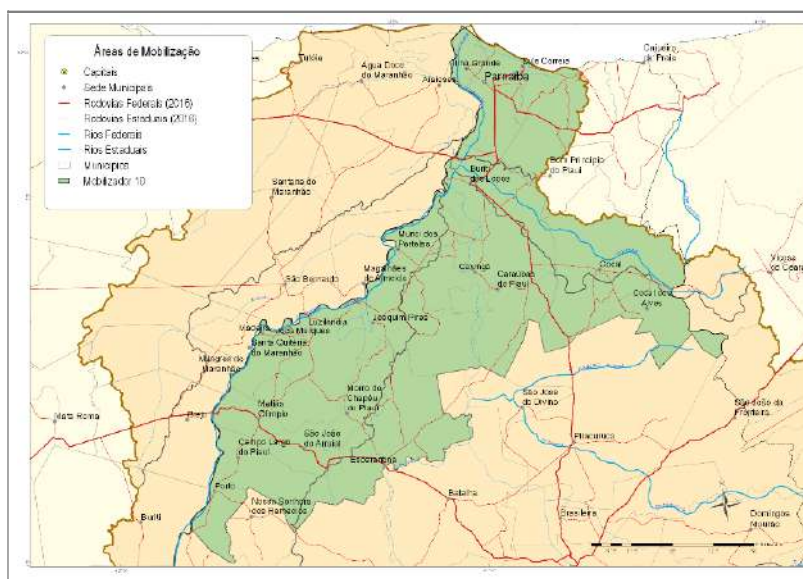


**Área de mobilização 9: 24 municípios**

**Cidade Polo:** Piripiri/PI

**Municípios:** Altos, Barras, Batalha, Boa Hora, Boqueirão do Piauí, Brasileira, Cabeceiras do Piauí, Campo Maior, Capitão de Campos, Cocal de Telha, Coivaras, Domingos Mourão, Jatobá do Piauí, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa de São Francisco, Miguel Alves, Nossa Senhora dos Remédios, Pedro II, Piracuruca, Piripiri, São João da Fronteira, São José do Divino e União.

**Figura 12.** Área de mobilização 9, com base em Piripiri, no Estado do Piauí.



**Área de mobilização 10: 20 municípios**

**Cidade Polo:** Parnaíba/PI

**Municípios:** Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Campo Largo do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Esperantina, Ilha Grande, Joaquim Pires, Joca Marques, Luís Correia, Luzilândia, Matias Olímpio, Morro do Chapéu do Piauí, Murici dos Portelas, Parnaíba, Porto e São João do Arraial.

**Figura 13.** Área de mobilização 10, com base em Parnaíba, no Estado do Piauí.

### 6.3.4 Treinamento e Suporte aos trabalhos de mobilização

Após a seleção dos mobilizadores, a *Contratada* deverá prover um treinamento de toda equipe envolvida do projeto. Nesse treinamento deverá ser contextualizado o escopo de todo trabalho a ser desenvolvido, além de contemplar temas específicos, tais como: estratégias de abordagem e mobilização do público alvo, estratégias de comunicação, caracterização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba e gestão de recursos hídricos no Brasil (políticas, sistemas de gestão, comitês etc.). O treinamento, com dois dias de duração, será realizado na cidade de Teresina/PI, sendo que a *Contratante* se responsabilizará pela disponibilização do local, material a ser utilizado e instrutores.

Como suporte ao adequado desenvolvimento dos trabalhos de campo, tanto pelas equipes de mobilização quanto pela coordenação, a *Contratada* deverá disponibilizar, minimamente:

- a) 11 (onze) veículos de passeio, econômicos com ar condicionado e proteção completa já inclusa, para deslocamento dos mobilizadores e da equipe-chave, este sob responsabilidade do coordenador técnico do projeto, durante todo o período de suas atividades, além do combustível necessário para a realização das visitas e participação nos eventos previstos;
- b) o custeio de refeições e hospedagem dos mobilizadores e da equipe-chave do projeto quando se fizerem necessários longos deslocamentos para realização de visitas e participação nos eventos previstos;
- c) 12 (doze) tablets com conectividade com Wi-Fi e 4G, câmera para fotos e gravação de vídeos para uso dos mobilizadores, do auxiliar administrativo e do coordenador técnico do projeto durante todo o período de suas atividades. Estes equipamentos devem ser preparados para registro das atividades executadas, cadastramento de entrevistas, realização de inscrições de interessados e contato entre as equipes de trabalho; e
- d) planos telefônicos de voz e dados para serem utilizados no tablets supracitados com, no mínimo, 25 Gb de internet e ligações ilimitadas durante todo o período de suas atividades.

### 6.4 Realização de 14 (quatorze) Seminários Regionais

#### 6.4.1 Objetivo e público alvo

O objetivo da realização dos Seminários Regionais é a divulgação do processo de instalação do CBH Parnaíba e o esclarecimento sobre sua importância e as formas de participação. Além disso, estes eventos também serão utilizados para coleta de inscrições ou pré-inscrições de interessados em participar do processo eleitoral para constituição do CBH Parnaíba.

Os eventos serão abertos a todos os interessados em conhecer e debater a gestão de recursos hídricos na bacia do rio Parnaíba. Entretanto, o esforço de mobilização para os eventos será dirigido ao universo de agentes e entidades passíveis de compor o CBH Parnaíba, divididos entre representantes de prefeituras municipais, usuários em suas diversas modalidades (indústria, saneamento, irrigação, dessedentação animal, geração de energia elétrica, aquicultura, pesca e mineração), instituições de ensino e pesquisa e organizações da sociedade civil com atuação na bacia e poder público municipal.

#### 6.4.2 Locais, duração e cronograma de realização dos Seminários

Serão realizados Seminários Regionais em 14 cidades, dentro da bacia hidrográfica do rio Parnaíba. Além das 10 cidades polo, por solicitação da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, serão realizados seminários em outras quatro cidades: São Benedito/CE, São Bernardo/MA, Castelo do Piauí/PI e Floriano/PI. No Quadro 2 estão listadas as 14 cidades onde serão realizados os Seminários Regionais e os respectivos Estados.

Os Seminários Regionais deverão ser realizados em meio período, com duração prevista de quatro horas.

**Quadro 3.** Cidades onde serão realizados os Seminários Regionais.

Cidade	Estado	Total
Crateús	Ceará	2
São Benedito		
Balsas	Maranhão	3
Timon		
São Bernardo		
Bom Jesus	Piauí	9
São Raimundo Nonato		
Floriano		
Picos		
Valença do Piauí		
Teresina		
Castelo do Piauí		
Piripiri		
Parnaíba		
<b>Total</b>		<b>14</b>

Os Seminários Regionais devem se iniciar cerca de dois meses após a realização do treinamento dos mobilizadores e consequente desencadeamento das atividades de campo. Um cronograma para sua realização deve ser proposto no Plano de Atividades, a partir da expectativa de desenvolvimento dos trabalhos em cada área de mobilização e ouvidas a *Contratante* e a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, podendo ser revisto em função do avanço das visitas e entrevistas, desde que seja manifestada concordância da *Contratante*.



#### 6.4.3 Conteúdo abordado e atividades a serem desenvolvidas

O conteúdo a ser abordado nos Seminários Regionais será voltado à informação detalhada sobre o processo de instalação e formas de participação no CBH Parnaíba, além da legislação de recursos hídricos, com ênfase nas atribuições e importância dos comitês de bacia para a gestão dos recursos hídricos. Os conteúdos a serem apresentados são de responsabilidade da *Contratante* e da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.

Além da palavra às autoridades presentes durante a abertura, também poderão ser apresentados temas locais relacionados a soluções e conflitos que envolvam os recursos hídricos, quer sejam em termos de quantidade e/ou qualidade da água.

Os mobilizadores de cada área também deverão aproveitar a realização dos seminários para coleta de inscrições ou pré-inscrições de interessados em participar do processo eleitoral para constituição do CBH Parnaíba.

#### 6.4.4 Suporte à realização dos Seminários

Além da presença de membros da Equipe-Chave e do Mobilizador responsável pela área onde será realizado o Seminário, a *Contratada* deverá disponibilizar a cada evento:

- a) Suporte nutricional, no formato de *coffee break*, para 100 pessoas, com a seguinte variedade de alimentos: água mineral, chocolate quente, café, leite, 2 tipos de chá, 2 tipos de sucos de frutas, 3 tipos de refrigerante (normal e dietético), 2 tipos de mini sanduíches, 3 tipos de salgados, pão ou biscoito de queijo, 1 tipo de bolo, 3 tipos de folheados recheados e salada de frutas. A cobertura deve ser completa, com o uso de xícaras de louça, copos/taças em vidro, garçom, copeira, mesas, toalhas etc. Alguns itens constantes deste suporte nutricional poderão ser substituídos para inserir elementos da culinária regional, desde que a alteração seja informada com antecedência e conte com a anuência do *Contratante*;
- b) Café (4 litros) e água mineral (40 litros), independente do suporte nutricional;
- c) 2 Recepcionistas, com dinamismo, boa postura, capacitado(a) e com experiência na atividade de recepção a eventos, com habilidade em lidar com pessoas e no trato com autoridades;
- d) 1 Mestre de Cerimônias, com conhecimento das regras protocolares e de cerimonial público, capacidade de improviso frente às mudanças repentinas do roteiro, bem como o acompanhamento das atividades de mestre de cerimônias, como roteiros, nominata de mesa, listas das autoridades da mesa, controle de água à mesa, microfones com fio e sem fio de mesa e da tribuna, juntamente com o técnico de som;
- e) Disponibilização de 4 porta banners, ajustáveis para banners de até 2,20 m de altura, garra de regulação de altura, engate rápido e tripé desmontável; e

- f) Registro audiovisual dos eventos para futura edição e produção de vídeo institucional do CBH Parnaíba. Deverão ser realizadas filmagem profissionais, com tratamento de imagens e áudio, envolvendo a participação do público e vídeo reportagens, além de imagens da região onde os eventos serão realizados. Os vídeos produzidos deverão ser entregues em formatos digitais, incluindo as imagens brutas liberadas para uso e edição pela contratante. Devem ser utilizados equipamentos como drone, microfone de lapela, iluminação em geral e câmeras com qualidade de cinema.

A *Contratante*, com apoio da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, se responsabilizará pela disponibilização dos locais e equipamentos audiovisuais necessários à realização dos eventos.

## 6.5 Realização de 03 (três) Reuniões Plenárias Setoriais

### 6.5.1 Objetivo e Público Alvo

O objetivo da realização dessas plenárias é a eleição de representantes dos diversos setores que participarão do CBH Parnaíba pelos seus pares. Dessas reuniões plenárias só poderão participar os interessados inscritos e habilitados para o processo eleitoral do CBH Parnaíba.

### 6.5.2 Locais, duração e cronograma de realização das Reuniões Plenárias

As Reuniões Plenárias Setoriais serão realizadas em 3 diferentes cidades da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, sendo uma em cada Estado da bacia, como pode ser observado no Quadro 4. A duração das reuniões é estimada em 4 horas, podendo haver um prolongamento de até 2 horas para sua finalização.

**Quadro 4.** Cidades onde serão realizadas as Reuniões Plenárias Setoriais.

Cidade	Estado	Total
Crateús	Ceará	1
Timon	Maranhão	1
Teresina	Piauí	1
<b>Total</b>		3

As Reuniões Plenárias Setoriais deverão ocorrer em até 30 dias após a finalização dos Seminários Regionais. Um cronograma para a realização dessas reuniões deve ser proposto no Plano de Atividades, a partir da expectativa de desenvolvimento das atividades anteriores e da facilidade de organização podendo ser revisto desde que seja manifestada concordância da *Contratante*.

### 6.5.3 Conteúdo abordado e atividades a serem desenvolvidas

Nas Reuniões Plenárias Setoriais serão abordadas apenas as regras para divisão dos grupos de interesse e orientações para negociação e consequente processo seleção dos membros do CBH Parnaíba em cada Estado. A condução das reuniões é de responsabilidade da *Contratante* e da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.

Espera-se que, ao final, sejam definidos pelos presentes nas reuniões plenárias de cada Estado, os membros do CBH Parnaíba que representarão os setores usuários, da sociedade civil organizada e do poder público municipal.

#### 6.5.4 Suporte à realização das Reuniões Plenárias Setoriais

Das reuniões plenárias deverão participar integrantes da Equipe-Chave, podendo ser convidados os Mobilizadores envolvidos nas atividades do Estado onde se realizar a reunião.

Para cada reunião, além da equipe de trabalho supracitada a *Contratada* também deverá disponibilizar:

- a) Suporte nutricional, no formato de *coffee break*, para 450 pessoas (sendo 100 pessoas na reunião plenária no Estado do Ceará, 100 pessoas na reunião plenária do Maranhão e 250 pessoas na reunião do Piauí). A variedade de alimentos a ser ofertada deve ter: água mineral, chocolate quente, café, leite, 2 tipos de chá, 2 tipos de sucos de frutas, 3 tipos de refrigerante (normal e dietético), 2 tipos de mini sanduíches, 3 tipos de salgados, pão ou biscoito de queijo, 1 tipo de bolo, 3 tipos de folheados recheados e salada de frutas. A cobertura deve ser completa, com o uso de xícaras de louça, copos/taças em vidro, garçom, copeira, mesas, toalhas etc. Alguns itens constantes deste suporte nutricional poderão ser substituídos para inserir elementos da culinária regional, desde que a alteração seja informada com antecedência e conte com a anuência do *Contratante*;
- b) Café (4 litros) e água mineral (40 litros), independente do suporte nutricional;
- c) 2 recepcionistas, com dinamismo, boa postura, capacitado(a) e com experiência na atividade de recepção a eventos, com habilidade em lidar com pessoas e no trato com autoridades;
- d) Disponibilização de 4 porta banners, ajustáveis para banners de até 2,20 m de altura, garra de regulação de altura, engate rápido e tripé desmontável; e
- e) Registro audiovisual dos eventos para futura edição e produção de vídeo institucional do CBH Parnaíba. Deverão ser realizadas filmagem profissionais, com tratamento de imagens e áudio, envolvendo a participação do público e vídeo reportagens, além de imagens da região onde os eventos serão realizados. Os vídeos produzidos deverão ser entregues em formatos digitais, incluindo as imagens brutas liberadas para uso e edição pela contratante. Devem ser utilizados equipamentos como drone, microfone de lapela, iluminação em geral e câmeras com qualidade de cinema; e
- f) Ônibus, com motorista, com capacidade para 40 assentos ou superior, com ar condicionado, direção hidráulica, sistema de som, TV, frigobar, banheiro, bagageiro, ano de fabricação igual ou superior a 2015. Seguro total incluído, com cobertura dos riscos derivados de circulação correspondentes, hospedagem, alimentação do motorista, assim como o combustível sob a responsabilidade da *Contratada*. Os trechos a serem percorridos, assim como as respectivas estimativas de distâncias, encontram-se no Quadro 4.



**Quadro 5.** Trechos e distâncias a serem percorridos de ônibus para transporte dos habilitados a participar das reuniões plenárias setoriais do CBH Parnaíba.

<b>Trechos</b>	<b>km</b>
São Benedito/Crateús/São Benedito	1.142
Balsas/Timon/Balsas	752
Araioses/Timon/Araioses*	408
Bom Jesus/Teresina/Bom Jesus	1.210
Floriano/Teresina/Floriano	496
São Raimundo Nonato/Teresina/São Raimundo Nonato	1.044
Picos/Teresina/Picos	628
Valença do Piauí/Teresina/Valença do Piauí	432
Castelo do Piauí/Teresina/Castelo do Piauí	378
Piripiri/Teresina/Piripiri	330
Parnaíba/Teresina/Parnaíba	676
<b>Total estimado (km)</b>	<b>7.496</b>

\*Apesar do Seminário Regional ser realizado em São Bernardo/MA, considerou-se como ponto de partida e destino final a cidade de Araioses/MA, com passagem por São Bernardo/MA, para atender os representantes maranhenses homologados que residam mais ao norte da bacia.

Considerando que serão 11 (onze) pontos de partida/chegada e apenas 3 (três) locais de destino, onde serão realizadas as Reuniões Plenárias Setoriais, há que se prever a utilização simultânea dos ônibus fretados.

A *Contratante*, com apoio da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, se responsabilizará pela disponibilização dos locais e equipamentos audiovisuais necessários à realização das reuniões.

## **6.6 Realização da Assembleia Geral de Instalação e Posse**

### **6.6.1 Objetivo e Público Alvo**

O objetivo da realização dessa assembleia é dar posse aos membros eleitos e indicados, titulares e suplentes, do CBH Parnaíba; deliberar a aprovação do Regimento Interno do Comitê; e eleger sua nova diretoria. Finalizada a Assembleia Geral, o CBH Parnaíba passa a ser considerado “instalado”.

Da Assembleia Geral participarão, além dos membros eleitos e indicados que tomarão posse, autoridades e convidados.

### **6.6.2 Local, duração e cronograma de realização da Assembleia Geral**

A Assembleia Geral será realizada na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, sendo sua duração estimada em 4 horas, com posterior tempo dedicado ao coquetel de confraternização. Deverá ocorrer em até 30 dias após as Reuniões Plenárias Setoriais. A previsão da data para sua realização deve ser proposta no Plano de Atividades a partir da expectativa de desenvolvimento das atividades anteriores e da facilidade de organização, podendo ser revisto desde que seja manifestada concordância da *Contratante*.

#### **6.6.3 Conteúdo abordado e atividades a serem desenvolvidas**

Na Assembleia Geral, além da posse formal dos membros do CBH Parnaíba, deverá ser apresentada, discutida e deliberada a proposta de Regimento Interno do Comitê e eleita, pelos membros, sua nova diretoria.

Espera-se que, ao final, tenha sido dada posse a todos os membros do CBH Parnaíba; que o Comitê tenha seu Regimento Interno aprovado; e que uma nova diretoria tenha sido eleita entre seus membros.

#### **6.6.4 Suporte à realização da Assembleia Geral**

Da Assembleia Geral deverão participar todos os membros da Equipe-Chave. Além disso, a *Contratada* também deverá disponibilizar:

- a) Suporte nutricional 1, no formato de *coffee break*, para 150 pessoas, com a seguinte variedade de alimentos a ser ofertada: água mineral, chocolate quente, café, leite, 2 tipos de chá, 2 tipos de sucos de frutas, 3 tipos de refrigerante (normal e dietético), 2 tipos de mini sanduíches, 3 tipos de salgados, pão ou biscoito de queijo, 1 tipo de bolo, 3 tipos de folhados recheados e salada de frutas. A cobertura deve ser completa, com o uso de xícaras de louça, copos/taças em vidro, garçom, copeira, mesas, toalhas etc. Alguns itens constantes deste suporte nutricional poderão ser substituídos para inserir elementos da culinária regional, desde que a alteração seja informada com antecedência e conte com a anuência do *Contratante*;
- b) Suporte nutricional 2, no formato de coquetel, para 150 pessoas, com a seguinte variedade de alimentos a ser ofertada: suco de fruta (02 tipos); refrigerante (02 tipos); coquetel de frutas e até 10 (dez) tipos dos seguintes itens (sugestões): canapés frios variados, mousse de gorgonzola, mousse de salmão, folhados de bacon com ameixa, mini-quiche de espinafre, pastel assado de camarão, trouxinhas de palmito, tarteletes com creme de bacalhau, tarteletes com creme de aspargos, delícia de queijo, cascatas de ovos de codorna com molho americano, croquetes de frangos com catupiry. A cobertura deve ser completa, com o uso de xícaras de louça, copos/taças em vidro, garçom, copeira, mesas, toalhas etc. Alguns itens constantes deste suporte nutricional poderão ser substituídos para inserir elementos da culinária regional, desde que a alteração seja informada com antecedência e conte com a anuência do *Contratante*;
- c) Café (4 litros) e água mineral (40 litros), independente do suporte nutricional;

- d) 2 recepcionistas, com dinamismo, boa postura, capacitado(a) e com experiência na atividade de recepção a eventos, com habilidade em lidar com pessoas e no trato com autoridades;
- e) 1 Mestre de Cerimônias, com conhecimento das regras protocolares e de cerimonial público, capacidade de improviso frente às mudanças repentinas do roteiro, bem como o acompanhamento das atividades de mestre de cerimônias, como roteiros, nominata de mesa, listas das autoridades da mesa, controle de água à mesa, microfones com fio e sem fio de mesa e da tribuna, juntamente com o técnico de som;
- f) Disponibilização de 4 porta banners, ajustáveis para banners de até 2,20 m de altura, garra de regulação de altura, engate rápido e tripé desmontável; e
- g) Registro audiovisual dos eventos para futura edição e produção de vídeo institucional do CBH Parnaíba. Deverão ser realizadas filmagem profissionais, com tratamento de imagens e áudio, envolvendo a participação do público e vídeo reportagens, além de imagens da região onde os eventos serão realizados. Os vídeos produzidos deverão ser entregues em formatos digitais, incluindo as imagens brutas liberadas para uso e edição pela contratante. Devem ser utilizados equipamentos como drone, microfone de lapela, iluminação em geral e câmeras com qualidade de cinema.

A *Contratante*, com apoio da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, se responsabilizará pela disponibilização dos locais e equipamentos audiovisuais necessários à realização da Assembleia de Posse.

## **6.7 Realização de Oficina de Planejamento**

### **6.7.1 Objetivo e Público Alvo**

O objetivo da realização desta oficina é a construção de uma agenda de trabalho e estabelecimento de metas para atuação do CBH Parnaíba para os próximos 2 ou 3 anos após a posse de seus membros.

A participação na oficina deve ser restrita aos membros eleitos, titulares e suplentes, do CBH Parnaíba além de instrutores e moderadores que serão disponibilizados pela *Contratante*.

### **6.7.2 Local, duração e cronograma de realização da Oficina de Planejamento**

A Oficina de Planejamento deverá ser realizada na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, sendo sua duração estimada em 2 dias inteiros (8 horas/dia) e deverá ser realizada no dia seguinte à Assembleia Geral do CBH Parnaíba.

### **6.7.3 Conteúdo abordado e atividades a serem desenvolvidas**



Na Oficina de Planejamento deverá ser apresentada e discutida a importância do planejamento das atividades para um comitê de bacia, além de conceitos e exemplos de planejamento já realizados.

As bases da construção de uma “agenda de trabalho” para o CBH Parnaíba deverão ser extraídas do Acordo de Cooperação Técnica para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, firmado entre o Governo Federal; os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará; e os Comitês de Bacia com atuação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Espera-se que, ao final desta oficina, o CBH Parnaíba disponha de uma agenda de trabalho para o curto prazo que forneça as bases para a efetivação da gestão integrada de recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

#### **6.7.4 Suporte à realização da Oficina de Planejamento**

A Equipe-Chave deverá participar da realização da Oficina de Planejamento. Além disso, a *Contratada* também deverá disponibilizar:

- a) Suporte nutricional 1, no formato de *coffee break*, para 400 pessoas (100 pessoas por período), com a seguinte variedade de alimentos a ser ofertada: água mineral, chocolate quente, café, leite, 2 tipos de chá, 2 tipos de sucos de frutas, 3 tipos de refrigerante (normal e dietético), 2 tipos de mini sanduíches, 3 tipos de salgados, pão ou biscoito de queijo, 1 tipo de bolo, 3 tipos de folheados recheados e salada de frutas. A cobertura deve ser completa, com o uso de xícaras de louça, copos/taças em vidro, garçom, copeira, mesas, toalhas etc. Alguns itens constantes deste suporte nutricional poderão ser substituídos para inserir elementos da culinária regional, desde que a alteração seja informada com antecedência e conte com a anuência do *Contratante*;
- b) Café (8 litros, sendo 4 litros por dia) e água mineral (80 litros, sendo 40 litros por dia), independente do suporte nutricional;
- c) 2 recepcionistas, com dinamismo, boa postura, capacitado(a) e com experiência na atividade de recepção a eventos, com habilidade em lidar com pessoas e no trato com autoridades; e
- d) Disponibilização de 4 porta banners, ajustáveis para banners de até 2,20 m de altura, garra de regulagem de altura, engate rápido e tripé desmontável; e
- e) Registro audiovisual dos eventos para futura edição e produção de vídeo institucional do CBH Parnaíba. Deverão ser realizadas filmagem profissionais, com tratamento de imagens e áudio, envolvendo a participação do público e vídeo reportagens, além de imagens da região onde os eventos serão realizados. Os vídeos produzidos deverão ser entregues em formatos digitais, incluindo as imagens brutas liberadas para uso e edição pela contratante. Devem ser utilizados equipamentos como drone, microfone de lapela, iluminação em geral e câmeras com qualidade de cinema.

A *Contratante*, com apoio da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, se responsabilizará pela disponibilização dos locais e equipamentos audiovisuais necessários à realização das reuniões.

#### **6.8 Produção de Vídeo Institucional**

Deverá ser produzido um institucional do CBH Parnaíba utilizando-se, prioritariamente, o material produzido nos registros audiovisuais dos eventos, como previsto no subitens 6.4 a 6.7, devendo ter duração entre 5 e 10 minutos. Deverá incluir ainda legendas, efeitos digitais, elaboração de trilha sonora, serviços de locução e menu personalizado.

Deverá ser entregue em formato digital, com a identificação dos eventos, locais, cidades, estados e datas, conjuntamente o material bruto, utilizado para sua produção.

## 7. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

Com o objetivo de organizar, dar ciência do desenvolvimento e auxiliar no controle dos serviços que serão prestados, a *Contratada* deverá entregar à *Contratante* **4 (quatro) Produtos Parciais (PPs)**: Plano de Atividades (Produto Parcial 1 – PP1); Relatório de Mobilização I (Produto Parcial 2 – PP2); Relatório de Mobilização II (Produto Parcial 3 - PP3); Relatório de Mobilização III (Produto Parcial 4 - PP4) e **2 (dois) Produtos Finais (PFs)**: Relatório Final do Processo de Instalação do CBH e Vídeo Institucional do CBH Parnaíba, os quais serão descritos na sequência.

### 7.1 Produtos Parciais (PPs)

São produtos apresentados com resultados parciais alcançados com a conclusão parcial ou completa de um ou mais blocos de serviços, listados no Item 6.

De acordo com as indicações do item 6 deste Projeto Básico, onde são detalhados os serviços a serem fornecidos, o Quadro 6 apresenta os produtos parciais que deverão ser apresentados ao longo dos trabalhos de mobilização para instalação do CBH Parnaíba.

**Quadro 6.** Produtos parciais esperados.

Produto	Serviços Correspondentes	Prazo de Conclusão
PP1 – Plano de Atividades	6.1	30º dia
PP2 – Material de Divulgação e Relatório de Mobilização I	6.2 e 6.3	60º dia
PP3 – Relatório de Mobilização II	6.3	90º dia
PP4 – Relatório de Mobilização III	6.3 e 6.4	130º dia

#### 7.1.1 Plano de Atividades (PP1)

O Plano de Atividades, primeiro produto a ser entregue pela *Contratada*, cuja descrição remete ao subitem 6.1, deve ser elaborado de forma a contemplar as estratégias, metodologias, prazos, recursos humanos e materiais para execução das atividades e da entrega dos demais produtos.

O PP1 deve se diferenciar de uma simples transcrição das informações prestadas no Projeto Básico ou na proposta que a *Contratada* terá apresentado no processo licitatório. Considera-se de fundamental importância a apresentação de anexos com os registros (fotos, listas de presença etc.) das reuniões externas e/ou eventos realizados com o objetivo de elaborar o Plano de Atividades.

O PP1 deverá ser apresentado em formato digital (arquivos em formatos Adobe Reader e pacote Office), em tamanho A4, podendo-se fazer uso do tamanho A3 para a apresentação de mapas, desenhos, fluxogramas, quadros ou tabelas quando assim se entender necessário.

### **7.1.2 Material de Divulgação e Relatório de Mobilização I (PP2)**

O PP2 consiste na entrega do material de divulgação, previsto no subitem 6.2 e na elaboração de um relatório parcial de desenvolvimento dos serviços constantes do subitem 6.3, que trata do processo de mobilização propriamente dito.

O material de divulgação que deverá ser produzido no processo de mobilização social para instalação CBH Parnaíba (website e folders) tem suas especificações detalhadas no Quadro 2, do subitem 6.2, sendo exigida sua entrega total previamente ao treinamento dos mobilizadores. Outros materiais utilizados, tais como banners, cartazes, crachás e frentes de palco, serão fornecidos pela *Contratante*.

O Relatório Parcial I deverá ser apresentado de forma sucinta, abordando o processo de contratação e treinamento dos mobilizadores sociais, discriminando os insumos disponibilizados para o desenvolvimento das atividades de campo. Além disso, deve abordar também as atividades iniciais desenvolvidas em campo, destacando as visitas, inscrições e pré-inscrições realizadas, oportunidades e dificuldades encontradas pelos mobilizadores.

Deste relatório devem constar os registros (fotos, listas de presença etc.) das reuniões externas e/ou eventos realizados até a entrega do PP2, além dos cadastros das entrevistas realizadas até o momento de seu fechamento. Este relatório deverá ser apresentado em formato digital (arquivos em formatos Adobe Reader e pacote Office), em tamanho A4, podendo-se fazer uso do tamanho A3 para a apresentação de mapas, desenhos, fluxogramas ou quadros e tabelas, quando assim se entender necessário.

### **7.1.3 Relatório de Mobilização II (PP3)**

O PP3 consiste na elaboração de um relatório parcial de desenvolvimento dos serviços constantes do subitem 6.3, que trata do processo de mobilização propriamente dito. Neste relatório deverão ser discriminadas todas as atividades desenvolvidas pela *Contratada* no período compreendido entre a entrega do PP2 e o fechamento do PP3.

Considera-se de fundamental importância elaboração de curvas de avanço do trabalho de mobilização, tanto por áreas de mobilização como para toda a bacia do Parnaíba. A descrição das incertezas e dificuldades encontradas no trabalho de campo também deverão ser reportadas, assim como as soluções utilizadas ou propostas.

Nos anexos do PP3, além da apresentação dos registros (fotos, listas de presença etc.) das reuniões externas e/ou eventos realizados, deverão constar, obrigatoriamente, todos os cadastros das entrevistas, inscrições e pré-inscrições realizadas até o momento de seu fechamento.



O PP3 deverá ser apresentado em formato digital (arquivos em formatos Adobe Reader e pacote Office), em tamanho A4, podendo-se fazer o uso do tamanho A3 para a apresentação de mapas, desenhos, fluxogramas, quadros ou tabelas, quando assim se entender necessário.

#### 7.1.4 Relatório de Mobilização III (PP4)

O PP4 consiste na elaboração de relatório que contempla o fechamento dos serviços constantes do subitem 6.3 e a execução completa do subitem 6.4, que trata da realização dos Seminários Regionais. Neste relatório deverão ser discriminadas todas as atividades desenvolvidas pela *Contratada* no período compreendido entre a entrega do PP3 e o fechamento do PP4, incluindo-se aí uma primeira **análise crítica** da efetividade processo de mobilização social.

Para além do número de entrevistas realizadas, cadastros preenchidos e inscrições realizadas, será possível aferir a efetividade do processo de mobilização por meio do público presente nos Seminários Regionais, tanto em quantidade como em qualidade de representação, o que pode se traduzir em potenciais habilitações no processo eleitoral do CBH Parnaíba. A outra forma de aferição, que deverá constar apenas do Produto Final (PF), diz respeito ao número final de inscritos e de habilitados para participar das Plenárias Setoriais do CBH Parnaíba.

A atualização das curvas de avanço citadas no PP3 é considerada fundamental, assim como a descrição das estratégias utilizadas para superar eventuais dificuldades enfrentadas, servindo de referência para processos similares a serem desenvolvidos futuramente.

Nos anexos do PP4, além da apresentação dos registros (fotos, listas de presença etc.) das reuniões externas e dos eventos realizados, deverão constar, obrigatoriamente, os cadastros das entrevistas, inscrições e pré-inscrições realizadas após a edição do PP3.

O PP4 deverá ser apresentado em formato digital (arquivos em formatos Adobe Reader e pacote Office), em tamanho A4, podendo-se fazer uso do tamanho A3 para a apresentação de mapas, desenhos, fluxogramas, quadros ou tabelas, quando assim se entender necessário.

#### 7.2 Produtos Finais (PFs)

Como Produtos Finais, deverão ser apresentados: o Relatório Final do Processo de Instalação do CBH (RF) e o Vídeo Institucional do CBH Parnaíba (VD).

**Quadro 7.** Produtos finais esperados.

Produto	Serviços Correspondentes	Prazo de Conclusão
RF – Relatório Final	6.1 a 6.7	180º dia
VD – Vídeo Institucional do CBH Parnaíba	6.8	180º dia

### **7.2.1 Relatório Final do Processo de Instalação do CBH Parnaíba (RF)**

Após a realização da Oficina de Planejamento do CBH Parnaíba (subitem 6.7) a *Contratada* deverá entregar um Relatório Final descrevendo todas as atividades desenvolvidas, resultados, produtos entregues e análise final da execução do Projeto.

Considera-se fundamental que conste deste relatório uma análise crítica de todo o processo de mobilização social, incluindo resultados quantitativos e qualitativos, discriminados para cada uma das 10 áreas de mobilização, por Estado e para a bacia do Parnaíba. O número de entrevistas realizadas, a participação nos Seminários, os números de inscrições e de habilitados a habilitados para participar das Plenárias Setoriais, deverão ser o ponto de partida para avaliar a efetividade de todo o processo de mobilização. Sugestões para futuros processos de mobilização social para instalação de comitês de bacia, a partir da experiência do CBH Parnaíba, também deverão ter lugar neste relatório.

Nos anexos deste RF deverão constar todos os registros de reuniões e eventos realizados (fotos, vídeos, listas de presença etc.) durante o processo de mobilização, além de todos os cadastros das entrevistas realizadas.

O RF deverá ser apresentado em formato digital (arquivos em formatos Adobe Reader e pacote Office), em tamanho A4, podendo-se fazer uso do tamanho A3 para a apresentação de mapas, desenhos, fluxogramas, quadros ou tabelas, quando assim se entender necessário.

### **7.2.2 Vídeo Institucional do CBH Parnaíba (VD)**

Ao final do processo, a *Contratada* deverá entregar um Vídeo Institucional do CBH Parnaíba, como discriminado no subitem 6.8.

O vídeo deverá utilizar, prioritariamente, o material produzido nos registros audiovisuais dos eventos realizados. Com duração entre 5 e 10 minutos, o vídeo deverá ser produzido com legendas, efeitos digitais, elaboração de trilha sonora, serviços de locução e menu personalizado.

O roteiro do vídeo deverá ser elaborado a partir de *briefing* com a equipe indicada pela *Contratante* e Diretoria Provisória do CBH Parnaíba. A *Contratada* deverá entregar o vídeo em formato digital, com versões para utilização em mídias sociais.

A *Contratante* deterá o direito de uso sobre o vídeo produzido pela *Contratada*, que deve repassar todo o material produzido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

## **8. EQUIPE TECNICA REQUERIDA E PERFIL DA EMPRESA**

### **8.1 Equipe-Chave**

Entende-se por Equipe-Chave o conjunto de profissionais de nível superior que, cada um em sua especialidade, estará à frente das atividades de projeto organizando os trabalhos,

orientando as equipes de apoio, definindo metodologias e procedimentos a serem aplicados, realizando atividades, avaliando e interpretando os resultados obtidos, respondendo por sua área de especialização e participando de reuniões técnicas com a equipe da *Contratante*.

Para efeitos de habilitação e classificação das propostas e responsabilização pelas atividades desenvolvidas, serão considerados apenas os currículos da Equipe-Chave.

Em caso de necessidade de substituição de qualquer profissional, membro da Equipe-Chave, no decorrer do contrato, será exigido perfil semelhante ou superior, comprovado por *curriculum vitae* e aprovado pela *Contratante*.

A Equipe-Chave deverá ser constituída pelos seguintes profissionais:

**a) Um (01) Coordenador Técnico**

Profissional de nível superior com **no mínimo 15 anos de experiência** profissional e que tenha experiência comprovada na coordenação técnica de projetos nas áreas de mobilização social, recursos hídricos ou comunicação social.

Este profissional será o responsável pela coordenação dos trabalhos com capacidade para responder pelas partes logística, técnica, financeira e administrativa do contrato, bem como para assumir a representação da *Contratada* perante a *Contratante* em todos os assuntos relativos à execução dos serviços contratados, devendo assinar a Declaração de Coordenador (Anexo VI) e o Termo de Compromisso (Anexo VII).

Deverá atuar durante todo o período do contrato, com dedicação estimada em 176 horas/mês **(40 horas semanais) nos primeiros quatro meses de serviços** e 88 horas/mês **(20 horas semanais) nos dois últimos meses**. Será responsável por organizar contatos, articular questões logísticas, compilar e analisar os resultados. Além disso, será o responsável por todo o monitoramento das ações e pelo compartilhamento de informações com a equipe técnica da *Contratante*.

**b) Um (01) Especialista em Comunicação Social**

Profissional de nível superior com **no mínimo 10 anos de experiência** profissional e que tenha experiência comprovada em assessoria de imprensa, redação jornalística ou edição jornalística. É desejável o conhecimento sobre mídias sociais e produção de material audiovisual.

Este profissional deverá atuar durante todo o período do contrato, com dedicação parcial estimada em 88 horas/mês **(20 horas semanais) nos primeiros quatro meses de serviços** e 44 horas/mês **(10 horas semanais) nos dois últimos meses**. Atuará em articulações e contatos, na elaboração dos informes para públicos específicos, na divulgação de releases e na mobilização dos públicos-alvo. Será o responsável pelo desenvolvimento dos serviços descritos no subitem 6.3.2.

**c) Um (01) Especialista em Gestão de Projetos**

Profissional de nível superior com **no mínimo 5 anos de experiência** profissional e que tenha experiência comprovada na gestão de projetos ou apoio à coordenação nas áreas de mobilização social, comunicação social ou planejamento participativo.



Este profissional deverá atuar durante todo o período do contrato, com dedicação estimada em 176 horas/mês **(40 horas semanais)** nos primeiros quatro meses de serviços e 88 horas/mês **(20 horas semanais)** nos dois últimos meses, prestando apoio contínuo à coordenação do projeto, principalmente na elaboração de análises e relatórios de desempenho, elaboração dos produtos previstos, realização de contatos, articulação de questões logísticas, apoio aos mobilizadores e monitoramento das ações desenvolvidas.

## 8.2 Equipe de Apoio

### a) Um (01) Auxiliar Administrativo

Profissional com o segundo grau completo com no **mínimo dois anos de experiência** profissional e que tenha experiência em atividades de secretariado geral.

Este profissional deverá atuar durante todo o período do contrato, com dedicação estimada em 176 horas/mês **(40 horas semanais)**, auxiliando em todas as etapas do projeto, tais como a realização de contatos com toda a equipe de trabalho, organização de documentos e realização de contatos externos de baixa complexidade, sob orientação do Coordenador Técnico.

## 8.3 Equipe Eventual

### a) Dez (10) Mobilizadores Sociais

Profissionais com segundo grau completo com no **mínimo dois anos de experiência** profissional em temas como mobilização social, extensão rural ou desenvolvimento comunitário.

Estes profissionais deverão atuar em parte do processo de mobilização, sendo estimado um total de 440 hora de trabalho por mobilizador, incluindo o treinamento a ser realizado. Se considerada uma dedicação de **40 horas semanais** de trabalho, a atuação de cada mobilizador deverá durar **2,5 meses**. Estes profissionais atuarão nos serviços de campo, realizando visitas e entrevistas a potenciais membros do CBH Parnaíba. Também deverão prestar apoio à realização dos eventos previstos no subitem 6.4 e no processo de recebimento de inscrições e habilitação dos interessados em participar do processo eleitoral para escolha dos membros do CBH Parnaíba.

Durante o recrutamento desses profissionais, considera-se relevante o conhecimento sobre as áreas de mobilização onde irão atuar (subitem 6.3.3), principalmente sobre o ponto de vista geográfico e logístico, além das questões socioeconômicas, ambientais e de recursos hídricos. É desejável também que estes profissionais residam nas cidades polo ou em cidades centrais da área de mobilização onde irão atuar.

Os currículos simplificados dos mobilizadores sociais contratados deverão ser previamente apresentados à *Contratante* e anexados ao PP2 (Material de Divulgação e Relatório de Mobilização I). A substituição de quaisquer mobilizadores, durante o processo de mobilização, deverá ser justificada à *Contratante*, acompanhada de novo currículo.

## 8.4 Perfil da Empresa

A empresa *Contratada* deverá possuir experiência em realização de processos de mobilização social, preferencialmente em trabalhos junto a colegiados de recursos hídricos (comitês de bacia hidrográfica, conselhos de recursos hídricos etc.), agências de bacia e órgãos gestores de recursos hídricos.

Estas exigências se justificam, dentre outros motivos, pela complexidade dos serviços a serem contratados conforme Edital e seus Anexos, incluindo o conhecimento do funcionamento dos sistemas de gestão de recursos hídricos e sua relação com entidades e indivíduos potencialmente envolvidos na instalação de um comitê de bacia.

Todas as comprovações de experiência da equipe e da empresa devem ser feitas por atestado(s) de capacidade técnica, conforme art. 30 da Lei 8.666/1993, emitido(s) por instituição(ões) contratante(s) ou por instrumento(s) de contrato de prestação de serviços anteriores. Quando solicitado por este Edital, o tempo de serviço deve estar claramente indicado para efeito comprobatório.

## 9. VALORES ESTIMADOS

A estimativa de custos para a aquisição dos serviços constantes neste Projeto Básico e seus Anexos foi realizada a partir de pesquisa mercadológica, organizada e apresentada no **ANEXO I - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA ANA**. Com base na pesquisa de preços realizada, compatível com os valores praticados no mercado, considera-se adequado estimar o valor de **R\$ 1.424.532,94 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais, noventa e quatro centavos)** para execução dos serviços e componentes desta contratação.

## 10. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela *Contratante* por meio de ordem bancária no banco a ser identificado pela *Contratada*, no prazo de até dez dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. O Quadro 8 – Cronograma de Desembolso apresenta os percentuais de pagamentos que serão realizados durante a execução das atividades.

A *Contratada* deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme cronograma de desembolso constante deste Projeto Básico.

Os pagamentos dar-se-ão após aprovação e atesto pela *Contratante*, que disporá do prazo de cinco dias úteis para proceder ao “atesto” da nota fiscal/fatura apresentada, contados da data do recebimento dos produtos. O atesto dos serviços prestados na respectiva nota fiscal/fatura está condicionado à realização e resultado da análise técnica dos produtos entregues e serviços realizados, conforme estabelecem o edital e seus anexos.

No caso de incorreção nos documentos apresentados serão restituídos à *Contratada* para as correções necessárias, não respondendo a *Contratante* por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Antes da efetivação do pagamento, proceder-se-á à consulta *on-line* a fim de verificar a situação da *Contratada* no SICAF, devendo o resultado dessa consulta ser impresso sob a forma de extrato e juntado aos autos.

Encontrando-se a *Contratada* inadimplente na data da consulta poderá ser concedido, a critério da *Contratante*, o prazo de trinta dias para que regularize a sua situação sob pena de, não o fazendo, ter rescindida a contratação com aplicação das sanções cabíveis.

A *Contratada* deverá apresentar em sua nota fiscal/fatura, exclusivamente, o faturamento correspondente ao objeto da licitação, vinculando-o à referência da Nota de Empenho que deu suporte às despesas. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à *Contratada* e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema ocorrido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus para a *Contratante*.

Caso a *Contratada* seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

No caso de atraso do pagamento da nota fiscal/fatura pela *Contratante*, ao valor deverá ser acrescida a correção monetária apurada pelos índices oficiais, desde que a *Contratada* não tenha concorrido de alguma forma para tanto.

Produto	Prazo de Entrega*	Remuneração (% do valor total)		Meses					
		Unitário	Acumulado	1	2	3	4	5	6
PP1 - Plano de Atividades	30	10	10	X					
PP2 – Material de Divulgação e Relatório de Mobilização I	60	15	25		X				
PP3 – Relatório de Mobilização II	90	25	50			X			
PP4 – Relatório de Mobilização III	130	35	85					X	
RF – Relatório Final	180	10	95						X
VD – Vídeo Institucional	180	5	100						X

**Quadro 8.** Cronograma de Desembolso.

\* Em dias corridos após assinatura do Contrato.



## **11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS**

O julgamento das propostas reger-se-á conforme estabelece o art. 46 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e será vencedora apenas uma empresa para oferecer todos os serviços objeto deste Edital e seus anexos.

Os critérios para a avaliação das propostas estão definidos no **ANEXO IV - PARÂMETROS E CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇOS**.

Será atribuída uma Nota Técnica (Nt) à Proposta Técnica e uma Nota Financeira (Nf) à Proposta de Preços. Baseada nessas notas será calculada a Nota Final (N) de cada licitante, sendo que a Nt responderá por 60% e Nf, por 40% de N.

## **12. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

A *Contratante*, por meio de servidores especialmente designados, fará o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pela *Contratada*.

Ao longo da elaboração do processo de mobilização para instalação do CBH Parnaíba, devem ser realizadas, minimamente, 6 (seis) reuniões entre a *Contratada* e a *Contratante* para tratar de assuntos técnicos e administrativos relacionados à execução do contrato. A primeira reunião de acompanhamento deverá ser realizada logo após a assinatura do contrato, em Brasília-DF, na sede da *Contratante*.

A segunda reunião deverá ocorrer em Teresina-PI no primeiro mês após o início dos trabalhos e se destina-se a apresentar a equipe da *Contratada* à Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e seu Grupo de Acompanhamento, além de coletar subsídios para o Plano de Atividades e apresentar os canais de comunicação oficiais dos envolvidos no projeto.

Para a demais reuniões, a *Contratada* deverá enviar o Coordenador Técnico do projeto que poderá estar acompanhado de outros componentes da equipe de acordo com a temática abordada. As reuniões, com duração estimada de 8 (oito) horas cada, poderão ocorrer em Brasília-DF, em Teresina-PI ou por meio de vídeo conferência.

A critério da *Contratante*, qualquer uma das reuniões de acompanhamento do contrato previstas poderá ser ampliada, envolvendo representantes da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.

## **13. VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato a ser celebrado terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura.

#### **14. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços desta contratação será feita de acordo com este Projeto Básico e seus Anexos com início após a assinatura do Contrato. Os produtos/serviços serão rigorosamente conferidos, assim como o cronograma de atividades desenvolvido, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionado à qualidade dos produtos/serviços entregues/prestados.

Os contatos com a *Contratante* deverão ocorrer em dias úteis das 10h às 12h e das 15h às 17h, no seguinte endereço: Superintendência de Apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SAS, Agência Nacional de Águas – ANA, Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco “L”, Sala 100, CEP: 70610-200 – Brasília/DF. A SAS/ANA disponibilizará todos os contatos para que a *Contratada* possa desempenhar os serviços desta contratação.

Os produtos, em meio digital, especificados neste Projeto Básico deverão ser entregues por meio do e-protocolo da *Contratante*, conforme a Resolução ANA nº 500/2015.

#### **15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **15.1 São obrigações da *Contratante***

- 15.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela *Contratada*, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 15.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 15.1.3 Notificar a *Contratada* por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 15.1.4 Pagar à *Contratada* o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 15.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da *Contratada* consoante previsão na legislação;
- 15.1.6 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 15.1.7 Colocar à disposição da *Contratada* os elementos e informações necessários à execução do Edital;
- 15.1.8 Facilitar o acesso dos funcionários da *Contratada*, dentro das normas que disciplinam a segurança e o sigilo, nas dependências da *Contratante*;
- 15.1.9 Atestar na Nota Fiscal/Fatura a entrega do objeto contratado efetivamente ocorrido;

- 15.1.10 Notificar a *Contratada* sobre eventuais penalidades a serem aplicadas, bem como acerca da existência de quaisquer débitos de sua responsabilidade e relacionados ao Contrato;
- 15.1.11 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela *Contratada*; e
- 15.1.12 Aplicar à *Contratada* as penalidades regulamentares e contratuais, quando cabível.

## **15.2 São obrigações da *Contratada***

- 15.2.1 Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os insumos necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta;
- 15.2.2 Cadastrar-se no e-protocolo da *Contratante* e entregar todos os produtos em meio digital por meio desse sistema, conforme Resolução ANA nº 500/2015;
- 15.2.3 Instalar um escritório técnico na cidade de Teresina-PI no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do contrato;
- 15.2.4 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- 15.2.5 Responsabilizar-se e reparar quaisquer danos diretamente causados à *Contratante* ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela *Contratante*;
- 15.2.6 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor e apresentá-los devidamente identificados;
- 15.2.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à *Contratante*;
- 15.2.8 Atender às solicitações da *Contratante* quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 15.2.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a *Contratada* relatar à *Contratante* toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;



- 15.2.10 Relatar à *Contratante* toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 15.2.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.2.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 15.2.14 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Edital e seus anexos, sem prévia autorização da *Contratante*;
- 15.2.15 Manter preposto aceito pela *Contratante* nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 15.2.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da *Contratante*;
- 15.2.17 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 15.2.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 15.2.19 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela *Contratante* ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- 15.2.20 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, equipamentos, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 15.2.21 Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993, incluindo em especial:
- a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à *Contratante* distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e
  - b) os direitos autorais da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da *Contratante*, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 15.2.22 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;

- 15.2.23 Submeter previamente, por escrito, à *Contratante*, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações contidas no Projeto Básico;
- 15.2.24 Refazer, a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da *Contratante* e às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos;
- 15.2.25 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros e por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior;
- 15.2.26 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 15.2.27 Serão de exclusiva responsabilidade da *Contratada* eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta;
- 15.2.28 A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013;
- 15.2.29 Após a assinatura do contrato, a *Contratada* deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do projeto básico, o gestor do contrato, o preposto da empresa e o Coordenador Técnico dos serviços contratados; e
- 15.2.30 A ausência de comunicação por parte da *Contratante* referente às irregularidades ou falhas não exime a *Contratada* das responsabilidades.

## 16. SUBCONTRATAÇÕES

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sendo restrita aos serviços descritos nos subitens 6.2 (Preparação do Material de Divulgação); 6.4.4 (Suporte à Realização dos Seminários Regionais); 6.5.4 (Suporte à Realização das Reuniões Plenárias Setoriais); 6.6.4 (Suporte à Realização da Assembleia Geral); 6.7.4 (Suporte à Realização da Oficina de Planejamento) e 6.8 (Produção de Vídeo Institucional).

A subcontratação depende de autorização prévia da *Contratante*, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da *Contratada* pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a *Contratante* pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao longo da vigência do Contrato deverão ser repassados o valor máximo de R\$ 1.424.532,94 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais, noventa e quatro centavos) à *Contratada*, distribuídos conforme a execução física das atividades. As despesas correrão às custas da Ação Orçamentária 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Plano Orçamentário 0009 – Apoio aos Comitês, Agências de Bacia Hidrográfica e Órgãos Gestores Estaduais e do Distrito Federal que corresponde à Ação G008 do Plano Gerencial Interno – PGI da Agência Nacional de Águas.

## 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A licitante que deixar de entregar a documentação ou apresentá-la com conteúdo falso; ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar na execução do ajuste; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará impedida de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de **até cinco anos** e, se for o caso, será descredenciada do SICAF, sem prejuízo das demais penalidades e cominações legais aplicáveis.

O atraso injustificado na execução do Contrato a ser celebrado ou o descumprimento das obrigações estabelecidas sujeitarão a licitante vencedora contratada à multa de **zero vírgula cinco por cento** por dia de atraso ou por ocorrência, sobre o valor total da contratação, até o máximo de **dez por cento**, recolhida no prazo máximo de **quinze dias**, uma vez comunicada oficialmente.

Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração da ANA poderá, garantida a prévia defesa, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação, aplicar à licitante vencedora contratada as seguintes sanções:

- Sanção I - advertência, por escrito;
- Sanção II - multa de **dez por cento** sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total, ou sobre o valor correspondente a parte não executada, no caso de inexecução parcial, a ser recolhida no prazo de **quinze dias**, contado da comunicação oficial;
- Sanção III - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a cinco anos; e



- Sanção IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

As Sanções I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a Sanção II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis.

A Sanção IV será aplicada pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, após regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. As sanções são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

No caso de aplicação cumulativa de sanções, o Ordenador de Despesa, ao decidir, fará devida fundamentação para aplicação das sanções cumuladas. Se o valor da multa não for pago será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito na Dívida Ativa da ANA e cobrado judicialmente.

As penalidades serão registradas no SICAF.

Em caso de negativa de assinatura do Contrato, por parte da licitante vencedora, será ela penalizada com multa compensatória de **dez por cento** sobre o valor da proposta, a ser recolhida no prazo de quinze dias, contado da comunicação oficial.

## ANEXO II

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA ANA

Estimativa de Custo					
ORÇAMENTO		DURAÇÃO DO CONTRATO (em dias):	180	BASE (horas/mês)	176
				Elaborado em:	01/08/2022
1	Equipe técnica				
Especificação		Quantidade (horas)	Custo unitário (R\$/h)	Valor (R\$)	
				Total	
1.1.1	Coordenador Técnico	880	124,40	109.472,00	
1.1.2	Especialista em Comunicação Social/Jornalista	440	87,06	38.306,40	
1.1.3	Especialista em Gestão de Projetos	880	42,52	37.417,60	
1.2.1	Auxiliar Administrativo	1056	25,95	27.403,20	
1.3.1	Mobilizador 1	440	33,02	14.528,80	
1.3.2	Mobilizador 2	440	33,02	14.528,80	
1.3.3	Mobilizador 3	440	33,02	14.528,80	
1.3.4	Mobilizador 4	440	33,02	14.528,80	
1.3.5	Mobilizador 5	440	33,02	14.528,80	
1.3.6	Mobilizador 6	440	33,02	14.528,80	
1.3.7	Mobilizador 7	440	33,02	14.528,80	
1.3.8	Mobilizador 8	440	33,02	14.528,80	

1.3.9	Mobilizador 9	440	33,02	14.528,80	
1.3.10	Mobilizador 10	440	33,02	14.528,80	
Custo Direto Mão-de-Obra			A=	357.887,20	
2	Despesas Diversas				
Especificação		Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
2.1	Serviços de Campo				
2.1.1	Diárias	diária	166	300,90	49.949,40
2.1.2	Aluguel de tablets com chip	mês	37	226,87	8.394,19
2.1.3	Planos de telefonia móvel e internet	mês	37	163,32	6.042,84
2.1.4	Aluguel de veículo	mês	32	2.686,64	85.972,48
2.1.5	Combustível	litro	9.962	6,95	69.232,21
				B=	219.591,12
2.2	Organização de Eventos				
2.2.1	Coffee Break para todos os eventos	pessoa	2.400	25,24	60.576,00
2.2.2	Coquetel para Assembleia de Posse dos Membros do Comitê	pessoa	150	60,62	9.093,00
2.2.3	Disponibilização de café em todos os eventos (garrafa 2L)	unidade	44	24,75	1.089,00
2.2.4	Disponibilização de água em todos os eventos (garrafão 20L)	unidade	44	35,65	1.568,60
2.2.5	Receptionistas em todos os eventos	diária	40	172,67	6.906,80
2.2.6	Mestre de Cerimônia	diária	15	541,67	8.125,05
2.2.7	Disponibilização de Porta Banners	diária	80	38,44	3.075,20
2.2.8	Disponibilização de ônibus para as plenárias setoriais	km	7.496	8,27	61.991,92
2.2.9	Registro áudio visual dos eventos e edição de vídeo	diária	20	1.421,11	28.422,20
2.2.10	Produção de vídeo institucional	unidade	1	2.666,67	2.666,67
				C=	183.514,44
2.3	Material Impresso e de Divulgação				



2.3.1	Confecção de Folders	unidade	5.000	0,40	2.000,00
2.3.2	Website institucional	unidade	1	6.974,75	6.974,75
				D=	8.974,75
Custo Despesas Diversas (B+C+D)				E=	412.080,31
3	Custos Indiretos - Fator K <sup>(1), (2) e (3)</sup>				Alíquota
3.1	Encargos Sociais (K1)				81,79%
3.2	Administração, risco, despesas financeiras (K2)				17,29%
3.3	Lucro (K3)				8,76%
3.4	Despesas Fiscais e Legais (K4) <sup>(4)</sup>				16,62%
	PIS:	1,65%			
	COFINS:	7,60%			
	ISS:	5,00%			
3.5	Fator K (Mão-de-Obra) <sup>(5)</sup>			F=	2,52
3.6	Fator K (Despesas Diversas) <sup>(6)</sup>			G=	1,27
Preço de venda - Mão-de-Obra (A x F)				G=	
Preço de venda - Despesas Diversas (E x G)				I=	
Valor Total Estimado para o Contrato (H+I)				R\$ 1.424.532,94	

(1) Para efeitos de orçamento-base, foram utilizadas alíquotas estimativas para os impostos e encargos sociais. As empresas licitantes deverão adotar, em seus orçamentos, as alíquotas de PIS, COFINS e ISS efetivamente praticadas, de acordo com o seu regime de tributação. A comprovação do regime de tributação da empresa poderá ser exigida pela ANA a qualquer tempo e a seu critério. Os percentuais cotados para o PIS e para a COFINS, por empresas eventualmente tributadas pelo regime da incidência não-cumulativa, apresentados na licitação, terão as alíquotas admitidas pela média dos recolhimentos efetivos, observadas as alíquotas de lei, deduzidos os percentuais de aproveitamento de crédito dos últimos doze meses. De acordo com a recomendação do TCU, exarada por meio dos Acórdãos nº 950/2007 – Plenário e nº 1904/2007 – Plenário e Súmula TCU nº 254/2010, não poderão ser lançados previsões de custos relativos aos tributos IRPJ e CSLL na Planilha de Composição de Preços.

(2) As empresas licitantes deverão adotar, em seus orçamentos, os encargos sociais efetivamente praticados. A memória de cálculo e a comprovação dos recolhimentos dos encargos sociais da empresa poderão ser exigidas pela ANA a qualquer tempo e a seu critério.

(3) O valor total apresentado é uma estimativa obtida a partir dos valores unitários e coeficientes utilizados para o cômputo dos custos diretos e indiretos definidos no Anexo I desta Portaria, e da equipe técnica considerada necessária para a realização das atividades previstas no escopo do trabalho.

(4)  $K4 = (I)/(1-I)$ , onde  $I = PIS + COFINS + ISS$

(5) Fator  $K = (1+K3) \times (1+K4)$

(6) Fator K (Despesas Diversas) =  $(1+K3) \times (1+K4)$

### ANEXO III

#### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DO LICITANTE

Estimativa de Custo					
ORÇAMENTO		DURAÇÃO DO CONTRATO (em dias):	180	BASE (horas/mês)	176
				Elaborado em:	01/08/2022
1	Equipe técnica				
Especificação		Quantidade (horas)	Custo unitário (R\$/h)	Valor (R\$)	
				Total	
1.1.1	Coordenador Técnico	880			
1.1.2	Especialista em Comunicação Social/Jornalista	440			
1.1.3	Especialista em Gestão de Projetos	880			
1.2.1	Auxiliar Administrativo	1056			
1.3.1	Mobilizador 1	440			
1.3.2	Mobilizador 2	440			
1.3.3	Mobilizador 3	440			
1.3.4	Mobilizador 4	440			
1.3.5	Mobilizador 5	440			
1.3.6	Mobilizador 6	440			
1.3.7	Mobilizador 7	440			
1.3.8	Mobilizador 8	440			
1.3.9	Mobilizador 9	440			



1.3.10	Mobilizador 10	440			
Custo Direto Mão-de-Obra			A=		
2	Despesas Diversas				
Especificação		Unidade	Quantidade	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
2.1	Serviços de Campo				
2.1.1	Diárias	diária	166		
2.1.2	Aluguel de tablets com chip	mês	37		
2.1.3	Planos de telefonia móvel e internet	mês	37		
2.1.4	Aluguel de veículo	mês	32		
2.1.5	Combustível	litro	9.962		
				B=	
2.2	Organização de Eventos				
2.2.1	Coffee Break para todos os eventos	pessoa	2.400		
2.2.2	Coquetel para Assembleia de Posse dos Membros do Comitê	pessoa	150		
2.2.3	Disponibilização de café em todos os eventos (garrafa 2L)	unidade	44		
2.2.4	Disponibilização de água em todos os eventos (garrafão 20L)	unidade	44		
2.2.5	Recepcionistas em todos os eventos	diária	40		
2.2.6	Mestre de Cerimônia	diária	15		
2.2.7	Disponibilização de Porta Banners	diária	80		
2.2.8	Disponibilização de ônibus para as plenárias setoriais	km	7.496		
2.2.9	Registro áudio visual dos eventos e edição de vídeo	diária	20		
2.2.10	Produção de vídeo institucional	unidade	1		
				C=	
2.3	Material Impresso e de Divulgação				

2.3.1	Confecção de Folders	unidade	5.000		
2.3.2	Website institucional	unidade	1		
				D=	
Custo Despesas Diversas (B+C+D)				E=	
3	Custos Indiretos - Fator K <sup>(1), (2) e (3)</sup>				Alíquota
3.1	Encargos Sociais (K1)				
3.2	Administração, risco, despesas financeiras (K2)				
3.3	Lucro (K3)				
3.4	Despesas Fiscais e Legais (K4) <sup>(4)</sup>				
		PIS:			
		COFINS:			
		ISS:			
3.5	Fator K (Mão-de-Obra) <sup>(5)</sup>			F=	
3.6	Fator K (Despesas Diversas) <sup>(6)</sup>			G=	
G=	Preço de venda	-	Mão-de-Obra (A x F)	H=	
Preço de venda - Despesas Diversas (E x G)				I=	
Valor Total Estimado para o Contrato (H+I)					

- (1) Para efeitos de orçamento-base, foram utilizadas alíquotas estimativas para os impostos e encargos sociais. As empresas licitantes deverão adotar, em seus orçamentos, as alíquotas de PIS, COFINS e ISS efetivamente praticadas, de acordo com o seu regime de tributação. A comprovação do regime de tributação da empresa poderá ser exigida pela ANA a qualquer tempo e a seu critério. Os percentuais cotados para o PIS e para a COFINS, por empresas eventualmente tributadas pelo regime da incidência não-cumulativa, apresentados na licitação, terão as alíquotas admitidas pela média dos recolhimentos efetivos, observadas as alíquotas de lei, deduzidos os percentuais de aproveitamento de crédito dos últimos doze meses. De acordo com a recomendação do TCU, exarada por meio dos Acórdãos nº 950/2007 – Plenário e nº 1904/2007 – Plenário e Súmula TCU nº 254/2010, não poderão ser lançados previsões de custos relativos aos tributos IRPJ e CSLL na Planilha de Composição de Preços.
- (2) As empresas licitantes deverão adotar, em seus orçamentos, os encargos sociais efetivamente praticados. A memória de cálculo e a comprovação dos recolhimentos dos encargos sociais da empresa poderão ser exigidas pela ANA a qualquer tempo e a seu critério.
- (3) O valor total apresentado é uma estimativa obtida a partir dos valores unitários e coeficientes utilizados para o cômputo dos custos diretos e indiretos definidos no Anexo I desta Portaria, e da equipe técnica considerada necessária para a realização das atividades previstas no escopo do trabalho.
- (4) 
$$K4 = \frac{I}{(1-I)}, \text{ onde } I = \frac{\text{PIS} + \text{COFINS} + \text{ISS}}{(1+K1+K2) \times (1+K3) \times (1+K4)}$$
- (5) Fator  $K = \frac{I}{(1-I)}, \text{ onde } I = \frac{\text{PIS} + \text{COFINS} + \text{ISS}}{(1+K1+K2) \times (1+K3) \times (1+K4)}$
- (6) Fator K (Despesas Diversas) =  $(1+K3) \times (1+K4)$



## ANEXO IV

### CRONOGRAMA FÍSICO

**Quadro 1.** Cronograma de produtos e atividades necessários para os serviços de mobilização para instalação do CBH Parnaíba.

E tapa	Atividade	Mês					
	<b>Planejamento das Atividades</b>						
	Mobilização da equipe-chave e planejamento das atividades						
	<b>Produto Parcial 01 (PP1) – Plano de Atividades</b>						
<b>Social</b>	<b>Material de Divulgação, Seleção, Treinamento e Mobilização</b>						
	Produção e entrega do material de divulgação						
	Seleção e contratação de mobilizadores sociais						
	Treinamento dos mobilizadores sociais						
	Visitas e entrevistas nos municípios da bacia						
	<b>Produto Parcial 02 (PP2) – Relatório de Mobilização I</b>						
	<b>Mobilização Social</b>						
	Visitas e entrevistas nos municípios da bacia						
	<b>Produto Parcial 03 (PP3) – Relatório de Mobilização II</b>						
	<b>Mobilização Social e Seminários Regionais</b>						
	Visitas e entrevistas nos municípios da bacia						
	Realização de 14 Seminários Regionais de Mobilização						
	<b>Produto Parcial 04 (PP4) – Relatório de Mobilização III</b>						
	<b>Plenárias Setoriais, Assembleia de Posse e Oficina de Planejamento</b>						
	Realização de 3 Plenárias Setoriais						
	Assembleia de posse dos membros e eleição da diretoria						
	Oficina de Planejamento						
	<b>Relatório Final do Proc. de Instalação do CBH Parnaíba (RF)</b>						
	<b>Vídeo Institucional do CBH Parnaíba (VD)</b>						

## **ANEXO V**

### **PARÂMETROS E CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS**

#### **HABILITAÇÃO TÉCNICA**

Para efeitos de habilitação técnica da **empresa ou consórcio** será exigido 1 (um) atestado que comprove a participação da licitante em projetos de mobilização social.

Para efeitos de habilitação técnica do profissional indicado como **Coordenador Técnico** será exigido 1 (um) atestado que comprove sua participação na coordenação de projetos nas áreas de mobilização social, recursos hídricos ou comunicação social.

#### **JULGAMENTO DA PROPOSTA DE TÉCNICA E PREÇO**

Para julgamento das propostas será adotado o critério técnico (Proposta Técnica) e de preço (Proposta Financeira), conforme detalhamento a seguir.

#### **Avaliação da Proposta Técnica**

Para julgamento da Proposta Técnica serão avaliados e pontuados os seguintes quesitos:

- A – A Experiência específica da Licitante relacionada ao serviço (0 – 30 pontos);
- B – A Proposta Técnica (0 – 40 pontos); e
- C – A Experiência e o conhecimento específico da equipe-chave (0 – 30 pontos).

A nota da Proposta Técnica será dada pelo somatório dos pontos atribuídos aos quesitos:

$$Nt = A + B + C$$

#### **QUESITO A: Experiência específica da licitante relacionada ao serviço**

A experiência específica da licitante será avaliada e pontuada de zero a 30 (trinta) com base nos Atestados apresentados.

A comprovação da experiência da licitante, para fins de pontuação da proposta técnica no tocante a este quesito (A), dar-se-á por meio da apresentação de atestados expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal ou por empresa privada. Serão computados, no máximo, 30 (trinta) pontos para os Atestados que comprovem a participação da licitante em trabalhos nos quais tenham sido desenvolvidos processos de mobilização social e/ou comunicação social.

A licitante deverá apresentar Atestados referentes a, no máximo, 5 (cinco) trabalhos. Caso a licitante apresente Atestados referentes a mais trabalhos do que o indicado, serão considerados para efeitos de avaliação os 5 (cinco) trabalhos concluídos mais recentemente. Caso necessário, a licitante poderá apresentar mais de um atestado para comprovar a realização de um único trabalho.

Serão atribuídos até 6 (seis) pontos por trabalho, conforme a seguinte distribuição: até 3 (três) pontos de acordo com a aderência ao objeto da contratação (quesito A.1) e até 3 (três) pontos, de acordo com a complexidade dos trabalhos apresentados, que considerará os aspectos metodológicos, temáticos e de abrangência espacial do trabalho (quesito A.2). Os trabalhos serão avaliados em termos percentuais, sendo que a pontuação de cada um será dada por:

$$a_n = [(a.1) \times 3] + [(a.2) \times 3] / 100, \text{ onde:}$$

$a_n$  = nota individual do trabalho n

a.1 = aderência ao objeto do trabalho n (%)

a.2 = complexidade do trabalho n (%)

Quesito	Descrição do Quesito	Pontos máximos
A.1	Aderência ao objeto	15
A.2	Complexidade	15
<b>A</b>	<b>Experiência específica da licitante relacionada ao serviço</b>	<b>30</b>

A nota final do Quesito A será a somatória das notas individuais dos trabalhos considerados válidos.

#### QUESITO B: Proposta Técnica

Na Proposta Técnica (B), a licitante deverá descrever com objetividade e síntese (observar o limite de páginas estabelecido para cada subcritério) o Conhecimento do Problema, a Metodologia e o Plano de Trabalho para desenvolvimento dos serviços, que serão avaliados e pontuados, conforme Quadro abaixo.

Quesito	Descrição do Quesito	Pontos máximos
B.1	Conhecimento do Problema	10
B.2	Metodologia	20
B.3	Plano de Trabalho	10
<b>B</b>	<b>Proposta Técnica</b>	<b>40</b>

Cada subcritério da Proposta Técnica será avaliado separadamente, sendo atribuídos percentuais diferenciados para cada um, conforme Quadro a seguir:



Sub critério	Descrição do Subcritério	%	Limite de páginas <sup>1</sup>
<b>Conhecimento do Problema</b>			
B <sub>1i</sub>	(i) Conhecimento geral da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.	50	5
B <sub>1ii</sub>	(ii) Conhecimento de processos de mobilização social para instalação de comitês de bacia.	50	5
<b>B.1</b>	<b>Total</b>	<b>(100)</b>	<b>10</b>
<b>Metodologia</b>			
B <sub>2i</sub>	(i) Diretrizes e estratégias metodológicas para a mobilização social	50	10
B <sub>2ii</sub>	(ii) Diretrizes e estratégias metodológicas para a comunicação social	25	5
B <sub>2iii</sub>	(iii) Metodologia para monitoramento e avaliação das atividades.	25	5
<b>B.2</b>	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>20</b>
<b>Plano de Trabalho</b>			
B <sub>3i</sub>	(i) Dimensionamento e alocação da equipe técnica por produto e recursos mobilizados de acordo com o cronograma físico.	100	10
<b>B.3</b>	<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>10</b>
<b>B</b>	<b>Proposta Técnica</b>		<b>40</b>

### QUESITO C: A Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe-Chave

A Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe-Chave (C) proposta pela licitante para desenvolvimento dos serviços serão avaliados e pontuados a partir dos seus respectivos Currículos, Documentos e Atestados apresentados. Será considerado como tempo de experiência profissional o período de atuação na área relacionada, após a conclusão do curso de nível superior (colação de grau).

É vedada a indicação do mesmo profissional por mais de uma licitante, sob pena de desconsideração do profissional indicado em ambas as propostas onde se verificar a ocorrência, sendo atribuída nota zero para o quesito respectivo do profissional.

A comprovação da experiência do Coordenador Técnico e dos demais profissionais da Equipe-Chave, para fins de pontuação da proposta técnica no tocante a este quesito (C), dar-se-á mediante apresentação de Atestados expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou por empresa privada, atestando que os referidos profissionais já coordenaram, apoiaram ou desenvolveram projetos a contento, de acordo com os subcritérios C<sub>ii</sub> e C<sub>iii</sub> relativos a cada profissional da Equipe-Chave, conforme descrito a diante.

<sup>1</sup> O limite de páginas considera o documento formatado em tamanho A4 e fonte Times New Roman 12. Os subcritérios serão avaliados até o número máximo de páginas indicado.

Para o Coordenador Técnico, deverá ser apresentada declaração de concordância com a indicação (Anexos V). Para os demais membros da Equipe-Chave (Especialista em Comunicação Social e Especialista em Gestão de Projetos) deverá ser apresentado Termo de Compromisso de participação (Anexo VI). Cabe destacar que o Coordenador Técnico, além de responsável pela condução dos trabalhos técnicos do projeto, também se responsabilizará pelas questões administrativas e financeiras do contrato.

A pontuação máxima atribuída a cada membro da Equipe-Chave, de acordo com o perfil de cada profissional, é apresentada no Quadro abaixo.

Quesito	Descrição do Quesito	Pontos máximos (P <sub>mn</sub> )
C <sub>1</sub>	<u>Coordenador Técnico</u> : Profissional de nível superior com no mínimo 15 anos de experiência profissional e que tenha experiência comprovada na coordenação técnica de projetos nas áreas de mobilização social, comunicação social, recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento (setorial, urbano ou rural).	15
C <sub>2</sub>	<u>Especialista em Comunicação Social</u> : Profissional de nível superior com no mínimo 10 anos de experiência profissional e que tenha experiência comprovada em assessoria de imprensa, redação jornalística ou edição jornalística.	8
C <sub>3</sub>	<u>Especialista em Gestão de Projetos</u> : Profissional de nível superior com no mínimo 5 anos de experiência profissional e que tenha experiência comprovada na gestão de projetos ou apoio à coordenação de projetos nas áreas de mobilização social, comunicação social, recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento setorial.	7
<b>C</b>	<b>Equipe-Chave</b>	<b>30</b>

Cada subcritério referente à Equipe-Chave será avaliado separadamente, sendo atribuídos percentuais diferenciados para cada um, conforme explicitado no quadro a seguir.

Subcritério	Descrição do Subcritério	%
C <sub>i</sub>	<b>(i) Formação Complementar:</b> Serão considerados títulos de doutorado, mestrado ou especialização (com carga horária mínima de 360 horas), na respectiva área de atuação profissional nesta contratação, sendo: <b>Doutorado: 20%; Mestrado: 15%; e Especialização: 10%</b>	<b>20</b>
C <sub>ii</sub>	<b>(ii) Adequação ao projeto (experiência geral):</b> Para o profissional <b>C<sub>1</sub></b> : Participação em projetos de mobilização social nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento (setorial, urbano ou rural). Para o profissional <b>C<sub>2</sub></b> : Desenvolvimento de atividades de assessoria de imprensa, redação ou edição jornalística. Para o profissional <b>C<sub>3</sub></b> : Participação em projetos nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento (setorial, urbano ou rural).	<b>40</b>

C <sub>iii</sub>	<b>(iii) Adequação ao projeto (experiência específica):</b> Para os profissionais <b>C<sub>1</sub></b> Participação, como coordenador, em projetos nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento (setorial, urbano ou rural). Para o profissional <b>C<sub>2</sub></b> : Participação em projetos de comunicação para mobilização social em projetos nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento (setorial, urbano ou rural). Para o profissional <b>C<sub>3</sub></b> : Gestão administrativa, coordenação administrativa ou subcoordenação de projetos nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente ou planejamento (setorial, urbano ou rural).	<b>40</b>
<b>Total</b>		<b>100</b>

<sup>(1)</sup> Os cursos de Mestrado e Doutorado deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), e os cursos de Especialização deverão ter sido realizados em instituição autorizada por aquele.

Os percentuais relativos ao Subcritério C<sub>i</sub> serão estabelecidos da seguinte forma: ao doutorado será atribuído o percentual máximo de 20% (vinte por cento), ao mestrado 15% (quinze por cento) e à especialização, 10% (dez por cento). Será considerado apenas **um título**, referente à maior titulação apresentada.

Serão considerados, no máximo, 5 (cinco) Atestados para a definição dos percentuais do Subcritério C<sub>ii</sub> e 5 (cinco) Atestados para a definição dos percentuais do Subcritério C<sub>iii</sub>. Caso a licitante apresente mais Atestados do que o indicado para cada Subcritério, serão considerados, para efeitos de avaliação, os atestados de trabalhos concluídos mais recentemente. Em ambos os casos será atribuído 8% (oito por cento) para cada Atestado que atenda às especificações da descrição dos subcritérios.

Os Atestados para os Subcritérios C<sub>ii</sub> e C<sub>iii</sub> deverão ser apresentados separadamente. Um mesmo Atestado poderá ser utilizado para ambos Subcritérios, **desde que apresentado separadamente na proposta, em duas vias: uma via para julgamento do Subcritério C<sub>ii</sub> e uma via para julgamento do Subcritério C<sub>iii</sub>.**

#### Critérios para julgamento das propostas técnicas:

Quesito	Descrição do Quesito	Pontos máximos
A	Experiência específica da licitante relacionada ao serviço	30
B	Proposta Técnica	40
C	Equipe-Chave	30
<b>TOTAL DE PONTOS</b>		<b>100</b>



### **Fórmulas para determinação da Nota Técnica:**

Nt = Somatória de pontos atribuídos aos critérios de avaliação da Proposta Técnica.

$$Nt = A + B + C$$

Onde:

A = Experiência Específica da licitante relacionada ao Serviço (0 – 30 pontos), sendo:

$$a_n = [(a.1) \times 3] + [(a.2) \times 3] / 100$$

Onde:

$a_n$  = nota individual do trabalho n

a.1 = aderência ao objeto do trabalho n (%)

a.2 = complexidade do trabalho n (%)

$$A = \sum_{n=1}^5 a_n$$

B = Proposta Técnica (0 – 40 pontos), sendo:

$$B = B_1 + B_2 + B_3$$

Onde:

$$B_1 = 10 (B_{1i} + B_{1ii}) / 100$$

$$B_2 = 20 (B_{2i} + B_{2ii} + B_{2iii}) / 100$$

$$B_3 = 10 (B_{3i}) / 100$$

C = Equipe-chave (0 – 30 pontos), sendo:

$$C = \sum_{n=1}^3 \frac{Pmn(C_i + C_{ii} + C_{iii})}{100}$$

Onde:

Pmn = ponto máximo atribuído ao respectivo membro “n” da equipe-chave

A Nota Técnica mínima exigida será de 50 (cinquenta) pontos.

### **Avaliação da Proposta de Preços**

Para avaliação das Propostas de Preços, serão atribuídas Notas financeiras – Nf, por Proposta, conforme descrição que se segue:

A Nota financeira (Nf) será calculada multiplicando-se por 100 a divisão da proposta financeira mais baixa (Fmin) pela proposta financeira em avaliação (F), conforme fórmula abaixo:

$$Nf = 100 \times Fmin/F$$

Onde:

Nf = Nota financeira;

Fmin = proposta financeira mais baixa; e

F = preço da proposta em avaliação.

### **Determinação da Nota Final**

Para a composição da Nota Final (N) foram atribuídos os seguintes pesos às Propostas Técnica (PT) e Financeira (PF):

$$PT = 0,6$$

$$PF = 0,4$$

A determinação da Nota Final (N) é efetuada a partir da soma das Notas Técnica e Financeira multiplicadas separadamente por seus respectivos pesos:

$$N = Nt \times PT + Nf \times PF$$

Para o cálculo da Nota Final (N), a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

Em caso de empate entre duas ou mais licitantes e após observado o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, o desempate será procedido por meio de sorteio, que será realizado em sessão pública.

Cada proposta será avaliada tomando-se por base sua adequação ao Projeto Básico. A Proposta Técnica será desclassificada caso deixe de atender a aspectos relevantes do Projeto Básico ou deixe de alcançar a nota técnica mínima de 50 (setenta) pontos.

A empresa que obtiver a maior Nota Final (N) será declarada vencedora do certame, obedecidos os critérios de desempate.

## **ORGANIZAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

Recomenda-se que proposta técnica seja organizada conforme a estrutura mínima abaixo descrita, sem prejuízo da inserção de outros itens considerados importantes pelo proponente.

<b>Quesito</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>A</b>	<b>Experiência específica da licitante relacionada ao serviço</b>
	Atestados de comprovação da experiência específica da licitante
<b>B</b>	<b>Proposta Técnica</b>
<b>B.1</b>	<b>Conhecimento do Problema</b>
B <sub>1i</sub>	Conhecimento geral da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.
B <sub>1ii</sub>	Conhecimento de processos de mobilização social para instalação de comitês de bacia.
<b>B.2</b>	<b>Metodologia</b>
B <sub>2i</sub>	Diretrizes e estratégias metodológicas para a mobilização social
B <sub>2ii</sub>	Diretrizes e estratégias metodológicas para a Comunicação Social
B <sub>2iii</sub>	Metodologia para monitoramento e avaliação das atividades.
<b>B.3</b>	<b>Plano de Trabalho</b>
B <sub>3i</sub>	Dimensionamento e alocação da equipe técnica por produto e recursos mobilizados de acordo com o cronograma físico.
<b>C</b>	<b>A Experiência e o Conhecimento Específico da Equipe-Chave</b>
<b>C<sub>1</sub></b>	<b>Coordenador Técnico</b>
	Declaração de concordância com a indicação
	Currículo e documentos de experiência profissional
C <sub>1i</sub>	Comprovação de formação complementar
C <sub>1ii</sub>	Atestados de comprovação de adequação ao projeto (experiência geral)
C <sub>1iii</sub>	Atestados de comprovação de adequação ao projeto (experiência específica)
<b>C<sub>2</sub></b>	<b>Especialista em Comunicação Social</b>
	Termo de Compromisso de participação
	Currículo e documentos de experiência profissional
C <sub>2i</sub>	Comprovação de formação complementar
C <sub>2ii</sub>	Atestados de comprovação de adequação ao projeto (experiência geral)
C <sub>2iii</sub>	Atestados de comprovação de adequação ao projeto (experiência específica)
<b>C<sub>3</sub></b>	<b>Especialista em Gestão de Projetos</b>
	Termo de Compromisso de participação
	Currículo e documentos de experiência profissional
C <sub>3i</sub>	Comprovação de formação complementar
C <sub>3ii</sub>	Atestados de comprovação de adequação ao projeto (experiência geral)
C <sub>3iii</sub>	Atestados de comprovação de adequação ao projeto (experiência específica)



**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR TECNICO**

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

À Agência Nacional de Águas

**Ref.: Concorrência xx/ANA/2022** \_\_\_\_\_

**Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).**

Eu, (nome do profissional) \_\_\_\_\_, portador da carteira e registro no **[Conselho Profissional Competente]** nº \_\_\_\_\_, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação **[pela empresa]** \_\_\_\_\_, como coordenador dos trabalhos objeto da licitação em referência e que não integro outra empresa participante deste procedimento licitatório.

\_\_\_\_\_  
Profissional (nome e assinatura)

\_\_\_\_\_  
Empresa (responsável – nome, cargo e assinatura)

**ANEXO VII**

**TERMO DE COMPROMISSO**

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

À Agência Nacional de Águas

**Ref.: Concorrência xx/ANA/2022** \_\_\_\_\_

**Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba).**

Eu, (nome do profissional) \_\_\_\_\_, portador da carteira e registro no **[Conselho Profissional Competente]** nº \_\_\_\_\_, declaro estar ciente e de acordo com a minha indicação **[pela empresa]** \_\_\_\_\_ para integrar a equipe técnica que se responsabilizará pela execução dos trabalhos objeto da licitação em referência e que não integro outra empresa participante deste procedimento licitatório.

\_\_\_\_\_  
Profissional (nome e assinatura)

\_\_\_\_\_  
Empresa (responsável – nome, cargo e assinatura)

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**  
**(Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009)**

\_\_\_\_\_(Nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada \_\_\_\_\_(endereço completo), por  
intermédio de seu Representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, infra-  
assinado \_\_\_\_\_ (informar o cargo), Identidade nº \_\_\_\_\_,  
expedida pelo(a) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas  
da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pela licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



(Representante legal)

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, \_\_\_\_\_ (informar o cargo) \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela(o) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação para o procedimento licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília-DF, de de 2022.

---

Carimbo e assinatura do representante legal

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 27, V, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela(o) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de **dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de **dezesesseis anos**.

Ressalva: emprega menor, a partir de **quatorze anos**, na condição de aprendiz (.....).

Brasília-DF, de de 2022.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura do representante legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**ANEXO XI**

**TERMO DE OPÇÃO/DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA  
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela(o) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, **OPTA** pelo tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do art. 3º e seus parágrafos, estando apta a usufruir o tratamento ali previsto e DECLARA ser: Microempresa ( ) Empresa de Pequeno Porte ( ).

Brasília-DF,      de      de 2022.

---

Carimbo e assinatura do representante legal



## **ANEXO XII**

### **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, \_\_\_\_\_ (informar o cargo) \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela(o) \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que examinou criteriosamente os documentos do Edital de Concorrência nº \_\_/ANA/2022, e julgou-os suficientes para a elaboração das propostas voltadas ao atendimento do objeto licitado.

DECLARA, ainda, que tem pleno e total conhecimento das condições locais e físicas, bem como das especificações técnicas necessárias para a execução dos serviços.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
(Representante legal)

**ANEXO XIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO**

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº (000.000.000/0000-00), DECLARA, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do artigo 1º e inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

(Local e Data)

---

Assinatura representante legal da empresa

---

Nome

**ANEXO XIV**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_ (nome  
empresarial da licitante) inscrita no CNPJ N.º : \_\_\_\_\_ com sede na  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de  
Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º  
\_\_\_\_\_, para os fins de habilitação na Concorrência  
XX/ANA/2021:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental,  
respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-  
SLTI.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO XV**

**TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº \_\_\_\_\_/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA E A EMPRESA \_\_\_\_\_ (nome em negrito e caixa alta).**

A União, por intermédio da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, autarquia sob regime especial criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, com sede no Setor Policial - SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco "M", CEP 70610-200, em Brasília-DF, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, doravante designada CONTRATANTE, representada, conforme Resolução ANA nº 57, de 6 de agosto de 2018, por seu Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF, Luís André Muniz, brasileiro, casado, geógrafo, Identidade nº 420.937, expedida pela SSP/DF, CPF nº 116.852.711 -20, domiciliado no Distrito Federal, e o(a) \_\_\_\_\_ (nome em negrito e caixa alta), CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ (endereço completo), \_\_\_\_\_ (fone), \_\_\_\_\_ (e-mail), doravante denominado(a) CONTRATADO(A), representado(a) por seu(sua) (cargo do representante legal), (nome do representante legal), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ e domiciliado(a) \_\_\_\_\_ (domicílio do representante legal), tendo em vista o que consta no Processo nº 02501.003270/2022-71, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência do tipo Técnica e Preços nº 00/ANA/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto deste Termo de Contrato é a contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba), que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da CONCORRÊNCIA e seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independente de transcrição.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 Este Termo de Contrato terá vigência de de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme dispõe no Termo de Referência.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas com a execução deste Contrato, correrão à conta de crédito orçamentário consignado no Orçamento Geral da União para o exercício de 2020, a cargo da CONTRATANTE, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 443009  
Fonte: 0183000000  
PTRES:174158  
Elemento de Despesa: 339039  
PI: 20222301000

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico e demais anexos do Edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1 Conforme dispõe no Termo de Referência, anexo ao edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO**

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital; e

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.



11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

11.4.3 Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DAS ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2 A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

13.3 Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto nº 7.983/2013.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília/DF- Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, este Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 –

2-



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica

OFÍCIO Nº 650/2022/SNSH/MDR

Brasília, data da assinatura eletrônica.

À Senhora  
VERÔNICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS  
Diretora-Presidente  
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico  
Setor Policial, Setor 5, Quadra 3, Blocos B, L, M e T  
70610-200 – Brasília/DF

**Assunto: Processo de Instalação do CBH Parnaíba - prorrogação do mandato da Diretora Provisória do CBH Parnaíba.**

Senhora Diretora-Presidente,

1. Trata-se do Ofício nº 66/2022-DP-CBH PARNAÍBA, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, anexo a este, pelo qual solicita-se a prorrogação do mandato da Diretora Provisória do CBH Parnaíba.
2. Conforme disposto no referido ofício, justifica-se a necessidade de nova prorrogação da Diretoria Provisória para o cumprimento das incumbências após a publicação do Edital de Concorrência nº 2/2022, em 27 de outubro de 2022, por essa Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, visando a contratação de empresa especializada em serviços de mobilização social, comunicação e divulgação para apoiar a instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (CBH Paranaíba), tendo a expectativa de retomada da mobilização social e o processo eleitoral no início de 2023.
3. Destaca-se que a Resolução CNRH 229/2021 prorroga até 31 de dezembro de 2022 o mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba. A solicitação do CBH Parnaíba considerou o disposto no artigo 12A da Resolução 05/2000, ou seja, enviando a solicitação de prorrogação do prazo da Diretoria Provisória com no mínimo quarenta dias antes do término do mandato, apresentando suas justificativas.



4. Neste sentido, considerando ainda o contexto apresentado no OFÍCIO Nº 4/2022/VR/ANA, venho por meio deste solicitar análise técnica da ANA quanto a necessidade e conveniência da prorrogação do mandato a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, como subsídio para deliberação da Plenária do CNRH, prevista para ocorrer no dia 29 de novembro de 2022.

Atenciosamente,

*[assinado eletronicamente]*  
SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA  
Secretário Nacional de Segurança Hídrica  
Secretário Executivo do CNRH

Anexo: Ofício nº 66/2022-DP-CBH PARNAÍBA (3999604)



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Luiz Soares de Souza Costa, Secretário(a) Nacional de Segurança Hídrica**, em 07/11/2022, às 11:53, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **4008606** e o código CRC **7C5B551C**.

Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900 - Brasília/DF -  
Telefone: [\(61\) 2034-5828](tel:6120345828) - CEP 70067-901

OFÍCIO Nº 149/2022/VR/ANA  
Documento nº 02500.060253/2022-41

Brasília, 21 de novembro de 2022

Ao Senhor  
**SERGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA**  
Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Ministério do Desenvolvimento Regional  
Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 9º andar, sala 900  
70067-901 – Brasília – DF

**Assunto: Processo de Instalação do CBH Parnaíba. Prorrogação do Mandato da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.**

Referência: SEI/MDR – 4008606; 02501.001585/2016-35; e 02500.059322/2022-73

Senhor Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 650/2022/SNSH/MDR, que trata de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba), para encaminhar a Nota Técnica Nº 51/2022/CINCS/SAS (Documento nº 02500.059322/2022-73), que apresenta a avaliação da ANA quanto à necessidade e conveniência da referida prorrogação de mandato, a fim de subsidiar a deliberação da Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, prevista para ocorrer no dia 29 de novembro de 2022.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
**VERÔNICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS**  
Diretora-Presidente  
da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

NOTA TÉCNICA Nº 51/2022/CINCS/SAS  
Documento nº 02500.059322/2022-73

Brasília, 16 de novembro de 2022.

Ao Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
**Assunto: Processo de Instalação do CBH Parnaíba - Prorrogação do Mandato da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba.**

Referência: 02501.001585/2016-35; 02500.058019/2022-53; e SEI/MDR - 4008606

## 1. Objeto

1. Trata-se solicitação encaminhada pelo Secretária Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio do Ofício nº 650/2022/SNSH/MDR, para que a ANA realize análise técnica quanto a necessidade e conveniência da prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba (CBH Parnaíba), como subsídio para deliberação da Plenária do CNRH, prevista para ocorrer no dia 29 de novembro de 2022.

## 2. Contexto

2. Em estrita observância ao cumprimento dos requisitos elencados nas Resoluções nº 5/2000 e nº 109/2010, o CNRH, em sua 40ª Reunião Extraordinária, aprovou a proposta de criação do CBH Parnaíba, por meio da Resolução nº 194/2018. Posteriormente, a instituição do CBH Parnaíba foi formalizada pelo Presidente da República, por meio do Decreto nº 9.335, de 5 de abril de 2018.

3. Após a edição do Decreto Presidencial que instituiu o CBH Parnaíba, o CNRH designou os membros de sua Diretoria Provisória por meio da Portaria nº 1, de 12 de junho de 2018, com a missão de coordenar a mobilização e o processo eleitoral para a instalação do Comitê, além de elaborar seu primeiro Regimento Interno. Desde então, a composição da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba mantém-se inalterada, tendo passado por segundas reconduções aprovadas pelo Plenário do CNRH.

4. A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, em seu primeiro ato deliberativo (Deliberação CBH Parnaíba nº 1/2018), constituiu um Grupo de Apoio com a função de auxiliá-la no desenvolvimento das atividades que lhe foram atribuídas pelo CNRH. Este Grupo de Apoio é constituído por 11 membros, representando a ANA, o Ministério do Desenvolvimento Regional e os segmentos de usuários, da sociedade civil e do poder público dos três estados da bacia.

5. Em atendimento ao estabelecido na Resolução CNRH nº 5/2000, a Diretoria Provisória, auxiliada pelo recém constituído Grupo de Apoio, aprovou o Regimento Interno do CBH Parnaíba (Deliberação CBH Parnaíba nº 2/2018), no qual, entre outras definições, estabeleceu suas competências, composição, estrutura e regras de funcionamento. Com a composição do Comitê definida, foram então definidas as normas, procedimentos e critérios para o processo de escolha e indicação dos membros do CBH Parnaíba (Deliberação CBH Parnaíba nº 3/2019) e, na sequência, foi constituída uma Comissão Eleitoral (Deliberação CBH Parnaíba nº 3/2019) para conduzir tal processo.
6. Ainda em 2018, a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba solicitou à ANA o apoio a realização do processo de mobilização social, que deveria abranger toda a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, envolvendo os usuários, a sociedade civil organizada e os poderes públicos constituídos na bacia. Somada a área de drenagem do Delta do Parnaíba, o processo de mobilização social deveria abranger uma área de 333.952 km<sup>2</sup>, na qual estão inseridos territórios de 277 municípios (223 piauienses, 35 maranhenses e 19 cearenses), onde vivem mais de 5 milhões de habitantes.
7. A partir da demanda da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e considerando a complexidade de se realizar um processo de mobilização social de tal magnitude, a ANA decidiu pela contratação de apoio externo para a execução das atividades de mobilização social, contanto com a coordenação de seus técnicos e a orientação da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba. Após um amplo processo licitatório na modalidade “técnica e preço”, com a participação de 12 concorrentes, a ANA celebrou, no final de 2019, o Termo de Contrato nº 036/ANA/2019 com Consórcio Beck de Souza / Engeplus, vencedor do certame.
8. Com total envolvimento da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e seu Grupo de Apoio, as atividades previstas no Termo de Contrato nº 036/ANA/2019 foram iniciadas em dezembro de 2019 e deveriam ser encerradas em junho de 2020, com a instalação do CBH Parnaíba e posse de seus membros, além da realização de uma oficina de planejamento estratégico, que tinha o objetivo de construir uma agenda de trabalho para os primeiros anos do Comitê.
9. Nos primeiros meses de contrato os serviços desenvolveram-se de forma exitosa, tendo a Diretoria Provisória do CBH-Parnaíba acompanhado, par-e-passo, todo o processo de mobilização até então realizado. Entretanto, em março de 2020, todos os serviços foram interrompidos, por determinação da ANA, quando já haviam sido executados 60,9% do previsto. Tal interrupção foi ocasionada pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) e consequente edição, pela ANA, da Portaria nº 99, de 12 de março de 2020, que estabeleceu medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito da ANA, o que impossibilitou a execução das atividades previstas no Contrato, tais como deslocamentos, visitas de campo e realização de eventos.
10. Já em meados de 2021, com o arrefecimento da pandemia e o avanço da vacinação no país, a ANA e a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba estabeleceram, conjuntamente, diretrizes técnicas e sanitárias para a retomada dos serviços. Desta feita, a ANA



solicitou ao Consórcio Beck de Souza / Engeplus a elaboração de proposta para a retomada dos serviços, o que incluiria a adequação técnica e sanitária para a realização das atividades e os correspondentes ajustes financeiros. Após inúmeras tratativas infrutíferas na busca por uma repactuação contratual, a Diretoria Colegiada da ANA decidiu, em sua 870ª Reunião Administrativa Ordinária, que a área técnica responsável adotasse providências no sentido de rescisão contratual e realização de nova licitação. Dessa forma, foi providenciada a celebração do Termo de Rescisão Unilateral do Termo de Contrato nº 036/2019/ANA, firmado em 19 de maio de 2022, pela ANA.

11. Vale destacar que, durante todo o período de interrupção das atividades contratuais, a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba manteve-se mobilizada, reunindo-se ordinariamente, divulgando a criação do comitê da bacia e realizando eventos que propiciaram a manutenção do espírito agregador que deu origem a criação do CBH Parnaíba. Prova disso foi a recente realização dos “Seminários de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba”, organizados pela Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, em conjunto com a ANA e os órgãos gestores de recursos hídricos dos três estados da bacia. Tais seminários, realizados em Teresina/PI, Balsas/MA e Crateús/CE, contaram a participação de centenas de instituições, dos três estados da bacia. Instituições essas que, representando interesses de usuários, sociedade civil e poder público, demonstraram interesse em participar do processo eleitoral para escolha dos membros do CBH Parnaíba.

12. A Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, conjuntamente com seu Grupo de Apoio, se reunirá oficialmente, pela 25ª vez, ainda neste mês de novembro. Na pauta, além da retomada do processo de mobilização social, está a realização de uma Oficina de Trabalho destinada a debater e apresentar propostas para a identificação e solução de conflitos pela água na bacia.

### 3. Análise

13. Uma breve análise do material apresentado pela Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e, principalmente, a avaliação do contexto no qual está inserida a instalação do CBH Parnaíba, permite-nos inferir que a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba atuou com absoluta correção, zelo e proatividade na busca por instalar um comitê de bacia heterogêneo, multidisciplinar e representativo da bacia hidrográfica do rio Parnaíba, de acordo com os princípios que norteiam a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

14. Nesse sentido, a ANA, por meio do Ofício nº 4/2022/VR/ANA, 20 de abril de 2022, não deixou dúvidas sobre o seu entendimento acerca atuação da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba e de sua responsabilidade em relação ao atraso na instalação do Comitê, como pode-se observar na transcrição de parte do referido documento, abaixo:

*“... gostaríamos de destacar o trabalho exemplar e proativo da Diretoria Provisória do CBH Parnaíba durante todo o processo até aqui desenvolvido, não podendo ser responsabilizada, de forma alguma, pelos*

*atrasos causados pelas restrições impostas pela pandemia do novo Coronavírus ou por problemas administrativos enfrentados pela ANA...”*

15. Fundamental destacar também que, após a rescisão do Termo de Contrato nº036/2019/ANA, a ANA elaborou novo projeto e abriu novo processo licitatório para a contratação de apoio para a instalação do CBH Parnaíba, sendo objeto do Edital de Concorrência nº 02/ANA/2022, cujos documentos podem ser acessados no website da ANA, por meio do seguinte endereço: <https://www.ana.gov.br/editaislicitacoes/Detalhes.aspx>

16. A perspectiva da equipe técnica da ANA responsável pela contratação é a de que o processo licitatório seja encerrado ainda no primeiro trimestre de 2023, devendo as atividades de mobilização serem iniciadas imediatamente após a assinatura de novo contrato com o vencedor do certame.

#### 4. Conclusão

17. Dado o exposto, manifestamo-nos favoravelmente quanto a necessidade e conveniência da prorrogação do mandato a Diretoria Provisória do CBH Parnaíba, asseverando ainda que entendimento diverso deste poderá provocar atraso ainda maior na instalação e funcionamento de tão importante ente do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

WAGNER MARTINS DA CUNHA VILELLA

Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico

De acordo, ao Senhor Superintendente para análise e encaminhamento.

(assinado eletronicamente)

OSMAN FERNANDES DA SILVA

Coordenador de Instâncias Colegiadas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

De acordo, à Diretora-Presidente da ANA para apreciação e encaminhamentos.

(assinado eletronicamente)

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos